

# Revista Científica FOZ



FACULDADE  
VALE DO CRICARÉ

Revista Interdisciplinar da  
Faculdade Vale do Cricaré

Vol. 1, n. 2, 2018, 219p.

**REVISTA CIENTÍFICA FOZ – REVISTA INTERDISCIPLINAR DA  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ (FVC)**

ISSN: 2594-8849 v.1, n.2 2018 | DEZ.2018

PERIODICIDADE: SEMESTRAL

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

FACULDADE VALE DO CRICARÉ (FVC). R. Humberto de Almeida Franklin, 1 -  
Universitário, São Mateus - ES, 29934-170, Telefone: (27) 3313-0000;  
email: revistafoz.ivc@gmail.com

Endereço eletrônico da Revista: <http://www.ivc.br/revista/index.php/revistafoz>

Endereço eletrônico da Faculdade: <http://www.ivc.br>

## EXPEDIENTE

### Equipe editorial

**Editor-chefe:** Doutorando Gabriel Vicente Riva, PUC-RJ;

**Editora-chefe Adjunta:** Doutoranda Helena Carvalho Coelho, UFMG;

**Secretário Executivo:** Doutorando Murilo Leite Pereira Neto, UFMG;

**Comissão executiva:** André Otto, Mestre e Professor na Faculdade Vale do Cricaré (FVC); Alice Melo Pessotti, Doutora e Professora na Faculdade Vale do Cricaré (FVC); Elaine Zambon, Mestra e Professora na Faculdade Vale do Cricaré; Murilo Soares Costa, Especialista, Professor da Faculdade Vale do Cricaré.

### Equipe Técnica:

Murilo Leite Pereira Neto – Revisor;

Roger Silva – Diagramação e Capa.

### Conselho Editorial:

**Prof. Dr. Alexandro Gomes Facco**, UFES, Brasil;

**Profa. Dra. Alice Melo Pessotti**, Faculdade Vale do Cricaré (FVC), Brasil;

**Profa. Mestra Ana Beatriz Reis**, UFOPA, Brasil;

**Prof. Dr. Arthur Capella**, Mackenzie, Brasil;

**Profa. Dra. Cleide Calgaro**, UCS, Brasil;

**Prof. Doutorando Cristián Alister**, Universidad Católica de Temuco, Chile;

**Profa. Dra. Cristiana Losekann**, UFES, Brasil;

**Profa. Dra. Danielle de Andrade Moreira**, PUC-Rio, Brasil;

**Prof. Dr. Diego Arthur Lima Pinheiro**, UFBA, Brasil;

**Prof. Dr. Diogo Justino**, Professor na Faculdade Vale do Cricaré (FVC), Brasil;

**Prof. Dr. Edésio Fernandes**, Lincoln Institute of Land Policy, Cambrigde MA, EUA;

**Prof. Dr. Emiliano Unzer**, UFES, Brasil;

**Profa. Dra. Fabiana Scoleso**, UFT, Brasil;

**Prof. Dr. Felipe Castro de Araújo**, UFERSA, Brasil;

**Prof. Dr. Harley Silva**, UFPA, Brasil;

**Profa. Dra. Inez Terezinha Stampa**, PUC-RJ, Brasil;

**Profa. Dra. Isabela Lima**, Faculdade Pitágoras/ES, Brasil;

**Prof. Dr. Jack Meek**, University of La Verne, EUA;

**Profa. Dra. Júnia Maria Ferrari de Lima**, UFMG, Brasil;

**Profa. Dra. Júlia Ávila Franzoni**, UFRJ, Brasil;

**Profa. Dra. Jupira Mendonça**, UFMG, Brasil;

**Prof. Dr. Leonardo Bis**, IFES, Brasil;

**Profa. Dra. Lívia Cristina de Aguiar Cotrim**, FSA, Brasil;

**Profa. Doutoranda Luisa Cortat Simonetti Gonçalves**, FDV, Brasil e Maastricht University, Holanda;

**Profa. Doutoranda Luisa Turbino Torres**, University of Delaware, EUA;

**Prof. Dr. Marcos Pedlowski**, UENF, Brasil;

**Prof. Doutorando Renan Pereira Almeida**, UFMG;

**Profa. Dra. Silvana Maria Bitencourt**, UFMT, Brasil;

**Prof. Doutorando Thiago Aguiar Simim**, Johann Wolfgang Goethe - Universität Frankfurt am Main, Alemanha;

**Prof. Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil;

**Prof. Dr. William F. Vásquez**, Fairfield University, EUA.

#### **Avaliadores Ad-Hoc**

**Profa. Mestra Ana Beatriz Oliveira Reis**, Professora da Universidade do Oeste do Pará (UFOPA), Brasil;

**Prof. Mestre André Freire Azevedo**, Professor na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Brasil;

**Prof. Dr. Bruno Braz de Castro**, Doutor pela UFMG, Brasil;

**Prof. Dr. Cláudio Oliveira de Carvalho**, Professor na Universidade do Oeste da Bahia (UESB), Brasil;

**Prof. Dr. Diogo Justino**, Professor na Faculdade Vale do Cricaré (FVC), Brasil;

**Profa. Dra. Doralice Barros Pereira**, Professora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;

**Prof. Doutorando Douglas Carvalho Ribeiro**, Doutorado na Universität Hamburg, Alemanha;

**Prof. Dr. Francisco Assis**, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil;

**Prof. Doutorando Gabriel Vicente Riva**, doutorando na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e professor na Faculdade Vale do Cricaré (FVC), Brasil;

**Prof. Doutor Gustavo Seferian Machado**, Professor na Universidade Federal de Lavras (UFLA), Brasil;

**Profa. Doutoranda Helena Carvalho Coelho**, doutoranda na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;

**Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa**, Professora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;

**Profa. Dra. Inez Terezinha Stampa**, Professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Brasil;

**Prof. Doutorando Jonas da Silva Henrique**, doutorando na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;

**Profa. Doutoranda Luísa Cortat Simonetti Gonçalves**, Professora e doutoranda na Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e doutoranda Maastricht University, Holanda;

**Profa. Dra. Monica Sette Lopes**, professora na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;

**Prof. Doutorando Murilo Leite Pereira Neto**, doutorando na Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG), Brasil;

**Prof. Dr. Pablo Georges Cícero Fraga Leurquin**, Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG), Brasil;

**Prof. Doutorando Pedro Gomes Andrade**, Professor na Dom Helder e na Milton Campos, doutorando Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.



## APRESENTAÇÃO 06

## DOSSIÊ 07

O desastre da reparação: O caso do rio doce  
(Minas Gerais e Espírito Santo, Brasil)  
*Comitativa dos Atingidos da Bacia do Rio Doce*

## ENTREVISTA 28

De Mariana à Mariana: perspectivas de uma Defensora Pública do Espírito Santo sobre o maior crime socioambiental do Brasil  
*Letícia Soares Peixoto Aleixo*

## ARTIGOS CONVIDADOS

Barriers to civic engagement in the metropolitan region of Ribeirão Preto Spanish Civic Engagement 36  
*Caroline Kalil Nogueira, Prof. Dr. Jack Meek*

Spanish Civic Engagement: a bridge among civil society, politics and public administration 60  
*Jack Meek, Alejandro Álvarez Serrano*

## ARTIGOS EM FLUXO CONTÍNUO

La contribución del cooperativismo para el desarrollo local regional: la participación de las cooperativas en la economía de Paraná en el período 2005-2015 72  
*Andréia Faxina Wiese, Olga Alicia Gallardo Milanés*

Entre ficar e sair do meio rural: o que dizem os/as jovens estudantes da Bahia 90  
*Catarina Malheiros da Silva*

Ponte do Belvedere: um estudo da dicotomia entre cidade e natureza e da busca por novas sensações no meio urbano natural 110  
*Jordhana Raposo Andrade, Isabela Castelo Branco Martins Pontes, Giovanna de Giacomando Andrade*

Análise de constitucionalidade da lei 13.364/16: sobre o potencial conflito entre a proteção à cultura e aos animais no rodeio e na vaquejada 128  
*Luisa Cortat Simonetti Gonçalves, Paula Nunes Bastos*

Teorias da Notícia e Análise de discurso: Sentidos de “Lula” no jornal argentino Clarín 143  
*Marcelo Pereira da Silva*

Tema e significação em tirinhas: nas reminiscências de Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov 160  
*Terezinha de Jesus Gomes do Nascimento, Wilder Kleber Fernandes de Santana, José Luciano Marculino Leal*

Guerra civil síria: análise da possibilidade de intervenção internacional e o princípio da responsabilidade de proteger 173  
*Luisa Cortat Simonetti Gonçalves Coutinho, Amanda Cesconeti Martins Natal*

Esboço para uma crítica marx-engelsiana da Utopia 192  
*Murilo Leite Pereira Neto*

## Apresentação

A Revista FOZ em seu segundo número vem a expandir à produção do conhecimento construída há mais de duas décadas pela Faculdade Vale do Cricaré (FVC). Como o Rio Cricaré, o objetivo do conhecimento é perpassar os territórios, extrapolar fronteiras. É, portanto, com esse intuito que, alcançamos terras ainda mais distantes. Reformulamos o sítio eletrônico, incluímos todo o sistema no *Open Journal System*, todos os trabalhos passaram a ter resumo em espanhol e inglês, além do resumo em português e convidamos renomados nomes nacionais e internacionais para a composição do Conselho Editorial.

O alcance da Revista e sua consolidação como referência na produção do conhecimento é comprovado pela recepção de artigos de professores doutores, assim como trabalhos em língua estrangeira e trabalhos de inúmeros estados. É com grande honra que iniciamos nosso segundo número com uma entrevista inédita, “De Mariana à Mariana”, e um Dossiê, também inédito, retratando os três anos do maior desastre socioambiental do Brasil.

Os artigos apresentados alinham-se com a temática interdisciplinar da Revista percorrendo entre os grandes temas de Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, apresentando riquíssimo debate à comunidade acadêmica.

A Revista Científica FOZ é interdisciplinar, semestral e busca estabelecer o diálogo entre produção científica regional e os grandes debates mundiais das mais diversas áreas. O conhecimento exposto na revista tem o escopo de contribuir para o desenvolvimento regional, bem como formação do corpo discente e docente.

Boa leitura!

Vitória, Brasil, 24/12/2018

**Helena Carvalho Coelho** – Editora-chefe Adjunta

Berlim, Alemanha, 24/12/2018

**Gabriel Vicente Riva** – Editor-chefe

## **O desastre da reparação: O caso do Rio Doce (Minas Gerais e Espírito Santo, Brasil)**

*The disaster of the repair: The case of the Rio Doce*

*El desastre de la reparación: El caso del Rio Doce*

Comitiva de Atingidos da Bacia do Rio Doce<sup>1</sup>

### **1. O desastre da reparação**

#### **1.1 Porque estamos em Londres**

O maior crime socioambiental da história do Brasil e um dos maiores do mundo segue impune. Hoje – três anos após o rompimento da Barragem de Fundão, localizada em Mariana, no estado de Minas Gerais – imperam injustiças e violações de direitos das comunidades atingidas em pelo menos 39 cidades ao longo de 826 quilômetros da Bacia do Rio Doce.

É por esta razão que nós - pessoas atingidas pelo desastre ocorrido em 05 de novembro de 2015 - viemos até Londres: para denunciar o atual estado das coisas e clamar por justiça e reparação integral.

Estamos aqui porque estamos cansados. Porque já recorremos a várias instâncias de negociação e decisão e, mesmo assim, quase nada avançou na garantia de uma reparação justa e transparente para as comunidades atingidas.

Dialogamos com os Governos Federal, Estadual e Municipal, Poder Judiciário e com a Fundação Renova – criada pelas mineradoras responsáveis pelo desastre para executar o processo de reparação do desastre – e, até agora, o que vimos foram prazos descumpridos, processos atropelados, direitos negados e tentativas de coação a pessoas atingidas.

O pouco feito até o momento não avançou de forma consistente para além da mitigação de danos (ações emergenciais para garantir a sobrevivência das pessoas atingidas). Ainda hoje, centenas de vítimas sequer tiveram acesso a auxílios emergenciais. Só na região de Mariana, entre 2016 e 2018, o Ministério Público de Minas Gerais mapeou cerca de 250 famílias que tiveram os auxílios financeiros e/ou moradia negados indevidamente. Os números certamente são bem maiores, já que não há um levantamento completo de toda a Bacia do Rio Doce.

---

<sup>1</sup> E-mail: [comissaoatingidos202@gmail.com](mailto:comissaoatingidos202@gmail.com). Apoio: Business and Human Rights Centre, Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, Fundação Ford.

O não reconhecimento em relação ao auxílio, aliado a uma situação de desamparo de atingidos ainda não mapeados e a fragilidade da política de cadastramento conduzida pela Fundação Renova, cria um contexto dramático com a possibilidade de prescrição da pretensão de reparação passados três anos do rompimento da barragem. Nos últimos meses, o argumento de encerramento do prazo para os atingidos entrarem em ações contra a empresa passou a ser utilizado como pressão para acordos ou processos particulares - o que foi feito tanto por parte da Fundação Renova, quanto por escritórios de advocacia, atuantes no Brasil e no exterior.

Enquanto isso, assistimos nossos familiares adoecerem dia a dia. Nas escolas e nas ruas nossas crianças são chamadas de “pé de lama”. Somos apontados como “vagabundos que vivem às custas das empresas”. Idosos sofrem de depressão, afastados do modo de vida que conhecem desde sempre. Nossas comunidades estão fragmentadas e mulheres são privadas das ações de reparação por não terem suas atividades econômicas reconhecidas, como acontece com pescadoras e marisqueiras que trabalham na informalidade no litoral do Espírito Santo. Povos tradicionais e indígenas estão desolados com a poluição do sagrado Rio Doce. Muitos perderam trabalho e alimento, pois águas e peixes estão contaminados.

O desastre, aliado à condução desastrosa da reparação, gera quadros de sofrimento prolongado para as vítimas. Segundo estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 28,9% dos atingidos das comunidades de Mariana sofrem de depressão. Este percentual é cerca de cinco vezes maior do que o da população brasileira, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Entre as crianças e jovens, o número sobe para 39%.

O estudo aponta ainda uma alta frequência de crianças com transtorno de estresse pós-traumático (TEPT): 82%, índice muito próximo àqueles verificados em estudo realizado com crianças vítimas de desastre nuclear (88%)<sup>2</sup>. Não há pesquisas semelhantes realizadas em outras localidades da Bacia do Rio Doce.

Estamos em Londres porque já não aguentamos mais esta situação. Queremos ser ouvidos, considerados e priorizados na reparação dos danos causados às nossas próprias vidas. Estamos aqui porque queremos que convenções e parâmetros já acordados pela comunidade internacional sejam aplicados no caso do Rio Doce. Estamos aqui porque buscamos justiça.

---

<sup>2</sup> KOROL M, GREEN BL, GLESER GC. Children's Responses to a Nuclear Waste Disaster: PTSD Symptoms and Outcome Prediction. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*. 1999;38(4):368-75.

---

**Assinam os atingidos que integram a comitiva a Londres**

---

<b>Douglas Bezerra Adilson Krenak</b>	Representante das comunidades tradicionais e povos indígenas
<b>Joice Miranda</b>	Atingida de Barra do Riacho, Aracruz (ES)
<b>Marino D'Ângelo Júnior</b>	Atingido de Paracatu de Cima
<b>Mauro Marcos da Silva</b>	Atingido de Bento Rodrigues
<b>Mônica Santos</b>	Atingida de Bento Rodrigues
<b>Romeu Geraldo</b>	Atingido de Paracatu de Baixo

---

## **2. Um crime que se renova**

### **2.1 Diversidade de realidade entre comunidades atingidas**

De pescadores artesanais a empresários locais, de mulheres produtoras rurais a empreendedores de turismo, de indígenas, quilombolas e povos tradicionais a profissionais liberais. Da devastação de comunidades inteiras, como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, a cidades privadas de abastecimento de água potável, como Governador Valadares. Da perda do rio e do mar à perda da terra, lugar de moradia, sustento e memória. A lama despejada pelo rompimento da Barragem de Fundão atingiu mais de 1,2 milhões de pessoas, em diferentes níveis.

Não há um perfil único de atingido ou atingida. Há sim, diferentes modos de vida e formas de sentir e vivenciar as perdas causadas pelo desastre. Uma diversidade que acarreta violações de diferentes naturezas.

As comunidades atingidas devem ser protagonistas do processo de reparação, escolhendo a forma mais adequada para cada contexto, pois apenas elas podem mensurar, em todas as suas dimensões, os danos sofridos. Às empresas cabe adotar as melhores práticas para garantir uma remediação efetiva, em um processo que contemple todas os passos de uma reparação adequada, previstos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos: mitigação, restituição, compensação, reabilitação, satisfação e não-repetição. Nada menos do que isso.



**Foto 1** – Diversidade marca a experiência de atingidos ao longo da Bacia do Rio Doce. Nas margens: comunidade rural de Mariana.  
**Fonte:** Arquivo de Lucas Godoy e A. Surine.



**Foto 2** – Território indígena Krenak.  
**Fonte:** Letícia Aleixo, Clínica de Direitos Humanos UFMG



**Foto 3** – Núcleo urbano de Colatina.  
**Fonte:** Daniele Felix e A. Sirene.



**Foto 4** – Litoral do estado do Espírito Santo.  
**Fonte:** Daniele Felix e A. Sirene.

## 2.2 Morosidade: agonia sem data para acabar

Os prazos para o reassentamento das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, foram fixados pela própria Fundação Renova, mas vêm sendo sistematicamente descumpridos. Gesteira, distrito do município de Barra Longa, até hoje não possui terreno comprado para o reassentamento da comunidade.

No caso de Rodrigues e Paracatu de Baixo, houve falhas da Fundação na concepção de projetos, erros em sua execução, atropelos nos encaminhamentos e propostas totalmente incompatíveis com os modos de vida das comunidades – gerando grande ansiedade e expectativa entre os atingidos que aguardam, em moradias provisórias, a retomada de suas vidas. Atualmente,

cerca de 320 famílias de Mariana aguardam a conclusão das obras de reassentamentos; em Gesteira, são 37 as famílias que se encontram nesta situação.

Na condução das obras, o jogo de “empurra-empurra” entre a Fundação Renova e os diferentes órgãos da administração pública torna o processo de reparação ainda mais desgastante, criando um sofrimento prolongado que - aliado à falta de perspectivas, ao distanciamento do cotidiano rural e às morosidades do processo indenizatório - colaboram para o agravamento de um quadro generalizado de estresse pós-traumático e depressão entre os atingidos.

Em novembro de 2017, 271 atingidos de Mariana foram entrevistados por pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Vulnerabilidade em Saúde (Naves), ligado à Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG):

- Quase 30% das vítimas possuem algum grau de depressão - índice cinco vezes maior que a média nacional.
- 32% dos entrevistados foram diagnosticados com transtorno de ansiedade generalizada - índice três vezes maior que a média nacional.
- O risco de suicídio foi identificado em 16,4% dos entrevistados.
- Mais de 82% das crianças analisadas apresentaram sinais de transtorno de estresse pós-traumático - índice muito próximo a estudo com crianças vítimas de desastre nuclear, que é de 85%.

### **2.3 Impunidade: multas não pagas, ações suspensas, processo criminal sem avanços**

É sentimento recorrente na sociedade brasileira de que o crime de Mariana permanece impune. O recente Termo de Ajustamento de Conduta (TAC Governança)<sup>3</sup> fortalece esta percepção ao extinguir a ação movida contra as empresas pela União e pelos estados atingidos, na qual se pedia a constituição de um fundo de R\$ 20 bilhões para reparações.

O acordo também prevê a suspensão de outra ação - movida pelo Ministério Público Federal (MPF) - até que o trabalho de repactuação dos programas de reparação, realização de perícias, constituição das comissões de atingidos e assessorias técnicas esteja completo. Este processo pede a indenização de R\$ 155 bilhões pelos danos sociais, econômicos e ambientais causados pelo desastre.

---

<sup>3</sup> Assinado no final de junho de 2018 pelo Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais e Defensorias Públicas de Minas Gerais e Espírito Santo, Defensoria Pública da União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, União, mineradoras e Fundação Renova.

De acordo com o Ministério Público Federal, a ação de R\$ 20 bilhões está contemplada na segunda ação, de R\$ 155 bilhões, já que a ação do MPF é mais ampla do que a ação movida pelos estados. Como garantia ao cumprimento das ações do TAC Governança e dos programas de reparação, foi constituído um fundo, colocado em juízo, no valor de R\$ 2,2 bilhões (cláusula 80) - montante bastante inferior aos apresentados nas ações anteriores.

É preciso considerar que as violações sofridas pelos atingidos se prolongam e se aprofundam no tempo, sendo necessários diagnósticos continuados dos danos feitos por órgãos e assessorias independentes das empresas. Sem estes diagnósticos é muito difícil mensurar valores necessários para a reparação integral das comunidades.

Em Mariana, o Ministério Público de Minas Gerais move, desde o rompimento, ações válidas apenas para o território: uma Ação Cautelar garantiu o bloqueio de R\$300 milhões das empresas - fundo que permitiu, entre outras ações, o custeio da assessoria técnica aos atingidos do município, realizada pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais (R\$10 milhões para 4 anos de trabalho); e uma Ação Civil Pública, por meio da qual foram garantidas medidas locais de reparação.

Apesar das ações criarem parâmetros e prerrogativas para toda a Bacia do Rio Doce - além de possuir forte valor agregativo entre os atingidos da cidade, que, através de audiências, puderam participar do processo de decisão sobre a reparação -, segundo especialistas (como a equipe do Gesta/UFMG<sup>4</sup>), os resultados alcançados não são sólidos o suficiente para garantir a reparação integral às vítimas do município.

Em audiência realizada em 2 de outubro de 2018, as empresas responsáveis pelo desastre firmaram acordo com os atingidos de Mariana e Ministério Público sem definição de parâmetros indenizatórios objetivos, apesar de toda discussão mobilizada no município em torno de uma matriz de danos compatível às perdas sofridas pelas vítimas.

Além disso, como resultado da negociação, o Ministério Público concordou com a extinção da Ação Civil Pública vigente no território, apesar do processo de reparação estar longe de ser integralizado. Por outro lado, o acordo garantiu a interrupção do prazo prescricional com formação de título executivo judicial (por mais três anos), o reconhecimento expresso da inversão do ônus da prova (não são os atingidos que precisam se provar enquanto tal) e o reconhecimento

---

<sup>4</sup> Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da FAFICH/UFMG (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais).

do dever das empresas em indenizar.

Entre as multas aplicadas, a impunidade também impera. Apenas **uma** das 67 multas aplicadas pelos órgãos reguladores começou a ser paga - o que corresponde a menos de 5% dos R\$ 535,9 milhões devidos pela Samarco, conforme o jornal *O Globo* relatou no dia 8 de maio de 2018.

Já o processo criminal – que apura a responsabilidade sobre a morte de 19 pessoas - corre muito lentamente e ainda se encontra em fase de oitivas. Não há sequer a garantia de que o caso será levado a júri. Neste processo, as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton e 21 pessoas são acusadas de homicídio com dolo eventual - quando se assume o risco de matar -, crimes de inundação, desabamento, lesão corporal e crimes ambientais. O processo inclui ainda mais um engenheiro da VogBR (empresa terceirizada que prestava serviços para a Samarco) e a própria empresa, por crime de apresentação de laudo ambiental falso.

De acordo com o direito internacional dos direitos humanos, a investigação e punição dos responsáveis – além da cessação de uma violação em curso - são essenciais para a garantia de uma remediação adequada. Não é o que vem ocorrendo no caso do desastre do Rio Doce - pelo qual, até o momento, ninguém teve culpabilidade penal reconhecida.

#### **2.4 Falta de participação: atingidos de fora das decisões**

Para uma reparação justa e integral, pessoas atingidas não podem ser tratadas como meras destinatárias das ações e, sim, integrantes de todo o processo de decisão e desenvolvimento de mecanismos de reparação.

Mais uma vez, esta não é a realidade do caso do Rio Doce, em um problema que remonta a negociação do primeiro Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Esse acordo, assinado entre a União, estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as três empresas envolvidas (Samarco, Vale e BHP Billiton), criou um modelo de governança que coloca a Fundação Renova para executar os programas de reparação em todo território atingido.

Além disso, o TTAC criou o Comitê Interfederativo (CIF) - formado por representantes de órgãos de Estado de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União - que, a partir de Câmaras Técnicas específicas, acompanha e fiscaliza as atividades conduzidas pela Fundação.

Apesar de o TTAC não ter sido validado pelo Poder Judiciário - justamente por sua elaboração ter sido feita à revelia das vítimas do desastre -, o modelo de governança e de

reparação de danos previsto em seus termos foi aplicado por seus signatários (Poderes Públicos e empresas), gerando efeitos naqueles que deveriam protagonizar o processo de reparação: os atingidos.

Depois de muita pressão, outro acordo - o recém homologado TAC Governança - incluiu, de forma assimétrica e insuficiente, a representação dos atingidos no Conselho Curador da Fundação Renova e no CIF. Nos dois casos, a participação dos atingidos é minoritária e ainda não foi efetivada. O número reduzido de membros levanta dúvidas em relação à efetividade da representação.

Além dessas ausências em espaços estruturantes e deliberativos, mesmo em reuniões de trabalho da Fundação Renova com participação de atingidos, a escuta qualificada e o respeito às suas opiniões e reivindicações não são garantidas: o que têm acontecido são encontros frequentes e inócuos, sem poder decisório, que fazem com que o processo seja ainda mais moroso, desgastante e sofrido para os atingidos.

O TAC Governança homologado em agosto de 2018 teve 24 signatários, de 13 entidades. Nenhum deles é representante dos atingidos.



**Foto 5** – “Chega de renovar o crime”: Luzia Queiroz, atingida de Paracatu de Baixo, em manifestação organizada pelos atingidos em Mariana, Minas Gerais.

**Fonte:** Wandeir Gomes/ A Sirene.

## **2.5 Auxílio- Financeiro: o “cartão da discórdia”**

O auxílio-financeiro é uma medida mitigatória que consiste no pagamento de uma quantia (um salário mínimo mais 20% por dependente) voltada para a subsistência das vítimas que comprovaram ter perdido sua renda, até que suas condições produtivas sejam restabelecidas.

Para concessão do direito, a Fundação Renova adota medidas restritivas para o

reconhecimento das vítimas, criando mecanismos de identificação incompatíveis com os modos de vida das comunidades.

Ao mesmo tempo em que adota uma política de rigor documental para comprovação do dano, a Fundação promove a distribuição de cartões de forma pouco sistematizada, desvinculada de um diagnóstico efetivo dos impactos provocados nas comunidades pelo rompimento da barragem. Esta política gera quadros nos quais, muitas vezes, os atingidos de fato não conseguem se provar enquanto tal - como no caso de trabalhadores rurais, pescadores e faiscadores que viviam na informalidade. *“Eles querem atender só quem tem documento da pesca. Mas quando a lama veio, ela não veio só para quem tem documento. Ela veio para todo mundo”*. Foi o que disse seu Simião, pescador e líder comunitário de Povoação, distrito do município de São Mateus, Espírito Santo.

A situação é ainda mais difícil no caso das mulheres, como as pescadoras e marisqueiras, que são menos reconhecidas como profissionais da pesca. A dependência do auxílio concedido a homens - tidos, com frequência, como chefes dos núcleos familiares - gera situações de desamparo em situações de divórcios pós-rompimento. No Espírito Santo, estado brasileiro recordista em índices de violência doméstica, a ausência de uma política protetiva às atingidas mulheres mostra-se um problema ainda mais grave.



**Foto 6** - Pescadores de Barreiras, comunidade de Conceição da Barra (ES) mostram seus documentos. A Fundação Renova concedeu os primeiros auxílios-financeiros na região apenas em junho deste ano.

**Fonte:** Daniela Felix/ A Sirene.

Além da burocracia para concessão do auxílio, o cartão, desacompanhado de uma

política consistente de reabilitação social e econômica, vem desempenhando um papel assistencialista e de cooptação nas comunidades atingidas. Não há um mecanismo eficiente de preparo das populações para um modelo de produção que não dependa desse recurso e muito menos uma estratégia que vise a restituição das condições de vida semelhantes às aquelas anteriores ao desastre.

## **2.6 A insuficiência das indenizações**

Não bastasse a notória assimetria econômica e de recursos técnicos e humanos, diversas ações ampliam o desequilíbrio na relação entre atingidos e empresas no processo de reparação.

Desde que foi instituída, a Fundação Renova, por meio da contratação de empresas terceirizadas - entre elas as prestadoras de serviços às mineradoras, como a empresa Synergia Consultoria Socioambiental – iniciou, em toda a Bacia do Rio Doce, um processo unilateral e amplamente questionado de levantamento das perdas das vítimas.

Neste trabalho foi utilizado um questionário incompatível com os modos de vida das comunidades, marcado por vocabulário técnico e pela baixa compreensão por parte dos atingidos. Tal cadastramento recebeu pareceres críticos do Ministério Público Federal, do Gesta/UFGM e de movimentos sociais, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

Em Mariana, a condução desse cadastramento foi suspensa pela Justiça local e a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais passou a conduzir o processo, garantindo que os atingidos participassem do debate sobre a elaboração do cadastro.

Em outras cidades da Bacia do Rio Doce, ainda sem acompanhamento de assessoria técnica (além de Mariana, a exceção é o município de Barra Longa, onde o trabalho é realizado por outra organização, a Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social), o cadastro da Renova foi aplicado e vem sendo validado, servindo como referência para condução do PIM (Programa de Indenização Mediada).

No caso dos acordos firmados pelo PIM, os problemas assemelham-se àqueles percebidos em relação à distribuição de auxílio-financeiro: rigor documental desproporcional à realidade das vítimas; ausência de um diagnóstico consistente sobre as localidades atingidas; falta de critério, organização e informação em relação às etapas do programa.

Neste programa, o valor das indenizações acordadas junto aos atingidos são calculados com base numa matriz de danos insuficiente, na qual diversos danos, sobretudo aqueles de ordem

imaterial, patrimonial, ambiental e moral são desconsiderados ou subvalorizados pela Fundação Renova. Em Mariana, apesar de toda uma discussão em torno da elaboração de uma matriz de danos específica - construída pela assessoria técnica junto às comunidades atingidas -, não foi garantido, na Ação Civil Pública que regulava a reparação no município, a homologação de um documento objetivo de referência para construção das propostas indenizatórias que virão a ser efetuadas pelas empresas.

Destacam-se dispositivos abusivos e incompatíveis com a realidade do dano, como a cláusula de quitação integral, que retira dos atingidos qualquer direito de reivindicar perdas futuras relacionadas ao desastre. Para conformar um quadro ainda mais grave de violação de direitos, de acordo com Policy Paper<sup>5</sup> publicado pela Conectas e pela Clínica de Direitos Humanos da UFMG, os acordos propostos pela Fundação estão sujeitos a um termo de confidencialidade que impede a análise das propostas por terceiros - sendo imputado, ao descumprimento da cláusula, uma multa de R\$10.000,00.



**Figura 1** - Atingidos sofrem pressão nos processos de “negociação” com Renova.

**Fonte:** Wellidas Monteiro, atingido de Bento Rodrigues, para o Jornal A Sirene.

<sup>5</sup> “Transparência, participação, responsabilização e reparação: uma proposta de governança para remediação do desastre do Rio Doce”. 1ª edição: Abril de 2018. Produzido por Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais e por Conectas Direitos Humanos. Belo Horizonte e São Paulo, Brasil.

## **2.7 Danos ao ambiente**

Três anos após a ocorrência do crime, a extensão dos danos ambientais provocadas pelo rompimento ainda não foi medida. Falta transparência e ampla divulgação aos estudos e pesquisas conduzidos na Bacia do Rio Doce, o que dificulta uma análise sistêmica e integrada do impacto ecossistêmico provocado pelo desastre.

Além das análises setorizadas, existem indícios dos efeitos da contaminação: a espécie de peixe que sumiu do rio e do mar, a saúde da população ribeirinha acometida por doenças de pele, a cor da água que, com frequência, volta a ser marrom...

Nas redes sociais da Fundação Renova, já foram utilizadas imagens que comparam os rios e lagoas atingidos logo após o rompimento com imagens atuais, tiradas em momento de suposta “limpeza” da água. O que a Fundação não informa é que basta um pouco de chuva para que as águas se revolvam a ponto de se tornarem novamente turvas e revelarem o minério despejado, já que os rejeitos se encontram depositados na calha e no fundo do rio e do oceano.

Entre as ações controversas adotadas pela Fundação Renova está ainda a adoção de técnicas de recuperação como o uso indiscriminado de manejo de solos (através da qual os rejeitos são misturados a áreas não impactadas pelo desastre) e a plantação de espécies não nativas, de crescimento rápido, nas margens do rio.

Em relação aos danos provocados pela contaminação ambiental por resíduos de mineração, o monitoramento das populações atingidas é precário. Em meio à ausência de dados sistematizados, obtidos a partir de metodologia compatível à natureza do problema, o que fica como evidência da situação de risco à saúde pública são estudos pontuais, realizados de forma dispersa ao longo da bacia - como a pesquisa realizada pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade, financiada pelo Greenpeace, que indicou a contaminação de moradores de Barra Longa por níquel e índices abaixo do normal de zinco (possivelmente em função da interação com a alta concentração de níquel).

## **2.8 Direito à memória e à cultura**

Os rejeitos de minério de ferro despejados pelo rompimento da barragem atingiram regiões de grande importância histórica e cultural para o Brasil. Alguns povos, como os índios Krenak, estabeleceram-se nas proximidades do Rio Doce há séculos e dali não mais saíram - nem mesmo diante de todas as violências às quais foram e são submetidos. Entre elas, aquelas

causadas pela mineração, como a construção da linha férrea em pleno território indígena e a contaminação do Rio Doce - rio sagrado, “Watu” - pelo desastre.



**Foto 7** - Território Krenak vem sendo historicamente atingido por outros empreendimentos da Vale. População indígena ainda luta para demarcação de territórios sagrados.

**Fonte:** Letícia Aleixo/ Clínica de Direitos Humanos UFMG

Pelo histórico de violências cometidas contra as populações Krenaks, estes indígenas do meio-rio vêm se constituindo um dos mais importantes focos de resistência à atuação de fachada da Renova. Até hoje, a Fundação não conseguiu ingresso neste território - os Krenaks negociam seus mecanismos de reparação diretamente com a Vale -, ainda que, mais recentemente, tem se tornado crescente a pressão pela entrada da Renova nas aldeias - influência exercida, inclusive, pelo órgão nacional responsável pelo amparo às populações indígenas, a Funai (Fundação Nacional do Índio).

Outras populações indígenas seguem sua resistência no Espírito Santo, sobretudo na cidade de Aracruz, onde vivem tribos guaranis e tupiniquins. No litoral, vivem da pesca no rio, no mar e no mangue, tal como diversas comunidades espalhadas pela costa do estado, com modo de vida e costumes específicos.

Em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, distritos de Mariana, localizados na região conhecida como Caminho do Ouro, as perdas de patrimônio histórico-cultural são inestimáveis. Construções históricas, como a Igreja de São Bento, erguida no século 18, e objetos sacros da mesma época foram destruídos pela lama. Com eles, festas e ritos populares também foram desmobilizados junto às comunidades.

Não bastasse a destruição já provocada pelos rejeitos, em Bento Rodrigues, parte do patrimônio histórico do subdistrito (muros de pedras construídos no século XVIII) foi alagado para construção do chamado Dique S4. Segundo a Samarco, o dique é importante para contenção dos rejeitos que ainda estão depositados na parte alta da bacia. A obra forma uma grande represa, colocada de forma autoritária (via decreto governamental), em terras particulares. Segundo os atingidos, o processo de negociação para indenização pelo alagamento dos terrenos foi marcado por coação e ausência de mediação do Poder Público. O desmonte do dique é uma das principais demandas dos moradores de Bento Rodrigues, assim como, sua manutenção constitui-se na principal ofensiva das empresas sobre tal território, estratégico para os planos de expansão minerária.

Infelizmente, a dimensão do dano patrimonial é pouco considerada no processo de reparação. De acordo com diagnóstico produzido pela empresa Pólen Consultoria, as poucas ações nesse campo são insatisfatórias e reduzidas a um escopo temático específico (recuperação/restauração do patrimônio sacro) e em territorial pontual. E mesmo nessa região, os trabalhos conduzidos pela Fundação Renova não deram conta de mensurar - menos ainda proteger - os bens culturais materiais e imateriais presentes nas comunidades atingidas.

### **3. Fundação Renova: O braço das mineradoras**

Criada pelas empresas em abril de 2016, com base em acordo entre os poderes públicos e as empresas, a Fundação Renova é a entidade responsável por executar o processo de reparação do desastre. Suas mantenedoras são as mineradoras responsáveis pelo crime: Samarco, Vale e BHP Billiton.

De acordo com dados da própria Fundação Renova, foram aportados, até agosto de 2018, R\$ 4,4 bilhões nos programas de reparação estipulados pelo TTAC 2016 - entre recursos diretos da Samarco e repasses realizados pela Fundação. São 42 programas divididos em três eixos temáticos: Pessoas e Comunidades, Terra e Água e Reconstrução e Infraestrutura.

No entanto, a atuação da Fundação tem sido sistematicamente questionada, por diferentes motivos. Alguns deles serão elencados a seguir.

### 3.1 Falta de autonomia em relação às empresas

Embora reforce insistentemente o discurso de autonomia em relação às mineradoras responsáveis pelo crime, a atuação da Fundação Renova não deixa dúvidas sobre os interesses aos quais serve.

No Conselho Curador da Fundação, órgão de poder decisório, esta influência fica evidente: são **seis** representantes das mineradoras, apenas **dois** de atingidos de toda a Bacia e **um** do Conselho Interfederativo (CIF) - o que assegura ampla maioria para aprovação e encaminhamento das propostas das mineradoras. Vale ressaltar que esta configuração do Conselho, prevista no TAC Governança, sequer foi implementada e atualmente os atingidos não têm qualquer representação no órgão.

Outro ponto importante é o grande número de quadros profissionais da Fundação Renova que foram absorvidos das mineradoras e seguem sendo pagos por elas. De acordo com o Relatório de Administração Renova 2017, R\$ 41,766 milhões foram contabilizados como “Serviços Voluntários - Cedidos” em 2016 e 2017 (pág. 46). Os valores são referentes a salários, encargos e benefícios de empregados cedidos pelas mantenedoras – Samarco, Vale e BHP - diretamente para a Renova.



**Foto 8** - Água empoçada em frente à Igreja de Santo Antônio, em Paracatu. Problema foi solucionado por esforços da própria comunidade.

**Fonte:** Maria Geralda/ A Sirene.

Soma-se a isso o fato de que, na maior parte das vezes, os representantes da Fundação que atuam no diálogo direto com as vítimas não possuem poder decisório, o que arrasta e dificulta a solução de demandas simples, como a capinagem de um terreno ou a cessão de espaço para realização de um evento comunitário. Mudanças constantes nas equipes de diálogo comunitário também geram desgastes pela não continuidade das tratativas junto às vítimas.

Um exemplo é o caso da comunidade de Paracatu, que, cansada de buscar soluções junto à Fundação, organizou um mutirão para drenar a água empoçada em frente à Igreja de Santo Antônio, localizada no subdistrito atingido pelos rejeitos.

### **3.2 Propaganda exagerada**

Milhões de reais têm sido destinados a ações de comunicação, propaganda, promoção e assessoria de imprensa da Fundação. Estas ações são executadas sob o guarda-chuva do “Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social”, que engloba - entre outras - assessoria de imprensa, gerenciamento de mídias sociais (WhatsApp, Facebook, YouTube, Google Plus, LinkedIn e Instagram), produção de programas de rádio, jornais, cartilhas, folders, spots, anúncios, convites, peças gráficas, eventos, campanhas, Linha 0800, Fale Conosco no site, Ouvidoria e os 13 Centros de Informação e Atendimento.

Também foram executadas, dentro desta rubrica, ações como uma pesquisa produzida pelo Reputation Institute junto a comunidades atingidas, colaboradores, parceiros e formadores de opinião e campanha de mídia paga (“Principais resultados alcançados na reparação e compensação dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão”).

Mais indícios de que o foco de atuação da comunicação da Fundação Renova passa pela autopromoção está no investimento em canais corporativos, como a revista Dois Pontos e a newsletter Conecta, voltada para o público externo.

O orçamento previsto para esta rubrica até 2020 é de R\$ 145,25 milhões - segundo documento intitulado “PG - 006 - Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social” da Fundação Renova, de Junho de 2018. Já o Relatório de Administração Renova 2017 informa que, até dezembro de 2017, R\$ 41,377 milhões foram gastos desta rubrica (“Comunicação e Diálogo”) (p. 44).

Outro documento, o “Narrativas Renova”, de julho de 2017, informa que o site da Fundação, que está no ar desde agosto de 2016, tem orçamento próprio que, até aquela data,

somava R\$ 540 mil reais.

A Renova se apressa em estabelecer canais de comunicação com públicos externos mas não faz o mesmo esforço com as vítimas que reclamam da falta de transparência e acesso a informações precisas e atualizadas - tanto que a maioria dos documentos aqui citados não estão sequer disponíveis no site da Fundação Renova.

Além disso, o investimento em ações de *merchandising social* chega a ser provocativo para os atingidos que sofrem com a ineficiência da reparação. Medidas como “colônia de férias para crianças de Mariana”, “plantação de árvores por uma ONG em Barra Longa”, “apoio a atividades culturais” - a princípio, propostas positivas e agregadoras - tornam-se instrumento de revolta para as vítimas, que sabem a real motivação desse tipo de programação.

### 3.3 Investidora social?

A Renova, enquanto entidade criada para conduzir o processo de reparação de um crime, não é uma investidora, tampouco uma organização de filantropia social. No entanto, em novembro de 2017, os atingidos se surpreenderam com a entrada, em novembro de 2017, da Renova no GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas investidoras sociais no Brasil.

Para isso, a Fundação Renova se apresenta - e é aceita em diferentes ambientes institucionais - como apoiadora de projetos de reparação e reconstrução de distritos e regiões atingidas. Essa é uma enorme distorção de sua finalidade social e do princípio jurídico que levou à sua constituição, uma vez que todas as ações da Fundação são obrigatórias no sentido de mitigar e reparar os danos causados pelas suas empresas mantenedoras.

Para o próprio GIFE, investimento social privado é o **repasso voluntário** de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicas de interesse público. Com certeza esta não é a natureza da Fundação Renova, configurando em mais um absurdo e tentativa da entidade de se legitimar e melhorar a imagens das mineradoras causadoras do dano.

Por fim, destaca-se o vocabulário adotado pela Fundação como forma de amortizar a gravidade do desastre e diminuir a culpa das empresas responsáveis por sua ocorrência. Para a Renova, assim como para as mineradoras, o rompimento foi um “acidente” - apesar de relatórios internos darem conta da fragilidade da barragem, apesar da opção pela deposição excessiva de rejeitos em um complexo saturado, apesar da ausência de um plano de evacuação e emergência

para as comunidades atingidas. Para a Fundação, atingido deve ser chamado de “impactado” - como se a vida dessas pessoas tivesse sofrido mudanças pontuais, e não uma reorientação por completo. Para ela, o direito à reparação não é uma obrigação das mineradoras, mas um “benefício” oferecido em forma de auxílios-emergenciais e outras medidas mitigatórias.



**Foto 9** - Rastros da destruição ambiental provocada pelo desastre.  
**Fonte:** Daniela Felix/ A Sirene.

#### 4. Mensagem final

Ao expor as mazelas e violações sistemáticas de direitos oriundos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, abordamos um caso específico, mas falamos de um problema estrutural cujo enfrentamento é fundamental para a construção de um futuro sustentável para o contexto da indústria minerária no Brasil.

A partir do financiamento de campanhas eleitorais e poderosos lobbies políticos e econômicos, as mineradoras incidem diretamente na criação e aplicação de leis no país. Exemplo direto desse poder de interveniência, foi a flexibilização do licenciamento ambiental para construção de barragens em Minas Gerais - aprovada por ampla maioria na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e sancionada pelo governador do estado - **duas semanas** após o desastre de Fundão. (Projeto de Lei do Executivo - 2.946/2015).

Atualmente, tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais o Projeto de Lei 3676, voltado para legislação de barragens. A esta proposta, foi incorporado o Projeto de Lei 3695, elaborado pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), a partir de em uma campanha intitulada “Mar de lama nunca mais” - que recolheu mais de 56 mil assinaturas de apoio. Contudo, propostas centrais deste segundo projeto não foram acolhidas, como a exigência de licenciamento ambiental de três fases (independentemente do porte do empreendimento), a

realização de audiência pública nas comunidades afetadas, a exigência de caução ambiental pelas empresas e a proibição da instalação de barragens de rejeito sempre que houver alternativa técnica disponível.

Segundo o Ministério Público, só em Minas Gerais, há mais de 400 barragens de rejeitos de mineração, sendo que 10% delas não apresentam garantia de estabilidade. Segundo dados do observatório Lei A<sup>6</sup>, no estado são 145 o número de barragens não inseridas no Plano Nacional de Segurança de Barragens (PNSA).

Atualmente, em Minas Gerais, o licenciamento ambiental é pouco rigoroso com barragens de pequeno e médio porte, não há obrigatoriedade do uso de tecnologias alternativas às barragens, nem determinação de uma área mínima de segurança em relação à existência de núcleos populacionais ou mananciais de abastecimento hídrico.

No âmbito federal, a atualização do Código de Mineração vem sendo feita de forma fragmentada, via medidas provisórias e decretos. Entre as mudanças, destaca-se a concessão de poder fiscalizatório e sancionador, em matéria ambiental, à recém-criada Agência Nacional de Mineração - prerrogativa vista, por especialistas, como fator de insegurança jurídica ao sobrepor competências já instituídas a outros órgãos da administração pública.

Aqui, mais uma vez, o poder de influência das mineradoras é forte: dos 34 deputados que compunham a comissão especial de deliberação do novo Código de Mineração, 17 receberam recursos dessas empresas em suas campanhas eleitorais. Em 2014, só a Vale “investiu” R\$22.650.000,00 no financiamento de candidatos e partidos políticos - as informações são do relatório do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, lançado em 2014<sup>7</sup>.

Desde 1986, ocorreram pelo menos 6 rompimentos de barragens de mineração em Minas Gerais, com um total de 33 mortes e centenas de milhares de pessoas atingidas. No Brasil, após o rompimento de Fundão, outros dois desastres de mineração já foram registrados, com destaque para o vazamento de rejeitos de uma refinaria de alumina pertencente à empresa Hydro Alunorte, em Barcarena, no Pará.

A condução responsável de atividades ligadas ao setor extrativista é fundamental para uma agenda econômica sustentável neste início de século XXI. Os impactos da mineração, por

---

<sup>6</sup> Observatório de leis, projetos de lei, temas e discussões ambientais criado a partir de uma parceria entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Associação dos Observadores do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural de Minas Gerais.

<sup>7</sup> “Quem é quem nas discussões do Novo Código da Mineração”, de Clarissa Reis Oliveira. Produção: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2014.

exemplo, não podem ser negligenciados pelo argumento de que o mundo contemporâneo, tal como se encontra desenhado, é altamente dependente de produtos derivados do minério. Qualquer justificativa dessa ordem, montada sob argumentos tecno-progressistas que desconsiderem impactos socioambientais, revela apenas uma preocupação com a geração de riquezas, em desconsideração aos direitos humanos e aos direitos da natureza em relação às possibilidades do futuro. Um importante desafio que precisa ser assumido pelo setor minerário é a busca por um modelo produtivo que não institucionalize a violação de direitos humanos e que converta sua alta rentabilidade para o desenvolvimento e manejo de técnicas cada vez mais afinadas a uma agenda sustentável.

## 5. Glossário

**Fundação Renova** - Entidade de direito privado, foi criada com base no TTAC 2016, mantida pelas empresas responsáveis pelo desastre e coordenadora do processo de reparação dos atingidos pela Barragem de Fundão.

**Comitê Interfederativo (CIF)** - Instância de deliberação e fiscalização das ações reparatórias conduzidas pela Fundação Renova, composto por representantes de órgãos públicos, administradores dos entes federativos e organizações da sociedade civil.

**TTAC 2016** - Termo de Transação e Ajustamento de Conduta assinado em 02 de março de 2016 entre as mineradoras responsáveis pelo crime (Samarco, Vale e BHP Biliton), governo federal, governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo e outros órgãos governamentais. O acordo estipulou, entre outros pontos, a criação e atribuições da Fundação Renova.

**Assessoria Técnica dos Atingidos** - Equipe de profissionais de diferentes áreas responsável por assessorar tecnicamente os atingidos no processo de reparação. As assessorias são um direito conquistado pelos atingidos e tem como função nivelar discussões e fornecer informações completas, transparentes e qualificadas para as vítimas. Em Mariana, a assessoria é desempenhada pela Cáritas Brasileira e em Barra Longa pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas). No restante da Bacia do Rio Doce, as assessorias estão em processo de constituição.

**TAC Governança** - Termo de Ajustamento de Conduta homologado em agosto de 2018 que, entre outras coisas, prevê a alteração do sistema de governança estipulado pelo TTAC 2016 e tem 24 signatários: Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Minas Gerais

(MPMG), Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), União, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Mineração (ANM), Fundação Nacional do Índio (Funai), Estado de Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Fundação Estadual do Meio Ambiente do Espírito Santo (FEAM), Estado do Espírito Santo, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), Samarco, Vale S/A, BHP Billiton, Fundação Renova.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira Neto

Data de envio: 20/12/2018

Data de aprovação: 20/12/2018

Como citar:

COMITIVA DE ATINGIDOS DA BACIA DO RIO DOCE. Dossiê: O desastre da reparação: O caso do rio doce (Minas Gerais e Espírito Santo, Brasil). **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 07-27, dez 2018.

## **De Mariana à Mariana: perspectivas de uma Defensora Pública do Espírito Santo sobre o maior crime socioambiental do Brasil**

*From Mariana to Mariana: perspectives of a Public Defender of Espírito Santo on the biggest social-environmental crime in Brazil*

*De Mariana a Mariana: perspectivas de una Defensora Pública de Espírito Santo sobre el mayor crimen socioambiental de Brasil*

Por Letícia Soares Peixoto Aleixo<sup>1</sup>

### **Apresentação<sup>2</sup>**

Dezenove vidas humanas perdidas. Mais de 300 moradias. Cidades inteiras privadas de abastecimento de água potável. A perda do rio, do mar e da memória. Trabalhadores rurais, empresários locais, pescadores artesanais, mulheres, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e profissionais liberais. A lama despejada pelo rompimento da barragem de Fundão, localizada em Mariana, no estado de Minas Gerais, atingiu mais de 1,2 milhões de pessoas em diferentes níveis. Desde o 05 de novembro de 2015 imperam injustiças e violações de direitos das comunidades atingidas em mais de 40 municípios de dois estados federativos, Minas Gerais e Espírito Santo. Aquele que foi tido como o maior desastre ambiental (e sociotecnológico) da história do país se revela cotidianamente uma tragédia humana de proporções ainda não calculadas. E segue impune.

Nesta breve entrevista, a defensora pública do Espírito Santo, Mariana Andrade Sobral, nos fala sobre os desafios da atuação em um caso dessa magnitude, o papel das instituições públicas, a articulação de redes, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres atingidas e mais...

---

<sup>1</sup> Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora de Direito nas Faculdades Milton Campos. Orientadora e co-fundadora da Clínica de Direitos Humanos da UFMG. Advogada. E-mail: leticiapaleixo@gmail.com

<sup>2</sup> A apresentação, assim como a entrevista, revisão e notas de pé de página foram realizadas por Letícia Aleixo.

## Entrevista

**O Caso Samarco/Rio Doce é tido como o maior desastre socioambiental da história do Brasil, o que certamente impõe inúmeros desafios aos atores nele envolvidos. Como foi que esse caso chegou à Defensoria Pública do Espírito Santo e de que maneira a equipe se articulou/vem se articulando para atuar?**

Após o dia 05 de novembro de 2015, com o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG, percebeu-se que a lama atingiria municípios do Espírito Santo de forma bastante severa. A atuação não poderia ser absorvida pelos Defensores Públicos que atuam de forma convencional nas áreas atingidas (alguns municípios não possuem sequer Defensoria Pública instalada). Assim, a Defensoria Pública do Espírito Santo criou um grupo denominado SOS Rio Doce, primeira fase do trabalho. Foram feitos cerca de 1000 atendimentos nas comunidades da foz do rio doce e propostas aproximadamente 150 ações individuais. Após quase um ano de trabalho do grupo, percebeu-se a necessidade de se ampliar ainda mais o alcance da atuação, haja vista a impossibilidade, física e estrutural, de atendimento de todos os atingidos e atingidas de forma individual com efetivo acompanhamento posterior. Passou-se então, através do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (NUDAM), à realização de trabalho com cunho voltado ao coletivo com proximidade e apoio das organizações existentes dentro dos territórios e das outras instituições públicas, podendo citar como exemplo o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o grupo Organon (vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo), as Comissões de Atingidos, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e Ministérios Públicos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Essa articulação conjunta permitiu um trabalho em rede com maior proximidade dos atingidos e atingidas. Alcançou-se legitimidade e conhecimento de campo para serem levados às estruturas criadas pelo Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC)<sup>3</sup>, em especial ao Comitê Interfederativo (CIF)<sup>4</sup> e às Câmaras Técnicas,<sup>5</sup> assim

---

<sup>3</sup> O TTAC foi assinado em 02 de março de 2016 entre as mineradoras responsáveis pelo desastre (Samarco, Vale e BHP Billiton), governo federal, governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo e outros órgãos governamentais. Conhecido como “acordão” pelos atingidos e atingidas, estipulou, entre outros pontos, a criação e atribuições da Fundação Renova e seu mecanismo de governança. Posterior à sua homologação judicial, teve sua validade questionada pelo Ministério Público Federal que, desde então, vem atuando junto dos Ministérios Públicos de Minas Gerais e do Espírito Santo e das Defensorias Públicas da União, de Minas Gerais e do Espírito Santo em busca de uma repactuação do processo de reparação dos danos causados pelo desastre. Inúmeros acordos foram assinados desde o TTAC de 2016.

como aos processos judiciais e, até mesmo, às mesas de negociações com as empresas-rés (Samarco, Vale e BHP Billiton). Embora a legislação permita uma atuação convencional e isolada das instituições públicas, optou-se por uma somatória de esforços institucionais e não institucionais com objetivo de fortalecimento de todo o processo de acesso à justiça para as pessoas que sofreram danos materiais e imateriais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. O trabalho desenvolvido tem como premissa principal a centralidade da vítima em um processo próximo, democrático e coletivo de construção das principais demandas e soluções para a efetivação dos direitos. O saber jurídico não é levado como única fonte para a tomada de decisões, muito pelo contrário, muitas vezes é posto até como a última. Assim, pode-se citar como aspecto importante a necessidade da Defensora Pública e de outras instituições participarem deste processo de mobilização com objetivo também de realização de educação em direitos, posto que a informação é um pressuposto básico para qualquer tipo de participação social do cidadão. Passados três anos buscando garantir aos atingidos e atingidas acesso a informação, aguardo ansiosa a instalação das assessorias técnicas<sup>6</sup> nos territórios capixabas, na medida em que haverá mais um ator ao lado dessas pessoas que lutam e esperam por justiça.

**Em relatório recente, divulgado pela Defensoria Pública do Espírito Santo, a senhora se coloca como uma das milhares de pessoas que tiveram suas vidas transformadas pelo rompimento da barragem de Fundão. O que mudou? Quais são os desafios da Mariana, defensora pública, mulher e mãe, nesse caso?**

O rompimento da barragem de Fundão pode ser visto como um fato ensejador de grande transformação social. Iniciou com a destruição de comunidades próximas à barragem, como Bento Rodrigues, e como uma verdadeira enxurrada, dia após dia, vem destruindo toda malha social dos mais de 40 municípios atingidos. Dentro de tal transformação, posso dizer que as

---

<sup>4</sup> O CIF foi criado pelo TTAC como instância de interlocução permanente da Fundação Renova, acompanhando, monitorando e fiscalizando os seus resultados, sem prejuízo das competências legais dos entes federativos.

<sup>5</sup> As Câmaras Técnicas foram criadas por meio da Deliberação CIF nº 07, de 11 de julho de 2016, com função de assessoramento e consulta ao CIF no desempenho de sua finalidade de orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução das medidas impostas no TTAC.

<sup>6</sup> As assessorias técnicas são entidades escolhidas pelas comunidades atingidas, geralmente compostas por equipes multidisciplinares, com atribuição de prestar auxílio às pessoas, famílias, grupos sociais e comunidades atingidas para viabilizar a participação ampla e informada ao longo de todo o processo relativo ao diagnóstico socioeconômico e às reparações integrais de seus direitos; assessorar tecnicamente e mobilizar as comunidades atingidas nas ações voltadas à reparação integral; emitir pareceres técnicos, oferecer formação em direitos humanos para os representantes das comunidades atingidas, etc. Trata-se de conquista das comunidades atingidas, após intensas mobilizações, garantida por meio de um dos acordos entre Ministério Público e empresas, em 2017. A maior parte dos territórios atingidos, no entanto, ainda se encontram no processo de escolha da assessoria técnica.

instituições de justiça que se colocaram ao lado dos atingidos e atingidas para escutar suas dores e tentar efetivar seus direitos também passaram por grandes mudanças e não serão mais as mesmas, a exemplo da Defensoria Pública do Espírito Santo, instituição da qual faço parte. Passamos por sérios problemas de estruturas e falta de investimento que culminam na evasão de profissionais. Porém, mesmo com uma baixa de quase 100 defensores públicos, podemos ter o Núcleo de Defesa Agrária e Moradia atuando neste caso. O apoio institucional foi fundamental. O processo tem sido muito duro. Somos apenas dois Defensores, com apoio de mais dois, para cobrir toda demanda do Estado e lutar contra as duas maiores mineradoras do mundo. A minha rotina de trabalho nesses últimos 3 anos ficou extensa. Difícil diferenciar o que não deve ser levado para casa após um longo e exaustivo dia de ida às comunidades atingidas. Vivemos em tempo integral pensando em estratégias que representem vontade dos atingidos, que tragam ao menos um pouco de dignidade mesmo com a perda de tantos elementos essenciais as suas vidas. Em diversas ocasiões, há a sensação de frustração e desânimo, porém inexiste outra opção que não seja seguir. Tem sido um grande desafio conciliar a vida pessoal com um trabalho que não nos envolve apenas fisicamente, mas, em especial, emocionalmente. Como mãe e mulher que sempre lutou por sua autonomia financeira e laborativa, impossível não me colocar no lugar das mulheres atingidas e sofrer as suas dores, sentir os seus medos e revoltar-se com a demora na solução dos problemas trazidos pela lama.

**O mesmo relatório revela serem comuns manifestações de atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão de que "a Fundação Renova<sup>7</sup> tem atuado de forma a acentuar, ainda mais, a disparidade existente dentro da nossa sociedade entre homens e mulheres" (p. 5).<sup>8</sup> Quais elementos levam a essa conclusão? Qual o papel das instituições públicas diante dessa constatação?**

O trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública sempre teve como diretriz principal a proximidade com as comunidades e foram nessas idas, nessas escutas que os relatos das mulheres atingidas começaram a chamar atenção. De forma repetida, as mulheres narravam que estavam sendo preteridas nos cadastros e, após, na concessão de auxílios e indenizações. Diante dos casos

---

<sup>7</sup> A Fundação Renova é entidade de direito privado, criada em 02 de agosto de 2016, com base no TTAC, para conduzir o processo de reparação dos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. É mantida e controlada pelas empresas causadoras do desastre, vez que seus representantes compõem a maior parte do Conselho Curador da entidade.

<sup>8</sup> O relatório pode ser acessado, na íntegra, em: <http://www.defensoria.es.def.br/site/index.php/2018/11/06/dpes-divulga-relatorio-sobre-situacao-da-mulher-atingida-pelo-desastre-do-rio-doce/>. Acesso em 17/12/2018.

concretos que foram surgindo, foi requisitada informação à Fundação Renova que confirmou a existência de maior percentual de pagamento aos homens, apesar de haver proporção igual em gênero de cadastrados. A volta do “chefe de família” é elemento que preocupa bastante. As instituições públicas não podem aceitar qualquer tipo de processo de reparação e compensação que ampliem ainda mais desigualdades existentes, como é o caso da desigualdade de gênero. O grande problema prático em termos de atuação para combater a atitude da Fundação Renova é comprovar a existência da conduta e desvencilhar a justificativa de que tal diferença representa a realidade da própria sociedade. O primeiro desafio é a coleta dos danos e das comprovações para traçar as estratégias de atuação por parte das instituições. Algumas medidas estão sendo tomadas, como por exemplo a realização de reuniões apenas com mulheres para auxiliar o processo de autoidentificação como mulher atingida e, até mesmo, preterida. Essas reuniões são importantes instrumentos mobilizadores do trabalho de educação em direitos. Desconsiderar a autonomia econômica que a mulher tinha antes do desastre é um desrespeito a sua conquista, a sua luta para atingir tal liberdade mesmo dentro de uma sociedade machista e patriarcal.

**Três anos após o colapso de Fundão e a chegada da lama ao mar, inúmeras são as notícias de municípios em situação de grave crise ao longo da Bacia do Rio Doce, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Estado brasileiro pode ser considerado atingido? As soluções para o caso vêm sendo pensadas considerando a dicotomia Estado-violador, pela falha no dever de fiscalizar, e Estado-vítima?**

O Estado brasileiro é atingido, todavia não podemos esquecer que ocupa uma posição dupla de vítima e culpado. A omissão do Estado na concessão das licenças ambientais, na falta de fiscalização da barragem de Fundão (e de outras) e agora no próprio processo de reparação e compensação, coloca o Estado brasileiro também numa posição de “vilão” ao lado das empresas causadoras dos danos. O TTAC, mais conhecido como “acordão”, privatizou o desastre, criando a Fundação Renova como “superpoderosa”, inclusive para dizer quem é atingido ou atingida, quais foram os danos sofridos, como deverá comprovar o dano e qual o valor daquele dano. Além dessa “super fundação” criada, há uma posição cômoda do Estado brasileiro que se coloca mais em um papel de vítima-observadora do que de próprio causador dos danos, omitindo-se mais uma vez no seu poder-dever de fiscalizar os entes privados dentro do seu território. Com esta postura, o erário público sofre com a ampliação da demanda em serviços públicos direcionados às pessoas

residentes nos municípios atingidos, podendo-se citar de forma mais imediata o SUS e o SUAS. A falta de um protocolo de atendimento e até mesmo de controle das demandas decorrentes do desastre que entram no SUS e no SUAS, colocam o poder público ainda mais à mercê das informações trazidas pela Fundação Renova. Quem mais sofre com isso? A população brasileira que, por omissão do Estado em vários momentos, antes e depois do desastre, não terá nem um décimo dos prejuízos causados ressarcidos.

**O caso envolve duas das maiores e mais poderosas mineradoras do mundo. Considera que há uma desigualdade de forças no caso? Se sim, como as instituições públicas, assim como atingidos e atingidas vêm se articulando para minimizar isso?**

A luta contra duas grandes mineradoras mostra como o poder político e econômico transforma a disputa em algo tão injusto e desigual para os atingidos e atingidas e para as próprias instituições públicas. Nenhuma instituição está preparada para este tipo de demanda. As negociações são feitas com os maiores escritórios de advocacia do Brasil e do mundo. Profissionais especializados em negociação que se deparam com Defensores Públicos, Promotores e Procuradores cujo tempo disponível para atuação, especialização e compromissos éticos não permitem que se coloquem em um patamar de igualdade. A forma encontrada para minimizar esta desigualdade foi a união. União com os atingidos e atingidas para ampliar a legitimidade nas escolhas de estratégias e demandas a serem trabalhadas, a união das instituições de justiça (Defensorias e Ministérios Públicos, federais e estaduais) e, por fim, a união com diversos acadêmicos, movimentos sociais e entidades da sociedade civil.

**Da sua vivência como mulher e defensora pública, especialmente no Caso Samarco/Rio Doce, considera o Direito instrumento suficiente para a promoção da justiça social? Que outras ferramentas poderiam ser somadas ao Direito?**

O Direito pode ser considerado como instrumento de promoção de justiça social se e somente se os operadores do Direito estiverem próximos dos titulares dos direitos. O grande problema do Direito está no seu distanciamento da realidade. Deve-se pensar sempre numa construção participativa para soluções de conflitos existentes. A Defensoria Pública, enquanto legitimada extraordinária para propor ação coletiva, precisa primeiro compreender o que os titulares desses direitos estão passando e o que almejam, pois até mesmo o próprio início de uma ação judicial pode não ser da vontade das pessoas que estariam sendo tuteladas. Por isso, a importância da

proximidade e do papel que as instituições públicas precisam ocupar de mobilizar por meio de um trabalho de educação em direitos. Conhecer e decidir deve ser o desafio a ser levado para as comunidades que estejam vivendo conflitos, principalmente quando os agentes causadores são externos à realidade local. A distância das instituições públicas da sociedade é algo sério e que deve ser causa de grande preocupação a todos e todas, porque ameaça o Estado Democrático de Direitos. E dentro deste contexto, pode-se utilizar o caso de Mariana para questionar a competência de foro centralizada na 12ª Vara Federal de Belo Horizonte. Os atingidos e atingidas capixabas estão distantes, muito distantes, de quem irá decidir sobre seus direitos. Os danos específicos do território espírito-santense estão sendo ignorados nesses três anos. Uma luta foi travada para reconhecimento, por exemplo, do litoral e, passados quase dois anos de tal reconhecimento, pouco foi feito para reparar e compensar as pessoas atingidas em razão da contaminação do mar; muito pelo contrário, o que se observa é uma constante negativa da existência de tais danos.

**Na esfera internacional, tribunais e outros organismos de direitos humanos consideram como pilar da reparação integral as chamadas "medidas de não-repetição". Essa dimensão vem sendo considerada no processo de reparação do Rio Doce? Que medidas estruturais deveriam ser tomadas ou alteradas para que desastres tecnológicos dessa natureza não aconteçam mais no Brasil?**

Posso dizer que, até o momento, não observei qualquer tipo de preocupação por parte dos envolvidos no processo de reparação e compensação nas “medidas de não-repetição”. Há um caos tão grande instalado nas comunidades em razão da atividade da Fundação Renova que temos pouquíssimo debate acerca dos riscos de outras barragens existentes no Brasil, com possibilidade de rompimento ainda maior do que a de Fundão. O estrago foi grande e poderia ter sido muito maior, esperava-se que o maior legado deixado pela lama da Samarco fosse a discussão acerca das tecnologias utilizadas para exploração de minérios, todavia, isso não parece ser posto como fundamental. Um grande exemplo disso foi a rejeição de participação como *amicus curae* de diversos acadêmicos renomados pelo MM. juiz da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte que entendeu serem desnecessários a solução da demanda. A possibilidade de utilização de outras tecnologias não pode ser desconsiderada em uma ação em que discuta culpa/dolo e danos causados pelas empresas Samarco, Vale e Bhp Biliton. A barragem de rejeitos não é permitida em diversos países que a substituíram pela tecnologia de extração a seco, por exemplo. Há muito,

muito, o que avançar na discussão de medidas de não repetição, todavia parece que não há interesse das empresas que fazem a exploração e do próprio Estado brasileiro em ampliar a discussão de alteração de tecnologias que preservem o meio ambiente e a vida digna das brasileiras e dos brasileiros.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira Neto

Data de envio: 18/12/2018

Data de aprovação: 20/12/2018

Como citar:

ALEIXO, Letícia Soares Peixoto. De Mariana à Mariana: perspectivas de uma Defensora Pública do Espírito Santo sobre o maior crime socioambiental do Brasil (entrevista). **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 28-35, dez 2018.

**Barriers to civic engagement in the metropolitan region of Ribeirão Preto***Barreiras ao engajamento cívico na região metropolitana de Ribeirão Preto**Obstáculos al compromiso cívico en la región metropolitana de Ribeirão Preto*Caroline Kalil Nogueira<sup>1</sup>  
Jack Meek<sup>2</sup>.

**Abstract:** This work constitutes an investigation into the Metropolitan Region of Ribeirão Preto, currently considered as the "Brazilian Capital of Agribusiness". The paper is divided into three sections which address the Brazilian institutional aspects and their application to the specified region, as well as socioeconomic aspects of regional development. The objective is to demonstrate that there are obstacles to collaborative participation in public administration and also barriers to greater regional integration, given that Ribeirão Preto is both an export base hub and an area of influence in the São Paulo macro-metropolis (São Paulo extended metropolitan complex). The theoretical foundation involved in this study is based on the constitutional norms that guide and determine competence in the scope of political institutions, as well as federal entities. In addition, a spatial approach was chosen within Economic Geography, converging to the issue of civic participation in Brazil, both in legal and socio-political aspects, considering historical and cultural elements, according to the studies of historian Sérgio Buarque de Holanda. Despite the introductory nature of this work, its importance lies in identifying socio-political boundaries and barriers to economic development, since public policies aimed to this end in Brazil have proven to be punctual and ineffective for the solution of asymmetries and the improvement of the quality of life of the population.

**Keywords:** Brazil; public administration; agribusiness; regional integration.

**Resumo:** Este trabalho constitui uma investigação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, atualmente considerada a "Capital Brasileira do Agronegócio". O artigo está dividido em três seções que abordam os aspectos institucionais brasileiros e sua aplicação à região especificada, bem como aspectos socioeconômicos do desenvolvimento regional. O objetivo é demonstrar que existem obstáculos para a participação colaborativa na administração pública e também barreiras

<sup>1</sup> Writer, graduated in Theology by the Faculdade de Educação Teológica de São Paulo, graduated in Linguistics and Literature by the Universidade de Franca – UNIFRAN and student of Economics at Universidade Cruzeiro do Sul. E-mail: kalil\_carol@hotmail.com

<sup>2</sup> Teacher PhD at University of La Verne, USA. E-mail: jmeek@laverne.edu

para uma maior integração regional, uma vez que Ribeirão Preto é um polo de exportação e uma área de influência na macrometrópole paulistana. A fundamentação teórica envolvida neste estudo baseia-se nas normas constitucionais que orientam e determinam a competência no âmbito das instituições políticas, bem como das entidades federais. Além disso, optou-se por uma abordagem espacial dentro da Geografia Econômica, convergindo para a questão da participação cívica no Brasil, tanto nos aspectos legais quanto sociopolíticos, considerando elementos históricos e culturais, segundo os estudos do historiador Sérgio Buarque de Holanda. Apesar do caráter introdutório deste trabalho, sua importância está na identificação de limites sócio-políticos e barreiras ao desenvolvimento econômico, uma vez que políticas públicas voltadas para esse fim no Brasil têm se mostrado pontuais e ineficazes para a solução de assimetrias e para a melhoria da qualidade de vida da população.

**Palavras-chave:** Brasil; administração pública; agronegócio; integração regional.

**Resumen:** Este trabajo constituye una investigación de la Región Metropolitana de Ribeirão Preto, actualmente considerada la "Capital Brasileña del Agronegocio". El artículo está dividido en tres secciones que abordan los aspectos institucionales brasileños y su aplicación a la región especificada, así como aspectos socioeconómicos del desarrollo regional. El objetivo es demostrar que existen obstáculos para la participación colaborativa en la administración pública y también barreras para una mayor integración regional, ya que Ribeirão Preto es un polo de exportación y un área de influencia en la macrometrópolis "paulistana". La fundamentación teórica involucrada en este estudio se basa en las normas constitucionales que orientan y determinan la competencia en el ámbito de las instituciones políticas, así como de las entidades federales. Además, se optó por un enfoque espacial dentro de la Geografía Económica, convergiendo para la cuestión de la participación cívica en Brasil, tanto en los aspectos legales y sociopolíticos, considerando elementos históricos y culturales, según los estudios del historiador Sérgio Buarque de Holanda. A pesar del carácter introductorio de este trabajo, su importancia está en la identificación de límites socio-políticos y barreras al desarrollo económico, ya que políticas públicas orientadas a ese fin en Brasil se han mostrado puntuales e ineficaces para la solución de asimetrías y para la mejora de la calidad de vida de la población.

**Palabras clave:** Brasil; administración pública; agronegocios; integración regional.

## **1. Introduction**

This work is the product of a study carried out during the course of Collaborative Public Administration, taught by Prof. Dr. Jack Meek at the University of La Verne in 2017. The issues presented seek to provide an overview of institutional characteristics as well as forms of collaborative governance in the Metropolitan Region of Ribeirão Preto.

This paper is divided into three sections, the first of which deals with the theoretical considerations that served as a basis for understanding the functioning of democratic institutions and the management mechanisms of public administration in the selected region. The second section deals with aspects of the Metropolitan Region of Ribeirão Preto, as well as its historic and economic importance. The third section deals with civic engagement in the region, bringing constitutional, social and cultural aspects that make it ineffective for citizen participation in a collaborative way. It's important to note that all the quotes from Brazilian authors were translated to English to enable greater comprehension.

The paper does not aim to exhaust the subject, however it is presented as a panoramic and introductory study of several important aspects for the regional development in the metropolitan region of Ribeirão Preto, as well as for the national megapolis of São Paulo and its areas of influence.

Given that Brazil is a commodity exporter, this work, even if introductory, is extremely important to understand the socioeconomic barriers that constitute impediments to development in one of the richest regions of the country. The contrasts in terms of the quality of life and income distribution are extreme, especially due to the lack of business diversification and public planning, in order to create market conditions for regional development based on start-up initiatives. This is aggravated by the limits imposed by the rulers themselves in regard to popular participation. Limits that, as was presented throughout this work, involve constitutional devices and patrimonialism political practices.

## **2. Theoretical considerations**

### **2.1 The area**

The area of the material covered in this paper is the Metropolitan Region of Ribeirão Preto. It is located at the northeast of the state of São Paulo, and was chosen because of its importance in one of the predominant economic activities in Brazil: agribusiness.

According to EMPLASA<sup>3</sup> (2016, translated by the author):

It is the first outside the limits of the so-called Macrometropolis Paulista and is strategically located in relation to the São Paulo and Campinas MRs, through the Anhanguera Highway, and to the Port of Santos, by Imigrantes. The road axis in the North direction guarantees access to the Federal District and the Triângulo Mineiro. This territory is also cut by a railway line in concession to América Latina Logística (ALL).

The region was institutionalized as a Metropolitan Region by complementary law in the State of São Paulo, sanctioned by Governor Geraldo Alckmin in 2016 as *Lei Complementar nº 1.290, de 6 de julho de 2016*. Before this event, the state had the Metropolitan Region of São Paulo competing with the Metropolitan Region of Campinas. Despite the fact that all of those regions are located in the same State of the Brazilian Federation, they are not necessarily connected. Indeed, they usually are not connected to each other from the perspective of public administration, composing independent units.

The cities which are part of the Metropolitan Regions, in general, also have autonomous administration in relation to the metropolitan centers guaranteed by the Federal Constitution:

Article 18. The political-administrative organization of the Federative Republic of Brazil comprises the Union, the States, the Federal District and the Municipalities, all autonomous, under the terms of this Constitution (BRASIL, 2016, translated by the author).

The intervention is described in chapter four, article 35 of the Federal Constitution and may only be carried out under special circumstances, such as issues of debt with the state or the Union, rendering undue accounts, mismanagement of public money or judicial intervention to provide for law enforcement, order or decision taken by the Court of Justice.

These constitutional guarantees ensure full autonomy of the municipal entity, in order to meet local demands. The positive side of this is the self-determination of the municipalities to manage policies according to the needs of the different groups in local areas. On the other hand, this system does not contribute at all to the establishment of participatory approaches in governance. There are many interests to deal with inside the metropolitan regions, ranging from vanity to market share. Moreover, the State of São Paulo is subdivided into administrative regions, which may or may not coincide with the division of mesoregions and microregions within São Paulo state.

---

<sup>3</sup> EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Company Paulista of Metropolitan Planning)

### 3. Economic Geography and Administrative Regions

#### 3.1 The administrative regions in São Paulo state

The Federal Constitution of Brazil determines in its article 25, § 3º:

The states may, by means of complementary law, establish metropolitan regions, urban agglomerations and microregions, constituted by groups of neighboring municipalities, to integrate the organization, planning and execution of public functions of common interest (BRASIL, 2016, translated by the author).

It is important to understand the concept of metropolitan regions, urban agglomerations and microregions adopted by the Brazilian Constitution. According to Henriques Filho *apud* Afonso da Silva (2013, p. 139-140, translated by the author):

A metropolitan region consists of a set of municipalities whose centers are united by defined urban continuity based around a Municipality-polo. Microregions are formed of groups of bordering Municipalities with a certain homogeneity and common administrative problems, whose centers are not units for urban continuity. Urban agglomerations lack conceptualization, but, soon, we can see that these are urban areas, without a pole of urban attraction, or such areas are from the cities of the municipalities, such as in the metropolitan region of Baixada Santista (in São Paulo) or not.

This type of division is important for promoting regional development through the implementation of public policies aimed at reducing regional inequalities within the State or creating incentives to improve areas of economic and social development, such as the Metropolitan Region of Ribeirão Preto. However, government actions within the state government are limited to constitutional prerogatives, ensuring the autonomy of municipal entities, as previously mentioned.

The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) uses the same concepts of mesoregion and microregion, however it does so with a focus on social and economic organization, which are not considered merely administrative. In this way, “[...] the concept of space organization refers to the different spatial structures resulting from the dynamics of society on a territorial basis” (IBGE, 1990, p. 7).

The IBGE is responsible for the census and it seeks a regional identity among municipalities. This is important to understand the uneven process of the formation of urban settlements throughout the country. For this reason, the IBGE subdivides the federative entities into mesoregions and microregions, according to the economic and social characteristics found. This classification is purely for the purposes of statistical and geographical studies, since they do not constitute new autonomous administrative units. According to the institute:

A mesoregion is understood as a particular area in a Federation Unit that presents defined forms of geographic space organization defined by the following dimensions: the social process as the determinant, the natural framework as the conditioner and the network of communication and places as an element of spatial articulation. These three dimensions allow areas delimited as mesoregions to have a regional identity. This identity is a reality built up over time by the society residing there. [...]. The microregions were defined as parts of the mesoregions that present specificities regarding the organization of space. [...]. These specificities refer to the structure of agricultural production, industrial, mineral extraction or fishing. [...]. Thus, the production structure for the identification of microregions is considered absolute, consisting of production, distribution, exchange and consumption, including urban and rural activities. As such it expresses the organization of space at the micro or local level (IBGE, 1990, p.8, translated by the author).

The result is that the State of São Paulo is made-up of different divisions, depending on the intended purpose. For administrative purposes, the concept of the metropolitan region is confused with mesoregion according to some Brazilian legal scholars, but obeying different evaluation criteria if compared to the IBGE methodology. In any case, it is important to emphasize that these classifications are complementary and both contribute to the elaboration of public policies, both in the administrative sense, as proposed by the Federal Constitution, and in the sense of social and economic policies, for the improvement of regional asymmetries.

The mesoregion of Ribeirão Preto has 66 municipalities (SANTA ROSA DE VITERBO, online), the Metropolitan Region of Ribeirão Preto, which was defined by complementary law in 2016, has 34 municipalities (EMPLASA, 2016) and the microregion of Ribeirão Preto has 16 municipalities.



MAP 1 – Mesoregion of Ribeirão Preto. Source: Santa Rosa de Viterbo, 2017.

The mesoregion of Ribeirão Preto has 66 municipalities that comprise 7 microregions, namely: Franca, Ituverava, Barretos, Jaboticabal, São Joaquim da Barra, Batatais and Ribeirão Preto.

**TABLE 1 – Microregions within the Mesoregion of Ribeirão Preto**

MICROREGIONS	MUNICIPALITIES
Franca	Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão corrente, Rifaina and São José da Bela Vista.
Ituverava	Aramina, Buritizal, Guará, Igarapava, Ituverava
Barretos	Barretos, Colina, Colômbia
Jaboticabal	Bebedouro, Cândido Rodrigues, Fernando Prestes, Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Pirangi, Pitangueiras, Santa Ernestina, Taiaçu, Taiúva, Taquaral, Taquaritinga, Terra Roxa, Viradouro, Vista Alegre do Alto
São Joaquim da Barra	Guaira, Ipuã, Jaborandi, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra
Batatais	Altinópolis, Batatais, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria
Ribeirão Preto	Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guataparã, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rita de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho

Source: SILVEIRA, 2017.



**MAP 2 – Microregion of Ribeirão Preto. Source: Santa Rosa de Viterbo, 2017.**



**Map 3** – Metropolitan Region of Ribeirão Preto. **Source:** EMPLASA, 2016.

A certain degree of similarity can be observed in the maps displayed above, mainly in relation to the poles of influence that involve economic aspects and greater urban concentration. However, for the purposes of the public administration of the São Paulo state government, the administrative division constitutionally established since 1988 is important. Although the metropolitan region does not constitute a new autonomous entity, it is coordinated by state bodies. In the case of the Metropolitan Region of Ribeirão Preto, it is administered by the Subsecretariat of Metropolitan Affairs of São Paulo state and by EMPLASA.

These agencies do not have the authority to intervene in the autonomy of the municipalities that make up the metropolitan region. However, they may operate in sectors that are directly controlled and regulated by the São Paulo state government, in order to improve transportation, health and communication systems, for instance.

#### 4. Economic Geography *versus* Administrative Regions

The metropolitan region definition involves large urban agglomerations constituted by a set of municipalities that present a relation of contiguity with the Municipality-center. Hence, the criteria for delimitation and recognition of the metropolitan area take into account socioeconomic

factors that are commonly defined by economic geography, such as the concepts of *market area* and *central place*. These terms were introduced by Christaller in 1933 and were also developed by Lösh in 1940.

According to Lemos, Diniz and Guerra (2003, p. 667, translated by the author):

O lugar central, o núcleo urbano original, constitui-se no elemento organizador da curva de oferta e demanda de bens no espaço, que delimita a área de mercado em que ocorre forte intensidade do fluxo de trocas, em uma área geográfica espacialmente delimitada. A extensão da área de mercado é, entretanto, permanentemente restringida pelo atrito espacial da distância, no sentido de que a curva de demanda dos bens no espaço é função inversa do crescimento dos custos totais de transporte. Nesta acepção, este espaço geográfico, caracterizado por fortes relações de trocas internas e fracas relações externas, denomina-se região, em termos estritamente econômicos. A contribuição específica de North (1955), para uma definição mais completa de região, foi a de fornecer elementos teóricos para romper com a natureza de economia fechada, subjacente, da definição original, pela introdução da idéia de base exportadora regional. A partir da exploração de vantagens comparativas, a exportação de bens para localidades fora da área de mercado regional constitui fator decisivo de integração inter-regional e realimentação do crescimento do lugar central, em função de retornos crescentes de escala ou economias de especialização regional. (FUJITA et al., 1999, p. 28). Por sua vez, a expansão da oferta de bens residenciais de baixa transportabilidade, constituídos fundamentalmente pelos serviços, constitui fator decisivo de consolidação da integração intra-regional e desenvolvimento de economias de urbanização. (RICHARDSON, 1973).

From these conjectures it is possible to affirm that the concepts of central place and market area are interrelated, in the sense that companies tend to establish themselves in locations where there is greater possibility of profit maximization. In the same way, consumers tend to move to centers with a greater supply of goods and services. Thus, forming an urban hierarchy in which larger centers are able to supply the services and products that smaller centers of the surroundings are not able to produce. As such, “The theory of the central place, viewed in this aspect, clearly establishes a concept of ‘market area’, to be polarized by the urban center of greater population and the density of services” (LEMOS; DINIZ; GUERRA, 2003, p. 668).

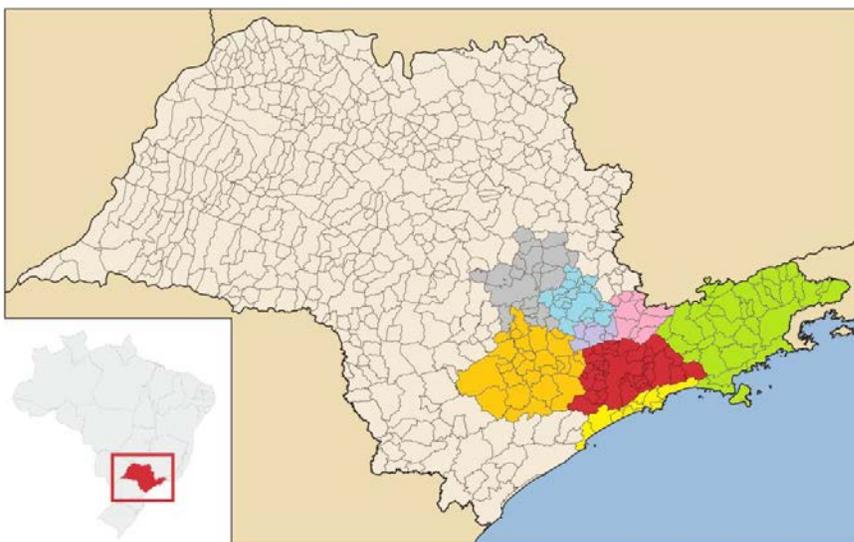
According to the authors, the service sector is the best indicator of the polarization capacity of a central location. In the meantime, the Ribeirão Preto region, since its formation, has been of significant importance in the export of agricultural commodities, in which the entire tertiary sector has developed as a function of agricultural activities in the region, promoting interregional integration. This was favored by the strategic location of the Ribeirão Preto region in relation to the metropolitan regions of Campinas and São Paulo, as well as the Port of Santos. Likewise, it is necessary to consider the proximity to the Triângulo Mineiro region and access to the Federal District through an extensive road network (EMPLASA, 2016).

According to EMPLASA, the Metropolitan Region of Ribeirão Preto is unique in being the only one not included as part of the São Paulo macro-metropolis, “[...] one of the largest urban agglomerations in the Southern Hemisphere. It houses the Metropolitan Region of São Paulo (RMSP) - among the six largest in the world, according to the United Nations (UN) -, Baixada Santista, Campinas, Sorocaba, the Vale do Paraíba, North Coast, the urban agglomerations of Jundiaí and Piracicaba, and the Bragantina Regional Unit, not yet institutionalized” (EMPLASA, 2016).

This division can be seen on the following maps:



**MAP 4** – Metropolitan Region of Ribeirão Preto. **Source:** ABREU, 2006.



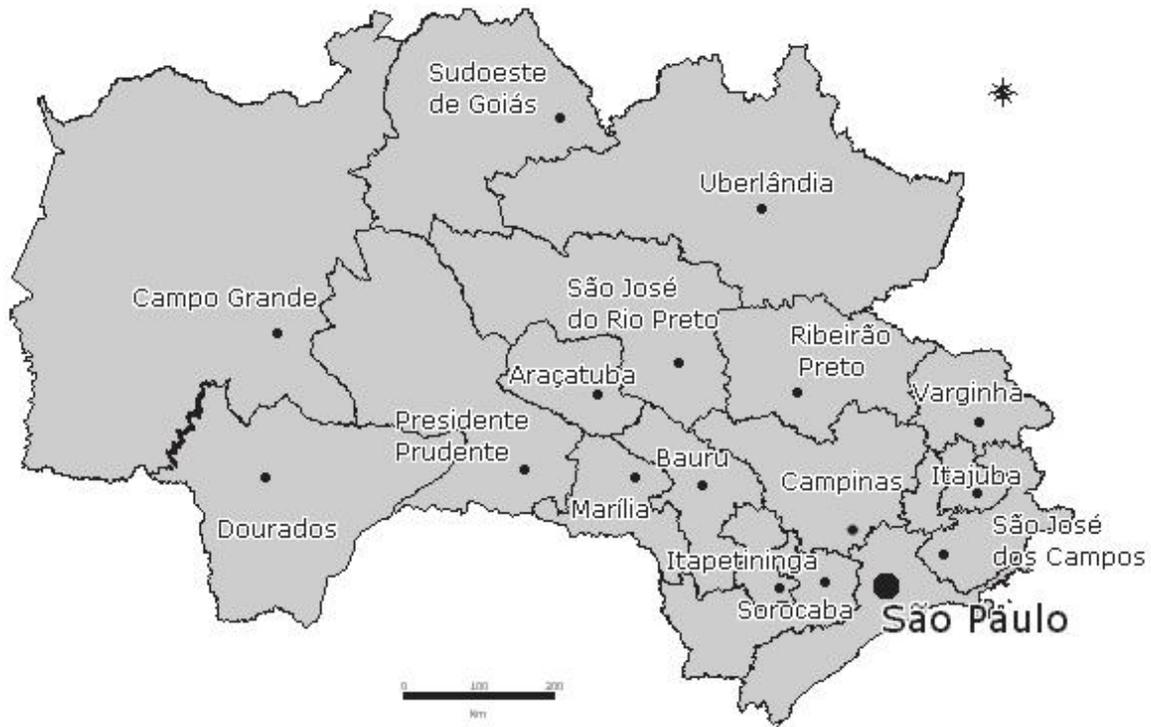
**MAP 4** – Macrometropole paulista. **Source:** ABC PAULISTA, 2014.

Of note is that the maps show that the administrative division of the State do not coincide with a division given by economic geography, as all of the above-defined regions, such as Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Ribeirão Preto, etc., are areas of influence of the São Paulo state capital. Notwithstanding this influence does not occur only within the limits of the state as demarcated by the government, but through a much larger area than that institutionally recognized.

The area of influence of a given economic pole is determined by the flow of trade and people. In the meantime, "The volume of the income masses of São Paulo and Rio de Janeiro, compared to others, makes them, undoubtedly, national poles" (LEMOS; DINIZ; GUERRA, 2003, p. 668).



**MAP 6** - The Brazilian macropoles and their areas of influence. **Source:** LEMOS; DINIZ; GUERRA, 2003, p. 683



**MAP 7** - Mesoregions polarized by São Paulo. **Source:** LEMOS; DINIZ; GUERRA, 2003, p. 683.

The ability of a given economic center, or central-place, to attract mesoregions in an integrated way is what constitutes macro-centers. In this way, São Paulo has an extensive area of influence due to its proximity with industrial and agricultural centers, thus:

It is observed that the proximity of the areas with the highest economic density, characterized as industrial and / or agricultural clusters, concentrated in the Center-South and organized from the dark strip of the national macro-center of São Paulo. The mesoregions, characterized as industrial poles, are concentrated in the contiguous red belt between Porto Alegre and Belo Horizonte, which approximately coincides, in its geographic contours, with the industrial polygon identified by Diniz (1993). Along the polygon to the west lies the extensive green belt of the agricultural and cattle ranch poles of the mesoregions of Brazil's south west to the mesoregions of Brazil's Midwest. This group represents the hard-core of Brazilian regional development. The strong productive integration between the agricultural base and industry manifests itself, in general, in the headquarters of the urban pole of the mesoregions classified as which develop the industrial nucleus integrated into the agricultural and livestock base, as exemplified by the cases of areas of influence of São Paulo, including Uberlândia, in the Triângulo Mineiro, São José do Rio Preto, in the Northwest of São Paulo, Dourados, Mato Grosso do Sul, and Rondonópolis, in Mato Grosso. In these localities there has been an increase in the productive chain by the agroindustrial development downstream and upstream (LEMOS; DINIZ; GUERRA, 2003, p. 688, translated by the author).

The lack of recognition of this configuration causes socio-economic policies to occur in a disorderly way among the mesoregions, because it is the responsibility of states and the federal government that only recognize the institutionally established regions. More comprehensive regional integration policies that exceeded the boundaries between member states of the federation could increase the effectiveness of development and correct regional asymmetries in the areas of economic macro-influence.

### **5. The metropolitan region of Ribeirão Preto**

The metropolitan region of Ribeirão Preto is located northwest of the capital of São Paulo state, and consists of 34 municipalities divided into four sub-regions. It is currently the country's 18th most populous metropolitan region with around 1,662,645 inhabitants according to IBGE data released by EMPLASA (2016). The GDP is around R\$ 48 billion, making it the 17th highest of the country, representing about 2.98% of the GDP of São Paulo state and 0.98% of the country.

The region has important confluences that have collaborated throughout the history of the region for the development of Ribeirão Preto as well as for surrounding municipalities. It is worth mentioning the proximity and the logistic access to the Triângulo Mineiro region with a view to agribusiness. The quality of infrastructure in transport and communication contribute to the reduction of operational costs for local companies, especially the sugar and ethanol industries, as well as the export sector of agricultural commodities, although these costs are higher than in the competing countries.

Thus, it can be verified that the area of influence of Ribeirão Preto has an even greater reach than the 34 municipalities that constitute the four subregions as determined by the complementary legislation of the State. In addition to being an area of influence in the metropolitan region of São Paulo, Ribeirão Preto is a centrally located economically speaking, attracting a flow of people, goods and services not only from the metropolitan region but also from the adjacent microregions of Franca, São Joaquim da Barra, Ituverava, Jaboticabal, Barretos and Batatais.

### **6. Brief economic and social history of the region of Ribeirão Preto**

The occupation of the mesoregion of Ribeirão Preto began with cattle raising, reaching its peak during the period of expansion and the consolidation of coffee culture in the region

during the nineteenth century. Caio Prado Júnior (1981, pp. 161-162, translated by the author), points out that:

The coffee plantation marks in the economic evolution of Brazil a well characterized period. For three -quarters of a century, almost all of the country's wealth was concentrated; And even in absolute terms it is remarkable: Brazil is the great world producer, with a near monopoly, of a genus that will take the first place among the primary products of international trade. The famous phrase, "Brazil is coffee," declared in parliament under the empire from which it subsequently became widely popular, legitimately corresponded to a reality: both within the country and in the international concept, Brazil was effectively, and only, coffee. Living exclusively from exports, coffee alone counted heavily on the Brazilian economy. For that export, the precious grain has contributed more than 70% of the value.

According to historian Prado Jr. (1981), the success of coffee plantations in Brazil was responsible for three great aristocracies in the country, with great political power in that period, marked by colonialism and by a set of political practices that became known as "coffee with milk", a reference to the concentration of political power in the hands of the great landowners of the States of Minas Gerais and São Paulo who shaped the main decisions of the country.

Fazenda S. Martinho (S. Martinho's Farm), in the region of Ribeirão Preto, had more than three million feet of coffee, making it the largest in the country at that time. Currently, the name S. Martinho still exists in the corporate world, the São Martinho Group, which "[...] is one of the largest sugarcane groups in Brazil, with an approximate crushing capacity of 24 million tons of sugarcane. It has four plants in operation: São Martinho, in Pradópolis, in the region of Ribeirão Preto (SP); Iracema, in Iracemópolis, in the region of Limeira (SP), Santa Cruz, located in Américo Brasiliense (SP) and Boa Vista, in Quirinópolis, 300 kilometers from Goiânia (GO)" (S. MARTINHO, online).

According to the Ribeirão Preto and Region Convention & Visitors Bureau (2017), with the Great Depression of 1929 the coffee culture went into crisis, giving way to other crops, especially sugar cane which was reintroduced in the region. Sugar and alcohol production grew significantly with the implementation of the Pro-Alcohol, a program created by the federal government, sanctioned by president Ernesto Geisel on November 14<sup>th</sup> by Decree No. 76.593/1975, it aimed to stimulate the addition of anhydrous alcohol in gasoline, capitalizing on both the sugar and alcohol industries.

As a result, the region of Ribeirão Preto became the country's largest sugar and ethanol hub, with 58 sugar, ethanol producing plants. As a result of the crisis of 2014, five plants were closed in the region of Ribeirão Preto and a total of 26 plants closed in the interior of São Paulo

state, affecting sectors of the industry that had arisen due to sugar and alcohol activities. Borda, Gomes and Rezende (JORNAL DA GLOBO, 2014) cite the former factories in the city of Sertãozinho, which “concentrates the largest cluster of industries that supply parts and equipment to the mills, with 700 factories employing more than 10,000 workers. 800 have already been fired”.

Even with all the economic obstacles caused by the crisis of 2014, traveling the regions highways and local region sees witness to a sea of sugar cane on all sides, in which the city of Ribeirão Preto maintains the status of Agribusiness Capital. After all, the crisis should not destroy the primary sectors of the country. Caio Prado Jr. (1981) describes the economic history of Brazil as constructed from external demand since the beginnings of Portuguese colonization in Brazil. This configuration, therefore, is still the same in Brazilian macroeconomic terms. The current financial crisis in the country should destroy jobs artificially created by the increase in aggregate demand through credit from banks and subsidies financed by the national treasury, but it should nonetheless increase economic concentration in sectors fundamental to the Brazilian economy, namely: energy, agriculture, Livestock, transport infrastructure and the extractive sector.

## **7. Cooperatives, monopolistic competition and cartelization**

In order to reduce the costs of production for farmers, cooperatives started being created in the 1980's. Prior to that, farmers had been responsible for the production and transportation of commodities to the Port of Santos. The problem is that Brazilian agribusiness is dictated by an oligopoly of providers of inputs and a monopoly held by cooperatives. As such farmers, the majority of whom produce coffee and other beans on small properties, are essentially held hostage to these cooperatives. They need them to finance part of the costs, for storage, and selling the outflow of the production. Put differently they have no bargaining power.

The evolution of agribusiness has shown that, historically, there has been an increase in production costs and a decrease in the prices of goods produced in agriculture, mainly due to the types of inter-relations in the "before the gate" and "after the gate" segments, basically from the oligopolies of the supplying firms of agricultural inputs and of the firms purchasing agricultural goods. From the consumer perspective, as the information media evolves and the rights increase, so too do the demands, in addition to the alternatives of the products offered.

Thus, producers of agricultural goods feel obliged to reduce their costs even further, otherwise they would not become competitive and would have to leave the business due to lack of economic support (ARAÚJO, 2008, 75-76, translated by the author).

Brazil's agricultural export sector is faced with the dilemma of having to cope with the rising cost of economic activities in the country and the oscillations of market prices. Thus, Kalil (2016) concludes that large commodity producers have greater bargaining power because they do not depend on the intermediation and financing of agricultural cooperatives, since they are able to directly negotiate their production. However, both medium and small producers tend to have their resources limited to the credit supply of banks and cooperatives. Even in the sugar and alcohol production sectors, landlords are subject not only to market prices, but also to production costs and business risks, which are factors that influence the value to be received from renting land.

Therefore, it can be verified that economic power in Brazil, especially in the metropolitan region of Ribeirão Preto, is concentrated in a limited number of giant sugar and alcohol producers, banks, credit unions and a few companies that supply input. This scenario, which is not unique to the region studied, is a characteristic of Brazilian monopolistic competition. Excessive government regulation eventually creates barriers that favor large established firms, further stifling smaller initiatives. In addition, the control of regulatory agencies in the country, as well as the various agencies at the state and federal levels, result in a process of the cartelization of important sectors for Brazilian society and, in relation to the study in question, for the metropolitan region of Ribeirão Preto.

## **8. Civic engagement in the metropolitan region of Ribeirão Preto**

In order to understand the participation of citizens in the public administration of municipalities and in intra-regional decisions, it is necessary to understand the political culture of the region, which is, in a way, reflective of the country's political culture. The average Brazilian, generally speaking, has a personal relationship with political agents. Democracy in Brazil was made with a reverse liberalism, so that the same patrimonialism practices of the empire and the same personal relations with the leaders were lied to, something similar to the barony relations established when the politics were directed according to the interests of an agrarian aristocracy. In regards to this question, Sérgio Buarque de Holanda points out that:

The fact is that, the impersonal ideology of democratic liberalism has never been naturalized among us. We only effectively assimilate these principles to where they coincided with the sheer denial of an uncomfortable authority, confirming our instinctive horror of hierarchies, and allowing us to deal with rulers with familiarity. Democracy in Brazil has always had a pitiful misunderstanding. A rural and semi-feudal aristocracy imported it and tried to accommodate it, wherever possible, to its rights or privileges, the same privileges that had been, in the Old World, the target of the bourgeoisie's struggle against the aristocrats. And so they were able to incorporate into the traditional situation,

at least as a façade or external decoration, some slogans that seemed the most appropriate for the time and have been exalted in books and speeches (Holanda, 2012, 160, translated by the author).

Holanda's assertion makes it clear that the nature of the republican institutions in Brazil, based on private interests in a praxiological model that retains verticalized relations of domination of one class over another clothed in a populist discourse that serves as a mechanism of manipulation and satisfaction of the masses (DEBERT, 1979), configuring what the philosopher Antonio Paim (2000) calls "Patrimonialist State", in which public administrators make private use of public property, both to acquire personal and party advantages, and to remain in power. This image of the leader in direct contact with the masses, typical of populism, culminates in the exaltation of state power through the figure of the leader, which contributes to the maintenance of a central planning model that, in Brazil, presents very strict, transvestites of democratic State of Law. In this way:

[...] the personalistic relationship that populist practices foster, especially in regards to the mass, adds to the values of the provider state, establishes a relation of dependence with the state entity resulting in the transference of the arbitrariness of the individual to the State, that becomes determined in place of the citizens what their welfare will be [...] (GAMBINI, 2016, p. 1150, translated by the author).

Gambini deals with the same "patrimonialist state" of Antonio Paim, however, he does so from the perspective of the welfare state, in which Holanda (2012, p. 145) advocates that "It has been seen how the criticism directed against the recent tendency of some states to create vast insurance and providence devices is based solely on the fact that they leave very little margin for individual action and also on the depletion to which these institutes condemn all forms of competition". These are the elements that obstruct citizens' participation in public policies. In addition, the idea of a provider state serves distributive ideals. The increase in state rigging and the implementation of income distribution policies has led to a lack of solidarity among the different social groups in Brazil, creating a relationship not only of dependence but also of clientelism. It is therefore rare to witness any civic participation in public administration, since, in fact, Brazilian institutions as well as political movements tend to occur historically from the top down.

Government initiatives seldom require citizen participation, and when it is required to achieve results, the accession process tends to be elective, but not participatory, so that people support public policies but do not engage civically in the political action.

Public policies involving collective actions of citizens are quite specific in the region of

Ribeirão Preto. Considering its area of influence, we can mention the initiative of the Association of Rural Producers of Jeriquara, whose municipality is located in the microregion of Franca, which participates in the project "Microbacias II", an initiative of the São Paulo state government to give more autonomy to the rural producers of the region through subsidies for the acquisition of machinery by farmers' associations and also of the expansion of business opportunities through the addition of value by the certification of agricultural production. In the city of Ribeirão Preto, the "Microbacias II" project was implemented together with the Environment Secretariat, in order to promote sustainable practices for family agriculture in the region.

Results of such initiatives are usually positive to begin with. However, the involvement of public bodies, such as INCRA<sup>4</sup>, the Environment Secretariat and the city hall tends to generate conflicts of interest between public agents and farmers, as the associations end up being subordinated to public authorities, many of them in elective positions which creates distortions.

Many of the larger initiatives are taking place from private initiatives to public power, as is the case of the recycling cooperatives. The job of recyclers was recognized by the Ministry of Labor and Employment as a professional occupation in Brazil in 2002. Since then, many initiatives have been created to provide better work conditions to the recyclers. The law no. 12.305/2010, as defined by the Ministry of Environment, proposes a National Solid Waste Policy (PNRS) which might be implemented in the whole country by both local and state governments. Some of the achievements of these policies are the reduction of poverty through the inclusion of recyclers in a more productive activity with autonomy and dignity, the reduction of dumping grounds, the promotion of sustainable habitats in society, adequate waste disposal, and a 20% recycling rate until 2015. Of course, it did not happen.

Recycling cooperatives are often dependent on local authorities and were created with the support of non-governmental organizations. Normally, associates lack education and also start with non-centered forms of administration, but tend to become more hierarchical as long as they become more structured. The main reason for their foundation is to facilitate the trade between the associates and the companies who can buy their materials.

The main difficulties encountered by the "Mãos Dadas" (donors) cooperative in Ribeirão Preto are dependent on public power and a lack of citizen awareness. The initiative that should

---

<sup>4</sup> INCRA – Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (National Institute of Colonization and Agrarian Reform).

give more autonomy to the collectors, also depends on the participation of citizens in the organization and disposal of garbage for selective collection, in addition to the support of Empresa Estre which is contracted by the city. Yields are still quite low for recyclers and the market for recycled materials is fairly incipient.

In the microregion of Franca, the catholic organization Pastoral do Menor gathered the recyclers from the city of Franca and helped them to create their cooperative in the year 2000, Cooperfran. This association had the support from the catholic organization and the city hall that gave them property, machines and continues to provide them with subsidies to continue their activities. Despite this, 25% of the profit goes to the Pastoral do Menor without any reason, while the associates have a gain of R\$800,00 per person in a good month. It is less than the local minimum wage and they continue to depend on subsidies from the city hall to run the organization.

The Federal Constitution of 1988 in force established mechanisms of popular participation in order to ensure the exercise of fundamental guarantees to the democratic State of Law.

The Federal Constitution of 1988 declares that Brazil is a Democratic State of Right that has among its foundations the citizenship (art.1, II). In the rest of the constitutional text, a set of mechanisms is necessary for the exercise of this citizenship to be established, with reference to public management, the so-called right to participation, is to be regulated by law (art.37, §3. "The law will discipline the forms of user participation in direct and indirect Public Administration"). Article 193 deals with the general principles of Social Security, more explicitly defines participation, with direct reference to "workers, entrepreneurs and retirees". Article 198 deals with public health actions and services; The general guideline is "community participation". Article 204 of the governmental actions in the area of social assistance establishes "the participation of the population through representative organizations in the formulation of policies and in the control of actions at all levels" (ROCHA, 2008, p.137, translated by the author).

In accordance with article 37 of the Brazilian Federal Constitution, the City Statute determined by Law 10.257 / 2001, which regulates the chapter "Urban Policy", defines, among other provisions, municipal councils, established through Organic Law and is formed by members of civil society. This type of instrument should ensure that public laws and policies are not only the responsibility of elected representatives. However, there are distortions in this process, since the conflict between agent and principal, when considered the agency theory, is presented at a very high level in all instances of the country. This is partly due to exacerbated positivism, on the other hand one can also consider the intellectual and professional incapacitation of public agents, especially rulers.

Dr. Priscyla Mathias Scuassante (2009) observes that councils, commissions and any other mechanisms for the participation of civil society are subject to the interests of the rulers who, as a rule, manipulate established council members, since they normally present an educational deficit in the sense that the members do not have the exact size of the power they had invested when in elected for popular participation in these instances.

The Federal Constitution still provides for popular participation through plebiscite, referendum and popular initiative projects. However, it is important to consider that, in practice, the participatory role of the citizen is restricted to the limits imposed by the public body, since the final word is not the responsibility of civil society, but of the governors and legislators, there by generating a form of pseudo-democracy.

It is important to emphasize that the notion of participatory or collaborative citizenship has undergone a process of re-definition since the 1990s (ROCHA, 2008), so that citizens' participation in public administration and in the country's politics has come to be seen as solidarity action, turning to the individual action of people and companies. This process is very evident in the Metropolitan Region of Ribeirão Preto, where companies under the name of social responsibility undertake charitable actions through foundations created to improve the living conditions of poor communities. Likewise, the constitution of NGO's has focused on activities including the environment, the referral of abandoned animals to new families, and the health care of children with AIDS.

In the meantime, ABRACCIA (Brazilian Association for the Fight against Childhood and Adult Cancers) can be highlighted, offering lodging, food, medicines, transportation to hospitals and psychological care for cancer patients resident or not in the city of Ribeirão Preto and with few financial resources. Another initiative is AJURP - The Youth Educational Association of Ribeirão Preto, whose mission is to send young learners to the labor market, improving the framework of opportunities for low income families. The AVA - Animal Life Association, provides veterinary care for both dogs and cats in addition to developing social projects to care for horses. These are some of the hundreds of initiatives distributed by the city of Ribeirão Preto, which mobilize people and volunteers with social responsibility. However, they are local, punctual initiatives that could be improved by public power, but are limited to the budget limits of the donations and the communities that are able to attend to within the municipality.

There is no model of participatory governance in Brazil. Even the mechanisms provided for in the Federal Constitution are not sufficient enough to ensure the exercise of citizenship in a collaborative manner. To the contrary, there is a marked increase in the relations between the representatives and the represented within the Brazilian political system, in which the participation of citizens in political action is restricted to the will of their rulers.

## 9. Final considerations

The present investigation sought to carry out a study into the institutional obstacles that impede the exercise of collaborative citizenship in the Metropolitan Region of São Paulo, in order to identify some of the factors that make it difficult for people to participate in local political action in the region.

In order to reach this goal, the theoretical framework involved considerations about the Brazilian constitutional doctrine, in which one can present the institutional character of the division of the São Paulo state into Administrative, Metropolitan, microregion and urban agglomerations. These definitions were compared to the classification given by Spatial Economic Geography, which considers the central place as a *locus* of greater economic development that constitute market areas with a greater flow of goods and people in a given region.

Ribeirão Preto, within the classification of economic geography can be considered a central export base, whose area of influence extends beyond the boundaries as defined by the state government as the metropolitan region. The region has its history marked by the rise of the aristocracy of coffee in the late nineteenth and early twentieth centuries, subsequently being replaced by sugar and alcohol factories, due to the crisis of 1929 that significantly affected coffee farmers. The strategic location of Ribeirão Preto, both in terms of logistics, with access to the Triângulo Mineiro region, São Paulo and the Port of Santos, to flow production, and in terms of communication and energy infrastructure, favored the rise of the region and the Status of Agribusiness Capital.

Notwithstanding, top-down relations prevail, as is true in the rest of the country. For this reason, it was necessary to deal with the federative character of the Brazilian institutions that were defined according to the interests of an elite, and not according to liberal ideals, so that even the mechanisms of popular participation, as defined by the Brazilian Federal Constitution, do not have the effectiveness necessary to ensure the horizontality of relations in order to promote collaborative participation. The result is that any attempt to integrate both regional (in the context

of interregional relations) and community (at the local level) become insufficient to solve the majority of the regional problems such as transport costs, bureaucracy, improvements in the communications system, environmental issues related to maintaining the environment and promoting alternative transport in cities, for example.

Despite the economic development of the Metropolitan Region of Ribeirão Preto, when confronted with the map of economic geography that would place it within the national macropole of São Paulo, with the federative and state map that delimits much smaller regions, it is observed that obstacles to regional development could be overcome if the authorities sought greater interregional integration so that people and businesses could benefit from smoother taxation, less regulation and better infrastructure conditions in public-private partnerships. This would bring not only more development, but would also increase the flow of people and other factors of production, such as capital, in order to correct regional asymmetries.

This process would only be possible with the popular support as well as support from the companies, but for that it would be necessary to improve the mechanisms of democratic participation, so that it does not continue to be only voluntary work, but that it becomes part of the political action. In this sense, it is necessary to limit the arbitration of those who are in the exercise of political power, as well as to correct the educational deficit of Brazilian citizens, since, on the one hand, the Federal Constitution guarantees privileges that differentiate public servants from the rest of the nation, contributing to the private use of public property. On the other hand, the Brazilian educational deficit in relation to the awareness of its rights and duties, contribute to a large part of the population serving as a transporter of the ruling classes.

## 10. References

ABC PAULISTA. *Macrometrópole de acordo com o EMPLASA e Subsecretaria de desenvolvimento Metropolitano*. Wikipedia, out. 2014. Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Macrometr%C3%B3pole.png>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ABREU, Rafael L. *Map locator of São Paulo's Ribeirão Preto mesoregion*. Wikipedia, apr.2006. Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SaoPaulo\\_Meso\\_RibeiraoPreto.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SaoPaulo_Meso_RibeiraoPreto.svg)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ARAÚJO, Massilon J. *Fundamentos de agronegócio*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

BORDA, J. C.; GOMES, C.; REZENDE, F. Setor sucroalcooleiro enfrenta uma das maiores crises da história. *Jornal da Globo*, Rio de Janeiro-RJ, São Lourenço da Mata-PE, Uberaba-MG, jul. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/07/setor-sucroalcooleiro-enfrenta-uma-das-maiores-criises-da-historia.html>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. In: *Vade Mecum Saraiva*. 15. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

DEBERT, G. G. *Ideologia e populismo*: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola. São Paulo: TAQ, 1979.

EMPLASA. *Sobre a RMRP*. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMRP>>.

Acesso em: 10 dez. 2016.

GAMBINI, Tito. *Ideologia e Intervenção Econômica*: um olhar sobre as práticas políticas e sociais durante os governos Lula e Dilma. (Kindle Edition). Disponível em:

<[https://www.amazon.com.br/Ideologia-Interven%C3%A7%C3%A3o-Econ%C3%B4mica-pr%C3%A1ticas-pol%C3%A1ticas-ebook/dp/B01ACX6B52/ref=sr\\_1\\_1?ie=UTF8&qid=1493189299&sr=8-1&keywords=tito+gambini](https://www.amazon.com.br/Ideologia-Interven%C3%A7%C3%A3o-Econ%C3%B4mica-pr%C3%A1ticas-pol%C3%A1ticas-ebook/dp/B01ACX6B52/ref=sr_1_1?ie=UTF8&qid=1493189299&sr=8-1&keywords=tito+gambini)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

HENRIQUES FILHO, Tarcísio. Regiões metropolitanas e autonomia dos municípios. *RDA – Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 264, p. 135-159, set/dez. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/14079/12946>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

IBGE. *Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, v. 1, 1990.

Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional\\_v01.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

KALIL, Gabriel. *Os impactos da política de crédito agrícola no Brasil contemporâneo (1990-2015)*. Trabalho apresentado ao curso MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio, pós-Graduação *lato sensu*, Nível de Especialização. Programa FGV Management. Ribeirão Preto: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

LEMONS, M. B.; DINIZ, C. C.; GUERRA, L. P. *A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica*. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 4, out-nov. 2003, p. 665-700.

PAIM, Antonio. *O relativo atraso brasileiro e sua difícil superação*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. (Coleção Livre Pensar, v. 5)

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Editora Basiliense, 1981.

ROCHA, Enid. A constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, f. t.; MUSSE, J. S.; SANTOS, R. F. (Coord.). *20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafios da seguridade social*. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www2.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/Livro\\_da\\_20\\_anos\\_Constituicao72dpi.pdf](http://www2.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/Livro_da_20_anos_Constituicao72dpi.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

S. MARTINHO. *Institucional: História*. Disponível em: <<http://www.saomartinho.ind.br/>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

SANTA ROSA DE VITERBO. *Regiões administrativas*. Disponível em: <<https://santarosadeviterbo.wordpress.com/2013/03/03/regioes-administrativas/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SCUASSANTE, Priscyla Mathias. A participação popular, prevista na Constituição Federal de 1988, garante efetivamente a realização do Estado Democrático de Direito?. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 70, nov 2009. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6652](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6652)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SILVEIRA, Sanderlei. *Ribeirão Preto (mesorregião)*. Disponível em: <<http://sanderlei.com.br/PT/Ensino-Fundamental/Sao-Paulo-Historia-Geografia-13>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira Neto

Data de envio: 20/11/2018

Data de aprovação: 05/12/2018

Como citar:

NOGUEIRA, Caroline Kalil; MEEK, Jack. Barriers to civic engagement in the metropolitan region of Ribeirão Preto. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 36-59, dez 2018.

## **Spanish Civic Engagement: a bridge among civil society, politics and public administration**

*Engajamento Cívico Espanhol: uma ponte entre sociedade civil, política e administração pública*

*El compromiso cívico español: un puente entre la sociedad civil, la política y la administración pública*

Alejandro Álvarez Serrano<sup>1</sup>  
Jack Meek<sup>2</sup>

**Abstract:** This paper, recognizing the many ways of civil and institutional cooperation, briefly examines the concept of civic engagement and civil society and applies this understanding to a recent case about an association encouraging participation (Principos) of the civil society in the political sphere in Madrid, Spain.

**Keywords:** Spain; civic engagement; civic Society; public administration; associations.

**Resumo:** Este artigo, reconhecendo as diversas formas de cooperação civil e institucional, examina brevemente o conceito de engajamento cívico e sociedade civil e aplica esse entendimento a um caso recente sobre uma associação (Principos) que incentiva a participação da sociedade civil na esfera política em Madri, Espanha.

**Palavras-chave:** Espanha; engajamento cívico; sociedade civil; administração pública; associações.

**Resumen:** El presente artículo, dentro del análisis más amplio de distintos modos de colaboración ciudadana e institucional con las administraciones públicas, pretende estudiar someramente el concepto de compromiso cívico y sociedad civil y poner de manifiesto un reciente caso de éxito de participación de la sociedad civil en el mundo de la política, en este caso en España (Europa): la asociación Principios.

**Palabras-llave:** España; compromiso cívico; sociedad civil; administración pública; asociaciones.

---

<sup>1</sup> Alejandro Álvarez Serrano is a Ph. D. Candidate (Dep. Derecho Público y Filosofía Jurídica, Facultad de Derecho, Universidad Autónoma de Madrid - Spain); Lawyer, Economist, Master Degree in Public Government (Instituto de Estudios Fiscales - UNED), and Co - Founder of Principios. E-mail: alejandro.alser@gmail.com.

<sup>2</sup> Teacher PhD at University of La Verne, USA. E-mail: jmeek@laverne.edu.

## 1. Introduction

The civil society has been a very interesting object of study to many authors and researchers in the public sphere in the last decades until nowadays. The researches about the citizen's participation in the public area, as collaborators, for example, with public administrations or with the government (understood as the politicians), has been an important part of the studies of Jean L. Cohen and Andrew Arato (1994) in their book *Civil Society and Political Theory*. These authors speak about the historical hypothesis of the civil society as a civic power against the State (for example, during the last century, and in the East Europe, they quote the case of *Solidarność* and the fight of the Polish people to regain their freedom (COHEN; ARATO, 1994). Other authors, as Susan Ariel Aaronson and Jennifer Brinkerhoff (2009), use the following triad as central of building partnerships: Government, Business and Civil.

What follows is a discussion of current frameworks that assist our understanding of the meaning of civil society. This discussion is followed by an examination of the case study of Pricipios and its operations in building civil society in Madrid Spain.

## 2. Civil Society and Civic Engagement: an approach

First of all, we can begin providing the definitions from different authors or institutions about civic engagement. In the review of definitions listed below, the terms "people", "community", "political processes", "government processes", "promoting", "action", "civic identity", "array of interests" are very expressively stated. Engagement, at least, of a community to impact in the public life, using different process or projects, and looking for a specific object or goal.

- "working to make a difference in the civic life of our communities and developing the combination of knowledge, skills, values and motivation to make that difference. It means promoting the quality of life in a community, through both political and non-political processes" (EHRLICH, 2000, p. 6).
- "People participating together for deliberation and collective action within an array of interests, institutions and networks, developing civic identity, and involving people in governance processes" (COOPER, 2005, p. 534-5).

Last decade, a study group of professors of Public Administration from the University of South California, the University of Central Florida and the University of La Verne, made a classification and they differenced five kinds of civic engagement (COOPER; BRYER; MEEK,

2006):

One approach to civic engagement is **adversarial engagement** which refers to a class of citizen activities, both individual and collective, that seek to extract concessions from government through the use of confrontation, legal or otherwise. While many of these efforts have led to successful short-term concessions from governmental authorities, long-term reliance on these approaches are dubious due to the continuation of elite structures that are essential in the creation of long-term system-wide change (PRIVEN; COWARD 1977).

**Electoral engagement**, the most common type of civic activity, involves the practice of voting, contributing to campaigns, working with political parties and their candidates, offering opinions on policies and candidates through the media and running for office. In the United States, while there are several points of time when electoral participation has increased, the general trend is downward. Fox and Miller (1995), King and Stivers (1998), Fung (2003) and Macedo et al. (2005) have reasoned the decline to be attributed to an increasing unreachable government and a failing representative process.

**Information Exchange** refers to civic engagement activities that involve information exchange is an important tradition in American governmental practice. There are various forms of information exchanges between civilians and governmental agencies that range from passive activities (access to governmental documents and reports) to active activities (participation in city council meetings, hearings, civic consultations, citizen satisfaction surveys). While the goal of information exchange is to improve policy information dissemination and to obtain policy feedback, they are limited in terms of developing mutual understanding of policy design or impact (BAKER; ADDAMS; DAVIS, 2005).

**Civil Society** refers to a large class of social engagement that foster community, including participation in volunteer organizations, religious institutions, social clubs, city celebratory functions, school boards, and other local social functions. These activities are richly contextual and form the basis from which people gather, discuss, and share ideas about society. However, Robert Putnam (2000) has found that these types of associations are in decline in the United States leading to a decline in citizen trust in government.

**Deliberative engagement** refers to a collection of civic engagement strategies that are designed to develop a shared sense of understanding among stakeholders with regard to joint or collective action. One hallmark of this strategy is the reliance on extended engagement and dialogue among all participants in an iterative process. The idea behind deliberation is to move well beyond comments that are designed to capture mere pluralities but to deepen shared meaning of the value of mutually understood issues and consequent action. Another characteristic of deliberative engagement is inclusivity. Deliberative approaches attempt to include different kinds of stakeholders so as to develop a broader meaning of commonly held space. (MEEK, 2007).

Summarizing, the five kinds are the following:

1. **Adversarial Engagement:** seek to extract concession through confrontation.
2. **Electoral Engagement:** contributing to campaigns, practice on voting, etc.
3. **Information Exchange:** exchanges between civilians and governmental agencies.
4. **Civil Society:** large class of social engagement that foster community.
5. **Deliberative Engament:** collection of civil engagement strategies design to develop a shared sense of understanding among stakeholders.

We are going to center in the last two kinds, which are very similar (the deliberative engagement is larger than the civil society's one, because it embraces all the subjects: institutions, citizen, companies, etc.; civil society is better-known and all the theory and teaching turns around this last term). Some definitions of civil society (and they can serve to define the deliberative engagement) are the following:

- Civil society is the “aggregate of non-governmental organizations and institutions that manifest interests and will of citizens” (Dictionary.com, 2017).
- UN definition: “Civil society is the ‘third sector’ of society, along with government and business. It comprises civil society organizations and non-governmental organizations. The UN recognizes the importance of partnering with civil society, because it advances the Organization's ideals, and helps support its work. Here are some useful websites for members of civil society and also for those interested in the work of the UN” (UNITED NATIONS, 2017).

And it is also known that “Non-political organizations in civil society are vital for democracy. This is because they build social capital, trust and shared values, which are transferred into the political sphere and help to hold society together, facilitating an understanding of the interconnectedness of society and interests within it” (PUTNAM; LEONARDI; NANETTI, 1994).

With this approach, we are now able to speak about a real and current case of deliberative engagement (civil society) in Spain, emerged as a consequence of the crisis of the leadership of the politicians and governments and the preoccupation about the health of the public institutions, on a long term thought. Confirming this, Ricardo Calleja, a Lecturer of Business Ethics at IESE Business School, spoke about this recently: “We need trust-worthy elites, but even if we have that, we need more actions that will be able to regain the trust of the people” (CALLEJA, 2016).

### **3. Civic Engagement providing solutions: Principios**

The CIS (Centro de Investigaciones Sociológicas) is a public institution in Spain which measures and researches the evolution and tendencies of many aspects of the Spanish population. If we analyze the evolution of the four most important preoccupations for the Spanish People, in 2015 and 2016 (CIS, 2017), we can say that the most important aspect for them was the unemployment. Next were corruption and fraud, following by the economical problems and, at

the fourth place, the politicians, the political parties and the politics.

	dic16	nov16	oct16	sep16	jul16	jun16	may16	abr16	mar16	feb16	ene16	dic15	nov15	oct15
El paro	74.7	72.9	71.3	71.6	75.6	76.4	75.3	78.4	77.1	78.0	77.9	79.8	77.5	79.1
Las drogas	0.3	0.3	0.4	0.6	0.4	0.4	0.3	0.4	0.1	0.3	0.2	0.2	0.4	0.2
La inseguridad ciudadana	3.2	3.3	2.6	1.9	2.0	3.1	2.3	2.2	2.3	2.6	2.4	1.9	2.3	3.2
El terrorismo. ETA	0.1	0.0	0.0	0.0	0.2	0.2	0.2	0.5	0.0	0.1	0.1	0.0	0.1	0.1
Las infraestructuras	0.2	0.1	0.1	0.0	0.1	0.2	0.2	0.2	0.1	0.2	0.3	0.2	0.3	0.1
La sanidad	13.7	13.6	12.1	11.2	12.0	10.0	10.7	9.3	11.1	9.6	11.6	11.9	11.9	10.6
La vivienda	1.8	1.8	1.3	0.8	1.4	1.6	1.3	1.8	1.5	1.7	1.2	2.4	1.9	1.4
Los problemas de índole económica	24.7	23.9	24.2	23.7	22.8	25.1	23.6	25.1	25.6	25.1	23.2	24.4	24.0	24.7
Los problemas relacionados con la calidad del empleo	7.4	6.8	4.8	4.2	5.9	4.8	4.5	4.3	4.7	4.1	4.6	3.9	4.8	4.3
Los problemas de la agricultura, ganadería y pesca	0.2	0.4	0.3	0.2	0.0	0.2	0.0	0.4	0.2	0.3	0.2	0.2	0.3	0.2
La corrupción y el fraude	36.7	36.1	37.6	36.6	43.4	44.9	46.7	47.8	44.0	47.5	39.2	38.8	40.1	39.4
Las pensiones	4.2	5.0	2.8	3.5	4.2	2.3	2.5	2.5	2.4	2.7	2.7	2.8	1.8	2.6
Los políticos en general, los partidos políticos y la política	22.1	25.7	29.5	29.3	19.4	21.1	21.3	20.8	24.4	22.2	23.4	14.8	20.4	21.5

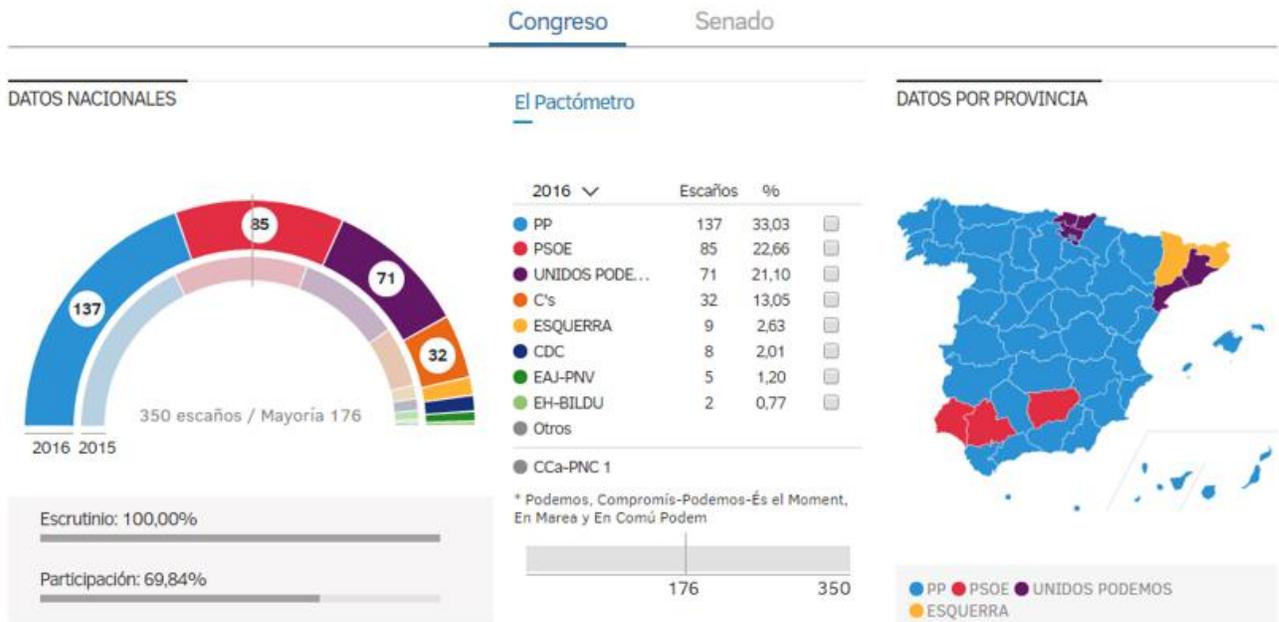
Source: CIS (2017)

Therefore, we can see that two of the biggest preoccupation in Spain, for the citizen, are about the behavior of our governments, and of our politicians, individually.

Since 2011, in Spain, the Populism has been growing quickly. In 2013/2014, appeared a political party called Podemos, a new communism and populism party that burst in Spain, 3 months before the 2014's Elections for the European Parliament, to stay. Podemos had 5 deputies elected as the result of his first appearance in the politics' fields.

In May 2015, they reached some of the most important mayoralities of Spain, including Madrid, the capital. In spite of not being the most voted list, they reached it because of the agreements they did with other political parties (the Socialist Party –PSOE- and the independent parties, in most cases). And in 2016, the Spanish general elections, they got 71 to 350 deputies in the Spanish Parliament.

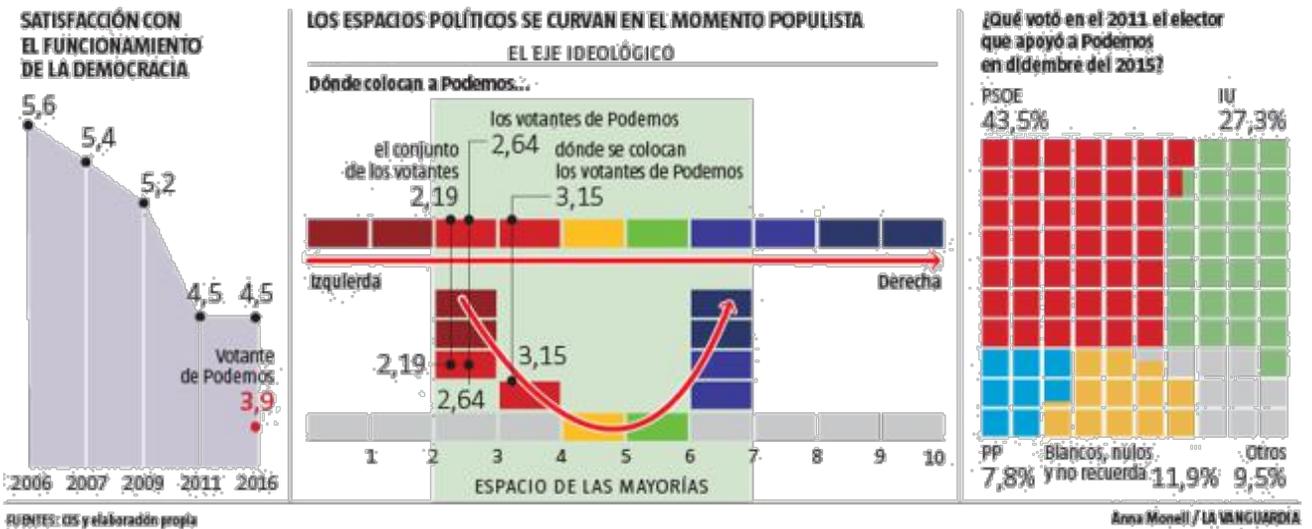
Elecciones Generales 2016



Source: El Mundo (2016)

In this graphic we can see that all the majority of the people who voted Podemos has no trust on the politicians. And also, the candidates of Podemos presented themselves as a new kind of citizen-politicians:

LA GÉNESIS DEL POPULISMO EN ESPAÑA



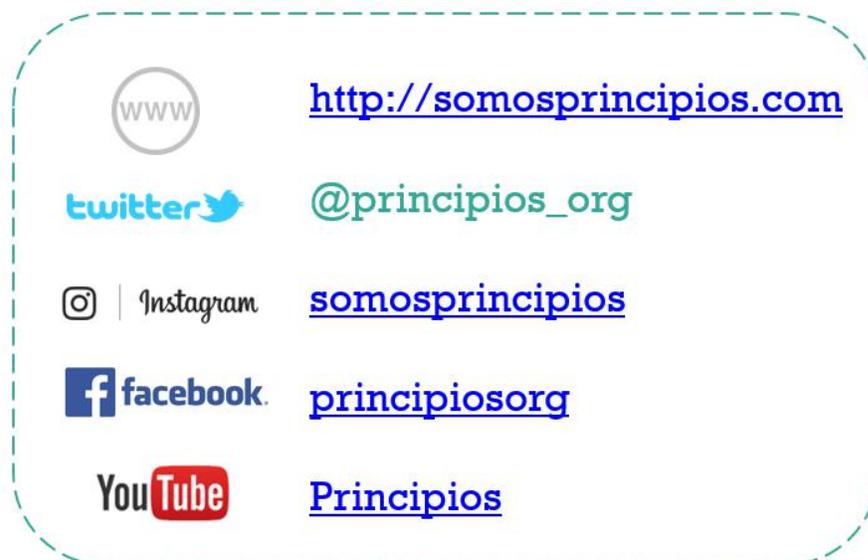
The voters of Podemos were not satisfied with the democracy running in Spain, and they found in Podemos a way to express their discontent. But there exists another way to express this discontent; and also from the civil society.

At the end of 2014, and as a response to all the problems of corruption and fraud of the governing, the short-term-working view of the politicians, the lack of interest in the more needy, a group of professionals (lawyers, engineers, professors, journalists, etc.) began a movement – with a legal form as an association- called Principios (Principles).

The diagnosis of the founder of Principios was that the problems were not only of effectiveness, but also of justice. And in particular of political justice and social justice. Also, they realized that the political debate was impoverished by the monopoly of the political parties, and it was necessary to maintain spaces in civil society that could play a critical role and renew ideas.

With this diagnosis, the founders of Principios established the objectives:

- Identify a social base –civil society- and let them know and join Principios: people discontent with the current situation of politics and the politicians.
- Build a politic shape (politic but not politician): Principios is not a political party. But Principios want to have impact in the political sphere. So Principios is going to work in the development of projects that can renew and help the politicians, making a bridge between the citizen and institutions and the public administrations, governments, etc.
- Launch the projects: be able to present this projects and ideas to the corresponding people (politicians, public institutions, etc.).



And they began to work. The founders prepared the main ideas -the challenges- of Principios and they shared among lots of people, using internet, the social networks, etc. They had the first assembly (the founding assembly) with a selection<sup>3</sup> of the people who wanted to participate.

In April 2015, Principios launched the official website ([www.somosprincipios.com](http://www.somosprincipios.com)), and his accounts in different social networks (Facebook, Instagram, Twitter, Youtube).

Afterwards, Principios developed some projects, and each initiative had its own objects:

- Forming/Educating people: Cañas Políticas (political beers; it is an informal debate between prestigious professionals –politically neutrals- in a bar, and they answer all the questions of the attendants; the topic is about political justice, and there has been “cañas políticas” all over Spain); Jornadas de Descartados (more formal workshops about discarded – social justice –, usually in Madrid); Conferences, newsletter...
- Development of projects, writing papers, organizing events, etc.: against corruption (for example, Compromiso Primarias (Primary Commitment)), meetings with political parties and other institutions, etc.
- Presentation of our proposal: political parties, foundations, public administration, companies, etc.

This are some images of the flyers and of the acts organized by Principios:



<sup>3</sup> The selection was done trying to have a large representation of the civil society: 35 to 200 candidates, male and female, with university studies and not, from 20 years to 80. Discarded –Descartado, in Spanish- means all the people without interest or voice for the politicians: the handicapped, emigrants & immigrants, mothers in risk of social exclusion, the elders, etc. Normally, neither Mass media have interest in this collectives.

Principios has also developed these projects and has been met with many persons and institutions and organizations of the civil society, in the way to improve the politics and the society with his proposals, joining the citizen and the public administration:



Meetings and workshops with:

**Political Justice**

- PSOE Madrid
- PP Madrid
- Ciudadanos Madrid
- Podemos Madrid
- Sociedad Civil y Democracia
- Foro Generación del 78
- Hay Derecho
- Politikon
- Qveremos
- Fundación Valores y Sociedad
- Funciva
- Fundación San Pablo-CEU
- EPC (Estudiantes Por el Cambio/ Estudiantes Pel Canvi/ Estudiantes Polo Cambio)
- Red Floridablanca
- Acreditra
- Mas Democracia
- Fundación BBVA

**Social Justice**

- Passim
- Fundación Carmen Prado - Valcarce de Educación Especial
- Fundación Civio
- Special Olympics
- Fundación Juan XXIII
- Fundación Madrina
- Red Madre
- Asociación de Telefónica para la Discapacidad y Dependencia
- Confederación Española de Familias de Personas Sordas (FIAPAS)
- Centro Ocupacional de la Fundación APROCOR
- Fundación Padre Lezama
- SUPER Cuidadores
- Ayuda a Mujeres Embarazadas
- Mensajeros de la Paz
- Con copia a Europa
- Foro Inserta

Meetings and workshops with:



Ministry of Justice



Socialist Party (PSOE)



The Spanish Queen and the Secretary of State (Social Security)



Lilian Tintori, wife of Leopoldo López (Venezuela)



Lawyers Association



People's Party (PP)

Currently, with thousands of followers in all Spain, with hundreds people attendant to the meetings, conferences, and other events organized by Principios, this Spanish movement originated in and by the citizen to improve the society, carries on developing initiatives and projects.

#### 4. References

AARONSON, S. A.; BRINKERHOFF, J. *Limited Partnership: Business, Government, Civil Society (NGOs) and the Public in the Extractive Industry Transparency Initiative (EITI)*. Institute for International Economic Policy Working Paper Series Elliott School of International Affairs, The George Washington University, October, 2009.

CALLEJA, R. *The New Wave of Populism: Is history repeating?* IESE Business School, 2016. Retrieved January 17, 2017, from <http://blog.iese.edu/blog/2016/12/01/podcast-the-new-wave-of-populism-is-history-repeating/>

COHEN, J.L.; ARATO, A. *Civil Society and Political Theory*. MIT Press, 1994.

COOPER, T. L. *Civic Engagement in the twenty-first century: Toward a scholarly and practical agenda*. Public Administration Review, 65 (5), 2005.

\_\_\_\_\_.; BRYER, Th.; MEEK, J. D. *Citizen-Centered Collaborative Public Management*. Public Administration Review, 2006.

CIS (Centro de Investigaciones Sociológicas). *Tres problema principales en España*. Spanish Government, 2017. Retrieved January 17, 2017, from CIS.es.

DICTIONARY.COM. *Civil society*, 2017. From Dictionary.com.

EHRlich, Th. *Civic Responsibility and Higher Education*. Oryx Press, 2000.

El Mundo (2016), Retrieved January 17, 2017, from <http://www.elmundo.es/elecciones/elecciones-generales/resultados/>

Fundación para la Libertad (2016), *Mapa tras las elecciones municipales de 2015*, Retrieved January 17, 2017, from <http://paralalibertad.org/espana-consuma-el-frente-anti-pp-el-populismo-irrumpe-en-las-grandes-capitales-con-el-aval-decisivo-del-psoe/>.

MEEK, J.W. *Participation Approaches to Governance: Implications for Environmental Management*. Agenda Social. Revista do Programa de Políticas Sociais. Campos dos Goytacazes, UENF, v.1 n.1, jan-abr/2007.

MONELL, A.; ANECHINA, R.M.; CASTRO, C. *La génesis del populismo en España*, La Vanguardia, Barcelona, November, 28th, 2016.

NAVARIDAS, J.A.G. *Gráficos interactivos, la percha 2.0 para la comunicación digital de cifras*, Retrieved January 17, 2017, from <http://jagnaridas.es/periodismo/graficos-interactivos-comunicacion-digital-cifras/>.

PUTNAM, R.D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton University Press, 1994.

PRINCIPIOS. Website, 2015.

SAINT-EXUPÉRY, A. Retrieved January 17, 2017, from BrainyQuote.com.

SINEK, S. *How great leaders inspire action*. TED Talk, 2010.

UNITED NATION. *Civil Society*. Retrieved January 17, 2017. From the UN website.

WARBURTON, D. *Deliberative public engagement: nine principles*, Involve wiki at the National Consumer Council.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira Neto

Data de envio: 20/11/2018

Data de aprovação: 05/12/2018

Como citar:

SERRANO, Alejandro Álvarez; MEEK, Jack. Spanish Civic Engagement: a bridge among civil society, politics and public administration. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 60-71, dez 2018.

## **La contribución del cooperativismo para el desarrollo local regional: la participación de las cooperativas en la economía de Paraná en el período 2005-2015**

*The contribution of cooperativism to local regional development: the participation of cooperatives in the economy of Paraná in the period 2005-2015*

*A contribuição do cooperativismo para o desenvolvimento regional local: a participação das cooperativas na economia paranaense no período 2005-2015*

Andréia Faxina Wiese<sup>1</sup>  
Olga Alicia Gallardo Milanés<sup>2</sup>

**Resumen:** El objetivo de este artículo es discutir las contribuciones de las cooperativas para el desarrollo local y regional e identificar su participación en la economía de Paraná, por medio de la análisis de indicadores socioeconómicos en el período de 2005 a 2015 extraídos del Sistema OCEPAR. La metodología utilizada fue la revisión de literatura sobre el origen del cooperativismo, el concepto de desarrollo y los desafíos de las cooperativas en el mercado global, así como una investigación exploratoria y descriptiva para el análisis de los datos. Esta investigación se justifica por la necesidad de comprender en una perspectiva interdisciplinar, el papel de las cooperativas en el desarrollo y su inserción en el mismo. Se identificó una evolución significativa en los indicadores socioeconómicos de las cooperativas en Paraná y en la literatura se expresa la posibilidad que tienen las cooperativas de contribuir con el desarrollo de la región. Se concluye que estas organizaciones son importantes instituciones para generar ingresos e inclusión social.

**Palabras claves:** cooperativismo; desarrollo local y regional; indicadores socioeconómicos; Globalización.

**Abstract:** The aim of this work is to discuss the contributions of cooperatives to the local and regional development and to identify their participation in the economy of Paraná through the analysis of socioeconomic indicators from 2005 to 2015 extracted from the OCEPAR System. The methodology used was a literature review on the origin of cooperative, the concept of local

---

<sup>1</sup> Mestra em Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: andrea.wiese@gmail.com

<sup>2</sup> Pós-doutoranda na Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR. Doutora. E-mail: oaliciagallardo2013@gmail.com

development and the challenges of cooperatives in the global market, as well as an exploratory and descriptive research. This research is justified by the need to understand, from an interdisciplinary perspective, the role of cooperatives in the local development. It is identified a significant evolution in the socioeconomic indicators of cooperatives in Paraná and the literature also supports the importance to the local development, since these organizations are important for income generation and social inclusion.

**Keywords:** cooperativism; local and regional development; socioeconomic indicators; Globalization.

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir as contribuições das cooperativas para o desenvolvimento local e regional e para identificar a sua participação na economia do Paraná, através da análise dos indicadores socioeconômicos no período de 2005 a 2015 extraídos de Ocepar Sistema. A metodologia utilizada foi a revisão da literatura sobre a origem do cooperativismo, o conceito de desenvolvimento e os desafios das cooperativas no mercado global, bem como pesquisas exploratórias e descritivas para análise de dados. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender, numa perspectiva interdisciplinar, o papel das cooperativas no desenvolvimento e sua inserção no mesmo. Foi identificada uma evolução significativa nos indicadores socioeconômicos das cooperativas paranaenses e na literatura expressa a possibilidade de que as cooperativas contribuam para o desenvolvimento da região. Conclui-se que essas organizações são instituições importantes para gerar renda e inclusão social.

**Palavras-chave:** cooperativismo; desenvolvimento local e regional; indicadores socioeconômicos; globalização.

## 1. Introducción

Con el advenimiento de la globalización y la apertura de los mercados, la competencia se ha vuelto acentuada, en una economía inestable y con un mercado de trabajo cada vez más excluyente. Para atender la demanda de los consumidores y las exigencias de un sistema capitalista de producción, las empresas se esfuerzan por ofrecer productos innovadores, atraer consumidores y mantenerse en el mercado.

En este contexto, se constituyeron las cooperativas como alternativas de supervivencia ante la inestabilidad económica existente en diversos sectores vinculados a la competencia. Santos (2002, p. 334) comparte con la idea de que "las cooperativas son capaces de sobrevivir en

un mercado crecientemente global y representan una estrategia particularmente prometedora". Es por medio de las acciones colectivas que los asociados consiguen competir con las grandes empresas, pues el suministro de productos y servicios a gran escala posibilita ventaja competitiva.

Sin embargo, partiendo del supuesto de que las acciones de las cooperativas afectan a sus asociados y a las personas de la comunidad directa o indirecta, los cooperados necesitan ser miembros activos de las discusiones sobre los asuntos que orientan sus acciones, trayendo mejoras significativas para la calidad de vida de todos los involucrados.

Considerando la ideología del cooperativismo y su origen, este artículo pretende buscar en la literatura el estudio de las contribuciones de las cooperativas para el desarrollo local y regional teniendo en cuenta los desafíos de un mercado globalizado. En el estudio se realizó una investigación bibliográfica que abarcó autores de diversas áreas buscando una comprensión interdisciplinaria de la relación entre desarrollo y cooperativismo. Además, se trata de una investigación exploratoria, partiendo del análisis de fuentes secundarias, tanto en la literatura como en la sistematización de datos cuantitativos obtenidos en el Sistema OCEPAR, los cuales permitieron analizar la participación de las cooperativas en la economía del Estado de Paraná.

El artículo está dividido en cinco sesiones. En la primera, producimos la introducción sobre el tema propuesto. En la segunda, presentamos un breve histórico del cooperativismo en Brasil y desarrollamos una discusión sobre la constitución de las cooperativas ante los desafíos de un mercado globalizado. La tercera sesión consta la base teórica de este estudio sobre las contribuciones de las cooperativas y la concepción de desarrollo local y regional<sup>3</sup>. En la cuarta sesión, se encuentra el análisis de los datos de la participación de las cooperativas en la economía del Estado de Paraná. En la última, se presentan las consideraciones finales y apuntes para una reflexión sobre el tema en pauta.

Las cooperativas se encuentran en constante expansión en varias regiones y sus productos y servicios forman parte de nuestro cotidiano. Por lo tanto, esta investigación se justifica por el suministro de informaciones relevantes que puedan facilitar la comprensión de cuál es su papel en el desarrollo local y regional.

## **2. El cooperativismo en el desafío de un mercado globalizado**

La revolución industrial en el siglo XVIII fue precursora de grandes transformaciones

---

<sup>3</sup> Este artículo es el resultado de las discusiones realizadas en la disciplina Sociedad y Desarrollo del Programa de Postgrado Interdisciplinario Sociedad y Desarrollo de la Universidad Estadual de Paraná (UNESPAR).

que definieron nuevos modelos de producción y cambiar radicalmente la organización de la sociedad. Las consecuencias socioeconómicas de este nuevo modelo son innumerables y perpetuadas hasta los días actuales. El cooperativismo surgió en medio de esas transformaciones, principalmente con la aparición de la clase obrera, que era explotada por el capitalismo.

Ante las limitaciones económicas, sociales e incluso humanas de una clase que se encontraba marginada en la sociedad, los trabajadores buscan la unión para superar esas condiciones y encontrar nuevas formas de relación social y económica. De estas acciones conjuntas, nació el cooperativismo. El que constituye una alternativa importante de organización, formada por un grupo de personas que tienen en común el deseo y la necesidad de atender mejor el mercado (ANDRADE; ALVES, 2013).

Para Pinho (1982), el movimiento inspirado en el cooperativismo fue constituido como una reacción a los abusos del capitalismo industrial liberal de la época. Como resultado de ese movimiento, surgió, en Inglaterra, la primera cooperativa a desarrollarse en el mundo. Era una empresa diferenciada que buscaba una acción conjunta en defensa de sus intereses comunes a través del desarrollo económico de todos los que cooperaban. Se trataba, de una nueva propuesta de realización económico-social (ILHA, 2005). Entre los idealistas y precursores de la filosofía cooperativista, el inglés Robert Owen fue quien más se destacó entre todos, es considerado el primero en organizar científicamente el cooperativismo, articulándolo con la sociedad (ABRANTES, 2004).

El cooperativismo tiene como base orientadora los principios cooperativistas que se han ido modificando a lo largo del tiempo. De acuerdo con el artículo del Sebrae (2009) estos principios son aceptados en todo el mundo como directrices para el sistema cooperativo. Su elaboración más reciente fue establecida por la Alianza Cooperativa Internacional - ACI, responsable de la realización de las políticas para el sistema cooperativista mundial. En este documento se describen los principios cooperativistas que son: 1) adhesión voluntaria y libre; 2) gestión democrática; 3) Participación económica de los miembros; 4) Autonomía e independencia; 5) Educación, formación e información; 6) Inter-cooperación; 7) Interés por la comunidad. De este modo, el sistema cooperativo está organizado de manera que proporciona subsidios e informaciones para el fortalecimiento del cooperativismo.

En Brasil, el cooperativismo surgió a fines del siglo XIX, lo que motivó la adopción de un sistema de organización después de la abolición de la esclavitud, pues el trabajo esclavo no

podría ser más utilizado. A partir da década del 80, la expansión del capitalismo impulsó las experiencias colectivas de generación de renta y de trabajo, principalmente como alternativa de desarrollo económico y social. La coyuntura económica brasilera de la época, las desigualdades sociales generadas por el proceso de industrialización, así como la creciente emigración de extranjeros, la inestabilidad económica de Brasil, fueron factores favorables para la organización de las primeras cooperativas (DURLO; CARLESSO, 2005).

La Sociedad Cooperativa Económica de Funcionarios Públicos de Ouro Preto fue la primera cooperativa brasilera, su fundación ocurrió el 27 de octubre de 1889, en la ciudad de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais (PINHO, 2004). Para Pinho (2004, p. 13), después de esta experiencia cooperativa, otras fueron surgiendo. En 1891 fue fundada la cooperativa de consumo de funcionarios de la Compañía telefónica, en Limeira, Estado de São Paulo (DURLO; CARLESSO, 2005) y posteriormente se expandió para otros Estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santos e Minas Gerais (CATTANI, 2003).

En décadas posteriores, hubo expansión del cooperativismo en varios segmentos, como el de crédito rural, de consumo, habitacional, agrícola, entre otros. En algunas regiones del país, las cooperativas todavía se encontraban en constante crecimiento. En Brasil, la Organización de Cooperativas Brasileiras (OCB), creada en 1969, es el órgano de máxima representación de las cooperativas. En el país, los criterios legales para clasificar un agente económico como cooperativa se definen en la Ley 5.764 de 16 de diciembre de 1971, la cual establece la Política Nacional del Cooperativismo y el régimen jurídico de las Cooperativas.

La referida Ley conceptualiza cooperativa como "una asociación de al menos 20 (veinte) personas con intereses comunes, económicamente organizada de forma democrática", también define que esa gestión democrática necesita ser garantizada por la participación libre de todos y por el respeto a los derechos y deberes de cada uno de sus cooperados, éstos que prestan servicios sin fines de lucro. De esta forma, el cooperativismo es un instrumento de acción conjunta, por lo que es importante comprender cuales son las contribuciones que este tipo de organización puede desempeñar en un mercado que acompaña las tendencias de globalización.

Muchos son los cuestionamientos que vienen en una época en constantes cambios. Para las empresas, los principales obstáculos se encuentran en cómo mantenerse en un mercado globalizado, inestable, inseguro, de riesgos. Por otro lado, para las cooperativas, ese desafío va más allá, pues sus dificultades se refieren a cómo permanecer en ese mercado y promover la

sostenibilidad de su negocio y de sus asociados.

Así, para entender esta problemática, se hace necesaria la comprensión del escenario global en que las organizaciones están insertadas. La globalización es para Giddens (1991) una de las consecuencias fundamentales de la modernidad. Para el autor, se trata de "un proceso de desarrollo desigual que tanto fragmenta como coordina" (GIDDENS, 1991, p. 190). En el caso de las instituciones modernas, que se diferencian de todas las formas anteriores de orden social en cuanto a su dinamismo, al grado que interfieren con hábitos y costumbres tradicionales, y su impacto global" (GIDDENS, 2002, p. 9).

En este conjunto de relaciones, las transformaciones ocasionadas por la globalización no alteran solamente la manera como las empresas necesitan organizarse en la sociedad actual para mantenerse rentables, también altera la vida social de todos los que habitan este planeta. La dicotomía existente entre las crisis y progresos que en la sociedad contemporánea afecta directamente la forma en que las personas viven en "tiempos líquidos" (BAUMAN, 2001) pues cuando todo es inestable, desechable y de constantes cambios no se hace sin propósito, pero sí, para que el consumo mercantilizado se perpetúe, para que las empresas se posicionen incitando el presente, sin muchos compromisos precisos con el futuro.

De este modo, las organizaciones cooperativas insertadas en ese contexto, son instituciones que tienen raíces locales y son guiadas por los principios cooperativistas que forman parte del sistema a los que son sometidas. Estas organizaciones no sólo se caracterizan por su producción, sino por el conjunto social que las rodea. De esta forma, para Etkin (2003) el conjunto social está compuesto por todos los individuos que poseen intereses en la organización, es decir, sus clientes, proveedores, empleados, competidores y proveedores. En este sentido, las cooperativas se constituyen en bases sólidas, con identidad y estructuras flexibles para adecuarse a los cambios surgidos del mercado.

Este autor posibilita una reflexión diferenciada sobre un nuevo tipo de organización, informando que se trata de una institución de atención a las demandas de un escenario global, no dejando, sin embargo, de considerar sus compromisos con la comunidad, con los intereses de los asociados, con características diferenciadas del enfoque tradicional. En la teoría organizacional tradicional prevalece el pensamiento dominante de los dirigentes sobre los dirigidos, buscando exclusivamente la obtención de lucro.

En ese contexto, de acuerdo con Morin (2002) la organización es sinónimo de desorden,

desvíos, de insubordinación. Sin embargo, la idea del autor es que el pensamiento gerencial dirigido hacia el lucro y el poder se enfoca en la reducción del desorden y en la capacidad de actuar en los conflictos, ignorando a menudo la ambigüedad, ya que el foco central se convierte en la racionalidad (los números).

El predominio de la razón instrumental es típico de la escuela clásica taylorista y fordista<sup>4</sup>, pero, con la emergencia de la escuela de las relaciones humanas, la informalidad y la motivación son valoradas en la ciencia de la administración, abriendo espacio para el inicio de la comprensión de la subjetividad en las organizaciones. Tal vez, en ese espacio de cooperación, explícita Schneider (2003, p. 60) es una oportunidad de contribuir a la supervivencia de la humanidad, en términos de políticas económicas, sociales y ambientales.

Amaro (2004) presenta los principales desafíos del siglo XXI divididos en cuatro grupos: el primero, se refiere al desafío de la competitividad, generado por la fuerte competencia en un mercado que supera las barreras nacionales, y que tiene como consecuencia grandes transformaciones en los sistemas de producción y el consumo, y en la distribución de la renta; el segundo, se refiere al desafío de la Cohesión Social o de la Solidaridad, caracterizado por las desigualdades sociales, la pobreza, el malestar social (inseguridad, individualismo), hechos que, según el autor, pueden desencadenar efectos incontrolables; el tercero, corresponde al desafío de la Sustentabilidad, inherente a la preocupación con la Naturaleza, recuperando los ecosistemas degradados y preservando el medio ambiente, comprometiéndose con la perpetuación del planeta tierra; y, finalmente, el cuarto está relacionado al desafío de la Diversidad, que presupone el diálogo cultural y la tolerancia religiosa.

La gestión cooperativa debe ser consciente y preparada para superar los desafíos presentados por el autor, teniendo en cuenta que la alternativa para superar las dificultades encontradas en el mercado globalizado puede ser buscada en su esencia en las directrices trazadas, y principalmente en las acciones del cuadro social.

Por lo tanto, el surgimiento de las cooperativas se debe a un intento de supervivencia en

---

<sup>4</sup> La escuela clásica Taylorista tiene como precursor al ingeniero norteamericano Frederick Winslow Taylor, el cual desarrolló la idea de gerencia científica del trabajo. Taylor propuso un sistema de organización del trabajo por medio de métodos estandarizados de ejecución que deberían optimizar la relación entre tiempo y movimiento, buscando eficiencia operacional de las tareas realizadas y mejor rendimiento de cada empleado. La escuela Fordista, al igual que la Taylorista, también estaba basada en el control del proceso de trabajo. Sin embargo, el Fordismo ideado por Henry Ford, con la introducción de la estera rodante y de conceptos como producción de masa y consumo de masa, constituyó un nuevo modo racional del trabajo y de la producción, alterando el modo de vida de las personas (RIBEIRO, 2015).

medio de la complejidad del progreso y de acompañarlo a través de un sistema conducido por la cooperación, constituyéndose en importantes instrumentos de desarrollo local en la región en que están insertadas.

### **3. Contribuciones de las cooperativas y el desarrollo local y regional**

Una cooperativa sólo debe constituirse si está enraizada de los ideales de cooperación establecidos por la doctrina cooperativa. El propósito de su creación parte del principio de que habrá una contribución económica y social para la región en que actúa. Según Benecke (1980), hay una nueva visión sobre sus atribuciones, se refiere a dos polos: la cooperativa como actividad exclusivamente económica y como una organización sociopolítica e ideológica, lo que significa decir, que como instrumento económico interfiere en las cuestiones sociales, al mismo tiempo, en que es un instrumento social que interfiere en las cuestiones económicas.

Es importante resaltar que la idea de Benecke (1980), a pesar de referirse en los años 80 es válida y significativa en el escenario actual, pues al considerar las acciones de las cooperativas en dos polos distintos, presenta una visión dialéctica en que uno es consecuencia del otro, pero para alcanzar lo económico y lo social, la institución necesita tener éxito en su actividad productiva, pues, de lo contrario no alcanzará ninguno de los polos.

El acto de cooperar se está mostrando eficaz, tanto que las empresas también están adoptando la cooperación para obtener ventaja competitiva. Es común que las pequeñas empresas se unen para fortalecer el poder adquisitivo, compartir los recursos, combinar competencias, dividir la carga de realizar investigaciones tecnológicas, compartir riesgos, costos para nuevas oportunidades y diversificar la oferta de productos.

En esta comprensión, las cooperativas pueden contribuir a la inclusión de sus cooperados en el mercado productivo, interfiriendo tanto en las cuestiones económicas como en las sociales de determinada región. Lo que favorece que ellas se constituyan en órganos de solidaridad, comprometida con el progreso de los trabajadores, su mejor inserción económica y mayor flexibilización de las relaciones de trabajo (MINATEL; BONGANHA, 2015).

A partir de la concepción de desarrollo, podemos comprender cómo las cooperativas contribuyen regionalmente y localmente. Se aprecia que diversos autores abordan el tema a través de visiones diferentes y son estas posibles divergencias y contradicciones que implican el surgimiento de nuevas ideas, abriendo caminos para repensar el desarrollo de la sociedad. Un ejemplo de ello es lo que Oliveira (2002, p. 40) defiende, al decir que: “El desarrollo debe ser

considerado como un proceso complejo de cambios y transformaciones de orden económico, político y, principalmente, humano y social”.

El desarrollo local y regional tiene entre sus propósitos dinamizar la economía por medio de iniciativas locales, lo que sirve para movilizar las poblaciones marginadas por la crisis y paliar los efectos más nocivos del crecimiento capitalista. Las iniciativas locales tienen la ventaja que permiten establecer tejidos complejos, regidos por mecanismos de negociación para integrar lugar de trabajo y lugar de vida, para reconocer las especificidades de los recursos naturales, donde se revalorice tanto la iniciativa individual como colectiva, con una amplia movilización de actores (AROCENA, 2002).

La concepción de desarrollo establecida por los autores mencionados viene al encuentro de la propuesta de este estudio considerando que las cooperativas son instrumentos de la acción social, que buscan por medio de la economía, de la comercialización de bienes y servicios, generar ingresos para sus asociados, traen recursos para región en que benefician y mejoran en la calidad de vida de todos los involucrados.

A partir de 1990, las iniciativas de cooperación pasaron a ser observadas por la concepción de sostenibilidad a medida que proporcionan el desarrollo local y social (LEONELLO, 2010). Las cooperativas como nuevo instrumento de desarrollo económico y social se expandieron rápidamente a todos los continentes, siendo este sistema adoptado por diversos países. Sin embargo, esas organizaciones no pueden ser consideradas como un modelo inherente del capitalismo y del socialismo, pues se busca rescatar lo que se considera bueno para la sociedad en cada ideología (ABRANTES, 2004).

Al ser insertas en el modelo económico capitalista, las cooperativas no pueden olvidar el ideario cooperativista, la solidaridad y la cooperación. Ante ello, Santos (2007, p. 146) contribuye con un concepto diferenciado sobre la división del trabajo y aclara que

De la división del trabajo por encima se crea una solidaridad generada de fuera y dependiente de factores verticales y de relaciones pragmáticas frecuentemente lejanas. La racionalidad se mantiene a costa de normas férreas, exclusivas, implacables, radicales. Sin obediencia ciega no hay eficacia. En la división del trabajo por debajo, lo que se produce es una solidaridad creada de dentro y dependiente de factores horizontales cimentados en el territorio y en la cultura local.

El autor, como crítico de la globalización, presenta una nueva propuesta que viene de la división del trabajo por debajo, de la solidaridad creada desde dentro y del desarrollo endógeno (local). Son estas características que las grandes cooperativas insertas en un mercado global no

pueden perder, pues, si esto sucede, serán equivalentes a grandes empresas de relaciones pragmáticas lejanas.

Con ello, se hace comprensible que la concepción de desarrollo va más allá del crecimiento económico y el papel de las cooperativas necesita estar pautado en el compromiso con la comunidad, contribuyendo a una nueva globalización considerando que "una globalización constituida de abajo hacia arriba, que la búsqueda de clasificación entre potencias deje de ser una meta, podrá permitir que las preocupaciones de orden social, cultural y moral puedan prevalecer" (SANTOS, 2007, p. 78).

Para Oliveira el concepto de desarrollo parte del crecimiento económico para lo social, considerando que "Pensar en el desarrollo es, ante todo, pensar en la distribución de la renta, la salud, la educación, el medio ambiente, la libertad, el ocio, entre otras variables que pueden afectar la calidad de vida de la sociedad" (OLIVEIRA, 2002, p. 43).

Pereira (2007) también avanza en ese camino cuando conduce la discusión de desarrollo y crecimiento económico mediante la reunión de otros aspectos, entre los que destaca el capital social. Este recurso se utiliza para crear oportunidades en regiones en las que el desarrollo necesita ser estimulado. Por lo tanto, el concepto de desarrollo es fruto de muchas discusiones y análisis, de la valorización del individuo, de su calidad de vida, cuestiones que superan el carácter puramente económico.

Así, el cooperativismo, en la medida en que suma responsabilidad económica y social, ha obtenido en los últimos años una representatividad relevante, contribuyendo ampliamente al desarrollo local y regional, siendo ejemplo de ello, el Estado de Paraná, en el cual las cooperativas son reconocidas como referencia nacional, por el buen desempeño que poseen.

#### **4. Contribución de las cooperativas a la economía de Estado de Paraná**

Por considerar significativo el crecimiento del sistema de ayuda en Paraná, presentamos los indicadores socioeconómicos de las cooperativas que generan desarrollo local y regional, buscando demostrar su importante participación la economía paranaense.

El Estado de Paraná está localizado en la Región Sur de Brasil, con un área de 199.880 mil kilómetros cuadrados equivalentes a cerca de 12,3% del territorio brasileño y posee una gran diversidad étnica, siendo su población formada por portugueses, italianos, africanos, polacos, alemanes, holandeses, ucranianos, y japoneses, entre otros (IPARDES, 2018). El índice de desarrollo Humano de Paraná (2010) es de 0,749, uno de los mejores de los Estados brasileños;

su población (2010) es superior a 10 millones de habitantes (IPARDES, 2018).

La economía paranaense es la cuarta mayor del país. El Estado en 2014 fue el responsable del 6,3% del PIB nacional, y en lo que corresponde a la agricultura, ocupa el primer lugar entre los Estados brasileños en la producción de granos y en la ganadería. En el escenario agrícola, Paraná posee significativa participación, principalmente, en la producción de trigo (60,94%). En la avícola la representatividad del 29,18% de los sacrificios de animales en el Estado es de gran relevancia, especialmente para la promoción del desarrollo local, debido a que parte de los integrados de las agroindustrias son agricultores familiares.

De acuerdo con los datos del SINDIAVIPAR - Sindicato de las Industrias de Productos Avícolas del Estado de Paraná, a cada lote de 1500 a 2000 de aves sacrificadas, se emplean diez manos de obra indirectas y una mano de obra directa. El sector genera 60.000 puestos de trabajo de mano de obra directa y 600.000 puestos de mano de obra indirecta. Se trata de más de 18.000 familias de productores integrados y 35.000 familias de pequeños productores proveedores de insumo para avicultores (SINDIAVIPAR, 2018).

En la actividad agropecuaria de Paraná hay una actuación constante de las cooperativas con gran cantidad de familias involucradas, es un hecho que ese sector contribuye al crecimiento económico de la región, aunque éste no sea "condición suficiente para el desarrollo, es un requisito para superar la situación de pobreza y para la construcción de un patrón digno de vida (OLIVEIRA, 2002, p. 42).

El sistema cooperativo de Paraná es representado por la OCEPAR<sup>5</sup> - Organización de las Cooperativas de Paraná, su creación el 2 de abril de 1971 fue un marco para el sistema cooperativo paranaense. El sistema cuenta con cooperativas de 13 ramas: agropecuario, consumo, crédito, educativo, especial, habitacional, infraestructura, mineral, producción, salud, trabajo, turismo y láser, transporte.

---

<sup>5</sup> El Sistema Ocepar está formado por tres sociedades distintas, sin ánimo de lucro que, en estrecha asociación, se dedican a la representación, fomento, desarrollo, capacitación y promoción social de las cooperativas paranaenses: el Sindicato y la Organización de las Cooperativas del Estado de Paraná - OCEPAR, El Servicio Nacional de Aprendizaje del Cooperativismo – SESCOOP y la Federación y Organización de las Cooperativas del Estado de Paraná - FECOOPAR (OCEPAR, 2018).

Las informaciones socioeconómicas en lo que se refiere a las actuaciones de las cooperativas paranaenses son divulgadas por el Sistema Ocepar, que constituyen la base de datos para las investigaciones relacionadas al sector, junto con los informes de la OCB. La OCB - Organización de las Cooperativas Brasileñas representa nacionalmente los intereses de más de 6,6 mil cooperativas. Las informaciones socioeconómicas generales del cooperativismo a nivel nacional se pueden encontrar en el Sistema OCB.

Conforme a los datos de la OCEPAR de 2014, se registran 223 cooperativas responsables de 1.079.737 cooperados, 79.241 trabajadores, 2,2 millones de puestos de trabajo indirectos, y pago de R \$ 2 mil millones en salarios. Se realizaron 50 mil 500 millones de dólares en facturación, R \$ 2,8 mil millones en nuevas inversiones y US\$ 2,4 mil millones en exportaciones y R \$ 1,9 mil millones de resultados generados a los cooperados además de R \$ 1,3 mil millones en impuestos recogidos. En Paraná, esas cooperativas también invirtieron R \$ 10 millones en la sociedad y R\$ 60 millones en inversiones ambientales (OCEPAR, 2018).

La Tabla 1 demuestra la evolución de los indicadores sociales y económicos paranaenses de las cooperativas de Paraná, de acuerdo con las informaciones del Sistema OCEPAR en el período de 2005 a 2015.

**Tabla 1** – Indicadores Sociales y Económicos de las cooperativas paranaenses (2005 a 2015)

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Facturamiento (billones R\$)	16,50	16,50	19,50	25,83	25,06	26,40	32,21	38,13	45,62	50,51	60,33
Cooperativas (unidades)	228	228	234	238	238	236	240	236	231	223	220
Cooperados (personas)	407.312	451.642	496.251	513.389	548.812	641.564	735.453	856.098	985.494	1.079.737	1.247.000
Colaboradores (personas)	48.061	50.190	51.621	51.838	55.774	59.350	62.389	66.755	72.449	79.241	83.267
Exportaciones (US\$ millones)	680,00	852,90	1100,00	1.442	1.470	1.640	2.200	2.100	2.362	2.400	2.500
Impuestos recogidos (R\$ billones)	744,90	781,90	898,00	1.060	1.000	1.171	913	1.648	1.776	1.300	1.596
Inversiones (R\$ millones)	680,00	794,00	1028,00	1.275	1.000	1.011	1.100	1.323	2.163	2.805	2.350
Puestos de trabajo generados	781.600	773.309	926.608	1,25 mi	1,3 mi	1,4 mi	1,5 mi	1,6 mi	1,7 mi	2,2 mi	2,6 mi
Participación en PIB Agropecuario PR (%)	53	51	52	54	53	54	55	56	56	56	56

**Fuente:** Sistema OCEPAR/Cooperativas Paraná – **Datos:** Diciembre/2015

Los indicadores de facturación, generación de empleos, inversiones, PIB agropecuario y exportaciones son referencias en el desarrollo de la región, ya que si la participación de las cooperativas en el PIB Agropecuario de Paraná es de un promedio del 54% en el período de 10 años, sólo el 46% representa las demás formas de organización. De acuerdo con el Centro de Estudios Avanzados en Economía Aplicada - ESALQ / USP (2018), el PIB de la Agropecuaria es "compuesto por las actividades de la agricultura y la ganadería, indica el valor agregado de la producción primaria".

Otro dato importante se refiere a la facturación de las cooperativas que presentó una

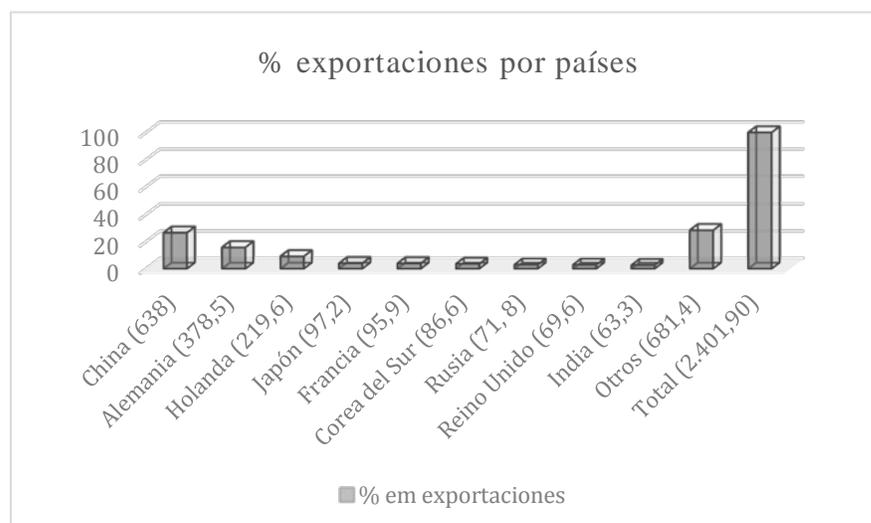
evolución significativa del 265,64% (2005-2015) e incluso no habiendo aumento en el número de cooperativas, el número de cooperados creció en el 206,15%, lo que representa la el alcance del sistema cooperativo y el fortalecimiento del capital social en la región.

La expansión en el período de 10 años en el número de colaboradores (73,25%), inversiones realizadas (245,59%) y puestos de trabajo generados (232,65%), evidencian las contribuciones de las cooperativas para generación de ingreso local, las nuevas inversiones en industrialización, almacenamiento, tecnología e infraestructura por ejemplo, además de agregar ingresos a la producción de los cooperados, los aportes en la agroindustria impulsan la economía paranaense y generan miles de puestos de trabajo (OCEPAR, 2012).

Los valores de los impuestos recaudados de 744,90 millones (2005) aumentaron a 1.500 millones (2015), es decir, el 114,26%, lo que hace a las cooperativas importantes instrumentos en la aplicación de la política fiscal del gobierno. La cooperación entre productores / cooperados y cooperativas también beneficia a las regiones ofreciendo empleos y generando ingresos en esas localidades. Por el desarrollo económico, a través de la entrega de productos / producción, servicios e incluso en la distribución de las sobras, se alcanza mejor inclusión social y calidad de vida.

También es importante mencionar que las cooperativas para crecer económicamente realizan contratos de exportación. Los datos de la tabla 3 demuestran que hubo un aumento representativo del 267,65% en el valor de las exportaciones de 2005 a 2015.

El gráfico 1 muestra cuáles son los principales países compradores de los productos de la región paranaense, muestra que China es el país al que el Estado más exporta, representando el 26,56% en 2014 del total de sus exportaciones.



**Gráfico 1-** Destino de las exportaciones de las cooperativas Paranaenses (2013-2014). **Fuente:** MDIC Elaboración: GeTec/Ocepar. Adaptado por los autores.

En este escenario, es importante destacar que las cooperativas dependientes del mercado chino necesitan estudiar, investigar y analizar las características del mercado globalizado, pues gran parte de su facturación necesita las negociaciones con ese país. Lo interesante a observar es que la discusión de este estudio muestra que, si hay dificultad para el suministro de productos o servicios en ese mercado global (que depende de las exportaciones) una localidad será directamente afectada, comprometiendo el desarrollo de la región en el que la cooperativa está enclavada.

Otros datos económicos considerables fueron publicados por la Casa Civil el 07/04/2016 sobre el liderazgo de las exportaciones de las cooperativas de Paraná. En el primer trimestre de 2016, las cooperativas paranaenses corresponden por el 33% del total exportado por el sector en el país, de US \$ 1,36 mil millones, o sea, fueron US \$ 447,3 millones en exportaciones, enfatizando el alza del 16% en relación al año pasado, de 388,4 millones de dólares.

De las diez mayores exportadoras del sector cooperativista en Brasil, tres son paranaenses: Coamo, de Campo Mourão, la C. Vale, de Palotina y la Cooperativa Agroindustrial Lar, de Matelândia. Los principales productos exportados son del complejo de la soja y la carne de pollo.

Ante los datos presentados, constatamos que hay una efectiva participación de las cooperativas para el desarrollo económico en la economía paranaense. Las cooperativas están insertas en un mercado globalizado y utilizan estrategias para que el negocio de sus cooperados sea viable económicamente, y, como no se concretó todavía "otra globalización" Santos (2007), ese tipo de organización busca alternativas para continuar existiendo en un mercado extremadamente competitivo.

En este contexto, es importante citar que las investigaciones existentes<sup>6</sup>, em general , con relación las contribuciones de las cooperativas en Paraná para la promoción del desarrollo local, traen un amplio conocimiento de estudios de casos en cooperativas que pertenecen a varios sectores (agrícola, consumo, financiero, producción), posibilitando identificar de acuerdo con la región cuáles son esas contribuciones, las cuales conforme ya discutido en este artículo, no se trata de una visión exclusivamente lucrativa, sino también la búsqueda de inclusión social. Otros

---

<sup>6</sup>Vide: Paula; Ichikawa (2002), Ricken (2009), Tomasetto *et al* (2009), Salanek Filho; Silva (2006, 2009), Leonello (2010), Casarotto; Pereira (2012), Mazzei; Crubellate (2011), Chies; Rocha (2015); Willers; Schallenberger (2015), Silva; Schallenberger (2015), Grzeszczyszyn; Machado (2016), entre otros.

estudios<sup>7</sup> también abordan la cuestión de la participación de las cooperativas en la economía paranaense basados en los datos económicos (IPARDES, IBGE, OCEPAR, OCB) promoviendo una relación entre variables cuantitativas.

En suma, esta investigación identifica que las contribuciones de las cooperativas en el Estado de Paraná son de gran relevancia para el desarrollo local y regional. Este estudio fue desarrollado por medio de datos que corresponden al escenario paranaense, no demostrando una investigación detallada de cada región en el Paraná. También hubo una significativa evolución en la participación socioeconómica de esas organizaciones en el Estado, considerando una perspectiva interdisciplinaria del concepto de desarrollo, en la que abarca la complejidad de las relaciones existentes, en que esa participación no se atiene a la mera actividad económica, principalmente al tratarse de la finalidad de la propia constitución cooperativa. Eso significa que en Paraná esas instituciones que salen del capital social están ganando representatividad para la generación de riqueza, formación humana y social.

## **5. Consideraciones finales**

Este artículo muestra que el sistema cooperativo posee significativa contribución socioeconómica para el desarrollo local y regional, el que se ha expandido en Paraná y Brasil a través de los principios solidarios que promueven la sustentabilidad de sus asociados, aunque sufra las interferencias de una política capitalista.

Para mantener la generación de renta, las cooperativas necesitan un perfeccionamiento constante, centrarse en las directrices para las cuales fueron creadas, la renovación permanente de sus dirigentes y asociados, al considerar lo social, valorar la subjetividad, la motivación, la esperanza del grupo, buscando resultados económicos y sociales en la promoción e inclusión de sus cooperados.

Las discusiones sobre este tema no están agotadas en este estudio, se finaliza ratificando, que a través del principio de cooperación se hace posible enfrentar los problemas sociales provenientes de una economía basada en el individualismo, la racionalidad, la competencia exacerbada, características proyectadas en la sociedad por el principio capitalista. En este escenario, las cooperativas se constituyen como alternativa para el desarrollo local, también como estrategia de supervivencia, de competitividad, ante la inestabilidad económica existente en los

---

<sup>7</sup>Vide: Peixe; Protil (2007), Lima; Alves (2011), Ilha *et al* (2011), Trindade; Bialoskoski Neto (2014), Londero; Bialoskoski Neto (2016); Crepaldi; Bastos (2017), entre otros.

más diversos sectores.

## 6. Referencias

ABRANTES, José. *Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 128 p.

AMARO, Rogério R. Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 4 | 2003, posto online no dia 25 Julho 2014. 28 p. Disponible en: <http://cea.revues.org/1573> Acceso en: 07.07.2018.

ANDRADE, Martha; ALVEZ, Daniela. Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. *Revista de Administração*. 2013. v.3, n.3, p.194-208.

AROCENA, José. *El desarrollo local: Un desafío contemporáneo*. 2.ed Uruguay: Taurus-Universidad Católica, 2002. 239 p.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. 1 ed. Tradução Plínio Augusto de Souza Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 280 p.

BENECKE, Dieter W. *Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo*. Porto Alegre: Coop. dos Jornalistas de Porto Alegre, 1980. Volume 2 (Coleção Cooperativismo).

BRASIL. Lei Nr. 5.764, de 16 de Dezembro de 1971. Disponible en: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm) Acceso en: 19.12.2018.

CATTANI, Antonio David. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio David (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 309 p.

ESALQ/USP – Centro de estudos avançados em economia aplicada. *Definições*. Disponible en <http://cepea.esalq.usp.br/pib/?page=507> Acceso en 09.06.2018.

DURLO, Avani R.; CARLESSO, Stéle Bicca S. O controle interno e as cooperativas. *Simpósio de Iniciação Científica dos cursos de Ciências Contábeis*, Santa Maria, p. 181-199, jul. 2005.

ETKIN, Jorge Ricardo. *Gestión de la complejidad en las organizaciones: la estrategia frente a lo imprevisto y lo impensado*. México: Oxford, 2003. 404 p.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 1 ed. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991. 180 p.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 236 p.

GOVERNO DO PARANÁ - CASA CIVIL. *Paraná lidera exportações das cooperativas brasileiras*, (07-04-2016). Disponible

en: <http://www.casacivil.pr.gov.br/2016/04/88590,10/Parana-lidera-exportacoes-das-cooperativas-brasileiras.html> Acesso en: 15.05.2018.

ILHA, Paulo César. A história do pensamento cooperativo e o modelo de gestão organizacional. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, Cascavel, v.5, n.8, p.23-41, jan./jun. 2005.

IPARDES. *Paraná em números*. Disponible

en: [http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=1](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1) Acesso en: 16.05.2018.

LEONELLO, João Carlos. *O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária*. 145 f. Tese (doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Franca, 2010.

MINATEL, Jhonatan; BONGANHA, Carlos. Agronegócio: A importância do cooperativismo e da agricultura familiar. *Revista Empreendedorismo, Gestão e Negócios*. Março, 2015. v.4, n.4, p. 247-259.

MORIN, Edgar. *O método 4: as idéias, habitat, vida, costumes, organização*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2002. 319 p.

OCB. *Relatório OCB 2013*. Disponible en:

<http://relatorioocb2013.brasilcooperativo.coop.br/?portfolio=visao-panoramica> Acesso en 15.05.2018.

\_\_\_\_\_. *História*. Disponible en: <http://www.ocb.org.br/site/ocb/historia.asp> Acesso en 15.05.2018.

OCEPAR. *O cooperativismo no Paraná e o Sistema Ocepar*. Disponible

en: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54> Acesso en 12.04.2018.

\_\_\_\_\_. *Indicadores sociais e econômicos das cooperativas paranaenses*. Disponible

en: [http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2015/noticias/12/03/encontro\\_estadual\\_I\\_clique\\_aqui/INDICADORES\\_COOPERATIVISMO\\_PARANAENSE\\_ATUALIZADO\\_DIA\\_02\\_12\\_2015.pdf](http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2015/noticias/12/03/encontro_estadual_I_clique_aqui/INDICADORES_COOPERATIVISMO_PARANAENSE_ATUALIZADO_DIA_02_12_2015.pdf) Acesso en: 16.05.2018.

\_\_\_\_\_. *Exportação das Cooperativas Paranaenses 2014*. Disponible

en: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/attachments/article/102895/exp14.pdf> Acesso en 16.05.2018.

\_\_\_\_\_. *AGO I*: Cooperativas do PR vão investir R\$ 1,15 bi em agroindústria e armazenagem. Disponible em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/43-100042> Acceso en 08.06.2018.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.39-48, maio/agosto, 2002.

PEREIRA, Sudanês Barbosa. Os elementos intangíveis do desenvolvimento local. In: MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de; HANSEN, Dean Lee. (Org.). *Desenvolvimento Regional Local: novas e velhas questões*. São Cristovão: UFS, 2007. Disponible en: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=53758&key> Acceso en: 07.07.2018.

PINHO, Diva B. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. 18 ed. São Paulo: CNPq, 1982. 272 p. (Manual do Cooperativismo).

\_\_\_\_\_. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.

RIBEIRO, Andressa F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, v.19, n.35, p.65-79, jul./dez., 2015.

SANTOS, Boaventura S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.514 p.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 174 p.

SEBRAE NACIONAL. *O que são cooperativas*. Disponible en: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-sao-cooperativas,c440438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD> Acceso en: 16.05.2018.

SINDIAVIPAR. *Fator Social*. Disponible en: <http://www.sindiavipar.com.br/index.php?modulo=8> Acceso en: 18.12.2018

SCHNEIDER, José. *A Educação Cooperativa e suas práticas*. 1.ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003. 256 p.

Data de envio: 10/09/2018

Data de aprovação: 20/12/2018

Como citar:

WIESE, Andréia Faxina; MILANÉS, Olga Alicia Gallardo. La contribución del cooperativismo para el desarrollo local regional: la participación de las cooperativas en la economía de Paraná en el período 2005-2015. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 72-89, dez 2018.

## **Entre ficar e sair do meio rural: o que dizem os/as jovens estudantes da Bahia**

*In between staying and leaving the countryside environment: what the young students from Bahia say about it*

*Entre quedarse y salir del medio rural: lo que dicen los jóvenes estudiantes de Bahía*

Catarina Malheiros da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** A intensificação do fluxo migratório dos jovens rurais para as cidades, em razão da ampliação do nível educacional, tem se constituído como uma tendência em várias localidades rurais. Esse movimento, que também está aportado num projeto coletivo de melhoria de vida, marca a trajetória educacional dos jovens. O presente artigo se propõe a compreender os significados da migração para os/as jovens estudantes do meio rural. Realizou-se uma pesquisa etnográfica na qual a observação participante, as entrevistas com moradores e os grupos de discussão constituíram-se os principais instrumentos de coleta de dados. Foram realizados 10 grupos de discussão com jovens do sexo masculino e feminino, matriculados nos anos finais do ensino fundamental de uma escola localizada em Distrito rural de um município da Bahia. A análise dos grupos foi feita com base no método documentário de interpretação desenvolvido por Karl Mannheim e adaptado para a pesquisa social empírica por Ralf Bohnsack. Os resultados da pesquisa desenvolvida apontam que são os vínculos familiares que parecem mover os possíveis deslocamentos dos/das jovens, pois estes pensam a permanência ou não na localidade, a partir das necessidades interpostas pelo grupo familiar. Os projetos de futuro desses jovens vão sendo construídos ainda em meio ao conflito que vivem, entre ficar com a família e sair para ter uma vida melhor.

**Palavras-chave:** jovens rurais; migração; educação escolar.

**Abstract:** The intensification of the migratory flow of young people from countryside to the cities, because of the expansion of the educational level, has constituted like a trend in several rural

---

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela Universidade de Brasília/UnB. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GERAJU- Gerações e Juventude. E-mail: catems14@gmail.com

Este artigo apresenta um dos eixos temáticos da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade de Brasília e do Grupo de pesquisa GERAJU, cujo título é: “*Escola, saberes e cotidiano no meio rural: um estudo sobre os/as jovens do Sertão da Bahia*”, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Wivian Weller, no período de 2007-2008.

locations. This movement, which is also part of a collective project of improvement life, it marks the educational trajectories of young people. This article aims to understand the meanings of migration for young rural students. An ethnographic research was carry out, which participant observation, interviews with residents and discussion groups were the main tools of information gathering. 10 discussion groups with young men and women who was enrolled in the final years of elementary education from a school which is located in rural district in a city of Bahia at a school located in a rural district of a county. The analysis of the groups was based on the documentary method of interpretation developed by Karl Mannheim and adapted for empirical social research by Ralf Bohnsack. The results of the research developed show that they are the family bonds that seem to move the possible displacements of the young people, because they think about the permanence or not in the locality, based on the needs interposed by the family group. The future projects of these young people are being built even in the midst of the conflict they are living, between staying with the family and going out to have a better life.

**Keywords:** rural youth; migration; schooling.

**Resumen:** La intensificación del flujo migratorio de los jóvenes rurales a las ciudades, debido a la ampliación del nivel educativo, se ha constituido como una tendencia en varias localidades rurales. Este movimiento, que también está aportado en un proyecto colectivo de mejora de vida, marca la trayectoria educativa de los jóvenes. El presente artículo se propone comprender los significados de la migración hacia los jóvenes estudiantes del medio rural. Se realizó una encuesta etnográfica en la que la observación participante, las entrevistas con los residentes y los grupos de discusión se constituyeron en los principales instrumentos de recolección de datos. Se realizaron 10 grupos de discusión con jóvenes del sexo masculino y femenino, matriculados en los años finales de la enseñanza fundamental de una escuela ubicada en Distrito rural de un municipio de Bahía. El análisis de los grupos se basó en el método documental de interpretación desarrollado por Karl Mannheim y adaptado a la investigación social empírica por Ralf Bohnsack. Los resultados de la investigación desarrollada apuntan que son los vínculos familiares que parecen mover los posibles desplazamientos de los jóvenes, pues éstos piensan la permanencia o no en la localidad, a partir de las necesidades interpuestas por el grupo familiar. Los proyectos de futuro de estos jóvenes van siendo construidos aún en medio del conflicto que viven, entre quedarse con la familia y salir para tener una vida mejor.

**Palabras clave:** jóvenes rurales; la migración; educación escolar.

## 1. Introdução

A intensificação do fluxo migratório de jovens rurais para as cidades, em razão da ampliação do nível educacional, tem se constituído como uma tendência em várias localidades rurais. Esse movimento, que também está aportado num projeto coletivo de melhoria de vida, marca as trajetórias formativas dos/as jovens.

No meio rural brasileiro, espaço cada vez mais heterogêneo e diversificado, são tecidas relações sócio-culturais singulares, ao mesmo tempo que se mantêm vínculos de dependência com os centros urbanos. Não se pode negar a influência histórica da cidade no campo, cada vez mais acentuada com a urbanização do meio rural e com a absorção de novos elementos políticos, sociais e econômicos em sua prática produtiva e em seu modo de vida. Por outro lado, pensar o meio rural a partir das suas singularidades nos possibilita reportar à “invisibilidade” que atinge a população rural como um todo. Para autores como Veiga (2003) e Weisheimer (2013) as condições precárias a que são submetidos os sujeitos do campo fortalecem a calcificação de imagens discriminatórias sobre a população rural. O desconhecimento e negação dos modos de vida dessa população fazem com que as demandas existentes no campo sejam negligenciadas.

A juventude rural figura como parcela dessa população ainda bastante desconhecida, dado o não reconhecimento de problemas específicos que os afetam, ao contrário dos jovens urbanos que são vislumbrados pelas instituições, especialmente no que diz respeito à proposição de políticas públicas. Também não são reconhecidas as práticas de sociabilidade e as vivências culturais, aportadas num contexto específico. Vale ressaltar, no entanto, que essas singularidades estão entrelaçadas com a dinâmica da economia e da sociedade como um todo. Assim, não se pode instituir fronteiras nítidas entre os universos culturais dos sujeitos do campo e da cidade, já que ambos compartilham projetos que se assemelham (CARNEIRO, 2005).

As questões vinculadas aos jovens rurais devem ser reconhecidas, considerando a atualidade dos contextos em que estes estão inseridos, os aspectos comuns e específicos que marcam as experiências cotidianas em distintas regiões, bem como as mudanças na relação entre homens e mulheres, e entre as gerações. Outra questão apontada, a partir das reivindicações dos movimentos sociais, diz respeito à relevância do estudo das necessidades e interesses dos jovens, bem como a assunção por parte do Estado e dos atores sociais destas demandas, numa vertente propositiva (STROPASOLAS, 2007).

O estudo dos processos migratórios tem dedicado atenção aos novos sujeitos que

empreendem estes projetos de saída do meio rural, homens e mulheres jovens. Busca entender o que motiva a saída destes, bem como a compreensão das elaborações construídas acerca das saídas da casa paterna. Se a migração dos jovens se constitui em assunto bastante estudado, é preciso atentar para as novas configurações migratórias, a exemplo dos jovens que migram para os cortes de cana, e que tem mais de dez anos de estudo. Em algumas áreas rurais brasileiras, as projeções feitas pelos/as jovens em torno da continuidade dos estudos estão associadas à ideia de migração e de mobilidade social. Esse cenário possibilita o entendimento do ser jovem no meio rural, uma vez que a ampliação da escolaridade favorece o prolongamento da juventude, mediante a existência da dependência e coabitação com a família de origem (ABRAMOVAY, 1998).

Considerando a relevância dos fluxos migratórios para a população jovem dos pequenos municípios brasileiros, este artigo se propõe a compreender os significados da migração para os/as jovens do distrito Espreado e fazendas, localizado em área rural do município baiano de Palmas de Monte Alto. Realizou-se uma pesquisa etnográfica na qual a observação participante, as entrevistas com moradores e os grupos de discussão constituíram-se os principais instrumentos de coleta de dados. A análise dos grupos foi feita com base no método documentário de interpretação desenvolvido por Karl Mannheim e adaptado para a pesquisa social empírica por Ralf Bohnsack (WELLER, 2005; BOHNSACK; WELLER, 2006).

Diante dos limites deste artigo, será apresentada a seguir uma discussão acerca das especificidades concernentes à juventude rural e à migração, o itinerário da pesquisa de campo desenvolvida no distrito e os grupos de discussão “Os/as jovens que vêm de longe” e “As meninas que sonham”. No primeiro momento, faz-se uma breve apresentação do perfil dos participantes de cada grupo. Em seguida, a análise do eixo migração, que se propõe a compreender os significados atribuídos pelos/as jovens estudantes aos percursos migratórios, baseados nas elaborações sobre a permanência e a saída do meio rural.

## **2. Juventude rural e percursos migratórios**

Os estudos sobre o rural na América Latina, centravam-se no campesino ou na família, como unidade básica de produção e reprodução econômica. Esta invisibilidade dos jovens está associada a ideia que vigorava sobre o rural, como lugar arcaico que seria superado através do desenvolvimento modernizante. A partir dos anos 1980, apesar da predominância do caráter metropolitano e urbanizante das pesquisas, observam-se mudanças significativas nos estudos

sobre a juventude rural (CANGAS, 2003).

Weisheimer (2013) destaca que nas últimas décadas no Brasil e na América Latina, ocorreu uma preocupação com a situação da juventude rural, embora tanto na esfera pública quanto acadêmica, a juventude rural latino-americana, ainda permaneça invisibilizada. Ressalta ainda que a produção incipiente, descontínua e fragmentada acerca da juventude rural, dificulta a consolidação de um campo de estudo. Para Castro (2009; 2016) a pouca visibilidade desse segmento deve-se ao fato de que a juventude rural se constitui em minoria da população jovem do país. Para a autora, trata-se de oito milhões de jovens, que embora sejam apresentados como ‘minorias’, desafiam os pesquisadores a reconhecê-los, para além de um recorte de população específica.

No que concerne aos processos migratórios rurais na atualidade, observa-se que os fluxos não ocorrem apenas das regiões pobres em direção às ricas. Tal constatação rompe com a ideia ainda vigente, que aponta a migração, como um fenômeno que impulsiona a exportação da pobreza para regiões de maior poder e dinamismo econômico. Sobre a migração interregional, especialmente a do nordeste para o sudeste, além dos fluxos serem marcados por um elevado percentual de jovens, constata-se ainda que os migrantes usufruem de melhores condições, no tocante à formalização do trabalho (IPEA, 2010).

No que tange à discussão acerca dos processos migratórios nos diversos contextos rurais, Scott (2010, p. 23), chama a atenção para os significados do êxodo, especialmente para aqueles que empreendem os projetos de saída:

Muitos “êxodos” se revestem de nuances que informam as oportunidades e pressões aos quais as diferentes categorias de membros de família e de comunidades do meio rural estão submetidas na busca de uma articulação, eficiente ou não, com oportunidades nas cidades, em outras regiões, e em outros locais.

Silva (2008) aponta alguns aspectos que figuram como essenciais para o entendimento das situações concretas e particulares que circundam o migrante. Primeiramente, trata-se de um trabalhador, que está inserido em determinadas relações sociais, resultantes de processos de violência e expropriação. Em seguida, o migrante integra uma realidade social, definida por laços sociais, que o situam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. Nesse sentido, os fatores econômicos não são os únicos a serem considerados na análise dos processos migratórios rurais, bem como dos sujeitos envolvidos. A resignificação social dos migrantes nos espaços de origem e de destino, chama a atenção para o entendimento destes, não como pontos

isolados, ainda que distantes geograficamente, mas como espaços que favorecem a vivência de experiências que são comuns aos migrantes.

A migração de trabalhadores do meio rural, oriundos de estados do nordeste, em direção às áreas canavieiras da região sudeste, tem-se intensificado nas últimas décadas. Trata-se de uma migração temporária, já que em geral, as viagens são feitas, nos primeiros meses do ano, março ou abril, e o retorno aos municípios de origem, ocorre no período de novembro a dezembro. Estudos recentes identificam a consolidação de um novo fenômeno, a migração permanentemente temporária, que constitui-se em eterno processo de “partidas” e “retornos” daqueles que migram (SILVA, 2008; MENEZES; SILVA, 2010).

No que tange ao fluxo migratório dos jovens rurais nas últimas décadas, vários estudos no Brasil e em outros países atestam a tendência da saída destes em direção às cidades (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998). Este fenômeno vem sendo analisado a partir das dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais, especialmente no que diz respeito ao acesso à escola e ao trabalho, bem como a possível atração exercida pelo meio urbano sobre os jovens, especificamente seu estilo de vida (CASTRO, 2009; CARNEIRO, 2005).

Para Durston (1994), os fluxos migratórios com a presença de rapazes e moças se dão em estágios distintos, sendo que num primeiro momento prevalece a emigração, em geral temporária, de jovens rapazes pouco qualificados que buscam suplementar a escassa renda da família. Num estágio posterior, a aquisição de mais anos de educação formal pelas moças pode significar maiores possibilidades de acesso a trabalhos qualificados.

No âmbito internacional, a implementação de políticas públicas na Europa e nos Estados Unidos em prol do povoamento do meio rural, reflete a preocupação com o esvaziamento social do campo. Embora as migrações de retorno de populações aposentadas tenham se intensificado, o que garante a possibilidade de revalorização do meio rural, constata-se que a ausência de jovens e a desproporção entre os sexos dificultam as chances de retomada (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

Um outro aspecto concernente à mobilização dos jovens rurais para a cidade diz respeito à relação estabelecida entre os jovens e a atividade agrícola. O trabalho como agricultor vincula-se à valorização que o jovem e sua família atribuem a esta atividade. Diversas pesquisas demonstram que a atividade agrícola é considerada relevante para as famílias rurais (WANDERLEY, 2006; CARNEIRO, 2005; BRUMER, 2007).

A migração para a cidade pode significar também uma estratégia, tanto da família, quanto dos jovens de construir novas possibilidades de vida no campo, a partir do desenvolvimento de outras atividades econômicas, tornando a migração temporária. A migração não se constitui na única forma de vinculação dos jovens com o mundo urbano. A existência de atividades não agrícolas em áreas próximas ao meio rural, a exemplo do que acontece em várias cidades brasileiras, permite que os jovens rurais permaneçam em suas localidades (CARNEIRO, 2005).

Nesse sentido, Castro (2009, p. 192), considera relevante

Repensar a ideia de ‘sair e ficar’ como movimentos definitivos dos jovens, e observá-los, a partir das múltiplas formas em que se apresentam, podendo significar estratégias familiares de manutenção da terra, ou mesmo formas de se afastar da ação da autoridade paterna. Deve-se também analisar a ‘escolha’ entre permanecer ou sair a partir das condições de reprodução social da família e de autonomia do jovem.

Outro aspecto a ser ressaltado é que para muitos jovens rurais, a ausência de espaços de lazer e a inexistência de um projeto de educação para a juventude rural contribuem para a avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração. Pensar a juventude rural implica reconhecer seu potencial para a proposição de políticas públicas, que promovam tanto a concessão de terra e crédito para a inserção produtiva como o desenvolvimento das práticas de sociabilidade e interação social, numa dimensão que desmistifique a visão de juventude como problema e reconheça os jovens como senhores de suas diferenças e sujeitos de direitos.

### **3. Procedimentos metodológicos: a pesquisa no distrito espraído**

A pesquisa que subsidia as discussões apresentadas no presente artigo foi realizada para a elaboração de uma dissertação de mestrado na UnB, com jovens estudantes do Distrito rural Espraído, no município de Palmas de Monte Alto (BA), no período de 2007-2008. O estudo buscou compreender e analisar o significado das experiências escolares para a formação de jovens que vivem no Sertão da Bahia, além de investigar suas vivências cotidianas e projetos de futuro. O critério de escolha do Distrito Espraído para a realização do estudo está aportado no fato de que a oferta de Educação Básica constitui-se em fenômeno recente nesse distrito, haja vista que as áreas rurais de pequenos municípios brasileiros tiveram um processo de escolarização tardio e sexista. Aspectos como a distância da sede do município, a densidade demográfica e as marcas de isolamento também motivaram a realização do estudo.

O colégio no qual foram localizados os/as jovens é uma instituição de ensino fundamental da rede pública do referido município que funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. O turno matutino é frequentado por crianças oriundas da sede do distrito, que cursam a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental. Os/as jovens provenientes das fazendas e sede do distrito estudam as séries finais no turno vespertino e chegam à escola no ônibus escolar, que transporta estudantes e pessoas da comunidade. No noturno funciona uma turma de 5<sup>a</sup>/6<sup>a</sup> série, frequentada por adultos e jovens que estudam na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de turmas de ensino médio.

Na tentativa de reconhecer as especificidades que caracterizam os contextos locais do meio rural, optou-se por realizar uma pesquisa etnográfica na qual a observação participante, as entrevistas com moradores e os grupos de discussão (WELLER, 2013) constituíram-se os principais instrumentos de coleta de dados. Os grupos de discussão foram formados com jovens estudantes do sexo masculino e feminino, tomando-se por base o critério da amizade, ou seja, os próprios jovens determinavam quem participaria do grupo, com a presença de três a seis integrantes por grupo.

Foram realizados, no total, dez grupos de discussão com jovens oriundos do distrito e fazendas vizinhas, alunos da 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, faixa etária de 12 a 18 anos, entre os meses de fevereiro e março de 2008. Utilizou-se um tópico-guia que trazia os temas de interesse da pesquisa. No primeiro momento, optou-se por realizar os grupos com jovens matriculados nos últimos dois anos do ensino fundamental, haja vista que se trata de uma fase em que novas perspectivas e projetos de futuro começam a ser delineados. Questões sobre a continuidade dos estudos, a busca por trabalho na cidade, o ingresso em cursos técnicos fazem parte dos interesses desses jovens. Ao término dos grupos de discussão, com o objetivo de obter informações adicionais, cada participante preenchia um formulário com informações relevantes para a constituição do perfil de cada um.

Em seguida, deu-se início à análise dos dados empíricos. Inicialmente, realizou-se a transcrição e divisão temática dos grupos de discussão realizados com os/as jovens. Essa divisão compreende a identificação das passagens/subpassagens e da metáfora de foco. Embora todos trouxessem aspectos importantes para serem analisados, a escolha de grupos representativos para análise era necessária.

Nesse sentido, foi feita a transcrição completa e codificada<sup>2</sup> de três grupos, tendo-se o cuidado de preservar as marcas de oralidade dos entrevistados, na tentativa de garantir o reconhecimento do dialeto local e da densidade interativa presente nos grupos. Para a análise, foram escolhidos os grupos “Os/as jovens que vêm de longe” e “As meninas que sonham”. A escolha está aportada nas especificidades apresentadas pelos referidos grupos, tais como o local de moradia, as representações de gênero e os significados da educação escolar. O processo de análise destes foi feito com base no método documentário de interpretação desenvolvido por Karl Mannheim e adaptado para a pesquisa social empírica por Ralf Bohnsack (WELLER, 2005; BOHNSACK & WELLER, 2006).

#### **4. Perfil dos/as participantes do grupo de discussão: os/as jovens que vêm de longe**

##### *Moisés*

Moisés (Mm) tem 17 anos, religião católica, negro, natural da fazenda Cedro, em Palmas de Monte Alto-BA. Mora nessa fazenda desde que nasceu, na companhia dos pais. Tem 7 irmãos e irmãs. Sua mãe nasceu na fazenda Malhada Grande, é lavradora e ganha R\$15,00 por dia. Seu pai nasceu na fazenda Papaconha, é lavrador e ganha R\$15,00 por dia. Ambos cursam a Educação de Jovens e Adultos à noite, na fazenda Cedro. Moisés estudou a 1ª etapa do ensino fundamental na Escola Municipal Santo Onofre, localizada na fazenda Cedro. No momento atual, cursa a 8ª série e seu lazer preferido é praticar esporte.

##### *Tatiana*

Tatiana (Tf) tem 13 anos, religião católica, negra, natural da fazenda Cedro, em Palmas de Monte Alto. Mora nessa fazenda desde que nasceu, com os pais. Tem 7 irmãos e irmãs. Sua mãe é zeladora e foi a primeira professora da localidade. Tatiana não informou a naturalidade dos pais, a renda, a escolaridade e a ocupação do pai. Estudou a 1ª etapa do ensino fundamental na Escola Municipal Santo Onofre, localizada na fazenda Cedro. Atualmente, cursa a 5ª série e tem como lazer preferido estudar.

---

<sup>2</sup> Os códigos utilizados na transcrição das entrevistas foram desenvolvidos pelos pesquisadores do grupo coordenado por Ralf Bohnsack, na Alemanha. Weller (2005) considera relevante numerar as frases dos membros do grupo, bem como criar códigos para apresentar a entonação da voz e as expressões produzidas pelos participantes (cf. Anexo I). Também assinala a importância de apresentar nomes fictícios para os membros, garantindo assim o anonimato deles (cf. Anexo I).

*Carla*

Carla (Cf) tem 16 anos, religião católica, negra, natural da fazenda Cedro, em Palmas de Monte Alto. Mora nessa fazenda desde que nasceu, com os pais. Tem 9 irmãos e irmãs. Sua mãe nasceu em Malhada, trabalha em casa e cursa a Educação de jovens e adultos à noite na fazenda Cedro. Seu pai é lavrador e ganha R\$15,00 por dia. Carla não informou a escolaridade dos pais e a naturalidade do pai. Estudou a 1ª etapa do ensino fundamental na Escola Municipal Santo Onofre, localizada na fazenda Cedro. Atualmente, cursa a 6ª série e tem como lazer preferido brincar de futebol com as amigas.

*Wesley*

Wesley (Wm) tem 14 anos, religião católica, negro, natural da fazenda Cedro, em Palmas de Monte Alto. Mora nessa fazenda desde que nasceu, com os pais. Tem 4 irmãos e irmãs. Sua mãe é lavradora e ganha R\$15,00 por dia. Seu pai é lavrador e ganha R\$15,00 por dia. Ambos estão cursando a Educação de Jovens e Adultos à noite na fazenda Cedro. Wesley não informou a escolaridade e a naturalidade dos pais. Estudou a 1ª etapa do ensino fundamental na Escola Municipal Santo Onofre, localizada na fazenda Cedro. Atualmente, cursa a 7ª série e tem como lazer preferido jogar futebol.

*Carlos*

Carlos (Cm) tem 16 anos, religião católica, negro, natural da fazenda Cedro, em Palmas de Monte Alto. Mora nessa fazenda desde que nasceu, com os pais. Tem 7 irmãos e irmãs (informa ainda que morreram 8 irmãos/ãs). Sua mãe nasceu em São Paulo, é zeladora e tem o ensino fundamental completo. Seu pai é lavrador. Não informou a renda dos pais, bem como a escolaridade e naturalidade do pai (escreveu que não sabe a naturalidade do pai). Estudou a 1ª etapa do ensino fundamental na Escola Municipal Santo Onofre, localizada na fazenda Cedro. Cursa a 6ª série e trabalha na “panha“ de feijão. Informa que trabalha 3 h e que o valor que ganha gasta com alimentação. Seu lazer preferido é o jogo de futebol.

*João*

João (Jm) tem 18 anos, religião católica, negro, natural de Palmas de Monte Alto. Mora na fazenda Curral Novo desde que nasceu, com os pais. Tem 6 irmãos e irmãs (morreram 2 irmãos/ãs). Sua mãe nasceu em Candiba, é lavradora e ganha R\$15,00 por dia. Seu pai é lavrador

e ganha R\$15,00 por dia. Informa não saber a escolaridade dos pais e a naturalidade do pai. Estudou a 1ª etapa do ensino fundamental na Escola Municipal José Pinto Lima, localizada na fazenda Curral Novo. Cursa a 7ª série e trabalha. Seu lazer preferido é jogar futebol.

### 5. Entre ficar e sair: estudo e ajuda à família

A conclusão do ensino fundamental pode motivar ou não esses jovens a continuarem os estudos em outras cidades. Para saber como elaboram as possibilidades de saída ou permanência no local de origem, a pesquisadora insere uma pergunta sobre a continuidade dos estudos. Sair da localidade para estudar, pode fazer parte do projeto de futuro dos/as jovens da fazenda Cedro (Migração):

Y: E vocês pretendem continuar morando no Cedro depois que terminar a 8ª série?

Mm: eu

Wm: eu não pretendo morar depois que eu concluir a 8ª série que eu eu completar (2) se eu passar da oitava série pro primeiro ano eu quero estudar mais pra me poder ser alguma ser (1) poder ser alguma pessoa na vida ter alguma alguma estrutura alguma

Mm: eu pretendo concluir a 8ª série esse ano se Deus quiser e pretendo também é sair pra fora pra estudar fora mas sempre vir visitar a minha terra que é fazenda Cedro não abandonar ela igual muitos faz quero sair pra Deus me ajudar pra um dia na vida e recuperar o que eu gastei com meus estudo

Cm: bom depois que eu fazer a oitava série não pretendo sair porque lá na minha casa só tem eu assim de filho homem os outros já saiu pra trabalhar então eu prefiro ficar mode ajudar meus pais

Tf: eu também prefiro ficar

Cf: eu depois que eu fazer a oitava série eu não pretendo ficar assim mesmo que ficar junto com a família é bom mas se eu ficar só em casa eu não posso ajudar minha mãe mais meu pai em nada aí eu tenho que sair trabalhar e estudar

(3)

Jm: eu também pretendo morar em Curral novo :

Todos: 😊😊😊😊

Y: oi?

Todos: 😊😊😊😊

Jm: 😊eu também pretendo morar lá em Curral Novo😊

As projeções feitas pelos jovens em torno da continuidade dos estudos estão associadas à ideia de migração e de mobilidade social, haja vista a posição de inferioridade que ocupa o trabalhador rural. Embora as condições de acesso e permanência à escola no meio rural ainda sejam desfavoráveis, a ampliação do nível de escolaridade dos/as jovens vem se consolidando, em razão da oferta regular de ensino público nessas áreas, nos últimos anos.

Dessa forma, chama a atenção o fato de que, no momento em que vislumbram a continuidade dos estudos, é à cidade que recorrem para concretizar esse projeto. Embora para Carla “ficar com a família seja bom”, o campo não é visto como local que possibilita melhorar de

vida e ajudar a família. Em épocas passadas, o movimento de ir até a cidade com o objetivo de melhorar de vida marcou a trajetória pessoal e social de muitos homens e mulheres rurais.

A ajuda aqui não se restringe às tarefas partilhadas nas “lidas” da localidade, mas àquela que somente é possível através do trabalho remunerado. Para muitas famílias, o trabalho conquistado pelos filhos que estão “fora” possibilita manter a sobrevivência dos que “ficaram”. Atribuem um valor social e moral, pois essa atividade transcende a possibilidade de suprir as necessidades materiais. As conquistas alcançadas pela via do trabalho são significativas quando estão inscritas num projeto coletivo de melhoria de vida. Daí a ascensão não se restringir ao plano individual, mas às famílias e aos seus iguais (cf. Sarti, 1996). A migração para a cidade pode garantir o acesso a condições de trabalho mais promissoras. É provável que o trabalho agrícola para alguns não se constitua em atividade relevante, dada a relação que estabelecem com a agricultura local, voltada basicamente para a subsistência. O fato de residirem numa região com marcas de isolamento expressivas e que apresenta longos períodos de estiagem pode acentuar o desinteresse para com a agricultura.

É interessante destacar ainda que os jovens propõem as projeções de saída da localidade, ao mesmo tempo em que querem retornar, o que reforça o valor positivo atribuído ao local de origem. Ao contrário de outros momentos em que muitos moradores não demonstravam interesse em voltar “à casa paterna”, os/as jovens que vêm de longe querem voltar. São as aspirações de “ser alguma pessoa na vida...”, tal como formula Wesley que sustentam o projeto de ir para a cidade estudar e trabalhar, o que não significa romper com a localidade de origem, tal como formula Moisés: “Estudar fora mas sempre visitar a minha terra (...), não abandonar ela”. Reconhecem, portanto, que esse retorno traduz-se em tarefa cumprida, dívida quitada com os que ficam. Trata-se de reconhecê-los, considerá-los como importantes. Daí o não abandono.

## **6. Perfil das participantes do grupo de discussão: as meninas que sonham**

### *Daniela*

Daniela tem 14 anos, religião católica, branca, natural da fazenda Angico, em Palmas de Monte Alto. Mora em Espiraiado, há 12 anos, com os pais. Tem 5 irmãos e irmãs. Sua mãe nasceu na fazenda Angico, tem o ensino fundamental incompleto, é gari e ganha R\$70,00 por mês. Seu pai nasceu em Angico, tem ensino fundamental incompleto, trabalha em associação. Não informou a renda do pai. Daniela estudou a 1ª etapa do ensino fundamental na Escola Municipal Wilson Lins, em Espiraiado. Cursa a 8ª série e trabalha ajudando em casa, durante a semana. Seu

lazer preferido é jogar baleado. Não participa de grupo ou associação.

### *Bruna*

Bruna tem 14 anos, religião católica, negra, natural de Guanambi. Mora na fazenda Muquém com os pais, desde que nasceu. Tem 4 irmãos e irmãs. Sua mãe nasceu na fazenda Muquém, trabalha em casa e tem o ensino fundamental completo. Seu pai nasceu na fazenda Muquém, é agricultor e tem ensino fundamental completo. Não informou a renda dos pais. Bruna estudou a 1ª etapa do ensino fundamental na Escola Municipal Wilson Lins, em Espiraiado. No momento atual cursa a 8ª série. Seu lazer preferido é o futebol. Não participa de grupo ou associação.

### *Geane*

Geane tem 12 anos, religião católica, branca, natural de Palmas de Monte Alto. Mora com os pais em Vesperina, desde que nasceu. Tem 1 irmã. Sua mãe é professora, tem ensino superior completo e Pós-graduação *lato sensu*. Seu pai é funcionário da limpeza geral e tem o ensino fundamental completo. Não soube informar a naturalidade dos pais. Também não informou a renda de ambos. Estudou a 1ª série do Ensino fundamental no Colégio Municipal Marciano Antonio Batista, localizado em Vesperina e a 2ª, 3ª e 4ª séries na Escola Municipal Wilson Lins, em Espiraiado. No momento, cursa a 8ª série. Seu lazer preferido é brincar. Não participa de grupo ou associação.

## **7. Entre ficar e sair: ampliação da escolaridade das jovens**

A integração rural-urbana abre diversas possibilidades para os/as jovens rurais, especialmente a continuidade dos estudos e as escolhas profissionais. As perspectivas de continuidade dos estudos e de inserção no mundo do trabalho muitas vezes são vislumbradas com a saída do campo em direção às cidades. Para saber como as jovens pensam a permanência ou não na localidade em que moram – considerando o término do ensino fundamental – a entrevistadora propõe uma pergunta sobre as pretensões futuras dessas jovens (Migração):

Y: E assim vocês pretendem (1) continuar morando em Espiraiado depois da 8ª série?

Bf: eu

Gf: |eu pretendo °morar na Vesperina né°

Bf: eu

Gf: |°só se minha mãe mais meu pai mudar pra outro lugar°

Bf: eu só queria estudar aqui até a oitava mas não sei se (1) é porque (2) o primeiro eu queria assim terminar os estudos em outros lugares que acho que tinha mais oportunidade aprender mais como assim meu sonho é sempre era estudar em São Paulo

eu acho que eu vou 😊😊no final do ano mas eu não queria continuar aqui mas °se continuar tudo bem continuo° nem sempre a gente consegue o que a gente quer mas

Gf: L a gente tem que conformar 😊

Bf: não queria terminar o estudo aqui 😊😊

Df: pra mim o colégio o colégio aqui é ótimo e eu pretendo continuar aqui fazer nem que eu perca um perca mas eu quero fazer aqui a oitava o primeiro o segundo o terceiro porque eu quero terminar meus estudos aqui pra algum tempo assim se eu for sair assim pra algum lugar assim fora tipo assim Guanambi assim pra arrumar um serviço eu quero eu quero assim (2) ter terminado meus estudos assim pra fica melhor gente terminar os estudos assim na localidade onde a gente mora e sai pra outro lugar assim é melhor para arrumar emprego mais melhor (1) porque as vezes às vezes assim chega assim vai trabalhar numa casa de família que tem criança aí a patroa vai deixa uma receita assim pra gente fazer a mamadeira da criança gente não sabe direito como que é como é que vai fazer essa mamadeira de acordo tá escrito lá aí tem que ter ter estudo mesmo saber a ler mas é o certo mesmo é terminar os estudo assim (2) e na minha opinião prefiro assim eu pretendo terminar meus estudos aqui em Espiraiado para depois quando eu sair já sair com mais mai::s experiência com mais conhecimento assim.

Os deslocamentos feitos por muitos jovens do meio rural podem ser motivados por outros elementos, que vão além da necessidade de abandonar áreas em declínio, em busca de outros polos de prosperidade. As estratégias apresentadas pelas jovens para sair da localidade em que moram estão apontadas no prolongamento da educação escolar. O projeto de saída do campo parece estar sustentado no estudo, concebido como elemento motivador.

O estudo move as proposições feitas pelas jovens moças, que apontam a continuidade da trajetória escolar como possibilidade, numa demonstração de que existem condições para que ampliem a escolaridade, em virtude do crescente acesso e permanência dos/as jovens rurais na escola. A mobilização em torno do estudo, sobretudo das jovens mulheres tem provocado a saída destas em direção às cidades. Esse movimento trouxe o fenômeno da masculinização e consequentemente o celibato no campo (ABRAMOVAY, 1998).

O estudo pode garantir a inserção das jovens no mundo do trabalho, que está organizado nos espaços urbanos. A cidade passa a ser apontada como possível espaço de morada, onde podem projetar o futuro. Nesse sentido, as jovens parecem não vislumbrar a permanência junto à família na localidade em que vivem, tal como afirma Daniela: “sair assim pra algum lugar assim fora (...) pra arrumar um serviço.” A condição de jovem moça “estudada” parece não encontrar sustentação no local, uma vez que as possibilidades de trabalho, ainda que precárias, encontram-se fora do campo.

Essa saída muitas vezes é garantida pela permanência nas casas de parentes ou em casas de família. O trabalho doméstico surge como possibilidade de inserção imediata na cidade e parece acompanhar a “sina” de muitas jovens oriundas do meio rural. É como se reproduzissem

as mesmas dificuldades que seus pais tiveram ao migrar, com o agravante de que “naquele tempo” eram semi-analfabetos. No entanto, já são formuladas expectativas no sentido de postergar o ingresso na profissão de doméstica. Daniela, ao destacar que prefere cursar o ensino médio em Espiraiado, não está apenas afirmando que é preciso uma maior preparação para “poder preparar a mamadeira da criança”, também está tentando adiar esse destino que, na sua perspectiva, espera por ela. O domínio da decifração eficiente dos códigos da cultura letrada surge como elemento que viabiliza a permanência no trabalho. Daí a demanda por um estudo que as prepare para essa inserção. E isso só a escola pode fazer.

## **8. Considerações finais**

Os projetos de saída ou permanência do lugar de origem para “Os/as jovens que vêm de longe” trazem alguns aspectos que podem torná-los singulares na sua condição de jovem rural. Ao mesmo tempo que vislumbram sair para trabalhar e ajudar a família – o que reforça o sentimento de obrigação moral para com os seus – também desejam permanecer com o intuito de ajudá-la. Chama a atenção o fato de que esse grupo, apesar de ter uma relação muito positiva com a localidade em que vivem, no momento em que projetam uma melhoria de vida coletiva, é à cidade que recorrem. Isso torna possível pensar que o fluxo migratório nessas áreas rurais permanece bastante ativo, uma vez que as condições estruturais no rural brasileiro favorecem a saída dos/as jovens em busca de outras possibilidades.

Nesse sentido, são os vínculos familiares que parecem mover os possíveis deslocamentos dos/as jovens que vêm de longe, pois estes pensam a permanência ou não na localidade, a partir das necessidades interpostas pelo grupo familiar. Os projetos de futuro desses jovens vão sendo construídos ainda em meio ao conflito que vivem, entre ficar com a família e sair para ter uma vida melhor. Enquanto “Os/as jovens que vêm de longe” se pautam nas obrigações com a família quando pensam em sair ou ficar, “As meninas que sonham” elaboram a saída ou permanência da localidade a partir do prolongamento da escolarização. As jovens desse grupo também parecem estar mais orientadas para um projeto de continuidade dos estudos.

A intensificação da migração de muitas jovens rurais para as cidades, em razão da ampliação do nível educacional, tem se constituído como uma tendência em várias localidades rurais. Esse movimento, que também está aportado num projeto coletivo de melhoria de vida, traz um elemento diferenciador nas orientações coletivas dos/as jovens que vêm de longe. As jovens meninas que sonham não falam sobre o retorno. Nas suas elaborações, vigora o desejo de

trabalhar e estudar, especialmente na cidade. Embora também estabeleçam uma relação positiva com a localidade onde moram, não parecem se sentir no dever de retornar à terra de origem tal como propõem os/as jovens que vem de longe, residentes no Cedro.

Por fim, a ampliação da escolaridade de moças e rapazes residentes em áreas rurais de pequenos municípios brasileiros demanda o desafio de ofertar uma educação que, além de contemplar os saberes, a memória coletiva e a positivação dos processos identitários no meio rural, possibilite também aos/às jovens o diálogo com a realidade mais ampla. A formulação de políticas públicas educativas deve estar articulada, ainda, com um projeto de país e de campo que reconheça a existência do meio rural como lugar de vida, trabalho, cultura e lazer. O desenvolvimento do campo demanda uma política educacional que compreenda e atenda a diversidade e amplitude inerente a este território. Propõe ainda o reconhecimento do sujeito camponês como protagonista propositivo de políticas e não como beneficiários e ou usuários.

## 9. Referências

- ALVES, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. “Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida”. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 375-390, abr./jun. 2015.
- ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.
- BOHNSACK, Ralf; WELLER, Wivian. “O método documentário e sua utilização em grupos de discussão”. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p.19-38, mar./ago. 2006.
- BRUMER, Anita. “A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade”. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.35-51.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 15, nº 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.
- CANGAS, Yanko González. “Juventud rural: trayectorias teóricas y dilemas identitários”. *Revista Nueva Antropología*, México, v. XIX, nº 63, p.153-175, 2003.
- CARNEIRO, Maria José. “Juventude rural: projetos e valores”. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retrato da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-261.

CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (Orgs.). “*Juventude rural em perspectiva*”. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

DURSTON, John. “Juventude rural, modernidade e democracia”. In: TAVARES, Doraci; LEMOS, Nelson (Comp.). *Juventude e desenvolvimento rural no Cone Sul Latino-Americano*. Santiago do Chile: Procader-Emater/RS – IICA, 1994.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Migração interna no Brasil. “*Comunicados do Ipea*”. nº 61. Brasília, Brasil, Ago. 2010. Disponível em: [[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100817\\_comunicadoipea61.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100817_comunicadoipea61.pdf).] Acesso em: 10 set. 2011.

MENEZES, Marilda Aparecida; SILVA, Marcelo Saturnino da. “Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares\_PB”. In: SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda Aparecida.(Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed Mulheres, 2010. p. 281-311.

SARTI, Cynthia A. “*A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*”. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.

SCOTT, Parry Russel. “Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações”. In: SCOTT, Parry Russel; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda Aparecida (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed Mulheres, 2010.p. 17-35.

SILVA, Vanda. “*Sertão de jovens*”. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. “Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte de cana de açúcar”. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 19, n. 1, p.165-180, jun. 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. “Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural”. In: CASTRO, Elisa Guaraná de; CARNEIRO, Maria José (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 279-293.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. “*O mundo rural no horizonte dos jovens*”. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

VEIGA, José Eli da. “*Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*”. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VIEIRA, Rosângela Steffen. “Tem jovem no campo! Tem jovem homem, tem jovem mulher”. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; MENACHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA/ IICA, 2006. p. 195-214.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Coord.). “*Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*”. Recife, 2006. Relatório de Pesquisa.

WEISHEIMER, Nilson. “Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais”. *Desidades*, Rio de Janeiro, n.1, p. 22-27, ano 1, dez. 2013.

WEISHEIMER, Nilson. “*Juventudes rurais: mapa de estudos recentes*”. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

WELLER, Wivian. “Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos”. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Orgs.). *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 54-66.

WELLER, Wivian. “A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n.13, p. 260-300, jan./jun. 2005.

ZAGO, Nadir. “Migração rural-urbana, juventude e ensino superior”. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 64, p. 61-78, jan./mar. 2016.

## Anexo I

### Códigos utilizados na transcrição de grupos de discussão e entrevistas narrativas<sup>3</sup>

Y: Abreviação para entrevistador (quando realizada por mais de um entrevistador, utiliza-se Y1 e Y2).

Am / Bf: Abreviação para entrevistado/entrevistada. Utiliza-se "m" para entrevistados do sexo masculino e "f" para pessoas do sexo feminino. Num grupo de discussão com duas mulheres e dois homens, por exemplo, utiliza-se: Af, Bf, Cm, Dm e dá-se um nome fictício ao grupo. Essa codificação será mantida em todos os levantamentos subseqüentes com as mesmas pessoas. Na realização de uma entrevista narrativa-biográfica com um integrante do grupo entrevistado anteriormente, costuma-se utilizar um nome fictício que inicie com a letra que a pessoa recebeu na codificação anterior (por ex.: Cm = *Carlos*).

?m ou ?f: Utiliza-se quando não houve possibilidade de identificar a pessoa que falou (acontece algumas vezes em discussões de grupo quando mais pessoas falam ao mesmo tempo).

(.) Pausa curta (menos de um segundo).

(2) Pausa (o número entre parêntesis expressa o tempo de duração da mesma).

---

<sup>3</sup> Modelo desenvolvido por Ralf Bohnsack e outros pesquisadores da Freie Universität Berlin, Alemanha e adaptações para a língua portuguesa desenvolvidas pelo grupo de pesquisa GERAJU (FE/UnB). Publicado em: WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa. Revista de Educação da USP*. São Paulo, vol.32, no.2, p. 241-260, maio/ago. 2006. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a03v32n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a03v32n2.pdf)>.

Utilizado para marcar falas iniciadas antes da conclusão da fala de outra pessoa ou que seguiram logo após uma colocação (ver: Inserir símbolo no programa MS-Word).

; Ponto e vírgula: leve diminuição do tom da voz.

. Ponto: forte diminuição do tom da voz.

, Vírgula: leve aumento do tom da voz.

? Ponto de interrogação: forte aumento do tom da voz.

-tava Submissão de parte inicial da palavra (estava = -tava).

exem- Submissão de parte final da palavra.

assim=assim Palavras pronunciadas de forma emendada.

exemplo Palavra pronunciada de forma enfática.

exe:::mplo Palavra pronunciada de forma esticada (a quantidade de ::: equivale ao tempo de pronúncia de uma determinada letra).

°exemplo° Palavra ou frase pronunciada em voz baixa.

**exemplo** Palavra ou frase pronunciada em voz alta.

(exemplo) Palavras que não foram compreendidas totalmente são colocadas entre parêntesis.

( ) Parêntesis vazios expressam a omissão de uma palavra ou frase que não foi compreendida (o tamanho do espaço vazio entre parêntesis varia de acordo com o tamanho da palavra ou frase).

☺exemplo☺ Palavras ou frases pronunciadas entre risos são colocadas entre sinais de arroba (pode-se utilizar também símbolos smiles).

☺(2)☺ Número entre sinais de arroba expressa a duração de risos assim como a interrupção da fala.

©exemplo© Palavras ou frases pronunciadas entre choro (pode-se utilizar também símbolos smiles).

©(5)© Número entre sinais expressa a duração de um momento de choro e interrupção da fala (pode-se utilizar também símbolos smiles).

((barulho)) Expressões não-verbais ou comentários sobre acontecimentos externos, por exemplo: ((ruídos externos)), ((atendimento do celular e breve interrupção)), ((risos)).

*Sinais de feedback afirmativo: “mhm” ou “ahã”*

*Vícios de linguagem: “eh” ou né:*

Obs.: Os sinais de *feedback* afirmativo devem ser transcritos pois fazem parte da interação existente durante uma entrevista narrativa ou grupo de discussão. Nas entrevistas também é comum as pessoas empregarem o “eh” como uma espécie de pausa entre a frase anterior e a seguinte ou ainda o “né” ao final de uma frase. Esses elementos também devem ser transcritos.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira Neto

Data de envio: 14/09/2018

Data de aceite: 20/12/2018

SILVA, Catarina Malheiros da. Entre ficar e sair do meio rural: o que dizem os/as jovens estudantes da Bahia. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 90-109, dez 2018.

## **Ponte do Belvedere: um estudo da dicotomia entre cidade e natureza e da busca por novas sensações no meio urbano natural**

*Ponte do Belvedere: a study of the dichotomy between city and nature and the search for new sensations in the natural urban environment*

*Puente del Belvedere: un estudio de la dicotomía entre ciudad y naturaleza y de la búsqueda de nuevas sensaciones en el medio urbano natural*

Giovanna de Giacomo Andrade<sup>1</sup>  
Isabela Castelo Branco Martins Pontes<sup>2</sup>  
Jordhana Raposo Andrade<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo consiste em um estudo sobre a dinâmica da Ponte do Belvedere, uma área verde localizada no contexto urbano da região metropolitana de Belo Horizonte, a fim de discutir uma dicotomia entre natureza e cidade. Serão considerados os usos gerados nesse espaço, analisando sua configuração física e as práticas sociais, incluindo a procura por esportes radicais. A fundamentação teórica acerca do tema está relacionada à oposição entre áreas urbanas e naturais, à estruturação social da natureza e à relação do indivíduo com atividades radicais no meio urbano natural.

**Palavras-chave:** áreas verdes urbanas; esportes radicais; natureza; cidade.

**Abstract:** This article consists in a study about the Ponte do Belvedere dynamics, a green area located in an urban context, in order to discuss a dichotomy between nature and city. It will be considered the uses generated in this space, analyzing its physical configuration and the social practices, including the demand for extreme sports. The theoretical basis on the subject is related to the opposition between urban and nature areas, to the social structuring of nature and to the individual relation with extreme activities in the natural urban space.

**Keywords:** urban green areas; extreme sports; nature; city.

---

<sup>1</sup>graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - giovannadegiacomo@hotmail.com  
<sup>2</sup>graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - bela.castelobranco@hotmail.com  
<sup>3</sup>graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - jordhanaandrade1@hotmail.com

**Resumen:** Este artículo consiste en un estudio sobre la dinámica del Puente del Belvedere, un área verde ubicada en el contexto urbano de la región metropolitana de Belo Horizonte, a fin de discutir una dicotomía entre naturaleza y ciudad. Se considerarán los usos generados en ese espacio, analizando su configuración física y las prácticas sociales, incluyendo la búsqueda de deportes radicales. La fundamentación teórica acerca del tema está relacionada a la oposición entre áreas urbanas y naturales, a la estructuración social de la naturaleza ya la relación del individuo con actividades radicales en el medio urbano natural.

**Palabras clave:** áreas verdes urbanas; deportes extremos; naturaleza; ciudad.

## 1. Introdução

A maior parte dos estudos urbanos assinala que um dos efeitos mais importantes do crescimento da mancha da cidade está associado à diminuição das áreas naturais (LEFF, 2006). A cidade converte-se em um espaço artificializado, onde os espaços verdes são produtos da intervenção humana (LOBODA; DE ANGELIS, 2005) e dão como resultado a criação de parques e praças como espaços públicos privilegiados para gerar o contato com a chamada “natureza”. Dessa forma, a natureza compreende espaços diversos, podendo aparecer em situações distintas, mesmo que em menor quantidade, como nas cidades (CASTREE, 2011). Assim, existiria então uma oposição entre áreas urbanas e naturais.

Porém, o estudo das áreas periurbanas coloca em evidência que os limites entre esses dois espaços são bem mais fluidos e ambíguos. Tal é o caso da área denominada “Ponte do Belvedere”, localizada na mata do Jambreiro, município de Nova Lima, na área metropolitana de Belo Horizonte, representada pela Figura 1. Essa área é resultado da sobreposição da expansão do uso residencial de alto padrão sobre uma região de preservação natural que já tinha sido usada até 2003 pela antiga companhia mineradora Vale (O TEMPO, 2015).



**Figura 1** - Vista Panorâmica da Ponte do Belvedere. **Fonte:** Arquivo pessoal, 2016.

Dessa forma, a estrutura do artigo foi organizada de modo a facilitar a compreensão das questões abordadas. Nesse sentido, primeiramente foram feitas análises de bibliografias que complementam e auxiliam a discussão em questão, por tratarem de temas sociais, geográficos e antropológicos, como a dicotomia natureza-cidade, a construção social da natureza e a relação do indivíduo com a prática de esportes radicais no meio urbano natural. Em seguida, foi exibido o procedimento metodológico empregado neste estudo, que contou, principalmente, com observações e entrevistas, pautadas no uso de métodos qualitativos. Adiante, em resultados, a área de estudo foi descrita, considerando a Lei de Uso e Ocupação do Solo local, e também foi feita uma análise das referências bibliográficas aplicadas à Ponte do Belvedere, trazendo um diagnóstico mais completo do objeto de estudo. Por fim, como considerações finais, foram apresentadas conclusões, em que percepções sobre a Ponte foram evidenciadas.

O objetivo do estudo é estabelecer quais são os tipos de uso que são gerados nesse contexto urbano marcado pela ambiguidade, a partir da análise da sua configuração física e da identificação das práticas sociais dos frequentadores e moradores dessa região da área metropolitana. Baseando-se na análise espacial da área, a partir do estudo da configuração dos usos, da localização das infraestruturas e dos equipamentos, e em entrevistas semiestruturadas com 25 usuários, a intenção é mostrar como essa área tem sido integrada à vida urbana a partir da prática de esportes radicais. Esses tipos de esportes aproveitam o “entorno natural” para a realização do que Norbert Elias e Eric Dunning (1985) denominaram busca pela excitação.

Ademais, há o interesse em compreender de que maneira essa área permite a interação entre o indivíduo e as áreas verdes. Sendo assim, é fundamental ressaltar a importância da natureza do local, que o faz ser um espaço natural no meio urbano, e também a prática de esportes radicais como forma de lazer na Ponte do Belvedere, sendo essas questões o foco desta pesquisa.

## **2. Principais ideias e conceitos relacionados à temática abordada**

### **2.1 Dicotomia natureza-cidade**

Roberto Luiz de Monte-Mór (1994) traz em seu discurso a naturalização extensiva como alternativa para o crescimento desenfreado e, às vezes, ameaçador das cidades atuais. Monte-Mór defende que cidades não são locais “mortos”, onde a natureza não se faz presente. Ao contrário, ele diz que a urbanização pode se tornar uma possibilidade para o surgimento de novos arranjos territoriais. Trata-se de um modo de resistência a uma economia tão hostil para o ambiente

natural e que exclui espaços e populações. A visão do autor é endossada em “Áreas verdes para recreação”, em que é destacado como o verde foi se transformando em perda de dinheiro, e o asfalto e o concreto, em ganho de dinheiro (MAGNOLI; KLIASS, 2006). Outro autor que também discute esse tema da urbanização intensiva é Loboda & De Angelis (2005), que aborda a transformação da cidade em um espaço artificial em que as áreas verdes são produtos da intervenção humana. Essas áreas, por terem um espaço insuficiente nos centros urbanos, tornam-se referências da defesa do meio ambiente.

Percebe-se, assim, que esses autores abordam uma dicotomia entre natureza e cidade. Essa questão, amplamente presente na sociedade atual, coloca o verde e a construção como elementos opostos e conflitantes: um não pode existir concomitantemente ao outro. Entretanto, tal percepção é insuficiente, dado que são múltiplos os usos urbanos dos ecossistemas naturais, explicitados por Loboda & De Angelis (2005) e Berg *et al* (2007) mencionados adiante.

## **2.2 Construção social da natureza**

Em contrapartida, Harvey (1980) aborda a relação entre o indivíduo e o espaço por meio do conceito de imaginação geográfica, mostrando como o espaço interfere na vida do indivíduo e como o indivíduo se identifica com o seu espaço. Nesse sentido, Anna Chiesura (2004) discute como a presença da natureza interfere na vida dos indivíduos, destacando a necessidade do homem de procurar por espaços naturais dentro dos meios urbanos para relaxar, para escapar da cidade e, especialmente, para estar na natureza.

Ainda nessa linha, em "Preferences for nature in urbanized societies", é usado o termo “restauração psicológica” para definir o desejo das pessoas pelo contato com a natureza em uma busca de obter restauração do estresse e da fadiga mental, sendo estes oriundos da vida citadina que possui muitos fatores estressantes, como o ruído de carros, o trânsito, a aglomeração e o medo do crime (BERG *et al*, 2007). Do mesmo modo, Loboda & De Angelis (2005) discutem que as áreas verdes públicas são responsáveis pelo bem-estar dos indivíduos ao influenciar a saúde física e mental da população. Essas áreas melhoram a qualidade de vida ao garantirem espaços de lazer, de paisagismo e de preservação ambiental. O autor ainda diz que a natureza urbana tem a capacidade de atenuar o sentimento de opressão que as grandes edificações causam no homem.

Seguindo esse pensamento da construção social da natureza, Santos (2002) discute em seu texto o termo configuração territorial, que é definido pelo conjunto de sistemas naturais em

um lugar e pela influência do homem nesses sistemas. Essa configuração é cada vez menos composta pelo sistema natural e cada vez mais composta pela ação do homem. No entanto, a natureza tem uma relevância nos meios urbanos não só por garantir o bem-estar de seus cidadãos, como citado no parágrafo anterior, mas também por garantir absorção de ruídos, atenuar o calor do sol, constituir-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribuir para a formação e para o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios.

Castree (2011), por sua vez, aborda a natureza e os vários espaços que ela, supostamente, compreende, como campos, rios, lagos, florestas, etc. O autor ainda discute a questão já apresentada da dicotomia natureza e cidade, dizendo que as relações pessoa-meio ambiente devem ser conceituadas além de dualismos como fatos versus valores. Já em relação à construção social da natureza, Castree conceitua a natureza como um campo temporal aberto de relações intimamente entrelaçadas com todos os processos e todas as práticas sociais. Ele então sugere que a natureza não tem geografias discretas, isto é, ela aparece em todas as situações em que pensamos que ela não aparece ou aparece em menor estado, como é o caso das cidades.

### **2.3 Relação do indivíduo com a prática de esportes radicais no meio urbano natural**

Simmel (1903) apresenta o conceito de caráter “blasé”, que significa a incapacidade de reagir aos novos estímulos com energia adequada, uma vez que a maioria desses estímulos é constante. Analisando o motivo pelo qual as pessoas recorrem à prática de atividades radicais, pode-se dizer que essa busca por novos estímulos, como a adrenalina, é para fugir da indiferença do caráter “blasé”.

Já Tatiane Piucco (2005) aponta, em seu artigo “A sociedade capitalista e a crescente busca pelas atividades naturais de lazer”, que vivemos em um mundo capitalista, em que o lazer é sinônimo de consumo, e o tempo é encarado como moeda, sendo que as pessoas dedicam grande parte dele para exercer atividades remuneradas. Assim, o trabalhador vive alienado pelo seu trabalho, e isso prejudica a qualidade de vida do homem. Esse ritmo de vida, no qual, muitas vezes, o lazer fica em segundo plano, colabora para o desequilíbrio físico e psicológico do ser humano. Diante disso, com o objetivo de escapar do estresse e da vida agitada causados pela modernidade, as pessoas buscam alternativas de lazer que envolvem o contato com a natureza, a fim de encontrar novas sensações que quebram a rotina cotidiana.

Logo, a prática de esportes no meio natural permite a suspensão das tensões sociais presentes no dia a dia, assim como o preenchimento da inquietação humana em busca da

melhoria da qualidade existencial. As experiências mais desejadas por aqueles que procuram os esportes radicais estão ligadas à descoberta de algo novo, à incerteza, ao medo do imprevisível, ao desejo de romper com o cotidiano e ir ao encontro da natureza, à vontade de poder respirar ar puro e reencontrar-se consigo mesmo, à busca por novas sensações e emoções fortes, ao desejo de provar limites pessoais em situações de perigo iminente, à busca pela adrenalina, à busca individual, entre outros (PINTO, 2010). Portanto, o medo e a ansiedade, assim como o desejo de conhecer novos lugares, são os principais fatores que levam muitas pessoas a buscarem esses tipos de esportes.

Em alternativa, Norbert Elias e Eric Dunning (1985) abordam, em seu livro, uma discussão a respeito da busca pela excitação. Essa busca, dentro das atividades de lazer, está relacionada ao controle e à restrição da emotividade da vida ordinária. Nesse sentido, a procura pela prática de esportes radicais reflete essa tentativa de controlar as emoções do dia a dia. Sendo assim, a excitação que as pessoas procuram nas suas horas de lazer representa, ao mesmo tempo, o complemento e a antítese da tendência dos hábitos perante a banalidade das emoções a que se deparam na rotina.

## **2.4 Espaço como local de interações e multiplicidade**

Segundo Massey & Keynes (2004), o espaço não pode ter uma única definição, em que é considerado como somente aquilo que está na superfície. Dessa forma, ele não deve ser visto apenas como um território, ignorando os aspectos sociais - o seu conceito deve ser ampliado. O espaço é, também, um sistema de relacionamentos e um conjunto de inter-relações, em que cada indivíduo tem um significado histórico e social. Nesse sentido, a autora cita, como uma das definições de espaço, o fato de ele ser uma esfera de possibilidade da multiplicidade, conceito este que pode ser associado à pluralidade e à diversidade.

Ademais, a autora também aborda o espaço como produto e produtor de inter-relações, uma vez que ele permite a coexistência de diferentes pessoas com diversas histórias e trajetórias. Além disso, há também outras relações que acontecem no espaço, elas ocorrem não só entre as pessoas, mas também entre o indivíduo e o ambiente. Desse modo, o espaço é uma esfera de encontro, em que as diferenças coexistem e podem afetar umas às outras.

Outro autor que também discute a questão das interações e da multiplicidade é Borja (2000). Ele apresenta o espaço público como um lugar de dimensão sociocultural, ou seja, um

local de relação e de identificação, onde diferentes pessoas se encontram, interagem e podem se expressar em conjunto. Quanto mais relações sociais o espaço facilita, mais diversidade de pessoas ele abriga e mais polivalente ele é. Isso pode ser relacionado ao fato de o espaço facilitar a multifuncionalidade, em que há a variedade de usos ao longo do tempo.

### **3. Observação e análise da Ponte do Belvedere e das relações existentes**

O procedimento metodológico empregado neste estudo visa, primeiramente, ao entendimento do espaço, das relações e das interações sociais que nele se estabelecem. Desse modo, foram utilizados métodos de caráter observatório e investigativo. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada por meio de dois métodos fundamentais, a entrevista e a observação, elaborados a partir das percepções sobre o local e daquilo que seria mais relevante para sua compreensão. Sendo assim, visitar a ponte várias vezes foi fundamental para a obtenção do resultado final deste trabalho: por meio da prática e da observação de atividades realizadas no local, das visitas técnicas e do registro em fichas estruturadas, foi possível chegar a um nível de imersão ideal para a compreensão do espaço.

A aproximação com os frequentadores da Ponte do Belvedere se deu por meio de conversas informais, de perguntas direcionadas e de questionários. Foram entrevistadas 25 pessoas, em grupos de faixas etárias e de interesses diversos. As perguntas incluíam aspectos como a idade, o gênero, a familiaridade com o local e com os esportes radicais, a presença de acompanhantes (e a relação com eles), dentre outros. Também foi dado destaque às questões como o envolvimento com a natureza, o modo como cada um conheceu a Ponte e há quanto tempo frequentavam o local.

Além disso, o texto de Gehl & Svarre (2013), “How to study public life”, propõe um método de observação do espaço público que foi aplicado nesse estudo. Nele é necessário fazer perguntas sistematicamente e dividir a variedade de atividades e de pessoas em subcategorias para conseguir um conhecimento específico sobre a interação complexa da vida e da forma no espaço público. Em todas as ocasiões, foram registradas data, hora e condições climáticas. A observação foi feita em dias e horários diferentes a fim de analisar o local, o público e o uso do espaço da forma mais abrangente possível.

#### 4. Relação entre a Ponte do Belvedere e as ideias abordadas pelos autores

##### 4.1 Análise espacial da Ponte do Belvedere

###### 4.1.1 Descrição da área de estudo

Ao analisar a Ponte do Belvedere e o seu entorno, percebe-se que, apesar de sua proximidade com a zona urbana (cerca de 1km), a área da Ponte é considerada parte da zona rural de Nova Lima e faz parte de uma região de preservação ambiental, como pode ser visto nas Figuras 2 e 3.

A Ponte se ergue sobre uma linha férrea desativada da mineradora Vale, e o fluxo de carros se restringe ao trânsito local, sendo a região predominantemente residencial. Encontram-se, nas proximidades, a escola Fundação Torino, a Mina Águas Claras, da Vale, o Restaurante Recanto e algumas residências unifamiliares. Além disso, nota-se a presença de trilhas no entorno da Ponte, que são usadas para esportes e lazer.



Figura 2 - Vista aérea região da Ponte do Belvedere. Fonte: Google Maps.

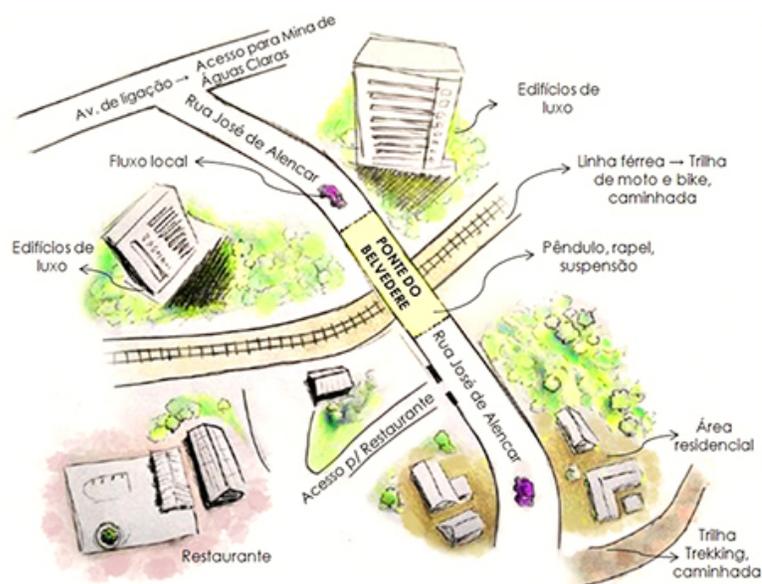


Figura 3 - Vista aérea ampliada região da Ponte do Belvedere. Fonte: Google Maps.

Após uma rápida verticalização decorrente dos processos de descentralização e da flexibilização da legislação, o bairro Belvedere, mais especificamente o Belvedere III, tornou-se uma área de grande especulação imobiliária e continua em expansão. Tal processo interferiu diretamente na paisagem ao redor da Ponte, que hoje possui alguns condomínios de luxo de mais de 20 andares a sua volta, o que pôde ser observado nas visitas ao local.

Por meio de um croqui esquemático (Figura 4), foram analisadas algumas observações feitas nas visitas. Percebe-se com mais clareza a relação da Ponte com a linha férrea e a vegetação no entorno. Além disso, fica evidente também a proximidade dos edifícios de luxo, das residências unifamiliares e do restaurante Recanto, destacado de roxo no croqui abaixo. A partir das observações, também pôde ser constatado que as vias são feitas de calçamento, com exceção do segmento da Ponte, destacado de amarelo, que é asfaltado, e elas não contam com sinalização e demarcação adequadas. Não há ciclovias, as calçadas são estreitas, irregulares, e, em alguns trechos da rua, elas sequer existem. Há iluminação pública, mas a vegetação e a ausência de construções ao redor da Ponte tornam o local escuro e fazem com que muitos dos frequentadores noturnos levem suas lanternas.

Mesmo com o crescimento dos bairros ao redor, o entorno da Ponte preserva grande parte da vegetação e possibilita o contato direto com a natureza. A altitude e a vegetação do local contribuem com a sensação de baixa temperatura e tornam o clima mais ameno. O ambiente sonoro também é agradável e não apresenta perturbações.



**Figura 4** - Croqui Ponte do Belvedere e seu entorno.

**Fonte:** autoria de Bianca Monteiro e edição de Jordhana Andrade.

Ao analisar a Revisão do Plano Diretor de Nova Lima (2014), foi possível obter informações mais precisas sobre a região em que a Ponte do Belvedere se localiza. É importante ressaltar que ela se encontra na região Área de Diretrizes Especiais (ADE) Vila da Serra, que se situa no norte do município de Nova Lima, próximo ao seu limite com Belo Horizonte. Essas áreas de diretrizes são porções do território de especial interesse para o desenvolvimento urbano e possuem destaque no contexto metropolitano devido ao processo de conurbação BH/Nova Lima, em que a capital mineira avança sobre o território novalimense. Nesse sentido, aplica-se o conceito de limites de Kevin Lynch (1960). Segundo o autor, limites são elementos lineares, que podem funcionar como referência secundária. Os limites possuem função dupla: de divisão e de união. Apesar de eles permitirem o encontro e a relação de algumas regiões, eles podem permitir que o espaço seja fragmentado. Dessa forma, o limite entre Belo Horizonte e Nova Lima apresenta um caráter ambíguo. Isso ocorre porque, ao mesmo tempo em que ele possui uma função de divisão, que separa duas cidades diferentes, ele não é muito bem definido devido à conurbação existente, o que contribui para uma interação entre as cidades.

A ADE Vila da Serra é dividida em loteamentos como o Vila da Serra, o Vale do Sereno, o Jardinaves, o Jardim das Mangabeiras, o Piemonte, o Jardim da Torre e as glebas ao sul da área em tela que ainda não foram alvos de objeto de parcelamento. Nesse sentido, pode-se dizer que a Ponte se localiza, mais precisamente, no loteamento do Jardim da Torre I, que é uma Zona Especial de Revitalização Urbana, caracterizada por áreas já parceladas e inseridas no perímetro urbano, onde o Poder Público assegura a ordenação dos espaços edificáveis. O Jardim da Torre I possui atualmente uma ocupação esparsa, pontual e ainda incipiente, sendo em sua maioria residências unifamiliares, muitos lotes vazios e alguns edifícios de luxo multifamiliares. Além disso, a Ponte se situa em um local de expansão urbana prevista. Isso ocorre porque ela está em uma região que tem uma proximidade com a capital, que é de fácil acesso e que possui vantagens físicas oferecidas pelo município de Nova Lima.

Em relação à mata observada na Ponte do Belvedere, ela se dá pela sobreposição da Reserva Particular do Patrimônio Natural da Mata do Jambreiro e as áreas de loteamento. A mata do Jambreiro é muito extensa e uma parte dela invade o Jardim da Torre I. Realça-se que este espaço de sobreposição é coberto por vegetação campestre e, devido às suas características e à tipicidade da vegetação, destina-se à preservação e à recuperação de ecossistemas. O Plano Diretor (2014) ressalta que a Mata do Jambreiro é caracterizada como Zona Especial de Proteção

Ambiental. Desse modo, torna-se fundamental a busca pela preservação dessa mata, sendo necessária uma fiscalização maior e a elaboração e o cumprimento do Plano de Manejo adequado. Portanto, conclui-se que a área da Ponte é uma zona de conflito, em que os objetivos vindos do adensamento e da verticalização das regiões parceladas e ainda não consolidadas representam uma grande pressão e um grande impacto sobre áreas de proteção ambiental. Com isso, há a intenção de promover um modelo de ocupação mais moderado aliada à preservação de encostas, de cursos d'água, e de matas ciliares, possibilitando ainda a conectividade entre massas vegetais e amortecendo os impactos das ocupações que recebem maior adensamento.

#### *4.1.2 Natureza na Ponte*

Na primeira visita à Ponte do Belvedere, a paisagem contrastante entre natureza e edificações foi o que mais se destacou. A partir disso, foram feitos estudos dessa dicotomia natureza-cidade a fim de se estabelecer pontos que a evidenciasse. Assim, ao analisar a Ponte, percebeu-se que, apesar de o local onde ela se encontra estar inserido em um bairro composto por prédios e construções altas, o verde ainda é um fator de destaque. Isso pode ser percebido pela Figura 5, ao mostrar uma visada na Ponte que revela um espaço verde tanto natural quanto artificial, mas que se contrapõe às edificações ao fundo. Nesse sentido, é evidente a relação com Roberto Luiz de Monte-Mór (1994), quando ele discorre que a cidade, mesmo urbanizada, dispõe da presença de uma natureza exuberante, e que a urbanização pode até favorecer o surgimento de novos arranjos, como é o caso da Ponte do Belvedere. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, percebe-se que a natureza encontrada na Ponte (Mata do Jambreiro), assim como outras reservas naturais, ocupa uma dimensão relativamente menor se comparada ao espaço destinado às construções e ao asfalto na cidade de Belo Horizonte. Isso ocorre porque as áreas verdes e as áreas construídas pelos seres humanos são conflitantes. Essa questão pode ser endossada pelas autoras Magnoli e Kliass (2006), que expõem que a natureza vem perdendo espaço em uma sociedade que dá mais valor ao que gera mais lucro: as áreas construídas.

Nos estudos, observa-se, também, a relação dos indivíduos com a natureza situada na Ponte, a qual possui interferência positiva sobre as pessoas que a procuram. Desse modo, consegue-se perceber o motivo pelo qual esses indivíduos procuram o espaço da Ponte do Belvedere. Com base no estudo da construção social da natureza, nota-se que a interação entre o espaço natural e as pessoas que o buscam para a prática de atividades físicas é estabelecida pela

tranquilidade e serenidade que a natureza transmite. Nesse sentido, o fato de esse lugar possuir um contato muito próximo com o ambiente natural faz com que um grupo específico de pessoas se identifique com esse espaço para realizar suas atividades. Harvey (1980) e Castree (2011) confirmam essa questão, ao dissertarem que existe uma relação entre o indivíduo e o espaço, em que um tem interferência sobre o outro e vice-versa, e ao abordar que a natureza é um campo temporal, em que há relações intimamente entrelaçadas e práticas sociais diversas.

Em adição, percebe-se que a Ponte é muito procurada pelo fato de ela ser cercada por uma paisagem natural, que transmite uma sensação oposta às sensações que a cidade grande propicia. A partir do desejo de fugir da vida agitada do meio urbano, a Ponte do Belvedere também é muito buscada pelo fato de estar mais afastada do centro da cidade. Nessa perspectiva, essa necessidade por espaços naturais dentro dos meios urbanos pode ser evidenciada por Anna Chiesa (2004), enquanto que o desejo das pessoas pela comunicação com a natureza pode ser relatado no texto de Berg *et al* (2007). Dessa maneira, grande parte dessas pessoas que têm o instinto de sair da cidade à procura do contato com o meio ambiente, com o ar fresco, com uma bela vista e com novas experiências, tendem a usufruir da natureza disposta na Ponte do Belvedere. Diante disso, os benefícios que os espaços verdes trazem para o homem, como a melhora da qualidade de vida e do bem-estar dos indivíduos, citados por Santos (2002) e Loboda & De Angelis (2005), fazem com que a preservação de reservas naturais como a Mata do Jambreiro torne-se imprescindível.



**Figura 5** - Vista da Ponte para o bairro Belvedere. **Fonte:** Arquivo pessoal, 2016.

#### 4.1.3 Interações e multiplicidade na Ponte

É possível relacionar o conceito de espaço como “produto e produtor de inter-relações” (MASSEY; KEYNES, 2004) à Ponte do Belvedere, uma vez que há a coexistência de diferentes pessoas com diversas histórias e trajetórias. Além disso, há também o estabelecimento de outras relações, não só entre as pessoas, mas também entre o indivíduo e o ambiente, visto que a atmosfera do local é totalmente diferente do ambiente da cidade.

Ao analisar os motivos pelos quais as pessoas vão à Ponte, é perceptível que há uma pluralidade em relação a eles. Massey & Keynes abordam o espaço como “possibilidade da existência da multiplicidade” (MASSEY & KEYNES, 2004), conceito que pode ser associado à pluralidade observada na Ponte. Enquanto alguns querem praticar atividades radicais, como rapel e “pêndulo humano”, outros preferem praticar *motocross*, *mountain biking*, *trekking* e caminhada, ou até mesmo apreciar a vista.

Ademais, grupos de diferentes idades e gêneros, com interesses particulares, encontram-se para realizar atividades em comum no local. Isso está relacionado ao texto de Borja (2000), no qual o autor apresenta o espaço público como um lugar propício para a ocorrência de interações, em que diferentes pessoas se relacionam. Em relação à Ponte do Belvedere, a própria ponte e os trilhos de trem embaixo dela são multifuncionais. Isso ocorre porque o local não exerce função somente de passagem, já que nela ocorrem, também, atividades radicais, e porque os trilhos foram desativados, funcionando apenas como trilha para motos e bicicletas.

#### 4.2 Análise das práticas de uso na Ponte

Visando traçar o perfil dos frequentadores do sítio de pesquisa, foi desenvolvida uma entrevista estruturada com perguntas relevantes e que, de fato, possibilitasse uma visão sólida dos usuários locais. As entrevistas, que integralizam um total de 25, foram executadas de duas formas: on-line e in loco. A opção pelas entrevistas on-line se fez em função de o desenvolvimento dos estudos ter ocorrido no final de outubro, época de chuvas insistentes na região, que levaram a um baixo índice demográfico na Ponte. Somado a isso, é importante ressaltar que não foi possível entrevistar praticantes de Mountain Bike e Motocross porque esses estavam em percurso e, também, não foi possível presenciar nenhum evento de suspensão corporal durante as visitas.

No que diz respeito ao resultado das entrevistas somado a uma análise do local, é evidente, inicialmente, a tentativa latente dos frequentadores da Ponte de fugirem do caráter blasé

(SIMMEL, 1903), visto que a procura pelo local se dá pelos esportes que trazem sensações diferentes do que se encontra no cotidiano das cidades e refletem a tentativa de controlar as emoções do dia a dia (ELIAS; DUNNING, 1985), como pode ser atestado pelas respostas mais relevantes obtidas em destaque no fluxograma I. Somando-se a isso, é perceptível, por meio da análise do fluxograma II, que a busca pela natureza também é desejada por aqueles que vão à Ponte, uma vez que esta também traz novas sensações, que quebram a rotina cotidiana urbana (PIUCCO, 2005). Ainda, pode-se constatar a prevalência do público em esportes que envolvem mais riscos, como o pêndulo humano e o rapel, ilustrados nas Figuras 6 e 7, respectivamente, em comparação com os considerados mais seguros, o que corrobora que as experiências mais desejadas estão ligadas às vivências mais intensas, que trazem consigo sensações como flow<sup>1</sup> e risco desejado<sup>2</sup> (PINTO, 2010).



Quadro 1 - Relevância da natureza. Fonte: Dados de pesquisa.



Quadro 2 - Motivos que levam a prática de esportes radicais. Fonte: Dados de pesquisa.



**Figura 6** - Prática de pêndulo humano na Ponte do Belvedere – 2016. **Fonte:** Arquivo Pessoal.



**Figura 7** - Praticante de rapel na Ponte do Belvedere. **Fonte:** Arquivo Pessoal, 2016.

Junto a isso, é notória a presença da comercialização dos esportes, uma vez que há uma alta porcentagem de entrevistados in loco que estavam organizando eventos e pelo alto índice de frequentadores abordados on-line que conhecem a Ponte em função do rapel, sendo que esse é o esporte mais comercializado na Ponte, com eventos frequentes que são divulgados a cada um ou dois meses nas redes sociais.

A Figura 8, que pode ser observada abaixo, expressa claramente a multiplicidade da Ponte (MASSEY & KEYNES, 2004) por meio de diversas perspectivas. Isso porque essa fotografia ilustra não só a variedade do público tanto no que diz respeito ao sexo quanto à idade, assim como esclarece que o espaço propicia a prática dos esportes radicais e também possibilita as trocas sociais entre diferentes grupos. Essa troca ocorre em um ambiente que foge à lógica do cotidiano urbano, trazendo uma atividade interativa que cria uma atmosfera em que desconhecidos se sentem confortáveis para dialogar.



**Figura 8** - Vista Panorâmica da Ponte e entorno. **Fonte:** Arquivo Pessoal, 2016.

Ainda, pode-se ressaltar que a Ponte do Belvedere se trata de um espaço criado pela cidade e alterado pelas práticas de uso em que velhos trilhos se tornam pistas e uma ponte de baixo tráfego se torna base para práticas esportivas. Com isso, retorna-se à busca constante pela excitação (ELIAS; DUNNING, 1985), em que o ser humano dispõe da cidade para seu desejo, no caso, de fuga da passividade cotidiana, criando variados espaços análogos à Ponte, como a Lagoa dos Ingleses e a Serra da Moeda.

## 5. Considerações finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma compreensão melhor da dinâmica das áreas verdes dentro das cidades, evidenciando a sua importância no meio urbano.

Nesse sentido, a Ponte do Belvedere apresenta-se como um local cheio de vida, palco de uma intrincada rede de relações, que é reinventada e reinterpretada por cada um de seus frequentadores. Quem procura a Ponte busca, de alguma forma, por um tipo de lazer alternativo, no qual o contato com a natureza assume um papel relevante ou fundamental. A variedade de atividades torna o local atrativo para diversos públicos, desde os que buscam a adrenalina dos esportes radicais até os apreciadores de uma caminhada na natureza.

É possível concluir que a Ponte do Belvedere possui um caráter ambíguo, ao se mostrar como um espaço que, ao mesmo tempo em que é natural, cercado de uma natureza exuberante (Mata do Jambreiro), é também um espaço artificial, que possui equipamentos criados pelo homem, como a própria ponte e os trilhos. Essa ambiguidade é imprescindível para manter as relações e atividades que naquele ambiente ocorrem.

Ao longo da pesquisa, ficou nítida a mudança da nossa percepção acerca do local, por meio da imersão, resultando no entendimento da dinâmica da Ponte sob pontos de vista diversos e em uma aproximação com os frequentadores. Em adição, por meio do contato com os praticantes de esportes radicais e de pesquisas adicionais, ficou evidente, também, que a Ponte do Belvedere não é o único local, na região metropolitana de Belo Horizonte, que oferece esse tipo

de lazer. Desse modo, é possível encontrar, na cidade e nos arredores, uma variedade de ambientes em que há a prática de esportes radicais, que possuem a natureza como cenário e elemento fundamental para exercer determinadas atividades. Assim, a Lagoa dos Ingleses, muito procurada para prática de esportes aquáticos, assim como a Serra da Moeda, famosa pela realização de voos livres, são outros exemplos de espaços que podem ser inferidos como sítios análogos, que atraem o público através de propostas de fuga do espírito blasé (SIMMEL, 1903), seja por meio do contato mais próximo com a natureza seja por meio dos esportes radicais ali ofertados.

Diante disso, a Ponte do Belvedere, compreendida como um exemplo de área verde que existe dentro da cidade, é um espaço que possui grande influência sobre a sociedade. Essa perspectiva, portanto, é necessária, uma vez que se torna crucial considerar que o espaço natural não é passivo e nem estático, tendo uma dinâmica própria fundamental para o meio urbano.

## 6. Referências

- BERG, Agnes; HARTIG, Terry; STAATS, Henk. “Preference for Nature in Urbanized Societies: Stress, Restoration, and the Pursuit of Sustainability”. In: *Journal of Social Issues*, 63, 2007, pp. 79-96.
- BORJA, Jordi. “Ciudadanía y Espacio Público”. In: *Ambiente y Desarrollo*, 3, 1998, pp. 13-22.
- CASTREE, Noel. “Nature and society”. In: *The SAGE Handbook of Geographical Knowledge*, [s.v.], [s.e.], 2011.
- CHIESURA, Anna. “The role of urban parks for the sustainable city”. In: *Landscape and Urban Planning, Amsterdam*, 68, 2004, pp.129-138.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca pela excitação*. Tradução de Maria Manoela Almeida e Silva. Portugal: Difel, 1985
- GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. *How to study a public life*. Tradução de Karen Ann Steenhard. Washington, DC: Island Press, 2013.
- HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli; KLIASS, Rosa Grena. “Áreas verdes de recreação”. In: *Paisagem Ambiente: ensaios*, 21, 2006, pp.245-246.
- LEFF, Enrique. *Racionalidade Ambiental: A Reapropriação Social da Natureza*. Tradução de Luis Carlos Cabral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. “Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. In: *Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*, 1, 2005, pp.125-139.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1960.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. “Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. In: *GEOgraphia*, 6, 2004, pp.7-23.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. “Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental”. In: *Território, globalização e fragmentação*, 1994, p. 169-181.

OTEMPO. “Belvedere ganha trem para percorrer o roteiro da cerveja”. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/belvedere-pode-ganhar-trem-para-percorrer-o-roteiro-da-cerveja-1.1200685>. Visualizado em 11/11/2017.

PINTO, Ana Cláudia Gomes de Amorim. “Esportes de risco: perspectivas da psicologia do esporte na concepção do prazer”. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/120590>. Visualizado em 9/11/2017.

PIUCCO, Tatiane. “A sociedade capitalista e a crescente busca pelas atividades naturais de lazer”. In: *EFDportes*, 10, 2005, pp.89.

Prefeitura Municipal de Nova Lima. *Revisão do Plano Diretor de Nova Lima*. Nova Lima: Fundação Israel Pinheiro, 2014. 76p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SIMMEL, George. “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: *Mana*, 11, 1903, pp.577-591.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira Neto

Data de envio: 19/09/2018

Data de aprovação: 19/12/2018

Como citar: ANDRADE, Giovanna de Giacomo; PONTES, Isabela Castelo Branco Martins; ANDRADE, Jordhana Raposo. Ponte do Belvedere: um estudo da dicotomia entre cidade e natureza e da busca por novas sensações no meio urbano natural. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 110-127, dez 2018.

## **Análise de constitucionalidade da lei 13.364/16: sobre o potencial conflito entre a proteção à cultura e aos animais no rodeio e na vaquejada**

*Analysis of the constitutionality of the law 13.364/16: about the potential conflict between the protection to culture and to animals in rodeo and in vaquejada*

*Análisis de la constitucionalidad de la ley 13.364 / 16: sobre el potencial conflicto entre la protección a la cultura ya los animales en el rodeo y en la vaquejada*

Luisa Cortat Simonetti Gonçalves<sup>1</sup>  
Paula Nunes Bastos<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente ensaio analisa a constitucionalidade da Lei 13.364/2016, que regulamenta o Rodeio e a Vaquejada. Para isso, trata dos argumentos utilizados no debate entre aqueles que defendem a preponderância dos direitos dos animais - no tocante aos maus tratos, crueldade e abusos aos animais nesses esportes - e os que defendem a preponderância do direito à cultura - quanto ao sentimento de representação de um povo. Para viabilizar a tomada de posição diante desse tema tão polêmico, é necessário compreender, contextualizadamente, os princípios e direitos fundamentais da constituição brasileira.

**Palavras-chave:** (In)Constitucionalidade; rodeio; vaquejada; cultura; direito dos animais.

**Abstract:** This essay analyzes the constitutionality of the Law 13.364/16, which regulates the rodeo and the *Vaquejada*. In order to do so, it makes explicit the arguments used in the debate between those who defend preponderance of the animals' rights - regarding mistreatment, cruelty, and abuse -, and those who defend the preponderance of the right to culture - concerning the feeling of representation of a people. To enable positioning in such a polemic theme, it is necessary to understand, in the context, the principles and fundamental rights of the Brazilian Constitution.

**Keywords:** (Un) Constitutionality; rodeo; *vaquejada*; culture; animal rights.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em International Environmental Law at Maastricht University (Holanda) e em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Brasil. E-mail: luisacs@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória. E-mail: paula.nbastos10@gmail.com

**Resumen:** El presente ensayo analiza la constitucionalidad de la Ley 13.364 / 2016, que regula el Rodeo y la Vaquejada. Para ello, trata de los argumentos utilizados en el debate entre aquellos que defienden la preponderancia de los derechos de los animales - en lo que se refiere a los malos tratos, crueldad y abusos a los animales en esos deportes - y los que defienden la preponderancia del derecho a la cultura - en cuanto al sentimiento de representación de un pueblo. Para viabilizar la toma de posición ante este tema tan polémico, es necesario comprender, contextualizadamente, los principios y derechos fundamentales de la constitución brasileña.

**Palabras clave:** (In)Constitucionalidad; rodeo e vaquejada; cultura; derecho de los animales.

## 1. Introdução

A lei 13.364/16 define o rodeio e a vaquejada como patrimônios culturais brasileiros. Sua constitucionalidade pode ser questionada a partir do artigo 225, § 1º, inciso VII, CRFB/88, que veda todas as práticas que submeterem animais a crueldade. O presente ensaio trata das divergências entre os defensores da prática do rodeio e da vaquejada como patrimônio cultural brasileiro e os defensores dos direitos dos animais, visando analisar a constitucionalidade da referida lei.

Por meio de técnica bibliográfica, o ensaio inicialmente traz a história da chegada do rodeio e da vaquejada no Brasil e sua transformação de uma prática de trabalho diária para um esporte reconhecido mundialmente. Com isso, pretende-se compreender a importância da questão cultural defendida por alguns. Ainda como argumentos a favor da manutenção das práticas, são descritos os benefícios financeiros e de geração de empregos.

Em contrapartida, são também observados a evolução dos direitos dos animais na legislação brasileira – em especial, o artigo 225, § 1º, inciso VII, CF- e os relatos e denúncias de maus tratos aos bichos nessas atividades, incluindo os danos à saúde física e mental.

Dessa forma, serão contrapostos os argumentos a favor dessas práticas esportivas como patrimônio e manifestação cultural com os relatos de maus tratos aos animais, a fim de ponderar qual princípio deve prevalecer e, assim, concluir quanto à inconstitucionalidade da referida lei frente à Constituição Brasileira.

## 2. Rodeio e vaquejada: histórico e funcionamento

Após vencer a guerra contra o México no século XVII, colonos norte-americanos adotaram costumes de origem espanhola como as festas de domas, promovidas pelos boiadeiros.

Eles chamaram muita atenção das pessoas, transformando-se, de um esporte de boiadeiros em suas fazendas, em entretenimento público.

Em 1869, a cidade de Colorado lançou a primeira prova de montaria. Com o tempo, o rodeio passou a atingir maiores públicos, tornando-se um negócio lucrativo para os promotores dos eventos e crescendo como opção de entretenimento público em diversos eventos do Oeste (MARTINS, 2009).

Na primeira década do século XX, o rodeio passa a ser reconhecido como esporte, e em 1920 foram realizados eventos em Boston e Nova York que atribuíram a esse destaque nacional. Assim, diversas associações foram surgindo, como a Associação de Rodeio da America (RRA – *Rodeo Association of America*) em 1929 e a National Intercollegiate Rodeo Association (NIRA) em 1948 (RODRIGUES, 2014).

O esporte foi se expandindo até chegar ao Brasil. No ano de 1947 ocorreu o primeiro evento na cidade de Barretos, promovido pela prefeitura - local no qual boiadeiros já tinham o costume de exibir suas habilidades com esses animais. A partir das décadas de 1950 e 1960, a prática começa a se expandir para outros estados.

Em 1955, surgiu o grupo “Os Independentes”, formado por homens solteiros envolvidos com a agropecuária e que buscavam promover festas e eventos com esse tema. No ano seguinte, ocorreu a 1ª Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, e a partir daí foram sendo promovidas diversas outras festas que ofereciam prêmios aos participantes.

A palavra rodeio tem origem espanhola e vem da expressão “rodear”, ou seja, do ato de cercar o boi. Nesse esporte, o peão tem que tentar permanecer o máximo de tempo possível em cima do touro enfurecido, que é provocado por meio de instrumentos como o sedém, que fica em cima da virilha e aperta as partes do animal. O peão é, então, avaliado pelos árbitros que dão a pontuação até escolherem o vencedor.

O esporte repercutiu fortemente no País e, dentre as várias modalidades do rodeio, foi criada uma específica no Brasil, chamada *cutiano*, no qual “o peão também precisa ficar em cima do cavalo por 8 segundos. Mas o que conta ponto são as esporeadas que ele dá no animal. Cada um dos 3 juizes da prova dá notas de 0 a 100, avaliando a montaria e o cavaleiro. A nota intermediária é a que vale”(AGUERRE; LUCIRIO, 2016).

Esses eventos costumam reunir grande público e arrecadar muito dinheiro. Um rodeio em Barretos, por exemplo, chega a movimentar cerca de 200 milhões de reais na economia, fora a

geração de empregos e o impulso ao setor de hotéis (INDEPENDENTES, 2015). Para muitos, esses já são argumentos suficientes para defesa da práticas. Porém, reforçando esse posicionamento, os rodeios foram definidos como patrimônio cultural pela Lei 13.364/16.

A vaquejada tem formato distinto do rodeio. Trata-se de um esporte no qual dois vaqueiros, montados em um cavalo, têm que derrubar o boi puxando-o pelo rabo. Surgiu da falta de cerca no sertão nordestino, o que fazia com que os bois fossem marcados e soltos e, mais tarde, com que os peões tinham que, montados em cavalos, tentar capturá-los.

Contudo, assim como o rodeio, acabou por se mostrar como grande investimento de entretenimento por atrair vasto público e, conseqüentemente, alto lucro. Quanto mais se divulgava esse esporte e se realizava esses eventos, maior também se tornava o número de investidores, chegando a abrigar milhares de pessoas. Em 2018, por exemplo, o evento em Barretos teve a presença da cantora canadense Shania Twain e buscou atrair um público de 900 mil pessoas (G1 – RIBEIRÃO E FRANCA, 2018), demonstrando o potencial econômico do evento.

### **3. A evolução dos direitos dos animais no brasil**

O Estado Moderno foi marcado pela intolerância com o diferente, que excluía determinados grupos sociais, como os povos indígenas, de qualquer ideia de direito e nacionalidade. A fim de superar essa intolerância e segregação, revoluções na Bolívia e Equador trouxeram um novo Estado: o Estado Plurinacional, democrático e popular, com governos dialógicos.

O constitucionalismo não foi originalmente democrático, e sim, liberal, visando a proteção individual e a constituição surgiu a fim de realizar a uniformização de certos valores. Contudo, o grande passo do Estado Plurinacional foi romper com essas bases teóricas e sociais, agregando a participação e a representatividade. A América Latina passou, então, a se identificar também indígena, não tendo em foco apenas a influência europeia, e sim, uma cultura diversa, reconhecendo a importância também da preservação ambiental, principalmente das áreas de significado ecológico-cultural (MAGALHÃES, 2009).

Durante o Estado Liberal surgiram os direitos de primeira dimensão, de abstenção do Estado e ligados ao valor de liberdade, tendo como titular o indivíduo. Mais tarde, surgiram os de segunda dimensão, que são os direitos coletivos, do Estado Social, que cobram do Estado determinadas tarefas, frutos da ideologia e da reflexão antiliberal do século XX.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), durante o Estado Democrático, surgiram no Brasil os chamados direitos de terceira dimensão, que trazem como titular o gênero humano e como núcleo a fraternidade. Eles decorrem da reflexão sobre temas referentes ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade, e levam à consolidação do direito a um meio ambiente equilibrado e ao dever de protegê-lo, previstos no art. 225 da Constituição Federal.

O constitucionalismo liberal reconhece os direitos individuais Rodrigues (2018) separa a evolução do direito ambiental na legislação brasileira em três fases. Na primeira, a proteção do meio ambiente tinha uma preocupação econômica, ou seja, era tratado como um bem essencial e limitado/limitável. Na segunda fase, o legislador reconhece a incapacidade do meio ambiente de resistir ao alto nível de poluição e, apesar de ainda trazer uma visão antropocêntrica, agora existe preocupação com o ambiente, ainda que focada na tutela da saúde e da qualidade de vida humana. Na terceira e última fase, o homem deixa de ser o foco e o meio ambiente passa a ser o centro. Esta teria como marco a criação da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente).<sup>3</sup>

Para melhor compreender as perspectivas de classificação do direito ambiental brasileiro, interessante descrever brevemente cada uma das abordagens teóricas existentes: antropocêntrica, ecocêntrica e sistêmica (ou holística, ou ecológica profunda):

A perspectiva antropocêntrica, conforme se infere, coloca o meio ambiente voltado para a satisfação das necessidades e, porque não dizer, vontades, humanas, e foi a primeira a surgir para tal proteção. Canotilho e Leite (2012, p. 163) alertam para o risco dessa abordagem na medida em que ela passa a ser, em verdade, economicocentrismo, isto é, passa a reduzir o bem ambiental a questões de ordem econômica e tem como argumentos sempre o proveito econômico pelo ser humano. Esses autores (2012, p. 163) trazem, ainda, classificação denominada antropocentrismo alargado, o qual expande o significado do bem ambiental, o que deveria servir ao homem na medida da preservação de sua dignidade.

Diante da insuficiência dessa perspectiva para a proteção de bem tão mais amplo e complexo, o ecocentrismo parte para o extremo oposto, propondo levar-se em consideração as restrições impostas aos seres humanos pelo todo ecológico, ou seja, colocando os homens não apenas como mais um membro da natureza – o que de fato são – mas também submetendo-o irrestritamente às suas necessidades.

Assim, surge uma abordagem intermediária, que reconhece a globalidade do meio ambiente e, via de consequência, o ser humano enquanto parte desse todo, a qual é por muitos denominada de ecologia profunda e parte de uma visão holística da relação entre ser humano e meio ambiente. Essa expressão, emprestada por Canotilho (2003) de Capra (1996), procura a não separação dos “seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes”. [...]

<sup>3</sup> Defendemos que o direito ambiental brasileiro apresenta fortes traços antropocêntricos, mas essa divergência não é central para a análise pretendida, cujo foco é na evolução do pensamento jurídico brasileiro.

Ost (1997) resume esta passagem do antropocentrismo para a visão holística, intermediada pelo ecocentrismo, descrevendo as etapas de compreensão como abordagens, respectivamente, de uma “natureza-objeto”, por uma “natureza-sujeito”, chegando a uma “natureza-projeto”. Destaque-se, ainda, que na perspectiva aqui trazida, apenas entendendo-se esse projeto é que se mostra viável o caminho proposto pela sustentabilidade rumo ao desenvolvimento sustentável (CANOTILHO; LEITE, 2012, pp. 61-3).

Apesar de existirem diversas visões na atualidade, é inegável a forte influência da visão antropocêntrica na legislação brasileira.

Em outros tempos, falar de direito dos animais era algo inaceitável, em virtude da ideia de que o homem se difere como sujeito por seu caráter racional e moral, características essas que também o confeririam direitos. Já os animais, eram vistos simplesmente como *coisas*, sujeitos à apropriação humana, podendo ser vendidos, por exemplo, sem nenhum pesar ou dificuldade. Esse pensamento está também muito relacionado ao antropocentrismo.

Na atualidade, contudo, independentemente da abordagem adotada, há determinado consenso em torno do fato de que a legislação brasileira deve garantir os direitos e a proteção dos animais. Na base desse posicionamento essa Constituição Federal de 1988, cujo art.225 tutela o meio ambiente de forma autônoma:

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

**I** - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

**VII** - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

Além disso, o significado de crueldade é tratado no inciso VII do art.225. É considerado que ocorreu crueldade quando há a provocação de um sofrimento e dor desnecessários. A existência e a medida da punição depende se a crueldade visava atender demandas humanas.

A luta pelo direito dos animais vem ganhando espaço, principalmente diante do aumento de relatos sobre maus tratos a animais e a pesquisas científicas sobre os animais, conforme se explicará a seguir.

### **3.1 Progressão de percepção e os maus tratos contra os animais no rodeio e na vaquejada**

No Direito Brasileiro, muito se discute sobre a questão da personalidade dos animais, visto que alguns defendem que esses devem ser tratados como entes despersonalizados por não terem poder de discernimento. Contudo, há quem afirme que, mesmo assim, estes são “sujeitos

de direito”.

Como explicam Oliveira e Lourenço (2009, p. 134), “ainda que se entenda que não sejam pessoas, nem por essa razão deixariam de poder usufruir de um patrimônio jurídico que lhes garantisse o mínimo existencial”. Apesar dessas perspectivas, como já dito, o pensamento antropocêntrico sempre se fez muito forte e, por isso, a consideração dos animais como *coisas* e não sujeitos de direito é tão presente. Essa percepção remonta à influência de figuras importantes na revolução científica do século XVII, como René Descartes, que afirma que a sensibilidade seria um atributo da alma (substância pensante), ausente nos animais, e que por esse motivo suas manifestações como uivos e latidos deveriam ser considerados reações mecânicas em vez de sinais de sentimentos, trazendo os animais como meros autônomos mecânicos (ROCHA, 2004).

A partir da segunda metade do século XX, todavia, surgiram diversas pesquisas quanto à personalidade dos animais. Essas publicações trouxeram possibilidades distintas, demonstrando que os animais são seres sencientes, “[...], ou seja, têm sensibilidade e todos os outros atributos inerentes à sua senciência, como vontade, memória e inteligência” (PRADA, 2017, p. 22).

Em julho de 2012 foi assinada, por cientistas renomados de diversas partes do mundo – como Stephen Hawking e Jaak Panksepp -, uma declaração ensejada por Philip Low, que muito contribuiu para as pesquisas e revelações sobre a consciência dos animais. Conhecida como “*The Cambridge Declaration on Consciousness*”, a declaração comprovou a perspectiva mais moderna, pois encontrou no cérebro dos animais as mesmas estruturas presentes dos seres humanos responsáveis pela manifestação da consciência (LOW, 2012, tradução nossa):

[...] o peso da evidência indica que os seres humanos não são únicos em possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Os animais, incluindo todos os mamíferos e aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos.

Essas pesquisas demonstram que os animais são capazes de reconhecer a própria existência e o mundo a sua volta e que o que difere o cérebro dos seres humanos do cérebro dos animais não está em nada relacionado com a parte da consciência.

Sendo assim, é possível perceber que os animais, apesar de não serem racionais, são capazes de sentir e possuem traços que indicam consciência, devendo ter esses sentimentos levados em consideração diante de práticas humanas que possam os submeter à crueldade e sofrimento.

Percebe-se, então, que os animais sentem e têm consciência dos maus tratos que sofrem

durante o rodeio e a vaquejada.

O rodeio é um esporte de risco tanto para o peão quanto para o animal, visto que o peão deve tentar permanecer em cima do boi por oito segundos, a partir do que é dada sua pontuação. Pode, ainda, se dividir em modalidades, como o *bulldoguin* e o laço em dupla. Na vaquejada também existe risco, pois dois vaqueiros, montados em um cavalo, tentam derrubar o boi, puxando-o pelo rabo. Contudo, ambos são igualmente tratados do ponto de vista jurídico, com a lei 13.364/16 definindo-os, em seu artigo 1º, não só como esporte legalizado, mas também como patrimônio cultural brasileiro.

Por outro lado, o advento da Lei 13.364/2016 incentivou correntes divergentes, em defesa dos direitos dos animais. Isso porque as novas interpretações consideram os maus tratos aos quais esses animais são submetidos em prol do divertimento e do lucro humano. Dentre as consequências dos maus tratos estão ruptura de ligamentos, traumatismos, deslocamento de articulações, dentre outros (LEITÃO, 2002; LOURENÇO, 2017).

Além disso, sabe-se da extrema agressividade durante os treinos e do uso de instrumentos de tortura que ferem partes do corpo dos bois, como as esporas, que servem para golpear. Vale ressaltar que não apenas os bois são submetidos aos maus tratos, mas também os cavalos durante a vaquejada, considerando a ocorrência de doenças como tendinite, exostose, miopatias focal, fraturas e dentre outros (BRASIL, 2016, p. 5).

Em 2011, o grupo V.I.D.A (Veículo de Intervenção dos Direitos dos Animais) teve acesso - juridicamente permitido - a um local de rodeios e publicou um vídeo relatando os maus tratos presenciados (COLETIVO VIDA RODEIO, 2011). Chama atenção a crítica ao sedém, instrumento utilizado no rodeio e que serve para comprimir uma região muito sensível do animal na qual se tem órgãos, parte do intestino e testículos. Com essa parte comprimida o animal, agitado e nervoso, começa a pular na tentativa de se livrar ou ao menos afrouxar o sedém, e não na intenção de derrubar o peão, como muitos acreditam.

Além disso, é possível perceber nesses eventos a agonia dos animais com o barulho das caixas de som e toda agressão que levam para serem provocados para parecerem mais bravos para o público e dar mais “emoção” ao *show*.

Do ponto de vista jurídico, conforme se viu, a prática da vaquejada foi proibida em 2016 por desrespeito ao artigo 225, já que expõe os animais à crueldade. Contudo, apenas um mês depois, o então presidente sancionou a lei 13.364/16, que trouxe tanto a vaquejada como o rodeio

como manifestações culturais nacionais e patrimônios culturais imateriais.

Mesmo após a lei, em decisão de 11 de outubro de 2018 sobre a vaquejada (G1 – MATO GROSSO, 2018) em Rondonópolis, o juiz Jorge Hassib Ibrahim, proibiu o evento, afirmando os maus tratos sofridos por esses animais. Fundamentou, ainda, com parecer técnico de professora da USP (TUGLIO, 2006, p. 237), que afirma que os animais que são submetidos a tais esportes sofrem dor física e sofrimento mental.

Além da tortura psicológica de estarem em um ambiente de extremo estresse, principalmente durante os eventos com as músicas altas, por exemplo – visto que a capacidade sonora dos animais é muito maior que a dos seres humanos –, os animais têm que enfrentar também a tortura física, em especial por meio do uso de alguns instrumentos. Dentre esses instrumentos, têm-se: esporas, peiteiras, e choques elétricos. As esporas podem ser pontiagudas ou não, e ficam nas botas dos peões, servindo para golpear o animal “causando dor, lesões físicas e às vezes, cegueira” (TUGLIO, 2006, p. 237). As peiteiras ficam amarradas ao redor do corpo do animal os pressionando “causando desconforto, dor e lesões” (TUGLIO, 2006, p. 238). Os choques elétricos servem para provocar o animal de forma dolorosa.

Ademais, a cauda dos animais é composta por uma sequência de vértebras articuladas umas às outras e o brusco gesto de puxar o animal pelo rabo na vaquejada comumente afeta essas ligações, causando luxação das vértebras e, conseqüentemente, ruptura dos vasos sanguíneos, dentre outras (LEITÃO, 2002; LOURENÇO, 2017).

Como se pôde ver, os maus tratos aos animais são nítidos e inúmeros, tornando-se impossível descrever detalhadamente a todos. Ainda assim, antes de poder-se chegar a conclusões jurídicas, necessário compreender também os argumentos daqueles que defendem a prática do rodeio e da vaquejada.

#### **4. Defesa daqueles a favor do rodeio e da vaquejada**

Conforme já mencionado, há também argumentos a favor da manutenção do rodeio e da vaquejada. Para uma compreensão adequada da discussão, é necessário também descrevê-los, bem como é necessário levá-los em consideração para uma conclusão apropriada.

O rodeio e vaquejada ainda trazem em seus eventos um público significativamente grande e estão relacionados para muitos com a cultura sertaneja do Brasil. Há quem defenda, então, que são uma forma de interação social, festividade cultural e atividade desportiva. Ademais, possuem importante papel econômico, como é relatado nos autos da ADI 5.772 em

parecer:

Da parte da vaquejada, a ABVAQ informa que a atividade movimenta R\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de reais) por ano, gera 120.000 (cento e vinte mil) empregos diretos e 600.000 (seiscentos mil) empregos indiretos. Cada prova de vaquejada, mobiliza cerca de duzentos e setenta profissionais, entre eles: veterinários, juízes, inspetores, locutores, organizadores, seguranças, pessoal de apoio ao gado e de limpeza de instalações (BRASIL, 2017).

Aqueles que defendem o rodeio/vaquejada como manifestação cultural se valem juridicamente do artigo 215, §1º, da Constituição Federal, que garante a proteção do Estado às manifestações culturais populares. Ademais, o artigo 216 do mesmo instrumento traz o conceito de cultura:

**Art.216** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Em concordância com essa visão, a Lei 13.364/16 eleva a vaquejada e o rodeio ao status de manifestação cultural nacional e patrimônio cultural imaterial, legalizando esses esportes e buscando preservar a identidade de um povo marcado por práticas inicialmente comuns de vaqueiros e que mais tarde passaram a ser consideradas festividades, gerando sentimento cultural.

Além disso, grupos como Os Independentes alegam que não há maus tratos aos animais em suas atividades e justificam com argumentos como o de que as esporas não machucam os animais, pois “a pele desses animais é de cinco a sete vezes mais espessa do que a pele humana” (OS INDEPENDENTES).

Algumas das obrigações trazidas pela lei 15.229/2013 reforçam os argumentos no sentido de que a saúde dos animais é preservada. Seu artigo 4º, por exemplo, estabelece a obrigação dos organizadores do evento quanto à saúde tanto dos animais, como dos atletas e do público e, ainda, seus parágrafos trazem medidas que devem ser tomadas durante o transporte, trato, manejo e montaria dos animais. Isso demonstra que existem regras quanto à prática do esporte para que essa não seja prejudicial ao animal. Há, contudo, necessidade de fiscalização.

É inegável a relevância desses esportes no setor econômico, principalmente nordestino – onde tais esportes ocorrem com mais frequência -, visto que além do dinheiro arrecadado, os

eventos geram empregos diretos e indiretos, sendo fonte de sobrevivência para muitas famílias.

O senador Elmano Ferrer comentou, diante de decisão do Supremo Tribunal Federal, que não se pode ignorar o grande impacto na economia que o fim desses esportes provocaria, visto que “cada prova envolve cerca de 260 profissionais, como veterinários, organizadores, segurança, árbitros, locutores e músicos, entre outros” (SENADO FEDERAL, 2016).

Interessante ressaltar, ainda, que muitos defensores da prática alegam também que tornar esses eventos ilegais não os erradicariam, mas apenas colocaria os animais sob maiores riscos, tendo em vista que os praticantes agiriam de forma clandestina. Isso levaria, alegam à diminuição dos cuidados, já que não haveria mais os parâmetros legais.

## **5. Inconstitucionalidade da lei da vaquejada**

Comparando-se os argumentos descritos nos tópicos anteriores, é notório o conflito entre os direitos dos animais e o direito à cultura. Conseqüentemente, notório também as divergências decorrentes da Lei 13.364/16, que trata do rodeio e da vaquejada como patrimônio cultural imaterial e manifestação cultural nacional.

Antes das práticas em questão serem definidas como esporte, não se tinha tantos estudos acerca da personalidade dos animais, ou seja, não se sabia da consciência dos animais sobre seus sentimentos. Logo, entende-se que no passado a prática fosse vista como cruel. No entanto, este ensaio se afilia à corrente que prioriza a defesa dos direitos dos animais.

Já não há motivos para questionar o fato de que os bois ainda são “enclausurados, açoitados e instigados” (BRASIL, 2016, p. 5), como descrito na ADI 4.983, que tratou da inconstitucionalidade da vaquejada justamente por esses motivos. Em outra ação judicial, mesmo após a elaboração da lei 13.364/16, o juiz Jorge Hassib cancelou a vaquejada em Rondonópolis pelo risco de maus-tratos e conseqüente inconstitucionalidade, atendendo a pedido do Ministério Público Estadual (MPE) (BRASIL, 2016, p. 13). O juiz baseou sua decisão no julgamento da referida ADI 4.983, na qual o STF afirmou que a prática da vaquejada é inconstitucional, pois “a crueldade intrínseca à vaquejada não permite a prevalência do valor cultural como resultado desejado pelo sistema de direitos fundamentais da Carta de 1988”.

Sabe-se também da importância desses esportes para a economia brasileira, principalmente a nordestina, visto que emprega diversos trabalhadores em vários setores. Contudo, argumentos econômicos não deveriam sobrepor os ambientais neste caso, pois as práticas em questão ferem gravemente os direitos ambientais, ao submeter os animais à

crueidade.

Esse conflito entre o direito dos animais e o direito à manifestação cultural não é novidade. A rinha de galo, por exemplo, foi declarada inconstitucional e passou a ser utilizada como precedente, pois também se trata de prática que causa danos irreversíveis aos animais, “em competições promovidas por infratores do ordenamento constitucional e da legislação ambiental que transgridem com seu comportamento delinquential a regra constante” (BRASIL, 2011), como destacou o ministro Celso de Mello na ADI 1856, julgando inconstitucional a Lei Estadual do Rio de Janeiro 2.895/98.

É no mesmo sentido o entendimento do presente ensaio. Isto é, defende-se que, por todos os motivos expostos, a crueldade a que estão submetidos os animais no rodeio e na vaquejada é tamanha que justifica a preponderância do direito dos animais sobre os argumentos de valor cultural.

## **6. Considerações finais**

O presente ensaio analisou os maus tratos sofridos pelos animais que participam de práticas como o rodeio e a vaquejada. Analisou, também, os argumentos daqueles que defendem o esporte como direito de manifestação cultural.

Dessa maneira, foi possível perceber a gravidade dos maus tratos sofridos pelos animais envolvidos, tanto durante o jogo como após, quando, deixando de ser úteis, são descartados. Há, ainda, as consequências ocasionadas por esses maus tratos, como luxações e traumas psicológicos, por exemplo.

Diante tais fatos, o presente ensaio compreende que o direito à manifestação cultural e os benefícios econômicos não devem se sobrepor ao dever de proteger os animais de possíveis crueldades. Tal entendimento é conforme o disposto na Constituição Federal de 1988, em especial devido à necessidade de proteção dos direitos dos animais.

A percepção é mais clara se adotada uma perspectiva ecocêntrica, mas demonstrou-se que mesmo partindo de uma perspectiva antropocêntrica para proteção ambiental, trata-se da conclusão mais adequada.

O ensaio conclui, portanto, pela inconstitucionalidade do rodeio e da vaquejada e, conseqüentemente, pela inconstitucionalidade da lei federal 13.364/16, por violarem o artigo 225 da Constituição Federal.

## 7. Referências

AGUERRE, Gabriela; LUCIRIO, Ivonete. Como funciona um rodeio?. 11 nov.2016. *Revista Superinteressante*. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/touro-montado-na-furia/>. Acesso em: 18 out.2018.

ALMEIDA, Paulo. *A visão ecocêntrica do meio ambiente no mundo jurídico*. Disponível em: <https://paulossalmeidaadv.jusbrasil.com.br/artigos/151203513/a-visao-ecocentrica-do-meio-ambiente-no-mundo-juridico>. Acesso em: 28 out. 2018.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Do antropocentrismo ao mundo ecocêntrico*. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/06/13/do-antropocentrismo-ao-mundo-ecocentrico-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 07 nov. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 07 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.364*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato\\_2015-2018/2016/lei/L13364.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2015-2018/2016/lei/L13364.htm). Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. *Parecer Senado ADI 5772*. 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2017/11/Parecer-Senado-ADI-5772.pdf>. Acesso em: 25 out.2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 15.229*. Ceará. 06 out. 2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12798874>. Acesso em: 16 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 1856*. Relator: Ministro Celso de Mello. 26 maio 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=180541>. Acesso em: 16 nov.2018.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. *Direito Constitucional Ambiental Brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

\_\_\_\_\_. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

COLETIVO VIDA RODEIO. *Rodeio: A crueldade revelada*. 17 fev. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4VssMGNQ-M&t=123s>. Acesso em: 26 out.2018.

G1 – MATO GROSSO. *Vaquejada é cancelada em Rondonópolis por decisão judicial que apontou risco de maus tratos*. 17 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato->

grosso/noticia/2018/10/17/vaquejada-e-cancelada-em-rondonopolis-mt-por-decisao-judicial-que-apontou-risco-de-maus-tratos.shtml. Acesso em: 24 de out.2018.

G1 - RIBEIRÃO e FRANCA. *Com expectativa de público de 900 mil festa do peão de barretos aquece setores hoteleiro e imobiliário em SP*. 07 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/festa-do-peao-de-barretos/2018/noticia/2018/08/07/com-expectativa-de-publico-de-900-mil-festa-do-peao-de-barretos-aquece-setores-hoteleiro-e-imobiliario-em-sp.shtml>. Acesso em: 20 de out.2018.

INDEPENDENTES. *Festa do Peão de Barretos Movimenta Mais de R\$200 milhões e Espera cerca de 900 mil pessoas*. 13 ago. 2015. Disponível em: <http://www.independentes.com.br/festadopeao/noticia/558/festa-do-peao-de-barretosmovimenta-mais-de-r-200-milhoes-e-espera-cerca-de-900-mil-pessoas>. Acesso em: 20 de out.2018.

LEITÃO, Geuza. *A voz dos sem voz: direito dos animais*. Fortaleza: INESP, 2002.

LOURENÇO, Daniel Braga. *Entre bois e homens: considerações iniciais sobre o julgamento da ADI 4983*. *Revista de Direito Animal*. 2017. p. 85-103. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rppgd/article/download/23347/14730>. Acesso em: 15 nov. 2018.

\_\_\_\_\_; TURRA, Marcelo. *O direito dos animais no Brasil*. São Paulo: Estadão. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-direito-dos-animais-no-brasil/>. Acesso em: 22 de out. 2018.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. *Em prol do Direito dos Animais: inventário, titularidade e categorias*. *Jurispoiesis*. 2009. Ano 12, n. 12, p. 113-157.

LOW, Philip. *The Cambridge Declaration on Consciousness*. Disponível em: <http://fcm.conference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *O Estado Plurinacional Na América Latina*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 27 mar. 2009. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=50&ver=257%208/9>. Acesso em: 19 dez. 2018.

MARTINS, Renata de Freitas. *Parecer: utilização de animais em rodeio*. 2009. *Revista Brasileira de Direito Animal*. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10638>. Acesso em: 14 out. 2018.

OST, François. *A Natureza à Margem da Lei: a ecologia à prova do direito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

OS INDEPENDENTES. *Verdades e mentiras sobre o Rodeio*. Disponível em: <http://www.independentes.com.br/festadopeao/verdadesmentiras>. Acesso em: 07 de nov. 2018.

PRADA, Irvênia. O paradigma da humanização na criação de animais de companhia. 2º *Simpósio Multidisciplinar sobre relações harmônicas entre seres humanos e animais*. Urbelândia. 2017. P. 20-23. Disponível em: [http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/anais\\_simhhanimal\\_2017\\_0.pdf](http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/anais_simhhanimal_2017_0.pdf). Acesso em: 25 out. 2018. p.22.

ROCHA, Ethel Menezes. *Animais, homens e sensações segundo Descartes*. Belo Horizonte: Kriterion: revista de filosofia, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2004000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2004000200008). Acesso em: 16 dez.2018.

RODRIGUES, Inayber S. *A atividade do Rodeio no Brasil*. 2014. Disponível em: <https://inayberrodrigues.jusbrasil.com.br/artigos/155145930/a-atividade-do-rodeio-no-brasil>. Acesso em: 16 de dez.2018.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Direito Ambiental Esquematizado*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SENADO FEDERAL. *Elmano Férrer destaca importância da Vaquejada para economia do Nordeste*. 25 out. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/25/elmano-ferrer-destaca-importancia-da-vaquejada-para-economia-do-nordeste>. Acesso em: 07 de nov. 2018.

TUGLIO, Vânia Maria. Espetáculos Públicos e Exibições de animais. *Revista Brasileira de Direito Animal*. Vol.1, n.1. Salvador, 2006. p. 231-250. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/33676164/Revista-Brasileira-de-Direito-Dos-Animais-Vol-1>. Acesso em: 07 de nov.2018. p. 237.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira

Data de envio: 10/12/2018

Data de aprovação: 22/12/2018

Como citar:

COUTINHO, Luisa Cortat Simonetti Gonçalves; BASTOS, Paula Nunes. Análise de constitucionalidade da lei 13.364/16: sobre o potencial conflito entre a proteção à cultura e aos animais no rodeio e na vaquejada. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 128-142, dez 2018.

## **Teorias da Notícia e Análise de discurso: Sentidos de “Lula” no jornal argentino *Clarín***

*Theories of News and Analysis of discourse: meaning of “Lula” in Argentine newspaper Clarín*

*Teorías de la noticia y análisis de discurso: Sentidos de "Lula" en el diario argentino Clarín*

Marcelo Pereira da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** A partir do campo teórico-metodológico da Análise de Discurso na linha de estudos franceses, imbricada com as Teorias da Notícia, analisamos o discurso construído pelo jornal argentino *Clarín* em relação à vitória de Lula nas eleições de 2006. Depreendemos alguns sentidos que não aparecem na superfície discursiva, os quais ficam apenas quando relacionados às condições de produção e à teia da faticidade do objeto em análise.

**Palavras-chave:** Lula; *Clarín*; valor notícia; análise de discurso; jornalismo.

**Abstract:** From the theoretical-methodological area of discourse analysis in the line of French studies, imbricated with the Theories of News, we analyze the discourse produced by Argentine newspaper *Clarín* in relation to Lula's victory in 2006 elections. We identify some meanings that do not appear on the discursive surface, which are attached when related to production conditions and the factual web of the object under analysis.

**Keywords:** Lula; *Clarín*; news value; discourse analysis; journalism.

**Resumen:** A partir del campo teórico y metodológico del Análisis de Discurso de tradición francesa, relacionada con las Teorías de la Noticia, analizamos el discurso construido por el periódico argentino *Clarín* con relación a la victoria de Lula en las elecciones de 2006. Sacamos algunos sentidos que no figuran en la superficie discursiva, que quedan “suelos” respecto a las condiciones de producción y a la facticidad del objeto en análisis.

**Palabras-clave:** Lula; *Clarín*; valor-noticia; análisis del discurso; periodismo.

---

<sup>1</sup> Pós-doutor, Doutor e Mestre em Comunicação. Professor permanente do Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade – PgCult e do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marcelosilva\_rp@hotmail.com

## 1. Introdução

Algumas interrogações são necessárias para que entendamos ou possamos acercar-nos ao papel social, cultural, ideológico, político e econômico do jornalismo na nossa sociedade, haja vista os discursos que figuram nos textos jornalísticos e o(s) sentido(s) de verdade e realidade que neles se materializam. Silva (2006) afirma que o jornalismo nos dá muito mais um *trato* que um *retrato* da realidade e essa perspectiva coloca a linguagem não como um espelho da realidade exterior, senão como uma forma de apresentar e tratar o mundo e os acontecimentos no universo noticioso.

Traquina (2005b) acredita que é essencial uma discussão acerca do papel dos sujeitos jornalistas na produção das notícias, assim como as posições que assumem no processo de produção das mesmas. O autor coloca em foco o campo do jornalismo ao inquirir: é um campo aberto em que todos os agentes sociais podem articular estratégias comunicacionais próprias, ou um campo totalmente fechado a serviço da legitimação do *status quo*? Por que as notícias sobre Lula no *Clarín* são como são e não de outra maneira? Por que as notícias que fazem parte do nosso cotidiano são essas e não outras? De fato, os estudos que têm sido desenvolvidos não nos fornecem uma resposta cabal a estas perguntas, embora lancem olhares relevantes sobre elas.

Evocamos aqui o papel e as configurações das diferentes linguagens nos meios de comunicação como *conditio sine que non* para a compreensão da produção noticiosa e como o que ocorre no mundo poderá tornar-se um fato jornalístico com valor para ser midiaticizado, qual revestimento discursivo trará, e que efeitos poderá produzir para os sujeitos-enunciários.

Alguns discursos midiáticos, como o jornalístico, enquadram-se, para o senso comum, no conjunto de discursos irrefutáveis, tidos como retratores da realidade. Destacam-se com imenso valor social e são porta-vozes de outros discursos também tidos como incontestáveis (como o próprio discurso científico, o histórico, o jurídico, o religioso, o financeiro, etc.). Tendo isso em vista, analisamos o ex-presidente brasileiro – Lula – na teia da faticidade do periódico *Clarín*, ancorando-nos na ideia de que não são palavras que pronunciamos ou ouvimos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, relevantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, e que todo discurso sempre porta um conteúdo e alguns sentidos ideológicos e vivenciais.

## 2. Valor-notícia e a Organização noticiosa

Os critérios de noticiabilidade – no que tange aos critérios de construção – estão inscritos e são explicados a partir de uma seleção de elementos que no interior de um acontecimento são dignos de aparecerem na elaboração, a saber, na produção e construção de uma notícia. A organização jornalística, mais especificamente sua política editorial, pode influenciar diretamente na seleção dos acontecimentos de várias maneiras, a saber:

[...] influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico através da sua política de suplementos e, sobretudo de rubricas. A criação de espaços regulares, como suplementos e rubricas/seções, tem consequências diretas sobre o produto jornalístico de uma empresa porque a existência de espaços específicos sobre certos assuntos ou temas estimula mais notícias sobre esses assuntos ou temas, porque tais espaços precisam ser preenchidos (TRAQUINA, 2005a, p.93).

O preenchimento de tais espaços levará em conta a especialização temática já que os valores-notícia estão e se dão no bojo de determinadas rotinas jornalísticas, no contato entre fontes e sujeitos-jornalistas e na produtividade das rotinas; nessa direção, Traquina aponta para alguns valores-notícia imersos nas organizações e em suas rotinas noticiosas, dando destaque à *amplificação*, *simplificação*, *relevância*, *personalização* e *dramatização*.

A *amplificação* está ligada à lógica de que, quanto mais amplo for o fato, mais possível será a notabilidade da notícia, seja pelo evento, pelo ato em si, quer por suas consequências e forças atuantes.

A *simplificação* tem a ver com a ambiguidade e a complexidade: quanto menos complexo e ambíguo for o acontecimento, a notícia poderá ser mais fácil, notada e compreendida pelos sujeitos-receptores. Traquina (2005a) assevera que os clichês, os estereótipos são, muitas vezes, imprescindíveis e que a simplificação está ligada a uma tentativa de reduzir a natureza polissêmica do acontecimento.

Por *relevância* compreendemos a questão dos sentidos: quanto mais sentido a notícia der ao fato noticioso, maior será a possibilidade de que a notícia seja notada. Aqui o sujeito-jornalista seria responsável no uso de suas atribuições profissionais e cognitivas de demonstrar que o acontecimento é significativo aos sujeitos-enunciatários, e a relevância desses fatos é gerada pelo enunciador da notícia pelas articulações que faz com a língua e as linguagens que a envolvem.

A *personalização*, tratada como “relação com as elites”, reside na preocupação e valorização de indivíduos envolvidos no acontecimento, já que segundo Traquina (2005b), diversos estudos acerca do discurso jornalístico demonstram que os sujeitos-receptores são

“agarrados” por esses conteúdos e se interessam pela vida de outras pessoas, seja seu conteúdo positivo ou negativo.

A *dramatização*<sup>2</sup> apresenta, insistentemente, uma reiteração dos aspectos emocionais do acontecimento, sua natureza conflituosa, o que torna as notícias relatos investidos de melodrama dentro de temas, fatos atuais, fatos da realidade, o que nos leva a pensar que o sensacionalismo pode ser uma tendência dos meios de comunicação.

Em relação à *consonância*, ela está dentro da lógica de que, quanto mais a notícia inserir o acontecimento numa narrativa já existente e estabelecida, maior será sua notabilidade, já que seu contexto de apresentação poderá corresponder às expectativas do sujeito-receptor, dando-lhe a possibilidade de uma interpretação que trará consigo as condições de produção da notícia.

Destarte, compreender as teorias do jornalismo e das notícias que foram erigidas durante anos de atividade, é possibilitar uma aproximação às formas como a produção noticiosa, as organizações e os sujeitos envolvidos a levam (e levavam) a efeito e que fatores são (e eram) norteadores e fundamentais ao desenvolvimento do jornalismo, no nosso caso, do jornalismo impresso.

Embora Traquina (2005a) acredite que os valores-notícia são uma das estruturas mais opacas do jornalismo, cremos que é fundamental que façamos algumas observações acerca da linguagem jornalística, das escolhas léxico-gramaticais engendradas pelos sujeitos-jornalistas e da maneira como fazem articulações textuais para que a tessitura da notícia possa produzir determinado(s) sentido(s) nas páginas do *Clarín*.

### 3. Características do objeto analisado: *Clarín*

O *Clarín* insere-se num modelo Ocidental de Jornalismo, seja pela liberdade que tem dentro do sistema político-social argentino e seu envolvimento com a população, seja pelas articulações que os sujeitos-jornalistas fazem com a língua e as diferentes linguagens para enquadrar determinados acontecimentos nas páginas e nos cadernos desse jornal. Sousa justifica esse modelo, considerando que nele: “a imprensa tem o direito de vigiar, reportar, comentar, interpretar e criticar as atividades dos agentes de poder, inclusivamente dos agentes institucionais, sem censura, repressão ou ameaça de repressão” (SOUSA, 2004, p.12).

Apesar das limitações impostas aos sujeitos-jornalistas pela ética profissional, pela

---

<sup>2</sup> Estudos da comunicação têm usado o termo “espetacularização da notícia” para caracterizar a roupagem com a qual as notícias são veiculadas e como atuam os agentes no/do acontecimento, dentro de determinado espaço e tempo.

deontologia e pelas leis, alguns autores, como Herman e Chomsky (1988), citados por Sousa (2004), tentam sustentar a ideia de que o jornalismo estadunidense – paradigma teórico do Modelo Ocidental de Jornalismo – funciona como modelo de propaganda, ou seja, estaria imbricado aos interesses do poder econômico e governamental e os beneficiaria.

Sousa (2004) afirma que o funcionamento do jornalismo como sistema propagandístico está intrinsecamente relacionado com a concentração oligopólica da propriedade dos *media*, a dependência da publicidade, a confiança nas informações transmitidas pelo governo e empresas poderosas, e as imposições da audiência à publicação de matérias com teor parcial e pletóricas de juízos de valor<sup>3</sup>, de utilizações não-acidentais da língua para a criação de um imaginário, às vezes, estereotipado e controverso; incorpora posições políticas e exerce efeitos políticos na materialidade de seus textos e discursos, perpassados pela cultura, que é produtora de sentidos. Nessa esteira, Kellner afirma que:

[...] a cultura da mídia em geral tem sido um campo de batalha entre grupos sociais em competição: algumas de suas produções defendem posições liberais ou radicais enquanto outras defendem posições conservadoras. De modo semelhante, alguns textos da cultura da mídia defendem posições e representações progressistas de coisas como sexo, preferência sexual, raça ou etnia, enquanto outras expressam formas reacionárias de racismo ou sexismo (KELLNER, 2001, p.77).

Existem algumas críticas em relação ao modelo ocidental de jornalismo por sua rotinização e burocratização; Sousa (2004) comenta que a partir da década de 1990 do século XX, há um despontar bastante incipiente do jornalismo cívico ou de cidadania, cujo escopo propõe uma atitude de envolvimento com a comunidade local, sugerindo maior atenção a cada tema, em substituição da fragmentação noticiosa vigente nos periódicos atuais.

Portanto, para compreender as imagens dominantes, seus discursos e seus elementos estético-formais e como os meios de comunicação incorporam certas posições políticas e ideológicas e produzem efeitos políticos de sentido, é imprescindível “situá-lo em sua conjuntura histórica” e levar em conta como sua cultura influencia na produção noticiosa (KELLNER, 2001, p.76).

O modelo ocidental de jornalismo, com características de cidadania é onde se encaixa o *Clarín*, o qual leva no topo de sua primeira página o seguinte enunciado: “***Un toque de atención para la solución Argentina de los problemas argentinos***”<sup>4</sup> (Observar Figura 1), fato que desde

<sup>3</sup> Sousa (2004) diz que os ditames da audiência podem levar, por exemplo, nos Estados Unidos, à publicação de matérias anticomunistas.

<sup>4</sup> “Um toque de atenção para a solução argentina dos problemas argentinos” (Tradução nossa).

sua fundação em 1945, foi posto como uma filosofia de labor diário no seio das condições de fundação e criação do jornal.

Em um país marcado, historicamente, por relações de trocas de favor, facilitações e favorecimentos entre *status quo*, meios de comunicação e os proprietários de organizações capitalistas, proprietários do capital, do poder e de práticas hegemônicas, eivadas de dominação e resistência, o *Clarín* veio logrando seu espaço na sociedade argentina e no mundo hispânico; a cultura organizacional do *Clarín* e seus discursos políticos podem ter ajudado a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos político-ideológicos.

O diário *Clarín* nasce sob o signo da mudança que aponta o trágico final da Segunda Guerra Mundial com sua manchete “*Todavía arde Nagasaki*”<sup>5</sup>, e no quadro da ascensão do peronismo, o mais perverso governo na relação com a imprensa argentina (BARRETO, 1999, p.28).

Para Barreto (1999), uma das características do *Clarín*, mantidas até os dias de hoje, e valorizadas na reforma gráfica implantada no último trimestre de 1998, o logotipo e o ícone do *canillita*<sup>6</sup> soprando o Clarim, surgiu de um projeto desenvolvido por Luis Llano e Guevara; a utilização da cor vermelha adotada na logotipia e em algumas manchetes levou em conta as características do modelo jornalístico impresso do tabloide inglês *The Mirror*, assevera Barreto.

No que se refere à *propriedade* do jornal diário *Clarín*, este foi pensado, sonhado e fundado pelo jornalista e político Roberto Noble, em 1945; atualmente, é responsável pela direção sua viúva, Ernestina Herrera de Noble, não apenas do jornal impresso, mas também do que compõe, na atualidade, um dos maiores grupos de comunicação de todo o mundo – o Grupo *Clarín*.

As matérias e notícias do *Clarín* sobre o Brasil centram-se em assuntos restritos ao eixo Santa Catarina – Rio de Janeiro<sup>7</sup>, o que é corroborado pelo fato dos correspondentes terem fixado residência nesses dois estados, e nos dá já, alguns sinais a fim de que entendamos porque temos certas notícias e não outras a respeito do Brasil; de acordo com Sousa (2004), os territórios tidos como de maior importância, normalmente, tem um jornalista profissional como

<sup>5</sup> “Ainda queima Nagasaki” (Tradução nossa).

<sup>6</sup> Segundo a Real Academia Espanhola de Letras, significa “*Vendedor callejero de periódicos*”. Que vende jornais na rua (Tradução nossa).

<sup>7</sup> Esse artigo é fruto da dissertação de Mestrado “Sentidos de Brasil na imprensa argentina – A teia noticiosa do periódico *Clarín*”, defendida em 2009, na Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Bauru. Naquele ano, o *Clarín* possuía dois *correspondentes* no Brasil; Eleonora Gosmán, responsável pela cobertura dos acontecimentos brasileiros de caráter político, econômico e social, instalada no Rio de Janeiro, e Nicolas Kischner, responsável pelas coberturas de eventos turísticos, festas, diversão e entretenimento, radicado em Florianópolis.

correspondente, e aos restantes é atribuído um colaborador.

#### **4. Estudos do jornalismo e Análise de Discurso – A análise do *Clarín***

Pretendemos analisar uma matéria sobre o ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva entre todas as quais tivemos acesso – total de 30 jornais e 63 matérias em diferentes seções e temários – à luz das teorias do jornalismo e das teorias e estudos da análise de discurso de tradição francesa. Compreender a realidade social da Argentina, em que o periódico está imerso é: “entender o envolvimento discursivo das fontes noticiosas, entender as preocupações jornalísticas pela auscultação de determinadas fontes, entender por que razão o acontecimento adquiriu valor noticioso” (SOUSA, 2004, p.17).

Nosso discurso de análise seguirá, na coxia de Charaudeau (2006), as seguintes propriedades:

1. Construção de um objeto segundo critérios precisos, que possibilite conferir os resultados das análises;
2. Determinação de um instrumento de análise o qual sirva de base às interpretações produzidas ulteriormente.
3. Processo de interpretação que implique uma crítica social, não apenas como ideologia, mas também como processo que procure compreender o não-dito, o oculto, as significações que se situam por trás do jogo de aparências.

Nossa decisão será por uma amostragem arbitrária porque infere características do todo (condições de Produção) a partir das partes (unidades investigadas e analisadas); arbitrária porque as escolhas teórico-metodológicas e do *corpus* foram realizadas de acordo com aquilo que parece razoável aos pesquisadores, seus objetivos e inquietudes, e em função das condições que tinha para fazê-la.

[...] por vezes a necessidade determina a utilização de amostras de conveniência, que, embora não conduzam a resultados que possam considerar-se totalmente representativos (em termos de validade externa), não deixam de poder fornecer pistas para a resolução de determinados problemas científicos (SOUSA, 2004, p.55).

Nesse artigo consideramos a linguagem e a ideologia, não como visão de mundo, nem escamoteação da realidade, mas como “mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 2007, p.96); trazemos à arena a possibilidade de dialogar em um mesmo trabalho, a Análise de Discurso e as teorias da notícia, com o objetivo de depreender alguns sentidos de

Brasil preponderantes na imprensa argentina a respeito do ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. A ideologia a qual fazemos referência aqui:

[...] se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa. A conjunção língua/história também só pode se dar pelo funcionamento da ideologia. E é isto que podemos observar quando temos o objeto como lugar específico em que se pode apreender o modo como a língua se materializa na ideologia e como esta se manifesta em seus efeitos na própria língua (ORLANDI, 2007, p.96).

Pensamos que o acontecimento midiático – a notícia – realiza-se pela eficácia da linguagem e pela forma como a ideologia toma corpo no interior de determinadas formações discursivas. Compreender o sujeito Lula na teia da faticidade da imprensa argentina é rechaçar a evidência, o lugar-comum, e ir em direção ao caminho da descoberta, do sujeito do discurso que se faz *na e pela* história. Se o sentido é história e os sentidos de Lula estão inscritos no discurso e o atravessam, significa sujeito, significa mundo, significa Lula.

A intransparência e opacidade da linguagem guardam determinados sentidos que ficam no tênue limiar entre o dito e o não-dito. Embora os sujeitos jornalistas afirmem veementemente que estão comprometidos com a verdade, que são objetivos e transparentes, se na essência, a linguagem não é transparente, como poderia uma atividade norteada e levada a cabo através de diferentes formas de enunciar, ser transparente?

Na nossa concepção, a não-transparência da linguagem pode deixar alguns sentidos apensos e os processos discursivos, desse modo, não seriam nas palavras de Pêcheux (2002) apenas expressões do puro pensamento, de uma atividade cognitiva que utilizaria acidentalmente os sistemas linguísticos.

Ao nos apropriarmos da Análise de Discurso, consideramos não apenas os elementos os quais estão no texto-fotografia, mas também sua exterioridade constitutiva, a fim de evidenciar “o jogo discursivo em que ora se revelam, ora se calam as vozes que o determinam” (LEITE, 2007, p.112).

## **5. Contexto sócio-histórico-político – rumo à análise discursiva**

As políticas – sobretudo as sociais – adotadas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva conquistaram vários adeptos, mas, também, diversos críticos ao longo do seu primeiro mandato, o qual começou em 2003, após uma surpreendente vitória sobre o candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), nas eleições de 2002.

Em 06 de outubro de 2002, no primeiro turno das eleições, Lula foi o mais votado e

disputou o segundo turno com o "tucano" José Serra. No segundo turno, em 27 de outubro de 2002, Lula finalmente foi consagrado vencedor e foi eleito o novo presidente do Brasil, com mandato iniciando de 01 de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2006.

O "governo de transição" foi criado no dia seguinte – 28 de outubro de 2002 – pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e, assim, democraticamente, o Brasil iniciou uma fase diferente de sua história: um representante do partido de oposição, representante dos trabalhadores – partido de esquerda –, assumiu o poder no Brasil; Lula, fundador do Partido dos Trabalhadores ( PT), foi o primeiro candidato de esquerda a vencer as eleições presidenciais no Brasil; com 61.3 % dos votos válidos tomou o poder e inicia sua política, calcada em um mandato popular e participativo.

## 6. Lula na teia da faticidade do periódico argentino *Clarín*: uma análise discursiva

No dia 2 de janeiro de 2007, uma **terça-feira** o Caderno “El mundo”, do jornal argentino *Clarín*, tinha como uma das manchetes: “*Lula pidió coraje y prometió que su segundo mandato será “popular”<sup>8</sup>*”.

Na fotografia posada pelo sujeito-fotógrafo (**Figura da Agência EFE**), o presidente Lula é enquadrado de traje negro e gravata vermelha, está ao lado de sua esposa em um carro da presidência da república escoltado por guardas civis montados em imponentes cavalos em Brasília; um adepto invade o cerco de segurança e com uma camiseta do Partido dos Trabalhadores (PT) posiciona-se para tirar uma foto e registrar uma imagem do “novo” presidente e sua esposa. Na legenda da fotografia aparece o adjetivo “penetra, intruso” como referência ao partidário do primeiro presidente de esquerda da história do país.

As relações econômicas, políticas e sociais do Brasil na América do Sul, tanto por sua relevância territorial como pela importância que lhe é outorgada como integrante e potência do *Mercado Comum do Cone Sul* (MERCOSUL) e um dos principais países inseridos no grupo dos emergentes dão, do ponto de vista das teorias da notícia, um espaço de *frequência* ao Brasil na agenda noticiosa da imprensa argentina.

Nessa notícia acerca da reeleição do presidente Lula, vários sentidos ficam “soltos” no texto; levando em conta os valores notícia, a imagem enunciada e a Análise de Discurso, depreendemos da matéria dentro de suas condições de produção:

---

<sup>8</sup> “Lula pediu coragem e prometeu que seu segundo mandato será popular” (Tradução nossa).

1. No que tange à manchete “*Lula pediu coragem e prometeu que seu segundo mandato será “popular”*”, cabe buscar a etimologia da palavra *popular* para que compreendamos quais sentidos recobrem o termo “aspedo” pelo sujeito jornalista. Tal termo significa "próprio do povo" e "democrático" em uma conotação positiva, mas também é sinônimo de "vulgar", "trivial" e "ordinário".

O dicionário de latim nos dá, basicamente, o mesmo sentido, inclusive quando é empregado para expressar "conterrâneo" ou "concidadão", como em aclamado por populares.

Dessa forma, a contraposição que se estabelece no texto entre populismo e popular (“*Su gobierno no será populista, seguirá siendo popular*”) conota uma postura teoricamente democrática por aclamação social, fato que dá legitimidade a Lula como aquele o qual foi eleito pela maioria – maioria igual a ele –, ou seja, popular. (O que podemos confirmar pela expressiva votação que recebeu no nordeste brasileiro, chegando a mais de 75% dos votos no segundo turno).

BRASIL  
ACTO DE JURA Y MENSAJE DE ASCUNCIÓN ANTE EL CONGRESO EN BRASILIA

## Lula pidió coraje y prometió que su segundo mandato será “popular”

► Fue al asumir un nuevo periodo. Prometió “mano dura” contra ataques narcóticos.

**BRASILIA, 2 de enero de 2007.**

El presidente brasileño Luiz Inácio Lula da Silva, al prestar ayer juramento por su segundo mandato, pidió “valiente coraje y creatividad” para enfrentar al Brasil que enfrenta el crecimiento económico del país que en su primer mandato se mantuvo por debajo del 3%, promedio anual – y prometió defender las inversiones de los más pobres porque su gobierno “no será populista y seguirá siendo popular”.

“Vamos a trabajar a Brasil para tener éxito en esta segunda jornada”, dijo el mandatario ante el Congreso en su primer día de gobierno. “Hay que desatar algunos nudos decisivos para que el país pueda usar la fuerza que tiene y avanzar a toda velocidad. Los voy a ‘agitar’, sacudí a ‘luchar’, regañé a Brasil en los últimos ‘cuatro años’, afirmó el presidente, poco antes de prometer que para fin de enero será a conocer un nuevo conjunto de medidas bautizado como Programa de Aceleración del Crecimiento.

En su discurso desde la sede del Parlamento, el presidente rodeado en las colinas de ochenta y cinco mil soldados de la Fuerza Armada y los diez mil de la Policía Militar, prometió que su segundo mandato será “popular” y anunció el lanzamiento de un programa de combate al crimen que se llama “mano dura del Estado”.

“Al hablar sobre el incendio de un colectivo en el que murieron 9 personas, Lula dijo que “esa barbaridad no puede ser tratada como un caso aislado. En el momento y tiene que ser combatido con la política fuerte y con la mano dura del Estado brasileño”.

De él alabó y volvió con un tono seguro con una oratoria con sus rasgos. Lula dijo en su primer momento de cuatro años, iniciado en enero del 2003, pero que “infortunadamente” según persistiendo en el país problemas como pobreza y desigualdad. “Soy igual en el momento y en el momento para hacer... Quiero hoy poder todo el enfoque: precio, calidad, coraje y creatividad para abrir nuevos caminos” para Brasil, sostuvo.

En una frase de su mensaje de asunción, el líder del oficialista Partido de los Trabajadores resumió que la integración social es una agenda siendo la prioridad de su política exterior. “Brasil asocia su destino económico, político y social al del continente, al del Mercosur y al de la Comunidad Sudamericana de Naciones”, afirmó Lula al ser en discurso que duró 35 minutos y fue interrumpido 13 veces por aplausos de parlamentarios y ciudadanos que asistían desde los palcos a la ceremonia.

Será, pero que le salgan las lágrimas como hoy cuando dijo: “Voy a sentirlo después de que terminen todos los años y cuando se desvanecen los rostros de los que me rodean”.

Algunos se emocionaron con sus palabras. Otros con sus palabras. Algunos se emocionaron con sus palabras. Otros con sus palabras.

“Ser diferente en la concepción de la vida es lo que puedo y se dirigió en un momento de conocimiento de los límites”, agregó. “Uno de los compromisos más profundos que tengo conmigo mismo es el de jamás ceder de donde estoy. Defender para todos en su camino, pero defender los intereses de los más pobres es lo que guía esta marcha”, dijo Lula, nacido en el seno de una humilde familia de campesinos en el Estado de Pernambuco, en el empobrecido interior de Brasil.

Al salir del Congreso, Lula escuchó una salva de 21 cañonazos, pasó revista bajo una lluvia a una guardia militar y se dirigió en un avión al palacio presidencial, a una cumbre de distanciamiento.

ASUMIO EL NUEVO GOBERNADOR CARIOCA

## Anuncian “guerra” contra el crimen en Río

seguridad al pueblo de Río de Janeiro. Una estrategia de “mano dura” contra el crimen organizado, dijo el gobernador Sergio Cabral, quien ayer prometió liberar una “guerra” contra las bandas de matanceros que asolaban la ciudad el nuevo periodo, al lanzar una serie de ataques a autobuses y combis que dejaron 24 muertos.

“Nuestro gobierno va a luchar, no retrocederá en la lucha por garantizar tranquilidad y seguridad al pueblo de Río de Janeiro”, dijo el gobernador Sergio Cabral, quien ayer prometió liberar una “guerra” contra las bandas de matanceros que asolaban la ciudad el nuevo periodo, al lanzar una serie de ataques a autobuses y combis que dejaron 24 muertos.

“Nuestro gobierno va a luchar, no retrocederá en la lucha por garantizar tranquilidad y seguridad al pueblo de Río de Janeiro”, dijo el gobernador Sergio Cabral, quien ayer prometió liberar una “guerra” contra las bandas de matanceros que asolaban la ciudad el nuevo periodo, al lanzar una serie de ataques a autobuses y combis que dejaron 24 muertos.

“Nuestro gobierno va a luchar, no retrocederá en la lucha por garantizar tranquilidad y seguridad al pueblo de Río de Janeiro”, dijo el gobernador Sergio Cabral, quien ayer prometió liberar una “guerra” contra las bandas de matanceros que asolaban la ciudad el nuevo periodo, al lanzar una serie de ataques a autobuses y combis que dejaron 24 muertos.

Figura 1 – Matéria Clarín de 2 de Janeiro de 2007. Fonte: Clarin, 2007.

Embora haja vários sentidos para a palavra “popular”, nesse contexto, ela pode caracterizar a postura ideológica do presidente eleito, e o uso das aspas, ao invés de isentar o enunciador de sua responsabilidade pela transmissão da informação, confere uma antinomia e gera certa confusão. Confusão que atende à *polêmica*, pois cobre a matéria da agenda pública no interior de uma esfera de controvérsias, que é a política, seus axiomas e duelos. Esse critério de noticiabilidade considera a notoriedade do autor e o privilegia – Lula – por sua importância como chefe de Estado do país, que de certa forma, dirige o MERCOSUL.

Trata-se de um efeito de sentido produzido pela carga ideológica do enunciador/jornalista, em um tom de crítica, transmitindo sua visão sobre o governo Lula ao enunciatário/leitor, no sentido de tentar manipulá-lo, enredá-lo na sua teia de sentido, de levá-lo a crer em sua verdade, ou seja, que o primeiro mandato não havia sido "popular", por isso, Lula fazia promessas para o segundo. Diríamos que ele (Lula) trabalha com o processo da *tentação*, à medida que o *fazer-crer* do destinador corresponde o *crer* (fazer interpretativo) do destinatário, na veracidade de sua promessa diante da população argentina, o que pode *fazer-crer* em sentidos, muitas vezes, estereotipados, inverossímeis em relação ao presidente e seu governo.

A lexicalização do sujeito enunciador deixa subjacente a estereotipia que tem criado raízes na cotidianidade brasileira, quando alguns indivíduos colocam em cheque a credibilidade, a inteligência, assim como a capacidade de um ex-sindicalista oriundo de camadas pobres da população, dirigir uma nação tão promissora como a brasileira. Da formação discursiva que encabeça a matéria emerge a história do presidente ao pedir coragem – energia moral diante de situações aflitivas – constrói uma nova imagem, uma imagem-sintoma, incitando à participação da população e dos três setores para a consolidação de uma sociedade mais justa e de inclusão no Brasil.

**2. A continuidade e complementaridade** – presentes na informação enunciada – apontam para uma ideia de conservação, estimulam a diversidade e o equilíbrio no conjunto perceptivo e são capazes de mobilizar o sujeito-leitor, pela variedade de paisagens informativas que produz, ou seja, ainda que o presidente Lula, assim como as decisões, as mudanças político-econômicas que têm proposto e levado a cabo, tenham lugar certo na cadeia noticiosa do *Clarín*, o exercício de (retro) alimentação, de complementação e continuação está arraigado à prática diária do jornalismo impresso, haja vista que o acontecimento midiático é selecionado e construído em função de seu caráter de atualidade, socialidade e imprevisibilidade (CHARAUDEAU, 2006).

Na matéria, Lula aparece após a vitória alcançada nas eleições presidenciais de 2006, mas, frequentemente, está na agenda da imprensa argentina, pois suas ações adaptam-se melhor à “mancha” temporal dos fatos midiáticos que às variações de estrutura; ao afirmar que vai adotar uma política de “mão-firme” contra os traficantes, retoma reportagens enunciadas anteriormente no mesmo periódico, e alimenta informações já ditas, considerando-se que a problemática do combate ao narcotráfico é emergente e está na agenda do presidente, assim como o cerceamento dos meios de comunicação.

3. Embora Lula não seja “o Brasil”, ele é representante de uma nação, e por isso, ao ter sido fotografado e enunciado no periódico argentino, o sujeito-enunciador traz à arena noticiosa o critério de *personalização*, haja vista os estímulos que amiúde provocam no imaginário coletivo de conhecimento do ator enquadrado na história – Lula, no caso –; retoma seu passado, sua história pessoal e pontilha para o sujeito-leitor uma possível leitura de mundo, uma interpretação do presidente a partir da construção que dele é feita dentro da notícia; isso ocorre porque há necessidade de *significação* e *identificação* do presidente diante da sociedade argentina.

Esse “arquétipo” de Lula pobre e “popular” nos meios de comunicação, especificamente na imprensa argentina, é corroborado quando ao final da matéria, o jornalista escreve que “[...] *nascido no seio de uma humilde família de camponeses no estado de Pernambuco, no empobrecido nordeste brasileiro*<sup>9</sup>”, estabelecendo um contrato de fidúcia do presidente brasileiro frente à população argentina, de um indivíduo que corresponda e seja adequado ao molde cultural vigente; a *personificação*, destarte, pode funcionar como paliativo para contornar e desvirtuar discussões sérias de cunho e fatores econômicos e políticos que subjazem a notícia ou simplesmente não aparecem porque o enunciador “apaga” as contradições sociais, políticas e econômicas que norteiam a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

Esse acontecimento sob descrição, ou acontecimento individualizado, recorta o mundo da política em um determinado número de universos de discurso tematizados, transformando-os em rubricas e erigindo uma confusão entre o que Charaudeau (2006) chamou de acontecimento midiático – tal como aparece na configuração discursiva – e o espaço público, ou seja, entre o Lula midiaticizado e o Lula fora dos enquadramentos e dos sentidos impressos pelo sujeito-jornalista.

---

<sup>9</sup> Em espanhol: “[...] nacido en el seno de una humilde familia de campesinos en el estado de Pernambuco, en el empobrecido noreste de Brasil” (Tradução nossa).

A imagem que o *Clarín* constrói do Brasil através do presidente Lula está arrolada com a *continuidade, relevância, interesse e visualidade*. O acontecimento, em relação à sua significação, é sempre o resultado de uma leitura, de uma narrativa da narrativa – uma contação de estórias; esta leitura que o constrói na formação discursiva noticiosa enunciada, leitura construída de Lula, muitas vezes investida de estereótipos e da busca de vinculação do presidente ao popular, ao simples, ex-líder sindical e ex-camponês, deixando várias dúvidas sobre sua forma de governar e sua capacidade de fazê-lo.

Essa ligação à ideia que Pêcheux chamou de pré-construídos, emerge na matéria nos seguintes trechos: Lula afirmou que: “*Deus foi muito generoso com ele*”, “*Sério, mas sem que lhe saltassem lágrimas como há quatro anos*”. Essas construções anteriores, exteriores ao instante da enunciação estão ao alcance do sujeito universal da formação discursiva, são elementos que irrompem na superfície discursiva como se estivessem *já-aí*.

O enunciado com tom religioso – a partir dos termos “Deus” e “lágrimas” – aporta um sentido intrinsecamente vinculado ao popular, um apelo à emoção, à expressão de sentimentos repudiáveis na esfera pública, já que é um espaço racional que rechaça no enunciado – mas não foge na enunciação – a emoção e formas fervorosas de expressão de gratidão e vitória. A interdiscursividade, a relação de sentidos entre diferentes discursos inscritos em distintas formações sociais, distintos momentos históricos e espaciais produzem no entorno da figura do presidente uma multiplicidade de discursos, de sentidos, que nessa matéria tendem a certa confusão sógnica, materializada na linguagem noticiosa do sujeito jornalista no *Clarín*.

4. No que tange à imagem – figura 4 -, Lula, o presidente “popular” do povo, estende o braço a um indivíduo com uma camiseta do PT que burlou e passou pela estrutura de segurança do presidente eleito; é um convite a que participe da cerimônia e uma sanção positiva para a foto que desejava tirar de Lula. O dedo do “intruso” apontado para cima aporta um sentido que dialoga e legitima as palavras de Lula, quando afirma que “*Deus foi muito generoso com ele*”; o dedo apontado pode representar agradecimento a Deus por ter podido adentrar ao recinto e enquadrar o presidente em uma foto inusitada, que evoca a generosidade de Deus com o adepto do PT também.

Vemos duas fotos congeladas na imagem veiculada pelo *Clarín*, a saber: uma que está nas páginas do jornal e outra, do “sujeito-penetra”, que emerge como elemento estranho que tem o consentimento, a permissão do presidente Lula, quando numa extensão de braço convida o

manifestante a participar da celebração, a subir ao carro presidencial.

O *imediatismo* e *inesperado* são características das fotografias jornalísticas que representam nas teorias da notícia critérios de noticiabilidade; a relevância de uma fotografia nas páginas de um jornal é momentânea e podem adquirir uma característica intemporal<sup>10</sup>, já que registradas nos imaginários coletivos como sintoma de acontecimentos que produzem um efeito de espelho em relação à realidade concreta, visível.

Nesse sentido, essa fotografia estimula e retoma nossa memória discursiva, no campo da significação, provoca desejo, surpreende-nos, testemunha o ato de posse do presidente brasileiro e abre um abanico de sentidos e de possibilidades de transformações e de legitimação das políticas engendradas em seu primeiro mandato; deixa interrogações sobre a governabilidade de Lula e sua aceitação diante da população brasileira e frente a outras nações, principalmente daquelas com as quais tem relações comerciais.

Lembremos que travar o movimento é a opção mais comum utilizada no fotojornalismo e que os gestos mais significativos e as posições que sugerem, têm a capacidade de trazer para fora da “realidade” palpável um fragmento de tempo que potencia o nosso limitado poder de visão e de apreensão do real. A imagem lida, estática, veiculada pelo *Clarín* é uma representação, é percebida como signo que evoca e sustenta discursos outros, produzidos na truncada teia da existência noticiosa.

Imagem lida não é imagem na sua materialidade intrínseca, é a constituição de outros discursos que “dizem”, que lutam por enunciar-se, por mostrar-se; ao recortarmos uma imagem através do nosso olhar, produzimos novas imagens e erigimos novos sentidos, diferentes posições de observação e interpretação.

A imagem de Lula “satisfeito” ao lado de sua esposa leva à instância da recepção a fotografia com uma função mimética, como se pudesse tratar a complexidade da realidade, quando o fato, o enquadramento é carregado de efeitos emocionais por causa de sua função de sintoma que irrompe nas memórias discursivas dos sujeitos enunciatários, já que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas.

---

<sup>10</sup> Charaudeau (2006) exemplifica com a estrela amarela dos judeus, os arames farpados, as sentinelas, corpos descarnados e crânios raspados dos campos de concentração, as filas de pessoas andando lentamente com o corpo curvado sob o peso de suas trouxas, fugindo da miséria e da perseguição; também cita a foto da menina vietnamita correndo nua dos horrores da guerra (p.246/247).

## 7. Considerações finais

No que tange ao nosso recorte analisado, podemos afirmar que o periódico argentino *Clarín* trata o Brasil, muitas vezes, de maneira estereotipada porque nosso olhar interpretativo nos conduz à opacidade da linguagem, às fissuras e à carga axiológica que o sujeito enunciator “deixa aparecer” por sua relativa autonomia no momento de transformar o acontecimento bruto em midiático.

Acreditamos ser impossível aceitar uma concepção de transparência da linguagem (considerando-se que ela se encontra *em* – e é determinada *por* – um contexto institucional), cujo sentido se caracterizaria pela literalidade; também não há como acatar uma concepção de transparência do jornalismo que pregue a existência da informação como transcrição fiel da realidade.

Se a linguagem, que é componente essencial do jornalismo, não é transparente, podemos afirmar que o próprio jornalismo tampouco o é. Somemos a isso, entre outros elementos, a própria carga avaliativa que o jornalista invariavelmente transfere para seus textos. É mais coerente, então, a concepção do jornalismo, assim como a linguagem, atravessado por elementos que possibilitam relações que não são visíveis apenas pelo caráter material manifestado por meio da língua. Consequentemente, só se pode falar de notícia/informação como recortes e formas de tratar a realidade.

No discurso analisado, a noção de memória discursiva permite, na rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma formação discursiva acerca do presidente Lula e de seu governo, o aparecimento, a recusa ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas; o ato de enunciar está vinculado a um já-dito que se constitui no Outro do discurso (dialogismo); a foto e o texto complementam-se, somam-se e estimulam uma série de sentidos que enquadram o presidente de determinado modo e não de outro.

Ademais, suscita uma reflexão sobre seu governo, as mudanças que ocorreram e as melhoras nos quadros sociais durante o primeiro mandato, abrindo um leque de possibilidades para o segundo mandato e criando uma sensação de expectativas, como num, “[...] a seguir vamos ver o que o presidente Lula fez e o que fará pela nação brasileira [...]”, mesclando passado, presente e futuro dentro dos critérios de noticiabilidade do *Clarín* – Valor notícia – os quais determinam aquilo que pode e deve fazer parte da agenda noticiosa e ganhar as páginas do

jornal que hoje compõe um dos principais conglomerados de comunicação da América Latina.

O jornalismo é a prova da ausência do que designa, organiza-se em um sistema de satisfação já que anseia a compreensão e acompanhamento do mundo no qual nos queremos confortáveis e seguros; concomitantemente, a ausência de imagens e informação é utilizada para elidir o real, para bloquear a consciência mediante uma satisfação falseada em estereótipos, generalizações e ironia, no interior de tentativas quixotescas engendradas pelos sujeitos jornalistas, que ao produzirem, ao contarem estórias, pensam que estão dando consciência, no exato instante no qual injetam certos tóxicos ideológicos em diferentes discursivizações.

## 8. Referências

BARRETO, H. R. *Clarín: de coadjuvante a líder* (dissertação de mestrado). Umesp: São Paulo, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.

LEITE, Maria Regina. B. Bombril e Ratinho: as vozes da sedução. In: GREGOLIM, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto. (Orgs). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Ed. Claraluz, 2007.

ORLANDI, Eni.P. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de. Eni Puccinelli Orlandi, Campinas: Pontes, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro de. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis: Letras contemporâneas. 2004.

SILVA, Marconi Oliveira da. *Imagem e verdade: jornalismo, linguagem e realidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

Silva, Marcelo da. *Sentidos de Brasil na Imprensa Argentina – A Teia Noticiosa do Periódico Clarín*. 228 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2009.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005b.

ULANOVISKY, Carlos; ITKIN, Silvia; SIRVÉN, Pablo. *Historia de los Medios de Comunicación en la Argentina: Estamos en el aire*. Buenos Aires: Emecé, 2006.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira Neto

Data de envio: 05/11/2018

Data de aprovação: 20/12/2018

Como citar:

SILVA, Marcelo Pereira da. Teorias da Notícia e Análise de discurso: Sentidos de “Lula” no jornal argentino Clarín. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 143-159, dez 2018.

## **Tema e significação em tirinhas: nas reminiscências de Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov**

*Tema y significado en tiritas: en las reminiscencias de Mijaíl Bakhtin y Valentín Volóchinov*

*Theme and meaning in strips: in the reminiscences of Mikhail Bakhtin and Valentin Volóchinov*

Terezinha de Jesus Gomes do Nascimento<sup>1</sup>

Wilder Kleber Fernandes de Santana<sup>2</sup>

José Luciano Marculino Leal<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho traçou como horizonte teórico-analítico a relação existente entre tema e significação, sob a ótica de Valentin Volóchinov (1895-1936), a partir do que desenvolveu em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2017 [1929]) em diálogo com alguns dizeres de Mikhail Bakhtin (1895-1975). Analisou-se duas tirinhas intituladas a) *Cuidado com o redomão* e b) *Uma bela surpresa*, em que os sentidos múltiplos estão em efeito de evidência no plano do enunciado concreto. Identificou-se, assim, a imprescindibilidade da perspectiva sociológica para os estudos da linguagem, esta que é permeada por signos.

**Palavras-chave:** tema; significação; dialogismo.

**Abstract:** The present paper traces as a theoretical-analytical horizon the relationship between theme and meaning, from the point of view of Valentin Volóchinov (1895-1936), from what he developed in *Marxism and Philosophy of Language* (2017 [1929]) in dialogue with some by Mikhail Bakhtin (1895-1975). Two strips titled a) *Beware of the redomon* and b) *A beautiful surprise*, in which the multiple senses are in effect of evidence in the plane of the concrete statement. It was identified, therefore, the indispensability of the sociological perspective for the studies of the language, this permeated by signs.

**Keywords:** theme; meaning; dialogism.

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Linguística na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: terezinhadonascimento2@gmail.com

<sup>2</sup>Doutorando em Linguística na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: wildersantana92@gmail.com

<sup>3</sup>Doutorando em Linguística na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: Luciano-leal@hotmail.com

**Resumen:** El presente trabajo trazó como horizonte teórico-analítico la relación existente entre tema y significación, bajo la óptica de Valentín Volóchinov (1895-1936), a partir de lo que desarrolló en *Marxismo y Filosofía del Lenguaje* (2017 [1929]) en diálogo con algunas palabras de Mikhail Bakhtin (1895-1975). Se analizó dos tiritas tituladas a) Cuidado con el redomón y b) Una bella sorpresa, en que los sentidos múltiples están en efecto de evidencia en el plano del enunciado concreto. Se identificó, así, la imprescindibilidad de la perspectiva sociológica para los estudios del lenguaje, esta que está impregnada por signos.

**Palabras clave:** tema; Importancia; dialogismo.

## 1. Introdução

Nosso trabalho delimitou, *como corpus*, duas tirinhas, em que incidimos analiticamente por meio de duas categorias desenvolvidas por Valentin Volóchinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2017 [1929]) doravante MFL, o Tema e a Significação. Nesse sentido, corroboramos com o estudioso russo sobre o fato de que os sentidos plurais, construídos na/através da língua, requerem uma discussão permanente, e, conforme Bakhtin (2006 [1979]), devido ao seu caráter heterodiscursivo<sup>4</sup> e dialógico, é necessário considerar o potencial axiológico da linguagem no discurso vivo.

Algumas indagações bastante comuns nos ensinos fundamental e médio do ensino regular brasileiro “O que significa esta palavra?” “Eu posso pensar de outro modo?” isso implica na assertiva de que toda palavra carrega significações várias, construídas ao longo da vivência do(s) sujeito(s) que a(s) mobiliza(m). Contudo, se observarmos detalhadamente, perceberemos que há significações bem diferentes para uma mesma palavra, e a consulta ao dicionário pode, em muitos casos, ainda não contemplar o sentido em que ela foi usada em determinada situação comunicativa. Isso quer dizer que a palavra ganhou mais um significado além dos que já se encontram no dicionário.

De acordo com Volóchinov (2017 [1929]), especificamente no capítulo *Tema e*

---

<sup>4</sup> De acordo com Faraco, o heterodiscurso consiste na “[...] dialogização das vozes sociais, isto é, o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece: elas vão se apoiar mutuamente, se interiluminar, se contrapor parcial ou totalmente, se diluir em outras, se parodiar, se arremedar, polemizar velada ou explicitamente e assim por diante” (2009, p. 58). Santana (2017, p. 238), por sua vez, no artigo *Heterodiscursividade e axiologia no primeiro capítulo do cântico dos cânticos*, afirma que, enquanto categoria essencialmente bakhtiniana, “O heterodiscurso consiste na ampliação e no aprofundamento dos enunciados para além da estrutura e da funcionalidade. Seu acontecimento pleno se dá na concretude do dialogismo, em que as construções enunciativas são situadas historicamente, revestidas por forças centrífugas e centrípetas que lhe dão significação e sentido(s)”.

*Significação na língua*<sup>5</sup>, o contexto de uso da língua - fatores históricos, sociais, ideológicos, culturais imediatos - é decisivo para a constituição do sentido, ou seja, do tema da língua. Dessa forma, tema e significação são processos discursivos distintos, mas que se complementam, se compõem. O tema decorre da significação, está intrinsecamente relacionado a ela, depende da significação para se constituir. Por outro lado, a significação também decorre do tema, sendo construída nos sentidos que se estabilizam a partir das recorrências em situações reais de uso da língua. Assim, pelo potencial de significar, as palavras acumulam sentidos diversos e podem gerar novos sentidos a depender de todos os elementos que compõem o novo contexto de uso – relação entre os interlocutores, fatores sócio-históricos imediatos, propósito discursivo.

Para a construção do presente trabalho, além da obra supracitada *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, recorreremos a alguns pressupostos teórico-metodológicos de Bakhtin, tais como textos presentes em *Para uma filosofia do ato* (1993 [1920-1924]) e *Estética da Criação Verbal* (2006 [1979]). Percebeu-se, nas materialidades discursivas seletas, que o efeito de humor é gerado a partir do sentido de palavras ou expressões que emergem do contexto imediato de uso da língua, pois “[...] nenhum significado é fixado de uma vez por todas, porque novos contextos criam novos temas, mesmo partindo de significações remotas” (SOBRAL, 2009, p. 76). Nessas instâncias argumentativas, nosso objetivo, com o presente trabalho, é analisar o efeito de humor, nas tirinhas, decorrente dos múltiplos sentidos na interrelação entre significação e tema.

Em termos estruturais, o trabalho está subdividido em três seções: na primeira, construímos uma breve reflexão sobre a relação indissociável entre tema e significação. Na segunda, trouxemos uma breve conceituação do gênero discursivo tirinha; na terceira seção, realizamos as análises de duas tirinhas intituladas: a) *Cuidado com o redomão* e b) *Uma bela surpresa*. Nelas, os sentidos múltiplos estão em efeito de evidência no plano do enunciado concreto. Foi necessário considerar a situação de discursivização dos enunciados, podendo ser construídos novo sentido ou um sentido inesperado no contexto da interação.

## **2. Tema e significação: Volóchinov em diálogo com Bakhtin**

Antes de adentrarmos especificamente em estudo aprofundado sobre tema e significação, faz-se necessário circunscrever o posicionamento de Volóchinov em relação à Ideologia e o processo de composição da linguagem nas entrelinhas de MFL. Considerando-se a

---

<sup>5</sup> Cf. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

gama de definições que foi atribuída à língua até segunda metade do século XX, Volóchinov (2017 [1929]), impulsionado pelas discussões realizadas nas reuniões do Círculo de Bakhtin, atesta que toda a consciência individual está impregnada de signos, e estes só confluem enquanto sujeitos vivos na relação dialógica, interação entre os sujeitos. Nesse viés interpretativo, a consciência também é social: “A própria consciência pode se realizar e se tornar um fato efetivo apenas encarnada em um material sgnico” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p.95). Desse modo, o signo é produto da interação entre duas consciências individuais.

Como a língua é dinâmica e seu sentido só pode ser construído no discurso vivo a depender de aspectos ideológicos, históricos, sociais, culturais que lhe são constitutivos, em todo uso, a língua se apresenta como uma ação responsiva e responsável, ou seja, a relação entre os discursos são dialógicas e todo enunciado concreto veicula ideologia que parte do falante individual. Por outro lado, todo discurso aponta para uma resposta, interage com o interlocutor, esperando dele uma réplica, em geral, previsível. Dessa forma, a compreensão dos discursos ocorre a partir da construção do tema da língua, considerando o propósito discursivo dos interlocutores e os aspectos extraverbais que lhe são constitutivos.

Ao projetar seus primeiros escritos, em *Para uma Filosofia do Ato*, Bakhtin, na década de 1920, traz pela primeira vez seu pensamento acerca da conceituação de linguagem, aplicada aos atos humanos:

Eu penso que a linguagem está muito mais adaptada a enunciar precisamente essa verdade, e não o momento abstrato da lógica em sua pureza. Aquilo que é abstrato, em sua pureza, é de fato não enunciável: qualquer expressão é muito concreta para o puro significado – ela distorce e ofusca a pureza e validade-em-si do significado. É por isso que no pensamento abstrato nós nunca compreendemos uma expressão em seu pleno sentido (BAKHTIN, 1993 [1020-1924], p. 49).

Todo sujeito concebe a língua no processo de interação social e, por isso, sua consciência linguística é construída não a partir de formas da língua, mas de signos mutáveis e flexíveis. O aparato de formas linguísticas de que o falante dispõe é adquirido em contextos de produção e recepção de enunciados, porque “[...] nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou uma mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 181). Para Bakhtin,

É original a natureza das relações dialógicas. A questão do dialogismo interior. O limiar das fronteiras entre os enunciados. A questão da palavra bivocal. A compreensão como diálogo. Aqui chegamos ao extremo da filosofia da linguagem e do pensamento das ciências humanas, em geral, às terras virgens (BAKHTIN, 2006 [1979], p. 325).

Nesse direcionamento, uma vez que os atos humanos se materializam em nossa linguagem (relações dialógicas), tema e significação são conceitos caros às reflexões realizadas por Volóchinov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, em diálogo com produções de Bakhtin (2006 [1979]). A significação tem como base a forma abstrata da língua estabilizada, do repetível, do reiterável, enquanto o tema representa o campo do(s) múltiplo(s) sentido(s) possível(is), constituído pela situação real de uso da língua. Dessa forma, o significado estável, dicionarizado da língua, ainda que insuficiente em si mesmo, consiste em elemento fundamental para a constituição do tema da língua no plano da enunciação, pois dessa primeira instância morfossintática surgirá a plurissemia do tema, lugar único, singular e irrepitível.

O tema ocupa uma instância superior à significação, conforme nos apresenta Volóchinov (2017 [1929]), devido, exatamente, à precedência da significação. Não há nesse caso uma divisão hierárquica, mas uma avaliação metodológica que confere ao tema uma maior abrangência, ainda que sejam interdependentes. Assim, é possível perceber que essa relação ocorre como um círculo dinâmico onde o tema compõe a significação e a significação é a base para a constituição do tema. Toda a palavra da língua já se apresenta impregnada de significações oriundas das mais diversas situações comunicativas. Entretanto, novas significações podem surgir devido ao potencial da língua de significar, de se transformar e se estabilizar em contextos comunicativos de usos específicos. Nas palavras do estudioso russo:

O tema do enunciado é definido não apenas pelas formas linguísticas que o constituem – palavras, formas morfológicas e sintáticas, sons, entonação –, mas também pelos aspectos extraverbais da situação. Sem esses aspectos situacionais, o enunciado torna-se incompreensível, assim como aconteceria se ele estivesse desprovido de suas palavras mais importantes. O tema do enunciado é tão concreto quanto o momento histórico ao qual ele pertence. O enunciado só possui um tema ao ser considerado um fenômeno histórico em toda a sua plenitude concreta. É isso que constitui o tema do enunciado (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 228).

Isso acontece porque no discurso vivo, o sujeito faz uso da língua por meio das valorações ideológicas dos elementos linguísticos e da resposta presumida do interlocutor. Ou seja, o locutor se adianta em relação às possíveis dúvidas e/ou intervenções do interlocutor, a fim de realizar seu projeto enunciativo. Portanto, os signos constitutivos da consciência linguística não são apenas signos linguísticos, conforme apresenta Saussure (2012) e os racionalistas que “[...] se interessavam apenas pela lógica interna do próprio sistema de signos, que é, assim como na álgebra, totalmente independente das significações ideológicas que preenchem os signos” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 163). Para Bakhtin e o Círculo, a língua compõem-se de signos

ideológicos uma vez que todo enunciado expressa sempre uma posição valorativa responsiva e, por isso, dialógica.

Para compreendermos melhor a interconstituição dos enunciados por meio dos elementos tema e significação, reportemo-nos ao exemplo “Que horas são?”, analisado por Volóchinov:

O tema do enunciado “Que horas são?” é singular e, tomado em uma ligação estreita com a situação histórica concreta, não pode ser subdividido em seus elementos linguísticos. Obviamente, a significação do enunciado “Que horas são?” é a mesma em todas as situações históricas em que é proferido, sendo composta pelas significações das palavras das formas da sua ligação morfológica e sintática, da entonação interrogativa, etc. (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 229).

Vimos que todos os aspectos que fazem parte da situação comunicativa são imprescindíveis para a compreensão do tema da língua, inclusive a própria significação das palavras e expressões. A seguir, discutiremos o efeito de humor que emergem dos textos a partir das reflexões empreendidas sobre tema e significação.

Em vias de síntese semântico-axiológica, um enunciado concreto é composto por significação, que consiste nas partes linguísticas repetíveis, as quais podem ser compreendidas sem uma contextualização histórica, mas também pelo tema, o qual, situado no plano da irrepetibilidade, nos remete às condições históricas de produção dos enunciados. O tema só é possível quando relacionamos o enunciado com as condições em que foi produzido, “um complexo sistema dinâmico de signos que tenta se adequar ao momento concreto da formação. O tema é uma reação da consciência em constituição para a formação da existência” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 229). Por seu turno, a significação consiste “naqueles aspectos do enunciado que são repetíveis e idênticos a si mesmos em todas as ocorrências” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 228), mais precisamente “um artefato técnico de realização do tema” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 229).

### **3. O gênero discursivo Tira em quadrinhos ou tirinhas**

Segundo Volóchinov, a língua apresenta-se aos sujeitos da comunicação como uma corrente evolutiva ininterrupta (2017 [1929]) e, na medida em que partirmos dessa assertiva, faz-se imprescindível conceber a língua como um fator social, vez que o ouvinte se torna pivô (centro axiológico) da interação, o que Bakhtin (2006 [1979]) designa de Outro (constituente), que é, na verdade, o interlocutor desse processo comunicativo.

Nessa vetorialidade semântica, deparamo-nos o que Medviédev classifica como esferas

sociais [2016 [1928]), sejam a educacional, jurídica, artística, religiosa, etc.), nas quais os sujeitos assumem diferentes funções. Bakhtin, nos prismas desenvolvidos em discussões nas reuniões do círculo, afirma que “o emprego da língua se efetua em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (2006 [1979], p. 261). Assim, o filósofo soviético afirma que

a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2006 [1979], p. 262).

Sobre a tira em quadrinhos (ou simplesmente tirinhas), estas simbolizam um veículo comunicativo de massa. De acordo com Rama *et al.* (2004, p. 07), “as publicações do gênero circulam com uma enorme variedade de títulos e tiragens de milhares ou, às vezes, até mesmo milhões de exemplares, avidamente adquiridos e consumidos por um público fiel, sempre ansioso por novidades”. Isso se deve à composição desse gênero discursivo, pois, na maior parte dos exemplos trabalhados, constituem-se de no mínimo duas faces: além dos aspectos linguísticos e imagéticos, existe a parte extra verbal, onde os sentidos múltiplos são gerados, no plano enunciativo.

Desse modo, na ótica de Rama *et al.* (2004), as tirinhas geralmente se constituem de linguagem visual, personagens, metáforas visuais, linguagem verbal, balão de fala, legenda, plano e ângulos de visão e onomatopéias, elementos responsáveis pela determinidade da organização composicional. Quanto ao ambiente de circulação, as tiras em quadrinhos geralmente são veiculadas em esfera midiática, isto é, em jornais (eletrônicos), blogs, sites e revistas. No que tange à temática, durante o processo de composição, deve-se ser levado em consideração o público-alvo que atinge, ou o auditório que irá receber, pois este é quem constitui. Em aspectos estruturais, as tirinhas são seccionadas horizontalmente em um número limitado de quadrinhos.

Quanto aos elementos composicionais estéticos, é constituída de balões, os quais notificam a fala, e a expressão-pensamento dos personagens. Em horizontes estilísticos, as marcas coloquiais e a linguagem informal são elementares na construção do humor, da sátira ou da ironia. Nesse percurso interpretativo, as tiras em quadrinhos, enquanto gêneros discursivos, podem ser utilizadas por professores/pesquisadores/estudiosos desde se leve em conta o auditório, ou seja, o outro que constitui os dizeres presentes no enunciado.

#### 4. Análises

Direcionemo-nos às análises. O primeiro enunciado intitulado *Cuidado com o redomão* foi coletado de um site de entretenimento, o <http://clicrbs.com.br>, enquanto a tirinha *Uma bela surpresa* fez parte de questões de sistemas de avaliação em larga escala (SAEB<sup>6</sup> e SAEPE<sup>3</sup>) aplicados em turmas concluintes do ensino fundamental e médio. O efeito de humor corresponde a um dos descritores da Matriz de Referência de Língua Portuguesa encontrado no eixo referente às relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido. Chamam-se descritores as habilidades e competências desenvolvidas com os estudantes e avaliadas no ano de conclusão de cada etapa de ensino.

A leitura do gênero tirinha implica considerar todos os elementos materializados na tira imprescindíveis para a compreensão do texto. Ou seja, a disposição dos personagens, as cores, os tipos de balões confluem para a constituição da curta narrativa dividida em três cenas que desemboca em um efeito humorístico.

Eis a tirinha *Cuidado com o redomão*:



**Tirinha 1** - Cuidado com o redomão.

**Fonte:** <http://wp.clicrbs.com.br/diretoadoacampamento/2010/09/16/cuidado-com-o-redomao/?topo=13,1,1,,13&status=encerrado> Acesso em: 12.09.2018

Quanto aos elementos composicionais/integradores da tirinha, percebe-se a existência de três personagens: uma mulher, de vestido cor-de-rosa montada em um cavalo marrom claro, e um homem vestido de marrom, com expressão de simpático, o qual, no quadro 1, parece ser a pessoa que irá guiar o passeio a cavalo. A tira é composta de três quadrinhos, portanto, faz-se necessário analisar como o todo enunciativo dialoga com as partes constituintes, ou seus dados componentes. No primeiro quadro, o balão planifica, em aspectos linguísticos, a fala do guia, que

<sup>6</sup>SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica.

<sup>3</sup>SAEPE – Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco.

se direciona para a mulher: “Vô te ensinar a andar a cavalo! Primeiro eu vô puxando ele!” Até então o entendimento do enunciado está no plano da significação, ou seja, o que se compreende é independentemente do contexto e das condições de produção do enunciado. Porém, o leitor precisa estar atento para as situações extraverbais do enunciado. A expressão do cavalo de raiva/insatisfação, denota que este não gostou do fato de que seria puxado, o que é um indicativo de que algo inesperado pode acontecer.

No segundo quadro, o homem-guia, de chapéu vermelho, na medida em que vai puxando o cavalo, enuncia: “Tu toma cuidado que ele é meio **Redomão!** Qualquer dúvida, tu pode perguntar!” termo “redomão”, que aparece em destaque no segundo quadrinho, é tomado no nível linguístico, no estágio estável do signo/enunciado, evidenciando apenas um dos níveis potencialmente assumido pela palavra em um contexto real de uso.

É apenas no terceiro quadro que temos acesso ao tema do enunciado Redomão, ou seja, ao que ele significa naquele contexto específico em que foi produzido. Neste espaço de produção discursiva, na medida em que a mulher pronuncia “O que é redomão?”, o cavalo realiza movimentos tão bruscos que a fazem cair. Assim, até mesmo um leitor que não tivesse acesso dicionarizado/popularizado ao termo Redomão, consegue identificar que se trata de um *animal bravo, coiceiro, difícil de lidar, teimoso, de ânimo raivoso*.

Na ótica discursiva de Bakhtin,

o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante (2006 [1979], p. 271).

Levando-se em conta a situação de realização do enunciado concreto “...ele é meio Redomão”, essa mesma palavra entrou, como tema, no nível do discurso, intrínseco ao contexto histórico, social e ideológico da enunciação. Desse modo, as formas estáveis do signo emergem do potencial da língua de significar que somados aos elementos extraverbais constituintes da situação de produção, de recepção e de circulação do gênero compõem o tema, passando de signo linguístico a signo ideológico, à palavra discurso.

Assim ocorre com o discurso “redomão” da tirinha: no segundo quadrinho o termo já se encontra inserido no nível discurso, visto que sua constituição se dá desde a cena anterior, ou seja, desde o fato do sujeito se propor a ensinar a personagem andar a cavalo. O sentido desse

termo “redomão”, no segundo quadrinho, é acentuado pela tonalidade valorativa do termo “cuidado”, construída do acúmulo de significações que essa palavra adquiriu ao longo do tempo e que se torna tema por constituir-se pela situação histórico-ideológica específica do discurso.

A relação entre os enunciados e as imagens nos quadrinhos da tirinha compõe um complexo sistema de signos ideológicos necessários para compreensão e reconhecimento do efeito humorístico do texto. O discurso “Qualquer dúvida, tu pode perguntar!” forma uma relação enunciativo-discursiva com a imagem da personagem caindo do cavalo e com o enunciado “O que é redomão??”.

A significação de todos os elementos que compõem a tirinha passa a se constituir tema a partir das relações dialógicas nas situações discursivas expressas nos quadrinhos. Assim, é possível chegar ao efeito de humor expresso no terceiro quadrinho. Na verdade, “[...] é impossível traçar um limite absoluto e mecânico entre o tema e a significação. Não há tema sem significação, como não há significação sem tema” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 229). Surge, através da interação, um tema inesperado para a situação comunicativa que se apresenta, causando humor ao texto.



**Tirinha 2** - Uma bela surpresa. **Fonte:** SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Na segunda tira, intitulada *Uma bela surpresa*, explana-se um diálogo entre a Magali, personagem do desenho infantil “Turma da Mônica”, e um sapo, em que este enuncia: “Olá, garotinha! Dê-me um beijo e terá uma bela surpresa!”. A expressão de simpatia da Magali, que pressupõe o beijo que ela dará no sapo, fato que se confirma pela onomatopeia “CHUAC!” (presente no segundo quadro), é desfeita no terceiro quadro, substituída por uma feição de raiva. Magali enuncia “Um príncipe! Bah! Pensei que você fosse se transformar num pipoqueiro, padeiro...”. E, no primeiro instante, o leitor entende sua fala apenas no plano da significação, ou seja, fora do contexto e das condições de produção do enunciado, assim como o simbolismo das marcas linguísticas.

A fala representada no primeiro quadrinho remete à história dos contos de fadas popularmente conhecidos em que, após o beijo de uma princesa, o sapo transforma-se em um príncipe. Dessa forma, o contexto de uso regular desse discurso, ou seja, sua significação reiterável dirige a compreensão do leitor ao mesmo final das histórias infantis: com o beijo, o sapo transforma-se em um príncipe, ou seja, os sentidos desses enunciados se estabilizaram a partir das recorrências em situações reais de uso da língua.

No entanto, o efeito de humor do texto surge justamente dessa quebra de expectativa no último quadrinho. Na tirinha, o tema da palavra “surpresa” emerge da desconstrução da significação reiterável desse elemento linguístico, considerando todos os elementos do contexto da interação como os interlocutores, as condições de produção e recepção do discurso, conforme destaca Volóchinov (2017, p. 228), “[...] o tema do enunciado é definido não apenas pelas formas linguísticas que o constituem - palavras, formas morfológicas e sintáticas, sons e entonação -, mas também pelos aspectos extraverbais da situação”. Além disso, a insatisfação da personagem com a “surpresa” obtida no último quadrinho só pode ser compreendida pelo leitor se associada à personalidade ideológica constitutiva da personagem de *Maurício de Sousa*, a Magali, conhecida por ser muito “gulosa”. As relações dialógicas se tornam claras no discurso da personagem Magali no último quadrinho, evidenciando relações interdiscursivas entre as características ideológicas da personagem e na expectativa/desejo almejados por ela quando pensou em que o sapo se transformaria: “pipoqueiro, padeiro”.

Essa análise evidencia a interrelação dos interlocutores na constituição do tema em conjunto com o contexto de produção e circulação dos discursos. Toda a constituição do tema das enunciações da tirinha gira em torno da principal característica que compõe a personagem

Magali: a gulodice.

O processo de ensino e de aprendizagem distancia-se do enfoque formal da língua na medida em que a construção do sentido dos elementos linguísticos é analisada dentro do contexto do enunciado em que aparece. A proposta de ensino pautada apenas no sistema linguístico desconsidera os aspectos sociais, históricos, ideológicos e culturais da linguagem indispensáveis para a construção do sentido. Analisemos a constituição do efeito de humor, avaliada em turmas concluintes da educação básica, a partir do sentido de palavras e expressões inseridas em enunciados concretos.

## 5. Considerações finais

Esperamos, com nossa pesquisa, mediante as breves análises realizadas, ter adentrado ao processo de contextualização dos enunciados em perspectiva dialógica, via observação das categorias Significação e Tema, determinante para a constituição dos sentidos múltiplos em cada enunciado. Faz-se necessário pesquisar/ler/produzir tendo em vista a mudança de sentido de palavras e expressões devido aos aspectos sociais, históricos, ideológicos e culturais em que se insere a enunciação. Um jogo linguístico de temas e significações instala-se nos textos humorísticos, a fim de provocar o efeito de humor e proporcionar ao texto sentidos imprevistos para a situação comunicativa em que se insere.

As reflexões aqui empreendidas sobre os conceitos de Tema e Significação nos permitem perceber que a compreensão faz parte de um processo ininterrupto e, por isso, contextual da linguagem. Percebemos ainda que as significações estáveis dão origem às contrapalavras dos interlocutores no contexto da interação, permanecendo o sentido no nível da significação e/ou no nível do tema. Essas análises proporcionam um aprofundamento da linguagem indo muito além do aspecto formal da língua.

## 6. Referências

BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da Criação Verbal*. [tradução feita a partir do russo; tradução Paulo Bezerra]. 5ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Para uma Filosofia do Ato*. Texto completo da edição americana *Toward a Philosophy of the Act*. Translation and Notes by Vadim Liapunov Edited by Michael Holquist & Vadim Liapunov. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza (Tradução não revisada, destinada exclusivamente para uso didático e acadêmico). Austin: University of Texas Press, 1993.

BUBLITZ, Juliana. *Cuidado com o redomão*. Pesquisa em: <http://wp.clicrbs.com.br/diretodoacampamento/2010/09/16/cuidado-com-o-redomao/?topo=13,1,1,,13&status=encerrado>. Acesso em: 02.09.2018

FARACO, Carlos A. *Linguagem e diálogo: As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RAMA, A.; VERGUEIRO, W.; BARBOSA, A.; RAMOS, P.; VILELA, T. *Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTANA, Wilder Kleber Fernandes de. Heterodiscursividade e Axiologia no primeiro capítulo do Cântico dos Cânticos. In: *SINALP – Simpósio Nacional de Literatura Popular: Cultura Popular e Cosmopolitismo*. Anais / BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita (Org.). João Pessoa: Mídia Editora, 2017.

SAEB - Uma bela surpresa. In: *SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica*. Pesquisa em: <https://www.somospar.com.br/saeb/>. Acesso em: 12.09.2018

SOBRAL, Adail. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira Neto

Data de envio: 19/09/2018

Data de aprovação: 15/12/2018

Como citar:

NASCIMENTO, Terezinha de Jesus Gomes do; SANTANA, Wilder Kleber Fernandes de; LEAL, Luciano Marculino. Tema e significação em tirinhas: nas reminiscências de Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 160-173, dez 2018.

## **Guerra civil síria: análise da possibilidade de intervenção internacional e o princípio da responsabilidade de proteger**

*Syrian civil war: an analysis of the possibility of international intervention and the principle of the responsibility to protect*

*La guerra civil de siria: un análisis de la posibilidad de intervención internacional y el principio de la responsabilidad de proteger*

Luisa Cortat Simonetti Gonçalves<sup>1</sup>  
Amanda Cesconeti Martins Natal<sup>2</sup>

**Resumo:** O grande número de refugiados que deixam a Síria, fugindo da guerra civil que há anos assola o país, mostra à comunidade internacional que não há condições dessas pessoas permanecerem em um lugar no qual a violência desenfreada faz parte do cotidiano das pessoas. Diante disso, será abordada a situação em que os civis sírios se encontram e a consequente lesão a seus direitos humanos. Este ensaio discute então, por meio de abordagem teórica, a possibilidade de ser realizada intervenção internacional na Síria, justificada pelo Princípio da Responsabilidade de Proteger (R2P). Ademais, será analisado se os requisitos para se aplicar o R2P se cumprem no contexto sírio.

**Palavras-chave:** guerra civil; Síria; intervenção internacional; Princípio da Responsabilidade de Proteger.

**Abstract:** The great number of refugees that leave Syria, running away from the civil war that afflicts the country for years, demonstrates to the international community that those people cannot remain in a place of unstoppable and daily violence. Considering such a context, the essay will approach the situation in which the Syrian citizens are and the consequent violation to their human rights. The essay discusses, then, the possibility of international intervention in Syria, justified by the principle of the responsibility to protect (R2P). Furthermore, it will analyze if the requirements to apply R2P are fulfilled in the Syrian context.

**Keywords:** civil war; Syria; international intervention; Principle of the Responsibility to Protect.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em International Environmental Law at Maastricht University (Holanda) e em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Brasil. E-mail: luisacs@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Direito na Faculdade de Direito de Vitória (FDV). E-mail: amanda-cmn@hotmail.com

**Resumen:** La gran cantidad de refugiados que salen de Siria, huyendo de la guerra civil que aflige al país hace años, demuestra a la comunidad internacional que esas personas no pueden permanecer en un lugar de imparable y cotidiana violencia. Teniendo en cuenta este contexto, el ensayo abordará la situación en la que se encuentran los ciudadanos sirios y la consiguiente violación de sus derechos humanos. El ensayo discute, entonces, la posibilidad de una intervención internacional en Siria, justificada por el principio de la responsabilidad de proteger (R2P). Además, analizará si los requisitos para aplicar el R2P se cumplen en el contexto sirio.

**Palabras clave:** guerra civil; Siria; intervención internacional; Principio de la Responsabilidad de Proteger.

## 1. Introdução

A guerra civil na Síria tem estado em bastante destaque, principalmente através da mídia e em discussões políticas internacionais. Circulam, por exemplo, diversas imagens impactantes dos civis que se deslocam, tentando de todas as formas fugir do caos que a guerra traz. As pessoas acabam até mesmo realizando medidas drásticas, como colocar suas famílias em pequenos barcos na tentativa de buscar refúgio em outros países. Muitos, porém, não resistem à travessia e falecem.

A gravidade da situação é flagrante e indiscutível, em especial por privar milhares de pessoas de seus direitos humanos mais básicos e até da própria vida. Com isso, apesar de se tratar de um assunto interno à Síria, surgem questionamentos sobre os motivos da guerra durar tanto tempo e da inércia dos outros países.

Sabe-se que existem possibilidades de intervenção previstas pelo direito internacional, mas que não estão sendo utilizados no caso sírio. O presente ensaio busca analisar, então, a possibilidade da comunidade internacional interferir no país, tendo como base o Princípio da Responsabilidade de Proteger (R2P). Para tanto, o ensaio é dividido em três partes.

O primeiro tópico descreve o contexto de eclosão da guerra civil na Síria, bem como apresenta a situação atual no país, visando entender o motivo do grande número de refugiados saídos de lá e retratar a lesão a direitos humanos decorrentes da situação de guerra e das ações do governo sírio. O segundo tópico apresenta o R2P, retratando o papel da Comissão Internacional sobre Soberania e Intervenção Estatal (ICISS) na sua criação, bem como o conceito e objetivos do princípio. Já o terceiro tópico, discute a possibilidade de intervenção internacional na Síria, amparada pelo R2P, tratando de fatores como: requisitos para intervenção internacional;

interesses políticos da comunidade internacional; e consequências para os direitos humanos da população síria.

O método dedutivo é possibilitado pela aplicação da técnica bibliográfica, pois o ensaio reúne conceitos gerais já firmados na comunidade internacional, aplicando-os às informações disponíveis sobre o caso sob análise.

## 2. Contexto histórico da Síria

A origem da guerra civil na síria remonta a fatores distantes historicamente, principalmente a partir da Guerra Fria. Nessa época, a Síria e o Egito formavam a República Árabe Unida e apoiavam a União Soviética. Após a implosão da União Soviética, a Síria continuou a apoiar a Rússia, enquanto o Egito passou a apoiar os Estados Unidos da América (SANT'ANA, 2018).

A dinâmica internacional influencia a política interna, chegando a ser determinante na manutenção do poder estatal. O autor ainda assevera que a Rússia possuía interesse nas jazidas de petróleo da Síria, apoiando, portanto, a permanência da família Assad na presidência. Enquanto isso, os EUA, querendo destituir tal família do poder, apoiavam os rebeldes sírios.

Hafez al-Assad e sua família fazem parte do grupo dos alauítas<sup>3</sup>. Apesar de saber que a maioria da população do país pertence a um grupo religioso oposto – dos sunitas –, ao assumir a presidência, Assad permitiu que muitos alauítas assumissem postos importantes do governo (SOARES, 2018). Começa assim o descontentamento por parte da população com o governo.

Tal insatisfação popular faz surgir um grupo de oposição, a Irmandade Muçulmana, aderente ao grupo mulçumano sunita. Os opositores passam a utilizar a divergência religiosa entre o governo e a população como pretexto para uma revolta armada contra o Estado, o qual respondeu a tal revolta violentamente, matando milhares de civis no processo (SOUZA et al, 2017).

---

<sup>3</sup> O Islamismo, religião predominante na Síria, se divide em: sunitas e xiitas. Os sunitas são aqueles mulçumanos que são mais puristas em relação a liturgia e doutrina, ou seja, são os mais tradicionalistas em relação a religião (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012). Os sunitas acreditam que o sucessor do profeta Maomé deveria ser algum de seus companheiros, capazes e piedosos. Já os xiitas, para o referido autor, são aqueles que acreditam que a sucessão do profeta Maomé deveria ser baseada em linhagens. Para esse grupo, o único sucessor legítimo de Maomé seria seu primo, Ali bin Abu Talib (MANFREDA, 2018). Esses dois grupos (xiitas e sunitas) apresentam outras divisões. No presente trabalho é válido ressaltar as ideologias do grupo Alauítas: eles são uma variação mais moderada dos xiitas, toleram, por exemplo, o uso do álcool e acreditam em reencarnação (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

Após a morte de Hafez al-Assad, seu filho Bashar al-Assad assumiu o governo, levando esperança de mudança à população (AUGUSTYN et al, 2018). A população criou a expectativa a partir de medidas como a implantação da internet e a libertação de presos (SOUZA et al, 2017). Essa esperança, porém, não durou muito tempo.

Problemas ambientais, por exemplo, desencadearam insatisfações perante o governo, pois a seca levou milhares de famílias, que dependiam da agricultura, à pobreza. Isso levou aos primeiros protestos, que foram violentamente reprimidos pelo presidente Bashar al-Assad. A violência dessa repressão contribuiu para o agravamento da revolta da população, que já estava indignada com os rumos da política e da economia do país (AUGUSTYN et al, 2018).

O contexto sírio foi também agravado pela primavera árabe, que acontecia em países vizinhos. A primavera árabe, de acordo com Bijos e Silva (2013, p. 58), foi um “fenômeno que eclodiu no Oriente Médio e norte da África, nos anos 2010/2011, quando a sociedade civil rebelou-se contra a opressão e corrupção dos ditadores de seus países e clamaram por melhorias sociais”. Em outras palavras, a primavera árabe foi o conjunto de ações de populações de diversos países do oriente médio, que clamavam por melhorias governamentais.

Segundo Soares (2018, p. 1),

O ambiente para o conflito atual começou a se formar em Daraa, uma pequena cidade no sul do país, onde manifestações, motivadas pelos ideais da Primavera Árabe (movimentos reformistas pró-democracia no Oriente Médio) foram fortemente reprimidas pelo governo. Tais manifestações foram se intensificando, e atingiram os grandes centros urbanos do país.

Observa-se, portanto, que o povo sírio, já insatisfeito, assistiu a esse fenômeno em países vizinhos e se inspirou. De acordo com Sant'Ana (2018, p.04),

a Primavera Árabe serviu como lição para os povos árabes, em que mudanças foram possíveis em alguns países, já em outros, como a Síria, o legado do florescer da Liberdade parece ser um sonho distante, pois o resultado tem sido o conflito civil entre “rebeldes” e os defensores do presidente Bashar al-Assad.

Ou seja, a primavera árabe surtiu efeitos em diversos países, nos quais a população obteve sucesso em suas manifestações e protestos. Já na Síria, o quadro foi diferente, uma vez que o protesto para melhorias no governo acabou levando a uma Guerra Civil.

À medida que o conflito se intensificava, a idiossincrasia dos manifestantes (pertencentes ao grupo dos sunitas) e da família Assad (pertencente ao grupo dos alauítas) se consolidava cada vez mais. A partir desse quadro de manifestações, a população se dividiu e passou a guerrear não somente contra o governo, mas também entre si.

À medida que os protestos aumentavam, aumentava também a forma violenta com a qual o governo tentava lidar com a situação. Diante da intensa repressão enfrentada pela população, ela tentou reagir contra as forças armadas, tornando cada vez mais comuns os confrontos armados no país.

O conflito na Síria propiciou também o surgimento de grupos terroristas, como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda, o que agravou ainda mais a situação do país. Esses grupos utilizam táticas extremamente violentas e tentam impor o islamismo a pessoas que possuem outra crença.

Por todas essas questões, há na Síria diversos direitos sendo violados de forma banal. Todos os dias, diversas pessoas são impedidas de exercer direitos essenciais ao ser humano, como será retratado a seguir.

## **2.1 Direitos violados**

Diante dessa situação de intenso conflito, na qual a população e o governo vivem em confronto devido a discrepância de interesses, encontram-se, além de militantes, civis desconexos à situação evidenciada pelo país. Um estudo feito pela organização “Observatório Sírio dos Direitos Humanos” aponta que, em sete anos de guerra civil, houve mais de 500 mil mortes, sendo 106.390 de civis (EL PAÍS, 2018).

O Departamento de Estado dos Estados Unidos (2017) realizou um relatório sobre os direitos humanos na Síria, no qual abordou uma série de violações aos direitos humanos por parte do governo sírio. De acordo o relatório, o governo e seus aliados cometeram atrocidades durante o conflito, tais como o uso repetido de armas químicas contra os civis, bombardeamento em áreas residenciais dos mesmos, ataques a hospitais, dentre outras formas que atingem os mais vulneráveis na guerra civil.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU, com o intuito de acompanhar a guerra civil, criou a Comissão Independente de Investigação na Síria, que aponta que “as forças do governo cometeram graves violações de direitos humanos e crimes de guerra como tortura, tomada de reféns, assassinato, execução sem o devido processo, estupro, ataque a alvos protegidos e saque” (BBC, 2017). Ou seja, o Estado, além de praticar crimes hediondos contra seus próprios cidadãos, ao invés de exercer seu papel e disponibilizar segurança à população, ataca áreas nas quais os civis estão situados.

Diante de tais abusos e violações de direitos, segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos (2017), o governo não procura investigar ou punir as autoridades responsáveis

por tais ações. Isto é, as autoridades responsáveis por zelar pelo bem da nação cometem atrocidades, exercendo o oposto do que deveriam, e saem impunes, uma vez que o próprio governo também pratica tais ações violentas.

Além da falta de segurança, os sírios são privados de diversos outros direitos inerentes ao ser humano, como direito à educação, à saúde, ao lazer, à liberdade (de locomoção, de expressão, religiosa), à igualdade, à integridade humana, dentre outros.

Diante das violações de seus direitos, os cidadãos sírios se submetem a situações degradantes, correndo inclusive risco de vida. É a busca pela migração para outros países, buscando um cenário mais pacífico.

Essas pessoas, ao migrarem para outros países, tornam-se refugiados, já que os refugiados são indivíduos que

estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à greve e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados (ACNUR, 2016).

De acordo com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2018), esses cidadãos enfrentam situações muito difíceis durante o processo de refúgio. Por exemplo, arriscam a própria vida (e a de suas famílias) e no processo se submetem a fome e sede.

Estima-se que durante esses sete anos de guerra civil na Síria, mais de cinco milhões de cidadãos deixaram o país, configurando “o maior êxodo da história mundial recente” (UFMG, 2018). Para a Organização das Nações Unidas (2017), em média sete mil pessoas por dia são forçadas a deixar suas casas na Síria. Ainda de acordo com a ONU (2017), a situação em que a Síria está pode ser classificada como a maior crise de refugiados existente, o que faz com que países vizinhos se vejam forçados a abrigar tais emigrantes. Esses países disponibilizam infraestrutura, fornecendo o que o país de origem dos refugiados não foi capaz de oferecer. Porém, essa situação os sobrecarrega, uma vez que ela ocorre há anos e com um número tão grande de pessoas.

De acordo com Barnard (2017), aproximadamente 1,5 milhões de sírios estão refugiados no Líbano. Para nacionais desse país, os refugiados atrapalham a economia e a estrutura social. Os refugiados sírios sofrem em permanecer no seu país de origem e sofrem também ao deixá-lo, pois além de abandonarem tudo o que possuem para trás, de modo geral são indesejados nos países que os abrigam.

Por todo o exposto, surge o questionamento central deste ensaio, sobre a viabilidade de outros países intervirem na Síria para cessar a guerra e, conseqüentemente, as violações a direitos humanos. Os tópicos seguintes analisarão justamente esse aspecto.

### 3. Princípio da responsabilidade de proteger (R2P)

Devido às tragédias que ocorreram em Ruanda e nos Balcãs na década de 90, a comunidade internacional iniciou um debate sobre quais medidas deveriam ser tomadas para haver um resultado efetivo quando cidadãos de qualquer país tiverem seus direitos humanos violados. A questão que estava em pauta era se os Estados tinham completa soberania sobre seus assuntos (internos e externos) ou se a comunidade internacional poderia intervir nos mesmos para assegurar os direitos humanos da população (DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA, 2012, p. 1).

O então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, lembrando o fracasso do Conselho de Segurança em relação à maneira decisiva que atuou em Ruanda<sup>4</sup> e Kosovo<sup>5</sup>, argumentou aos Estados Membros (DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA, 2012, p. 1):

Se a intervenção humanitária<sup>6</sup> é, de fato, um ataque inaceitável à soberania, como deveríamos responder a um Ruanda, a um Srebrenica, à violação grosseira e sistemática dos direitos humanos que ofendem todos os preceitos de nossa humanidade comum?

Percebe-se que havia uma dúvida em relação ao que fazer perante violações que um Estado pratica aos direitos de sua população. Por outro lado, as intervenções internacionais, da forma como estavam sendo realizadas, violavam a soberania do Estado que sofria a intervenção.

As experiências e as conseqüências de diversas intervenções, como em Ruanda e

---

<sup>4</sup> Ruanda, um país africano, foi colonizado pela Bélgica. Os belgas incentivaram durante um longo tempo a submissão da etnia hutu, à qual a maioria da população pertencia, à etnia tutsi, a qual os colonizadores julgavam ser superior. Por meio da Igreja Católica, os belgas fizeram com que a etnia tutsi comandasse Ruanda, o que gerou uma revolta dos hutus. Com essa rixa entre as duas etnias, em 1994 ocorreu um dos maiores massacres do mundo. As tropas da etnia dos hutus passaram a ser treinadas pelo exército da Ruanda para exterminar a etnia tutsi do país. A ONU enviou tropas para tentar conter o massacre, mas de forma insuficiente. (GUZZO, 2009, p. 2)

<sup>5</sup> Com o fim da União Soviética, vários países, como a Iugoslávia, sofreram um processo de desagregação, principalmente em virtude de um nacionalismo religioso, cultural e étnico. A Iugoslávia (país que abrangia terras desde a Europa Central até os Balcãs) não conseguiu manter sua unidade política e diversas áreas conseguiram sua independência. Porém, na região de Kosovo (que ainda não tinha conseguido a independência) a população, de maioria étnica albanesa, iniciou um movimento de secessão dos sérvios e autonomia da região. Foi criado um exército para a libertação de Kosovo e atrocidades foram praticadas tanto pelo lado dos albaneses, que queriam a separação, quanto do lado dos sérvios, que queriam que a região continuasse como província. Os albaneses foram violentamente reprimidos e várias violações dos direitos humanos ocorreram (SANTOS et al, 2017, p.192).

<sup>6</sup> A intervenção humanitária visava acabar com violações de direitos, caso um Estado praticasse contra sua população. Essa intervenção se daria de forma a interferir nesse Estado sem o consentimento do Conselho de Segurança (CARPIO, 2014).

Kosovo, mostraram claramente que a forma de abordar as relações internacionais precisava ser reavaliada para atender as necessidades do século XXI (ICISS, 2001). O governo canadense tomou, então, a iniciativa de criar a Comissão Internacional sobre Soberania e Intervenção Estatal (ICISS), com o objetivo de propor passos a serem seguidos para viabilizar intervenções militares pela ONU (CARPIO, 2014).

A ICISS reuniu numerosos estudiosos, que debateram questões referentes à legalidade e legitimidade da intervenção humanitária. Após muitos estudos, pesquisas e debates, foi publicado o relatório da ICISS. O referido relatório continha uma resposta diferente ao discurso de intervenção. A ICSS não retratou o direito de um Estado intervir em outros, mas reportou um novo conceito, a Responsabilidade de Proteger. A comissão tem como escopo proteger a população de um grave risco, e ainda retrata que caso o Estado falhe em proteger sua própria população, essa responsabilidade recai sobre a comunidade internacional (MELLO, 2013).

A partir do trabalho da ICISS, surgiu o Princípio da Responsabilidade de Proteger (R2P). Ele determina as condições necessárias para que ocorra uma intervenção internacional. O co-presidente da ICISS, Gareth Evans, tomou a frente para que o R2P tivesse uma repercussão mundial e para que fosse adotado globalmente.

O referido princípio foi adotado oficialmente pela ONU através do Documento Final da Cúpula Mundial de 2005, no qual os chefes de Estado e de governo se comprometeram com o R2P. O secretário-geral da ONU refletiu sobre a efetivação do R2P em um relatório em 2009. Tal relatório detalhou com mais afinco o Documento Final de 2005. Com isso, o secretário-geral chegou a três pilares (HAMANN, 2012, p. 26):

o Primeiro Pilar reforça o entendimento de que cada Estado tem a responsabilidade primária de proteger suas populações. O Segundo Pilar prevê que a comunidade internacional tem a responsabilidade de recorrer a meios diplomáticos, humanitários e outros meios pacíficos que sejam adequados para proteger populações em apoio aos Estados envolvidos. O Terceiro Pilar enfatiza que, quando as autoridades nacionais realmente fracassarem, ou quando os meios pacíficos se mostrarem inadequados, a comunidade internacional poderá recorrer à ação coletiva, de maneira decisiva e oportuna, por meio do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de acordo com a Carta da ONU, analisando-se cada caso.

O R2P, nesse contexto, visa auxiliar a população que tem seus direitos lesados pelas autoridades, bem como guiar os demais Estados para agirem de acordo com um procedimento adequado. Segundo Dias (2012, p. 3), o R2P expressa a responsabilidade que a comunidade internacional atribui a si de proteger populações civis vítimas de crises humanitárias como genocídios, crimes de guerra, limpezas étnicas e crimes contra a humanidade.

O princípio em questão apresenta dois elementos básicos. O primeiro estabelece que a soberania do Estado implica responsabilidade pela proteção do seu povo, ou seja, é dever do país proteger sua população, bem como promover seus direitos e garantias fundamentais. Já o segundo consiste no fato de que, quando uma população sofre vários danos e o Estado não deseja ou é incapaz de freia-los, cabe à comunidade internacional a responsabilidade de proteger a população (ICISS, 2001).

Em seu relatório o ICISS estabeleceu seis critérios para uma intervenção militar. Ou seja, há seis critérios para que ocorra uma intervenção em um país respaldada pelo R2P.

Embora não haja uma lista universalmente aceita, no parecer da Comissão, todos os critérios relevantes para a tomada de decisões podem resumir-se sucintamente nos seis tópicos seguintes: autoridade correta, justa causa, intenção correta, último recurso, meios proporcionais e perspectivas razoáveis (ICSS, 2001, p.32, tradução nossa).

Para que haja uma intervenção em outro país baseada no R2P, além dos critérios estabelecidos pela ONU, devem ser verificados os requisitos estabelecidos acima.

O critério da autoridade correta se refere à forma da ONU legitimar determinado país a interferir em outro. A justa causa remete à ideia de que o país tem que ter uma justificativa plausível para intervir, qual seja, a violação dos direitos humanos. Intenção correta se refere ao fato do Estado, ao intervir, dever ter a intenção de reestabelecer os direitos humanos à população. Último recurso se volta à ideia da intervenção ser a última opção a ser realizada, antes disso deve-se esgotar outras alternativas. Meios proporcionais se relacionam à intervenção ter que ser realizada com métodos proporcionais. Perspectivas razoáveis se refere ao modo da realização da interferência no país, que precisa ser sem exageros. Esses dois últimos tópicos servem para limitar a atuação do Estado interventor.

A própria ideia subjacente da responsabilidade de proteger induz, já em si mesma, uma tentação de aplicá-la a outras situações de violação de direitos humanos que não apenas se relacionam a graves ofensas aos direitos humanos, como genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra e contra a humanidade. Aliás, este talvez seja um dos maiores receios da comunidade internacional. O temor de que a teoria da responsabilidade de proteger venha, paulatinamente, a se estender para outras situações menos gravosas sob os mais variados argumentos, mas que configurem manifesta ofensa aos direitos humanos (FERREIRA, 2012, p.255).

Em síntese, o R2P é um método que foi criado para que as intervenções de um Estado sobre outro em necessidade se deem de forma eficaz e menos agressiva. Apresenta-se, portanto, na teoria, como o método mais competente para acabar com a violação de direitos, sem que no processo infrinja outros. Porém, resta o questionamento se esse método é, na prática, suficiente

para regular as intervenções de modo eficaz. Será retratada no tópico seguinte tal dúvida mediante a análise do caso concreto aqui em questão: a guerra civil na Síria.

### 3.1 Críticas

A R2P sofre diversas críticas. Uma das mais importantes se refere ao fato de que esse princípio é seletivo em relação à comunidade internacional, uma vez que somente cinco países podem exercer o poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), sendo eles: Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China (ROCHA, 2013). Diante disso, diversos países não se sentem representados pelo CSNU, pois ele deixa de lado vários países que possuem tamanho e influência fundamentais (CUNHA e OUTROS, 2012).

Outra crítica à Responsabilidade de proteger se refere ao fato de que ela possa infringir a soberania nacional. O secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afastou essa possibilidade por meio do relatório “Implementing the Responsibility to Protect”. Os apoiadores do princípio em questão afirmam que a comunidade internacional somente poderia intervir em um país, sem que o mesmo permita, caso ele se mantenha em inércia quando ocorre atrocidades perante sua população ou quando essas atrocidades são praticadas pelo próprio país (ALCARIA, 2016).

A questão abordada pelo princípio originado pelo ICISS buscava entender se a comunidade internacional deveria intervir em um país ou não. Porém, não se deve observar somente o “se”, mas também o “como” a intervenção deveria ser feita e por quem. Foi esses aspectos que levaram o Brasil a estabelecer um novo princípio, a Responsabilidade ao Proteger (RwP).

O Brasil, mediante questões críticas à R2P, desenvolveu, em 2011, a RwP. Esse princípio tenta inovar em questões referentes à política das intervenções humanitárias. Ele defende, acima de tudo, a prevenção de conflitos e, caso o mesmo ocorra, alega que sua resolução se dê de forma pacífica, para que o uso da violência somente seja usado em última circunstância, com o consentimento do CSNU. Nos casos em que a violência deva ser empregada, ela tem que ser utilizada de tal forma que não provoque um dano maior àquele que se pretende sanar.

Esse princípio tem sido recebido com bastante desconfiança. Ele é interpretado, por muitos, como uma obediência ao direito internacional humanitário ou como um retrocesso internacional que cria mais obstáculos ao R2P. Porém, na realidade, a RwP deve ser entendida de forma que complemente a R2P, de maneira que atenuar os riscos deixados pelo princípio criado

pelo governo canadense.

A R2P trata sobre a prevenção e proteção da população de ter seus direitos violados, mas não trata sobre o direito de um país intervir em outro. Já a RWP afirma que a intervenção de um Estado sobre outro pode ocorrer, mas antes deve-se esgotar os meios pacíficos para solucionar determinada violação. Pode-se afirmar, portanto, que o RWP e o R2P são princípios complementares, devem, portanto, ser considerados como um conjunto (HAMMAN; MUGGAH, 2013).

### **3.2 R2P no caso da Líbia**

A Líbia teve maior destaque mundial a partir da década de 50, com a grande quantidade de petróleo descoberto no país. Porém, o rendimento ocasionado pelo mesmo ficou restrito à elite, enquanto a população continuou em estado de necessidade. Nessa situação, Muammar Khadafi deu um golpe de Estado e tomou o poder. Ele retirou do país as bases militares dos Estados Unidos e Inglaterra, além de controlar o petróleo do país.

Em 1990, o preço do petróleo declinou e os Estados Unidos passou a sancionar a Líbia devido às atitudes de Khadafi. Com isso, a economia do país sofreu consequências significativas. Após o governador do Estado se reconciliar com o Ocidente e abrir o setor petrolífero, a economia da Líbia obteve uma melhora considerável, porém, mais uma vez esse fato somente se aplicou à elite do país, deixando a população em uma situação crítica.

No final de 2010, eclodiu a Primavera Árabe: diversos protestos de populações insatisfeitas com seu governo em países do Oriente Médio e norte da África. Os cidadãos desses países se encontravam insatisfeitos mediante diversos fatores, como: muito desemprego, corrupção, violação dos direitos humanos, dentre outros. A Líbia foi o terceiro país a ser atingido por essas manifestações, o que acabou ocasionando uma guerra civil no país (RAMINA; STEIN, 2012).

A crise na Líbia teve uma resposta rápida em face de atrocidades que estavam prestes a ocorrer. Foi a primeira vez que a CSNU autorizou uma medida baseada na R2P. Porém, os resultados dessa aplicação foram polêmicos, colocou em questão se o uso da força justificado pelo R2P foi realmente devido.

O CSNU aprovou a Resolução de 1970, que impunha sanções para exportação ilegal de petróleo na Líbia, esse fator, acrescentado à violência e intolerância, no governo de Khadafi, aniquilou qualquer chance de uma resolução amigável do conflito. A possibilidade de haver um

massacre de civis era muito alta.

Vendo que a resolução de 1970 não conteve Khadafi de atacar a população, o CSNU aprovou a Resolução 1973. Essa resolução permitia que os estados-membros da ONU adotassem qualquer medida necessária para proteger os civis na Líbia. Nesse contexto, foi permitido inclusive que os países utilizassem da força em nome da R2P. A intervenção na Líbia para alguns serviu tão somente para retirar Muammar Khadafi do poder, para outros, essa intervenção serviu para evitar atrocidades e proteger os civis (ROCHA, 2013).

#### **4. Possível aplicação do R2P na Síria**

Uma possível intervenção na Síria tentaria refrear as violações a direitos humanos sofridos pelos cidadãos, porém, ao mesmo tempo, levaria a uma situação delicada quanto à soberania desse Estado. Conforme discutido anteriormente, uma intervenção faz com que a soberania de um Estado fique em segundo plano, uma vez que outro país se coloca à frente para resolver problemas internos de outro.

Importante lembrar que, para haver uma intervenção, é necessário atender a alguns requisitos, quais sejam: deve haver ou estar prestes a haver uma grave violação de direitos humanos no Estado, ao mesmo tempo em que deve ser respeitado o direito internacional. Nesse aspecto, é notório que o caso da Síria infringe gravemente os direitos humanos da população, conforme já se demonstrou anteriormente. Resta, assim, a dúvida se uma intervenção no país descumpriria o direito internacional.

Outro requisito se refere à violação do Estado perante os direitos da população ou a sua incapacidade de prevenir que esses direitos sejam violados. Essa situação também ocorre na Síria, uma vez que o próprio governo é o agente violador dos direitos humanos.

O terceiro requisito é a exigência de permissão da comunidade internacional para haver tal intervenção, seguindo os princípios estabelecidos pela ONU (DUARTE, 2016). A ONU estabelece que, para haver uma interferência em um Estado, deve haver concordância majoritária entre os quinze membros que fazem parte do Conselho de Segurança da ONU. Dentre esses quinze, nenhum dos cinco membros que possui posição fixa (Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia e China) pode exercer seu poder de veto.

O terceiro requisito é particularmente relevante para o caso sírio. A intervenção foi proposta, mas dois países fixos vetaram a possibilidade - Rússia e China -, por terem interesses econômicos no governo de Bashar al-Assad (O GLOBO, 2012). Exclui-se assim, a possibilidade

da intervenção.

A Carta das Nações Unidas estabelece dentre os seus principais objetivos:

Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas colectivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Dado o exposto, pode-se afirmar que a ONU incentiva os países a tomarem medidas pacíficas quando houver perturbação da paz, como ocorre na Síria. Os países não devem, então, agir violentamente, mas sim adotar outras medidas eficazes que gerem a promoção da paz.

No caso hipotético de uma intervenção na Síria, como em qualquer outro, ela deveria ser realizada apenas se verificada a possibilidade de aplicar a intervenção de forma que não lesionasse o direito internacional.

Como visto no tópico anterior, o R2P estabelece alguns critérios para que a intervenção ocorra, quais sejam: autoridade correta, justa causa, intenção correta, último recurso, meios proporcionais e perspectivas razoáveis. A intervenção na Síria poderia até ocorrer de acordo com a autoridade correta e por justa causa, uma vez que seriam países designados pelo ONU para realizarem tal ato e de modo a sanar a violação dos direitos humanos. No entanto, a intenção dos países não seria unicamente de reaver os direitos humanos à população, pois há muitos interesses políticos e econômicos envolvidos. A intervenção também não seria adequada, pois não se esgotou o uso de outros recursos, podendo-se tentar ainda, por exemplo, reaver os direitos dos sírios por meio de táticas não violentas. Em relação a meios proporcionais e perspectivas razoáveis, esses critérios provavelmente seriam violados, uma vez que os países interventores utilizariam de táticas violentas e há indícios de que exagerariam na proporção das mesmas para que houvesse uma desistência do presidente Bashar al-Assad de forma mais célere.

O R2P, de acordo com Duarte (2016),

Foi apenas uma criação teórica feita para garantir que os deveres já existentes não foram esquecidos pela comunidade internacional, e que as normas reais do direito internacional consuetudinário, tais como a proibição do uso de armas químicas ou a proibição da perpetração de crimes de guerra seria cada vez mais supervisionada pela comunidade internacional. Depois que o R2P foi percebido como um tipo diferente de responsabilidade, que derivou não somente de deveres legais mas também de valores morais, perdeu sua esfera absoluta de legalidade e emergiu, mais uma vez, nas mãos da política. A falta de jurisprudência sobre o R2P é de fato um sinal disso: a CIJ nunca afirmou o uso de tal doutrina como norma do direito internacional consuetudinário. De fato, a mera interpretação de vários resoluções, em quase todos os casos de violações dos

direitos humanos, [...] contribuiu para a perda do conteúdo normativo do R2P (DUARTE, 2016, p.19, tradução nossa).

O R2P é, portanto, uma forma da comunidade internacional mostrar ao resto do mundo de que não se esqueceu das violações que um Estado pode cometer contra seu próprio povo. Porém, o referido princípio perdeu seu foco por razões políticas. Dessa forma, ele passa a visar não somente valores morais e legais, mas também políticos e econômicos.

O R2P não tem como ser aplicado em um mundo que priorize a política. Enquanto o globo for separado por potências mundiais, o princípio da soberania do Estado irá prevalecer (NASSER-EDDINE, 2012, p.23).

Um dos criadores do Princípio da Responsabilidade de Proteger, Gareth Evans, afirmou que a Síria possui um ambiente geopolítico diferente. Por exemplo, nenhum país da Liga Árabe seria favorável a uma dura repressão na Síria. Como a Rússia possui um compromisso com o governo de Assad, a Síria possui robustas forças armadas e defesas aéreas. Esses são fatores que dificultariam a intervenção e a tornaria sangrenta. (NASSER-EDDINE, 2012, p.23).

Mesmo se essa intervenção fosse realizada, seus resultados seriam muito graves, como mais mortes de civis, por exemplo. Poderia gerar também impacto nas operações humanitárias, com os atacados atingindo as organizações de ajuda, vistas como ocidentais (HOLMES, 2013). Uma intervenção violenta, que levasse a mais mortes, feriria o requisito da não violência estabelecido pela ONU.

Ao analisar as resoluções do CSNU a respeito da Síria, chega-se a conclusão de que a intervenção não é uma solução viável (principalmente se for levada em consideração a resolução 2016). As resoluções se afastam da premissa da diplomacia e de meios pacíficos para cessar o conflito.

A ineficácia do R2P pode ser justificada pelo fato do princípio ser uma criação teórica para reforçar a comunidade internacional os deveres que a mesma possui perante as nações e a necessidade dela supervisionar as normas reais do direito internacional. Vale ressaltar que a Corte Internacional de Justiça não declarou a R2P como uma norma do direito internacional consuetudinário. Ademais, a R2P não somente pretende fornecer auxílio à intervenção humanitária, mas também impõe aos estados o dever de prevenir atrocidades (DUARTE, 2016).

## 5. Considerações finais

Diante do exposto, pode-se observar que a grave situação em que se encontra a população síria, cercada por conflitos, na qual o próprio governo é o inimigo. A guerra civil traz aos cidadãos uma realidade repleta de hostilidade, com uma massiva violação a direitos humanos.

Para cessar esse cenário, a intervenção internacional até pode figurar como potencial solução, mas não é forma mais adequada, pois apesar de resolver o problema da violação aos direitos humanos, infringe uma série de direitos internacionais.

Mesmo o R2P não poderia ser aplicado na prática, por dois fatores essenciais.

Primeiramente, pelos aspectos políticos. Há uma divergência internacional política em relação à aplicabilidade de uma possível intervenção no país que inviabiliza sua aplicação. Caso a intervenção fosse realizada, seria de forma que violasse o direito internacional.

O segundo fator é a constatação de que uma intervenção, hipoteticamente, estaria fadada à violência, o que viola frontalmente os requisitos para utilização do instituto. Como se viu, caso ocorresse uma intervenção internacional na Síria, suas consequências causariam um impacto negativo à população. Haveria ainda mais mortes de civis, que é justamente o que se quer evitar.

A R2P é, portanto, uma prática que não apresenta efeitos para solucionar uma guerra civil. Tem-se aqui exemplo semelhante ao da Líbia, que estaria fadado ao mesmo fracasso. Na prática, esse princípio se desviou de fatores morais e passou a se concentrar em fatores políticos, visando os interesses dos países Ocidentais, deixando de lado os interesses que melhor atendem a população em necessidade.

Apesar da necessidade de ação internacional para auxiliar a cessação das violações a direitos humanos na Síria, conclui-se que a intervenção não deve ser utilizada nesse caso.

## 6. Referências

ALCARIA, Pedro Ferreira. *Responsibility to protect: um desafio aos Estados*. 2016. Disponível em: <[http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-working-paper\\_DSD\\_responsibility-to-protect\\_um-desafio-aos-estados.pdf](http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-working-paper_DSD_responsibility-to-protect_um-desafio-aos-estados.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2018.

AUGUSTYN, Adam et al (Ed.). *Syrian Civil War: SYRIAN HISTORY*. 2018. Enciclopédia Britânica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Syrian-Civil-War>>. Acesso em: 20 out. 2018.

BARNARD, Anne. *For Syrian Refugees, There Is No Going Home*. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/02/23/world/middleeast/lebanon-syria-refugees-geneva.html>>. Acesso em: 24 out. 2018.

BBC. *Comissão da ONU relata crimes de guerra na Síria e diz não ver solução militar*. 2013. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130911\\_relatorio\\_siria\\_dt](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130911_relatorio_siria_dt)>. Acesso em: 20 out. 2018.

BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida da. ANÁLISE DA PRIMAVERA ÁRABE: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. *Revista Cej*, Brasília, n. 59, p.58-71, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1677/1707%3E>>. Acesso em: 22 out. 2018.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, SÃO FRANCISCO, 1945.

COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE INTERVENÇÃO E SOBERANIA ESTATAL. *The Responsibility To Protect*. 2001. Disponível em: <<http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Pessoas refugiadas da Síria*. 2018. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/pessoas-refugiadas-da-siria>>. Acesso em: 22 out. 2018.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA. *The Responsibility to Protect*. 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/pdf/bgresponsibility.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

DIAS, Luis Henrique Reis. *Da responsabilidade de proteger à perspectiva brasileira: a responsabilidade ao proteger*. 2012. Disponível em: <[http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2012/relatorios\\_pdf/ccs/IRI/IRI-Luis%20Henrique%20Reis%20Dias.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2012/relatorios_pdf/ccs/IRI/IRI-Luis%20Henrique%20Reis%20Dias.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2018.

DUARTE, Francisco de Abreu. *A Responsabilidade de proteger (R2P) e a crise síria dos refugiados: uma oportunidade perdida*. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/epub/v3n2/v3n2a03.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

ESCRITORIO DE DEMOCRACIA (Estados Unidos). Departamento de Estado. *SYRIA 2017 HUMAN RIGHTS REPORT*. 2017. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/277509.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

EVANS, Gareth. *The Responsibility to Protect: Ending Mass Atrocity Crimes Once and for All*. 2008. Disponível em: <<http://www.gevans.org/r2pbook.html>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FERREIRA, Carlos Wagner Dias. A “responsibility to protect” no caso de violação de direitos humanos: Um conceito em busca de juridicidade e legitimidade decisória. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 49, n. 194, p.241-259, abr. 2012. Trimestral. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496588/000952703.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Conheça as diferenças entre xiitas, alauitas e sunitas*. 2012. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/1173422-conheca-as-diferencas-entre-xiitas-alauitas-e-sunitas.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2018.

\_\_\_\_\_. *O Islã e suas divisões*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2015/11/121840-o-islã-e-suas-divisoes.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2018.

GUZZO, Morgani. *Histórias de Ruanda e o retrato do genocídio: intersecções entre Jornalismo e Cinema*. 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2298-1.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

HAMANN, Eduarda Passarelli. *A “Responsabilidade de Proteger” e “ao Proteger”: breve histórico e alguns esclarecimentos*. 2012. Disponível em: <<https://vdocuments.site/a-responsabilidade-de-proteger-e-ao-proteger-breve-historico.html>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

\_\_\_\_\_; MUGGAH, Robert. *A implementação da responsabilidade de proteger: novos rumos para a paz e a segurança internacional?* 2013. Disponível em: <[https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/03/e-Book\\_R2P\\_PT\\_16abr.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/03/e-Book_R2P_PT_16abr.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2018.

HOLMES, John. *Does the UN's Responsibility to Protect necessitate an intervention in Syria?* 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/aug/28/syria-intervention-un-responsibility-to-protect>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MANFREDA, Primoz. *The Difference Between Alawites and Sunnis in Syria*. 2018. Disponível em: <<https://www.thoughtco.com/the-difference-between-alawites-and-sunnis-in-syria-2353572>>. Acesso em: 21 out. 2018

MELLO, Jezreel Antonio. *A soberania e a responsabilidade de proteger*. 2013. Disponível em: <[http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/jezreel\\_mello.pdf](http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/jezreel_mello.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2018.

NASSER-EDDINE, Minerva. *How R2P failed Syria*. 2016. Disponível em: <<http://www.flinders.edu.au/sabs/sis-files/history/FJHP/Volume%2028/Minerva%20Nasser-Eddine%20-%20Forum%20-%20from%20FJHP%20Vol%2028%202012.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

O GLOBO. *Rússia e China vetam resolução sobre a Síria na ONU*. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/russia-china-vetam-resolucao-sobre-siria-na-onu-3879979>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

ONU- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. *Refugiados*. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>>. Acesso em: 19 out. 2018>.

ONU. *Artigo: mundo não deve dar as costas à crise de refugiados da Síria*. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-mundo-nao-deve-dar-as-costas-a-crise-de-refugiados-da-siria/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

RAMINA, Larissa; STEIN, Elisa Tomio. *Intervenções Humanitárias: a guerra da Líbia em nome dos direitos humanos*. 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=832353270aacb6e3>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

ROCHA, Rafael Assumpção. *A aplicabilidade da Responsabilidade de Proteger na crise Líbia de 2011*. 2013. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/A-aplicabilidade-da-responsabilidade-de-protoger-na-crise-l%C3%ADbia-de-2011.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

SANCHA, Natalia. *Mais de 500 mil mortos em sete anos de Guerra na Síria*. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/12/internacional/1520865451\\_577510.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/12/internacional/1520865451_577510.html)>. Acesso em: 21 out. 2018.

SANT'ANA, Pablo Martins Santos. Consequências da Primavera Árabe na Síria: uma nova diáspora em questão? *Revista de Geopolítica*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p.68-79, jun. 2018. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/197/193>>. Acesso em: 24 out. 2018.

SANTOS, Júlia Mendes Martins dos; SILVA, Laura Carolina Fonseca; SOUZA, Thaís Santos. *Intervenção da OTAN no Kosovo*. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/viewFile/12804/12457>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

SOARES, João Victor Scomparim. *A Guerra Civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos*. 2018. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie---a-guerra-civil-na-siria---atores-interesses-e-desdobramentos.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

SOUZA, Carlos Eduardo Cardoso et al. *Guerra Civil na Síria: atores internos, jogos de poder e possíveis reflexos para o Brasil a partir da situação dos refugiados desse conflito*. 2017. Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/xiv\\_cadn\\_a\\_guerra\\_civil\\_na\\_siria.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn_a_guerra_civil_na_siria.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2018.

UFMG. *Fragmentação da oposição a Bashar al-Assad agrava guerra na Síria*. 2018. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/fragmentacao-da-oposicao-a-bashar-al-assad-agrava-guerra-na-siria-afirma-especialista>>. Acesso em: 21 out. 2018.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira Neto

Data de envio: 10/12/2018

Data de aprovação: 22/12/2018

Como citar:

GONÇALVES, Luisa Cortat Simonetti; NATAL; Amanda Cesconeti Martins. Guerra civil síria: análise da possibilidade de intervenção internacional e o princípio da responsabilidade de proteger. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 173-191, dez 2018.

## Esboço para uma crítica marx-engelsiana da Utopia

*Outline for a Marxist-Engelsian Critique of Utopia*

*Esbozo para una crítica marx-engelsiana de Utopía*

Murilo Leite Pereira Neto<sup>1</sup>

**Resumo:** Objetivamos com este trabalho traçar os fundamentos teóricos que servem de base para a crítica marx-engelsiana ao pensamento utópico. A questão aqui aventada constitui certamente um capítulo importante desses recém-ultrapassados 500 anos da publicação da obra maior de Thomas More, *Utopia*. A relevância da crítica marx-engelsiana ao utopismo pode ser mensurada tendo em conta, por um lado, a valorização da utopia por parte de autores marxistas da envergadura de Ernest Bloch e Michel Löwy, e, por outro lado, o beco sem saída a que nos conduz o pensamento liberal, seja ele mais ou menos apologético da sociabilidade capitalista, reacionário ou progressista, mas que, à sua maneira, também articula visões utópicas (capitalismo democrático, verde, humanizado etc.). Desse modo, retornar à crítica dos revolucionários alemães em pleno século XXI não remete a qualquer tentativa de presentificação, mas à procura do fio da meada do pensamento “crítico e revolucionário” capaz de vislumbrar uma ação transformadora antiutópica.

**Palavras-chave:** utopia; Revolução; crítica marx-engelsiana.

**Abstract:** We aim to work out the theoretical foundations that are the basis for a Marxist-Engelsian critique of utopian thinking. The issue ventured here is certainly an important chapter of the outlived 500 years from the publication of Thomas More's greatest work, *Utopia*. The relevance of Marxist-Engelsian critique of utopianism can be measured taking into account, on the one hand, a valuation of utopia by important Marxist authors like Ernest Bloch and Michel Löwy, and, on the other hand, the dead end to which liberal thinking takes us, being more or less apologetic of capitalist sociability, reactionary or progressive, also articulating its own utopian visions (democratic, green, humanized capitalism, etc.). Thus, resume the German revolutionaries' critique in the 21<sup>st</sup> century doesn't assay any improper actualization, but the attempt to present a process of analysis of the critical and positive impact of a transforming anti-utopian action.

**Keywords:** utopia; Revolution; marx-engels' critic.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: murilo.leite.pereira@gmail.com

**Resumen:** Objetivamos con el trabajo trazar los fundamentos teóricos que son base para una crítica marx-engelsiana al pensamiento utópico. La cuestión aquí se presenta como un capítulo importante, más de 500 años de la publicación de la obra mayor de Thomas More, *Utopía*. La relevancia de la crítica de Marx e Engels puede ser mensurada teniendo en cuenta, por un lado, una valorización de la utopía por parte de los autores marxistas de la envergadura de Ernest Bloch y Michel Löwy, y, por otro lado, el callejón sin salida a que conduce el pensamiento liberal, más o menos apologético de la sociabilidad capitalista, reaccionario o progresista, pero que, a su manera, también articula visiones utópicas (capitalismo democrático, verde, humanizado, etc.). De este modo, volver a la crítica de los revolucionarios alemanes en el siglo XXI no da lugar a una presentificación, sino busca un pensamiento “crítico y revolucionario” capaz de una acción transformadora antiutópica.

**Palabras clave:** utopia; Revolución; crítica marx-engelsiana.

## 1. Introdução

A questão aqui aventada constitui certamente um capítulo importante desses recém-ultrapassados 500 anos da publicação da obra maior de Thomas More, *Utopia*. Objetivamos com este trabalho delinear os fundamentos teóricos da crítica ao utopismo, presente nas obras de Marx e Engels e que toma corpo e musculatura própria na polêmica contra os chamados socialistas utópicos, caso particular e mais conhecido.

A relevância da crítica marx-engelsiana ao utopismo pode ser mensurada tendo em conta os seguintes elementos: por um lado, a valorização da utopia por parte de autores marxistas da envergadura de Ernest Bloch e Michel Löwy, e, por outro lado, o beco sem saída a que nos conduz o pensamento liberal, seja ele mais ou menos apologético da sociabilidade capitalista, reacionário ou progressista, mas que, à sua maneira, também articula visões utópicas (capitalismo democrático, verde, humanizado etc.). Desse modo, retornar à crítica dos revolucionários alemães em pleno século XXI não remete a qualquer tentativa de presentificação, mas à procura do fio da meada do pensamento “crítico e revolucionário” capaz de vislumbrar uma ação transformadora antiutópica. Nossa hipótese é que esse pensamento *crítico e revolucionário* de Marx e Engels, ainda repleto de potencialidades, conduz a uma saída outra, que não é utópica (tomando, inclusive, a utopia como algo positivo, isto é, por algo que se deveria cultivar, estimular) nem é afeita à resignação liberista, distópica *par excellence*.

Embora o trabalho não forneça ao leitor os fios de Ariadne para que ele possa segui-lo e, então, encontrar a saída do labirinto chamado pensamento utópico, o qual ganhou, mais fortemente que no século XIX, novos desdobramentos ao longo de todo o século XX e, porque não, XXI, este trabalho perfaz dois argumentos que, acreditamos, podem compor um quadro mais geral e resolutivo acerca da funcionalidade transformadora das utopias – a crítica marx-engelsiana deixou traços fundamentais nesse quadro e será por ela que seguiremos aqui. Assim, defenderemos que nos escritos de 1843 – 1846 os autores em relevo fundam a base teórica do pensamento que, no futuro, especialmente no pós-1848, será profunda e diretamente crítico ao utopismo; em seguida, e isso quer dizer no tópico seguinte, procuramos explicitar, na imanência dos textos, a crítica, agora sim, direta e resolvida aos pensadores chamados utópicos. Portanto, já adiantando, não compreendemos a crítica de Marx e Engels aos ditos socialistas utópicos **apenas** como uma querela de época, fruto da evidente disputa política que havia no seio do movimento dos trabalhadores.

Cabe ainda nessa pequena introdução tentarmos resolver – mesmo que de forma provisória, para que possamos caminhar no problema colocado – a intrincada questão da relação entre o pensamento de Marx e o de Engels, afinal, referimo-nos a uma crítica unitária de ambos, isto é, marx-engelsiana.

É certo que a crítica explícita ao utopismo está mais presente na obra engelsiana. No entanto, pensamos que isso se deve a certa divisão do trabalho acordada entre os dois autores, amigos e companheiros de uma vida, na qual Engels se colocou como “segundo violino” da dupla, ficando com a difícil missão de defender na imprensa periódica o pensamento compartilhado por ambos. Engels de certo modo liberou Marx do enfrentamento público e das diversas polêmicas para que o “Mouro” pudesse se dedicar à sua grande obra teórica, *O capital*, que ainda assim permaneceu inacabada, por uma série de motivos que fogem muito ao escopo deste trabalho. Para nos sustentar nessa posição, citamos uma passagem bastante esclarecedora de Engels:

Em consequência da divisão do trabalho acordada entre mim e Marx, cabia-me defender **nossas concepções** na imprensa periódica e principalmente, portanto, na luta contra opiniões adversárias, para que Marx dispusesse de tempo para elaborar sua grande obra principal (ENGELS, 2015, p. 28, grifo nosso).

Como E. P. Thompson (1981) gostava de citar sempre que possível, “deixar o erro sem refutação é estimular a imoralidade intelectual”, por isso, não negligenciamos que haja diferenças

substantivas entre as obras de Marx e de Engels, isso tanto no método de investigação quanto nas suas exposições. Aqui, apenas colocamos de lado a diversidade para lançar luz sobre um ponto compartilhado por ambos os pensadores, a crítica decidida ao pensamento utópico. Após o ano de 1848, data de publicação do *Manifesto Comunista*, o erro do utopismo não poderia mais passar sem a devida refutação, sob pena de não só estimular a imoralidade intelectual, como alertava o historiador inglês, como conduzir o movimento operário ao caminho do reformismo e até mesmo do reacionarismo. Esse, portanto, será o fio condutor do presente trabalho e também o critério balizador da unidade entre as visões de Marx e Engels.

## 2. Breves comentários acerca da tentativa de reabilitação do utopismo

Desde a publicação da obra de Thomas More, *Utopia*, transcorreram pouco mais de 500 anos de intensos e calorosos debates, de maneira que qualquer tentativa de estabelecer o *estado da arte* acerca do pensamento utópico, seja ele favorável ou crítico a tal posição, iria além dos limites tanto deste trabalho quanto do próprio autor que o assina. Portanto, neste breve tópico, brevíssimo diria, procuramos expor certas noções mais correntes do sentido de utopia, mostrando que seus usos estão para todos os gostos e matizes político-filosóficas. Além disso, apontamos também para certa tentativa de reabilitar o pensamento utópico como alternativa crítica e positiva de solução das famosas questões sociais e também como forma de pensar transformações mais radicais da sociedade.

A confusão, que aparece também como certa disputa, em torno do significado de utopia pode ser observada, por exemplo, para que o objeto em questão não fuja dos nossos olhares, no debate sobre o caráter utópico ou não da obra de Marx e Engels (e do marxismo de um modo geral). Não é raro encontrar entre as críticas ao pensamento dos autores alemães a acusação de que seriam eles, *logo eles*, utópicos. Na listagem de Terry Eagleton (2012), a citada acusação figura próxima do topo da lista de outras tantas acusações contra a dupla. O autor inglês de maneira bastante didática sintetiza a argumentação detratora do seguinte modo:

O marxismo é um sonho de utopia. Ele crê na possibilidade de uma sociedade perfeita, sem dificuldades, sofrimentos, violência ou conflito. Sob o comunismo não haverá rivalidade, egoísmo, possessividade, competição ou desigualdade. Ninguém será superior ou inferior a outrem. Ninguém trabalhará, os seres humanos viverão em total harmonia uns com os outros, e o fluxo de bens materiais será interminável. Essa visão espantosamente ingênua brota de uma fé crédula na natureza humana. A maldade humana é simplesmente ignorada. Por sermos criaturas naturalmente egoístas, aquisitivas, agressivas e competitivas, e por não existir engenharia social capaz de alterar tal fato faz com que tudo isso, simplesmente, seja esquecido. A visão pueril de Marx

sobre o futuro reflete a irreabilidade absurda de sua política como um todo (EAGLETON, 2012, p. 47).

Não cabe aqui rebater cada um dos desdobramentos da referida crítica acusatória do suposto utopismo de Marx e Engels, afinal, de algum modo, Eagleton já o faz em seu livro, espécie de crítica ao catecismo antimarxista. Alude-se apenas para a concepção negativa do termo utopia, tomado como sinônimo de algo irrealizável, onírico, idílico. Esse tipo de pensamento passou a senso comum em parte devido ao colapso do “mundo soviético” ou, mais genericamente, do “Socialismo Real”, que fortaleceu a posição segundo a qual o comunismo não passa de uma ideia inviável, portanto, utópica. A obra *O fim da história e o último homem*, de Francis Fukuyama, publicada 1992, uma versão estendida do seu artigo *The end of History*, publicado no *The National Interest*, em 1989, se não é o mais importante representante desse tempo de “expectativas reduzidas” (ARANTES, 2014), é, sem dúvida, o mais famoso. A defesa que o autor faz da vitória final do liberalismo e do ocidente, embora apareça ao olhar desatento como um puro realismo, não passa, ela sim, de uma utopia com sinal trocado, o que a literatura do século XX costumou chamar distopia.<sup>2</sup>

Jacob Gorender, em seu livro *Marxismo sem utopia*, (1999), também adota posição crítica ao utopismo, ainda que caminhe em sentido contrário ao da tese que propugna o “fim da história” e também dos críticos reacionários do marxismo. A posição adotada por Gorender figura como uma espécie de crítica interna do marxismo, nesse sentido, uma autocrítica, pois, segundo ele, o próprio marxismo deve se livrar das reminiscências utópicas para seguir no projeto de transformação social profunda. O autor brasileiro defende, nesse ponto, assemelha-se à crítica não-marxista, que há incrustações utópicas na obra dos autores d’A *Ideologia Alemã*. Portanto, não foram apenas os críticos do marxismo que viram, ao nosso ver erradamente, inspirações utópicas em Marx e Engels. O utopismo que resiste na obra marx-engelsiana não passa, nas palavras do autor brasileiro, de “indício de fraqueza”, pois “recorre-se à fantasia porque a realidade prático-concreta nega suporte ao objetivo proclamado” (1999, p. 10). Manteve-se no autor d’O *escravismo colonial* a ligação entre utopia e algo relativo à fantasia. Como antes, não nos importa agora rebater tal afirmação, cabendo tão somente remeter a certa concepção negativa de utopia, vista, desse ponto de vista, como sinônimo de algo irrealizável.

---

<sup>2</sup> Importante referir que a resposta a Fukuyama não tardou. Ainda em 1992, Perry Anderson (1992) publicou sua obra *O fim da história – de Hegel a Fukuyama*.

Por outro lado, há sim, no amplo e heterogêneo terreno do marxismo, aqueles que buscam na utopia uma saída possível para o marasmo criativo e de pouco potencial emancipador presente muitas vezes na vida cotidiana da sociedade civil-burguesa, reino de devassidão e miséria, como anunciava Hegel, ponto que não passou ao largo, como veremos, das considerações de Marx e Engels. Em se tratando, pois, da valorização da utopia, não podemos deixar de citar um dos grandes e mais entusiasmados combatentes desse fronte no século XX, Ernest Bloch, ainda pouco estudado no Brasil e autor de obras como *Espírito da utopia*, *Thomas Münzer, Teólogo da Revolução* e *O princípio esperança* (3 vols).

Ernest Bloch, buscando se diferenciar do que chamou de “utópicos abstratos”, esses sim, na visão do autor, merecem ser criticados, busca reabilitar a utopia, agora como aquilo que ele chama de “utopia concreta”. Da superação da “rígida antítese entre sobriedade versus entusiasmo”, diz o marxista alemão, resulta um marxismo capaz de trabalhar com a “antecipação precisa e a utopia concreta” (BLOCH, 1973, p. 34). Sem poder nos aprofundar nesse tema blochiano, poder-se-ia verificar até que ponto essa “antecipação precisa” se aproxima ou se distancia da noção de tendência, termo mais próximo do que se poderia chamar de uma gramática marxiana. Quanto à última expressão, “utopia concreta”, teria íntima relação com o que ele chamou de “romantismo revolucionário”, que não se assemelha ao quixotismo, do tipo extemporâneo, já que aquele possui um caráter sóbrio e entusiasmado; o revolucionário blochiano, da utopia concreta, está mais para Thomas Müntzer do que para o grande personagem de Cervantes.

A “utopia concreta”, onde se colocam as ações do revolucionário blochiano, é o caminho que se faz não rumo ao horizonte inatingível, fantástico, aquele dos exemplos anteriores, mas ao inexistente fático. Move-se em direção daquilo que **ainda** não existe, daquilo que “não pode envelhecer e não pode ser ultrapassado” (BLOCH, 1973, p. 168), se faz “como o processo latente do mundo ainda inacabado” (BLOCH, 1973, p. 136). O fim almejado é atingível, portanto; até porque já existe enquanto potência. Para que não reste dúvida acerca do tamanho da valorização da utopia, cita-se uma passagem exemplar desse que é sem dúvida um dos mais criativos filósofos do século XX:

Real humanism is entirely synonymous, in regard to what is mediated in accordance with its proper tendency, and its latent, still ideal content, with concrete utopia—that paradox for all empiricists which first arose and, indeed, became a possibility, in the Twenties. Actual utopia is an apparent contradiction in adjecto, and was all too soon taken all too lightly; it signifies that utopian possibilities are established in the concreteness and openness of the material of history: indeed, of the material of nature

itself. This is the objectivereal possibility which surrounds existing actuality with tremendous latency, and affords the potency of human hope its link with the potentiality within the world. Concrete utopia is bound up with dialectical materialism, and prevents it from defaulting-prevents it from discarding its visions of a goal ahead and gives it the novum of a dialectical-utopian materialism. This is a wide field occupied by matter itself, as a "being-in-possibility," as a potentiality pregnant with new though distant modes of life-leading to the "naturalization of man" and the "humanization of nature," as Marx, implicitly refuting any denial of far-distant objectives, put it in the Economic and Philosophic Manuscripts (BLOCH, 1973, p. 172).

Essa parece ser a mais *promissora* tentativa de reabilitação do utopismo, bastante influente dentro do círculo marxista ocidental. A utopia aí é encarada não como sinônimo de fantasia, de algo irrealizável, mas enquanto potência, como algo que não existe propriamente, **de fato**, ou seja, com todas as suas determinações, mas está latente na realidade. Por esse caminho é que segue a defesa blochiana do materialismo dialético utopista, que, segundo nossa compreensão, teria como centro a capacidade da “antecipação precisa”. Infelizmente, não poderemos ir além do que foi dito. Retemos de Bloch o entendimento de que a utopia é algo concretizável, e mais, uma presença na própria realidade, embora até possa não ter ainda se tornado ela mesma uma realidade factual.

Há também os mais pragmáticos, para quem a utopia não passa de um horizonte, que, embora inatingível, serve como uma espécie de estímulo, por isso, nessa visão, não se retém a utopia como algo negativo, que se procura evitar. Aqui, o que se nega em concreção se ganha em estímulo. Nesse caso, a utopia é justamente valorizada por seu conteúdo inalcançável, porém, animador. Versão poética dessa vertente talvez possa ser encontrada nas palavras de Eduardo Galeano, que, ao falar do “direito ao delírio”, relata uma palestra em que fora perguntado, por um dos ouvintes, “Para que serve a Utopia?”. Sem saber o que dizer, conta ele que o rapaz lhe respondeu que a utopia, embora nunca alcançável, é como o horizonte. A cada passo que se caminha, ela se a afasta por igual distância, portanto, mesmo que nunca a alcancemos, ela nos faz caminhar. Sendo esse o serviço prestado pela utopia.

Deixando a poesia de lado e a beleza inquestionável da obra de Galeano, podemos retirar dessa última visão certo praticismo na valorização do utopismo, concepção que se repete, por exemplo, na obra científica de Thomas Piketty, na qual resgata o idílio do Estado de Bem-Estar Social, agora, reabilitado como a utopia do século XXI. Aclamada pela *crítica* e por uma parcela considerável da militância de esquerda, nos últimos anos, poucas obras causaram tanta agitação, entre acadêmicos e partidos políticos, como *O capital no século XXI* do economista francês. Em um breve momento, de euforia ligeira, chegou a concorrer ao posto de obra que substituiria *O*

*capital* de Marx, pois supostamente a do francês viria atualizar essa última. Essa parece ter sido, pelo menos, a intenção dos editores. A concorrência, no entanto, ficou mais por parte da opinião pública, o francês não cansou de negar qualquer pretensa aproximação com o marxismo e com o revolucionário alemão. Investigando a fundo, não há motivos para acreditar que tal obra substituiria a *magnum opus* de Marx, pois, embora Piketty revele, em dados, a crescente tendência concentradora do capital e a falácia do *no pain, no gain* capitalista, a saída do economista, completamente distinta do “apocalipse marxista” (PIKETTY, 2013, p. 16), é uma não-saída, pois aposta na democracia representativa e no *revival* do Estado Social. Contudo, ele não abre mão de uma referência utópica, que aqui nos interessa, bastante rebaixada que se diga, afinal teria por base o imposto progressivo sobre o capital. Quanta ambição! Observe-se na dicção do próprio Piketty, o qual escreve que:

Para regular o capitalismo patrimonial globalizado do século XXI, não basta repensar o modelo fiscal e social do século XX e adaptá-lo ao mundo de hoje.

Uma reatualização adequada do programa social-democrata e fiscal-liberal do século passado é indispensável, como tentamos mostrar nos Capítulos 13 e 14 ao nos dedicarmos a duas instituições fundamentais inventadas no século XX que devem continuar desempenhando um papel central no futuro: o Estado social e o imposto progressivo sobre a renda (PIKETTY, 2014, p. 637).

Segue o autor descrevendo o seu “beco sem saída”, diz ele:

Contudo, para que a democracia possa retomar o controle do capitalismo financeiro globalizado neste novo século, também é necessário inventar novos instrumentos, adaptados aos desafios de hoje. O instrumento ideal seria um imposto mundial e progressivo sobre o capital, acompanhado de uma grande transparência financeira internacional (PIKETTY, 2014, p. 637).

A “*utopie utile*”, que na expressão já revela o seu caráter anêmico, como ele chama sua proposta de imposto mundial sobre o capital, logo incorporada à plataforma de inúmeros movimentos e partidos de esquerda, não traz nada de novo, pois, mais uma vez, apela para a messiânica vontade política dos Estados, acreditando que o problema do capitalismo é a falta de regulação e, portanto, deve-se confiar ao terreno do direito e da política o inglório papel de “educar” o capital, que, por sua vez, deverá se contentar em ganhar menos. Em algum sentido, a utopia útil de Piketty segue o utopismo prático-poético de Galeano. Utopia figura como uma visão fantasiosa de um objetivo inalcançável que serve (a pergunta não era *para que serve a utopia?*) unicamente para fazer seguir em frente, progredir, sendo, assim, uma aliada do progresso. Tal concepção é explicitada pelo próprio francês:

[...] mesmo que uma instituição ideal não se torne realidade num futuro previsível, é importante tê-la como ponto de referência, a fim de avaliar melhor o que as soluções

alternativas oferecem ou deixam de oferecer. Veremos que, na falta de uma solução dessa natureza — que para ser completa exigiria um nível muito elevado e sem dúvida pouco realista de cooperação internacional no médio prazo, mas que pode ser realizada de maneira gradual e progressiva para os países que a desejarem (desde que sejam numerosos o suficiente, como na Europa) —, é provável que prevaleçam diversas formas de reações nacionalistas (PIKETTY, 2014, p. 637).

Sem dúvida, a utopia útil de Piketty caminha no mesmo sentido das propostas de juristas como Rawls (2008), Bobbio (2004), Gargarella (2010) e Delmas-Marty (2002), todos crentes na capacidade dos Estados de controlar o capital. Essa crença apenas tem conduzido ações e alternativas (que não são verdadeiras alternativas) aquém do capital, parafraseando a famosa obra de Mészáros. Esses pensadores do aquém desconhecem que é:

[...] absolutamente impossível construir uma alternativa viável ao modo de controle sócio-metabólico do capital com base numa forma interna, conjuntural de administração do sistema; uma forma que dependa da expansão e acumulação saudáveis do capital como precondição necessária de seu próprio modo de operação (MÉSZÁROS, 2011, p. 26).

No soporífero mercado das utopias, há as que criticam a sociedade capitalista, essas realmente tem seu valor, como é o caso de Bloch, mas também há as que propõem certas conciliações, pequenas reformas, alguns ajustes, o que já aponta para uma tendência utópica decadente do nosso tempo – lembremos da utopia de Piketty, imposto progressivo. A distopia, como mostra a produção literária, parece ser o único desfecho possível para a utopia do capitalismo humano e responsável, social por assim dizer.

Talvez tenhamos que, finalmente, assumir para nós mesmos nossa incapacidade de ainda sermos utópicos, como aponta Günther Anders (2013), em suas *Teses para uma Era Atômica*<sup>3</sup>, ou como cantava uma famosa banda de punk alemã, “der traum ist aus”, *o sonho acabou*, ao que completa, “aber ich werde alles geben, das er Wirklichkeit wird”, *mas vou dar tudo para que se torne realidade*. A condição atual para a transformação social mais profunda é justamente reconhecer a impotência de projetos utópicos sem abrir mão da capacidade revolucionária de “dar tudo” de si em prol do projeto, da Causa – não mais utópica, *científica*, diria Engels – de transformar radicalmente a sociedade. A Revolução Russa de 1917 não foi um projeto utópico, a Revolução Cubana de 1959 muito menos. Se Lênin estava certo e “somente a verdade é revolucionária”, não há outro caminho para encontrá-la que não seja na investigação da própria

<sup>3</sup> Na 9ª tese, Anders, embora não renuncie à tentação de nos chamar utopistas, ele agrega a esse último termo o qualificativo “invertidos”. Seríamos, portanto, “utopistas invertidos”, pois “enquanto os Utopistas comuns são incapazes de produzir de fato o que são capazes de imaginar, nós somos incapazes de imaginar o que estamos de fato produzindo”.

realidade efetiva, sem escapismos. Nesse sentido, é fundamental redescobrir a crítica marx-engelsiana do socialismo utópico e, mais ainda, os fundamentos de tal crítica.

Começemos pelo fundamento, pois.

### 3. Crítica a Hegel: fundamentos da futura crítica do utopismo

O objetivo do presente tópico é situar, ainda que de forma breve, a crítica de Marx, que também será de Engels, como demonstram seus trabalhos em conjunto, ao pensamento especulativo, em especial ao de Hegel e dos jovens hegelianos. Acreditamos que, de um modo geral, as bases – os referidos fundamentos – para a crítica do utopismo estão postas nas obras escritas entre os anos de 1843 – 1846, obras que terão primazia na análise que segue.

Depois de quase dois anos envolto pelas atividades jornalísticas, nas quais a “obrigação de opinar” sobrepujava a investigação científica mais profunda, tendo entrado em contato também com os “chamados interesses materiais”, que o confrontaram com as insuficiências do seu aporte filosófico, em 1843, Marx se demite do posto de editor-chefe da Gazeta Renana e segue rumo ao seu “gabinete de estudos” (MARX, 2008, p. 46), situado em Kreuznach. Foi lá que Marx deu os primeiros passos para a crítica decidida do pensamento hegeliano, até aquele momento, a filosofia do seu mundo e também aquela que ele abraçara desde 1837-1838, nos tempos universitários de Berlim.

A crítica ao pensamento especulativo não parte de uma necessidade interna, psicológica, como um filho que rompe com o pai, mas segue levando em suas veias o material genético do preceptor, a questão se aproxima mais do que Chasin (2009, p. 67) chamou de “espírito em mutação”, pois, na verdade, a crítica toma a forma de uma verdadeira “antítese direta”, como o próprio Marx, em *O capital*, se refere à relação que mantivera com a dialética hegeliana - é esse também o enfoque dado pelo professor Sartori (2014), quando resolve discorrer sobre a complexa relação Marx-Hegel. Como dito, é assim que Marx escreve em *O capital*:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2013, p. 129).

A gênese desse pensamento antitético ao de Hegel pode ser encontrada nos *Manuscritos de Kreuznach*, escritos em 1843, mais conhecidos como *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2010b). Nessa obra, criticando a inversão sujeito/predicado da filosofia hegeliana, Marx

não deixa espaço para uma futura saída utópica, **como veremos**, ainda que se encare o projeto utópico, em muitos aspectos, como crítico do existente ou mesmo como uma “utopia concreta”, isso simplesmente não faz sentido algum tendo em conta a textualidade do pensamento marxiano, o que não tira o mérito criativo dos autores do século XX e do atual. Nossa defesa é que resgatar os supostos sentidos revolucionários do pensamento utópico exige uma desvinculação com o pensamento de Marx e Engels.

Ainda que na crítica a Hegel, Marx não esteja polemizando com os pensadores utópicos, esse texto expressa o novo ponto de partida da análise marxiana, que servirá de alicerce para as futuras posições. O pensamento hegeliano não expressa a realidade como ela mesma, disse Marx (2010b, p. 30) nesse texto, “mas sim como uma outra realidade”, e mais, “a Ideia real tem como sua existência não uma realidade desenvolvida a partir dela mesma, mas da empiria ordinária, comum”. O determinante não é a própria realidade efetiva, as relações reais, os homens reais, mas o pensamento, sendo a ideia uma espécie de demiurgo do real. Desse modo, no pensamento especulativo, há uma lógica prévia que se impõe ao objeto. Marx se coloca ao longo de toda sua produção intelectual contra qualquer lógica prévia, não somente àquela de matriz hegeliana. Por isso, é tão fundamental compreender com precisão a passagem representada pela crítica ao pensamento especulativo, já que a crítica marx-engelsiana também irá identificar, no momento do embate direto com os socialistas utópicos, certa tendência desses teóricos e agitadores imporem à realidade uma lógica prévia.

Diante da completa incapacidade das condições objetivas em fornecer saídas para a situação de crescente pauperismo e sofrimento a que eram sujeitos os trabalhadores assalariados e também os camponeses, recorria-se, no caso dos socialistas utópicos, à razão pensante, de onde deveria partir a solução para superar todas essas condições, de maneira que se tratava “de inventar um novo sistema mais perfeito de ordem social e outorgá-lo à sociedade a partir de fora, mediante a propaganda e, quando possível, pelo exemplo de experimentos-padrão” (ENGELS, 2015, p. 291). A solução “desde fora”, voluntarista e que impõe sua lógica à realidade, é completamente incompatível com o pensamento marxiano e engelsiano, pois, como fica claro na crítica a Hegel, a objetividade tem sim prioridade ontológica frente ao sujeito e sua consciência. Marx argumenta que Hegel “não desenvolve seu pensamento a partir do objeto, mas desenvolve o objeto segundo um pensamento previamente concebido na esfera abstrata da lógica [...] uma clara mistificação” (2010b, p.36). Até certo ponto, os socialistas utópicos também são mistificadores.

Marx ainda acusa a inversão sujeito/predicado presente na obra hegeliana, no caso específico dos *Manuscritos de Kreuznach*, o foco é todo centrado na *Filosofia do Direito*, obra publicada em 1820/21. O autor em análise condena o pensamento que parte “da ‘Ideia’ ou da ‘Substância’ como sujeito, como essência real, de modo que o sujeito real aparece apenas como último predicado do predicado abstrato” (2010b, p.38). Segundo Marx, no pensamento especulativo hegeliano, a ideia cria o real, ela o motor, tendo, desse modo, um procedimento no qual uma lógica prévia, pensada, comanda a própria realidade, portanto, mais que o conhecimento da realidade, não se trata de epistemologia simplesmente, sujeito e objeto tornam-se idênticos, o que termina por prejudicar a crítica. Dito na dicção de Marx temos que:

O trabalho filosófico não consiste em que o pensamento se concretize nas determinações políticas, mas em que as determinações políticas existentes se volatilizem no pensamento abstrato. O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado serve à demonstração da lógica (MARX, 2010b, p. 38 e 39).

Sartori (2014, p. 693), ao abordar a crítica marxiana ao pensamento de Hegel, explica que esse último põe no mesmo nível lógica e realidade efetiva ao passo que para Marx “um ser não objetivo é um não-ser” (2010c, p. 127). Nos *Manuscritos de 1844*, mais conhecidos como *Manuscritos econômico-filosóficos* (2010c), na parte reservada à crítica ao pensamento hegeliano, crítica que acompanha toda a produção intelectual de Marx e também de Engels, o primeiro deixa a questão ainda mais límpida, dizendo que “[...] um ser não objetivo é um ser não efetivo, não sensível, apenas pensado, isto é, apenas imaginado, um ser da abstração” (2010c, p. 128), nesse sentido, um ser da abstração é um ser sem história, portanto, sem gênese.

Daí, a partir desse fundamento, podemos dizer que se referir à suposta gênese de uma sociedade dita utópica, que surge, antes, devido a um plano abstraído das verdadeiras condições, como certa imposição da consciência, é um verdadeiro contrassenso. Para Marx e Engels, disso não se pode ter dúvidas, uma nova sociedade nasce das entranhas da velha sociedade, não de um processo natural-espontâneo, claro, mas de um ato artificial, no qual a violência tem seu papel reservado. Nas palavras do próprio Marx:

Todos eles [os métodos que visaram encurtar a transição do feudalismo para o capitalismo], porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 2013, p. 998).

Muito antes de *O capital*, Marx e Engels já haviam escrito no *Manifesto Comunista* (2005), em 1848, que a sociedade burguesa moderna “brotou das ruínas da sociedade feudal” (ENGELS; MARX, 2005, p. 40), portanto, “a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento [que inclui também uma gênese], de uma série de transformações no modo de produção e de circulação” (ENGELS; MARX, 2005, p. 41). Pois que fique bastante claro ao leitor, história para Marx e Engels é um processo que envolve gênese, desenvolvimento e perecimento. Nos *Grundrisse*, Marx diz que *uma chave possível*<sup>4</sup> para a anatomia do macaco é a anatomia do ser humano, com isso, revela os nexos entre passado e presente, por isso, diz ele:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc (MARX, 2011, p. 58).

Por onde quer que se olhe, as portas estão cerradas ao utopismo, já que esse último propõe verdadeiro *salto mortale*, se muito, no qual os nexos entre passado e presente são esquecidos em nome de uma espécie de fundacionismo completamente além-da-história, quando não são, como é o caso da utopia do capitalismo humanitário, aquém-da-história. O que se chama aqui de fundacionismo, típico dos utópicos, não se confunde com uma suposta gênese, que, em Marx, é inseparável da própria história, como no caso do homem que “tem como seu ato de gênese a história”, dessa maneira, a história é o próprio desenvolvimento do homem, “é a verdadeira história natural do homem” (MARX, 2010c, p. 128). Isso é tão verdade para Marx e Engels que, na *Ideologia Alemã* (2007), encontramos as seguintes palavras:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (ENGELS; MARX, 2007, p.33).

<sup>4</sup>A sutileza da passagem marxiano pode deixar muitos leitores perplexos, afinal, o autor alemão não fala de uma **única chave**, mas de “uma chave **possível**”, deixando, assim, livre a investigação de outras formas de compreensão das estruturas do passado. Mais uma vez temos a prova da aversão ao dogmatismo presente nas reflexões marxianas; algo que muitas vezes foi negligenciado pelo próprio marxismo.

Após criticar Hegel em obras como *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, *Crítica da filosofia do direito de Hegel-introdução* e em parte dos famosos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx, juntamente com Engels, parte na *Ideologia Alemã* à crítica decidida da escola hegeliana. Dessa obra, procuramos resgatar, principalmente, as passagens que tratam da concepção de história, algo que julgamos importante para a futura crítica do utopismo.

Nesse sentido, a argumentação marx-engelsiana segue dizendo que os alemães, dominados como estavam pelo pensamento idealista, nunca tiveram um historiador sequer; já os franceses e ingleses avançaram na questão, “realizaram [...] as primeiras tentativas de dar à historiografia uma base materialista, ao escreverem as primeiras histórias da sociedade civil [bürgerliche Gesellschaft], do comércio e da indústria” (ENEGLS; MARX, 2007, p. 33). Contudo, mesmo esses últimos, estiveram sempre presos a “ideologia política”, o que os levou a um tratamento “extremamente unilateral”.

Aqui, destacamos duas questões da maior dignidade: que a valorização dos ingleses e franceses só ocorre devido ao papel reservado por essas tradições do pensamento ocidental à análise do desenvolvimento da sociedade civil-burguesa, verdadeiro palco onde se processam as relações reais, efetivas; o outro ponto que merece destaque é o diagnóstico da unilateralidade e limitação dessa mesma valorização, pois, tanto franceses como ingleses, condicionam as questões sociais, isto é, da sociedade civil-burguesa, às resoluções que não ultrapassam o limitado campo da política, limitaram-se a uma concepção positiva da política. Sobre isso, pedimos paciência ao leitor, pois precisamos de mais alguns parágrafos para desatar alguns nós expositivos e, assim, seguir nosso caminho rumo à crítica direta de Marx e Engels ao utopismo.

Marx, em 1843, no curso da sua crítica à filosofia hegeliana, descobriu a verdadeira e fundamental esfinge, cujo segredo deveria ser desvendado e sobre a qual entregará uma vida inteira de investigações. A sua esfinge foi aquilo que Hegel chamou de sociedade civil-burguesa, mas que em outras tradições, como na francesa, atende por simplesmente sociedade civil. Na dicção de Marx lemos:

[...] família e sociedade civil são partes reais do Estado, existências espirituais reais da vontade; elas são modos de existência do Estado; família e sociedade civil se fazem, *a si mesmas*, Estado. Elas são a força motriz. Segundo Hegel, ao contrário, elas são *produzidas* pela Ideia real. Não é seu próprio curso de vida que as une ao Estado, mas é o curso de vida da Ideia que as discerniu de si; e, com efeito, elas são a finitude dessa Ideia; elas devem a sua existência a um outro espírito que não é o delas próprio; elas são determinações postas por um terceiro, não autodeterminações; por isso, são também determinadas como “finitude”, como a *finitude* própria da “Ideia real (MARX, 2010b, p. 30).

Portanto, a verdadeira solução para as questões sociais só pode ser encontrada na própria sociedade civil-burguesa. Nesses termos, a política se mostra ontologicamente limitada, eis que podemos dizer, como o faz José Chasin, que em Marx há uma concepção ontonegativa da política, concepção que torna completamente incompatível uma conciliação com o utopismo do século XIX. Como podemos perceber, a crítica da politicidade já estava presente quando Marx e Engels enfrentaram os socialistas utópicos, o que também não significa que tal posicionamento dos autores se manteve inalterado.

Voltemos: em *Sobre a questão judaica*, no debate com seu companheiro dos tempos de juventude hegeliana, Bruno Bauer, Marx é bastante explícito ao estabelecer os limites da política quando diferencia a emancipação política, mediada pelo Estado moderno, da emancipação geral, humana. A emancipação política:

[...] decompõe a vida burguesa em seus componentes sem revolucionar esses mesmos componentes nem submetê-los à crítica. Ela encara a sociedade burguesa, o mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses privados, do direito privado, como fundamento de sua subsistência, como um pressuposto sem qualquer fundamentação adicional e, em consequência, como sua base natural. Por fim, o homem na qualidade de membro da sociedade burguesa é o que vale como homem propriamente dito, como o *homme* em distinção ao *citoyen*, porque ele é o homem que está mais próximo de sua existência sensível individual, ao passo que o homem político constitui apenas o homem abstraído, artificial, o homem como pessoa alegórica, moral. O homem real só chega a ser reconhecido na forma do indivíduo egoísta, o homem verdadeiro, só na forma do *citoyen* abstrato (MARX, 2010c, p.52).

Enquanto a emancipação total, geral, humana:

[...] só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas '*forces propres*' como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010c, p.54).

Delineadas as questões em torno do novo percurso de investigação, que toma como central a “anatomia da sociedade civil-burguesa” e também passa pela concepção ontonegativa da política, somos capazes de retornar à *Ideologia Alemã*, compreendendo que “não há história da política, do direito, da ciência etc., da arte, da religião etc” (ENGELS, MARX; 2007, p. 77). A questão é simples: toda a história, com exceção da história da natureza, é história dos homens, esses, por sua vez, ao contrário do que muitos acreditam, são seres sociais, afinal, como diz Marx:

Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc., são apenas formas particulares da produção e caem sob a lei geral. A supressão positiva da propriedade privada, enquanto apropriação da vida humana é, por conseguinte, a supressão positiva de

todo estranhamento, portanto o retorno do homem da religião, família, Estado etc., à sua existência humana, isto é, social (MARX, 2010c, p. 106).

Caminhar rumo a um horizonte inatingível, como poetiza Eduardo Galeano, ou buscar fundar uma nova sociedade, partindo não da realidade efetiva, mas de uma ideia concebida *a priori*, distante da história dos homens e, por isso, sem considerar as conexões que conduzem um fato a outro, essa definitivamente não parece ser a saída encontrada pelos autores alemães. Eles vislumbravam claras limitações nas chamadas ideias em si e nos pensamentos colocados como motores da transformação. Marx e Engels, mantendo a crítica já realizada pelo primeiro durante o ano de 1843, nos *Manuscritos de Kreuznach*, tendo agora certo domínio dos assuntos econômicos, destacam o papel limitado do que eles chamam de ideologia, dizem os autores alemães:

Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar (ENGELS; MARX, 2007, p. 94).

Entre 1843 e 1846, Marx e Engels fazem o caminho inverso da filosofia alemã, elevando-se da “terra ao céu”, do real ao ideal, afinal, “o homem é o mundo do homem” (MARX, 2010a, p. 145). Desse modo, o ponto de partida é antes os “homens de carne e osso”, “os homens realmente ativos”, e não os “reflexos ideológicos” (ENGELS; MARX, 2007, p. 94), como religião, direito, moral, justiça, etc. O inverso é o que fazem os pensadores utópicos, sem esquecer também a diversidade desse campo.

Dando conta do período aqui analisado, Marx, no famoso prefácio de 1859, revela o ponto decisivo a que suas pesquisas chegavam naquele período, primeira metade da década de 1840. Diz ele que:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Encarar que existem relações independentes da vontade, mas que, além de existentes, são necessárias, já aponta para a construção de uma arquitetura cujo utopismo só penetra de

forma muito forçosa. O pensamento que se ancora na utopia, de uma forma ou de outra, é entregue a certo voluntarismo revolucionário, quando se pretende transformador, pois, antes da “base real”, parte sempre da superestrutura, acreditando que é a consciência que determina o ser e não, como fundamentam Marx e Engels, o contrário, que a consciência e as formas ideológicas são determinadas pelo modo de produção da vida material, que deve ser entendido apenas como ponto de partida.

Infelizmente, nos limites desse trabalho, não é possível avançar na explicação das funções desempenhadas pelas diversas esferas do ser social, bem como das suas especificidades. Assim, apenas faremos um apontamento para a questão de que o direito, a política, a arte, a religião, etc., esferas ora tão valorizadas pelo pensamento utópico, não são meros epifenômenos da base material, simples reflexos, como se poderia concluir. Essas esferas contam com certa autonomia, no entanto, não mais que relativa. Um bom exemplo disso, e aqui fica-se somente com a indicação, é o caso da arte grega, que ainda hoje causa “prazer artístico” (2011, p. 63), apesar da já consolidada superação da base material sobre a qual foi erguida. É um equívoco a conclusão que atribui a Marx um puro determinismo, no entanto, a análise materialista de Marx parte sempre das condições materiais; essas são seu ponto de partida.

Esse tópico teve como fim demonstrar que a crítica marx-engelsiana aos pensadores utópicos, embora circunscrita diretamente a algumas obras dos autores alemães, cuja primeira delas é o *Manifesto Comunista*, as bases fundamentais para tanto são anteriores. Pensar a crítico ao utopismo nesses autores sem ter em conta o chão teórico por eles pavimentado durante os anos de formação pode conduzir a certos equívocos e imprecisões; como o erro de achar que a crítica aos socialistas utópicos se resumia a uma querela política de época. Queremos dizer com isso que o intelecto erigido por Marx e Engels *não* se reduz à crítica dos socialistas utópicos de seu tempo, mas a todo e qualquer utopismo, ainda que se pretenda revolucionário, com é o caso do romantismo revolucionário, de Löwy (1993), sem dúvida “crítico” da sociedade capitalista.

Nos escritos de 1843-46, a base dessa crítica foi desenhada, passando pela crítica da inversão sujeito/predicado, determinante/determinado, presente na crítica ao pensamento idealista feita por Marx, pelo deslocamento da análise para a sociedade civil-burguesa e pela crítica da política. Isso tudo conduziu os autores rumo a um pensamento que prioriza a lógica da coisa em detrimento daquele que se funda na ideia como demiurgo, portanto caminha sempre ao *rés do chão* e se eleva sem autonomizar as formas ideológicas (religião, política, arte, direito, moral,

justiça, etc.), característica marcante dos utopistas. Todo pensamento “crítico e revolucionário” no sentido dos autores alemães deve se erguer tendo como pressuposto a maneira pela qual os homens e mulheres produzem sua própria existência.

#### 4. A utopia desabilitada pela crítica da economia política

Se em 1843 Marx descobriu na sociedade civil-burguesa o *locus* do seu novo percurso investigativo, em 1844, com a leitura do “genial esboço” de Engels, o mouro viu na economia política a possibilidade de conhecer a “anatomia” da sociedade civil-burguesa. Isso é exatamente o que ele diz no prefácio de 1859 da obra *Contribuição para a crítica da economia política*; citamos então a passagem em que Marx relata suas descobertas desse período, diz ele que:

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil". **Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política** (MARX, 2008, p. 47, grifo nosso).

Nessa conclusão, a figura de Engels é fundamental, pois, em 1844, o “segundo violino” publicou nos *Anais franco-alemães*, empreitada editorial de Marx e Ruge, um texto revelador chamado *Esboço para a crítica da economia política*, no qual, em poucas páginas, perfaz o desenvolvimento da economia política, essa ciência “do modo de enriquecer” (ENGELS, 1981, p. 53). Não cabe aqui traçar as minúcias da aludida obra de Engels, mas devemos, sim, apontar para o seu impacto na obra marxiana. Ainda no prefácio de 1859, Marx diz:

Friedrich Engels, com quem (desde a publicação, nos *Anais franco-alemães*, de seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas) eu mantinha constante correspondência, por meio da qual trocávamos ideias, chegou por outro caminho - consulte-se a Situação das classes trabalhadoras na Inglaterra - ao mesmo resultado que eu (MARX, 2008, pp. 48 - 49).

O *Esboço para a crítica da economia política* (1981), — “genial esboço de Engels”, foi sem dúvida uma grande referência para Marx naquele período, principalmente se se tem em conta o que José Chasin (2009) chamou de terceira crítica ontológica conformadora do pensamento marxiano propriamente dito, a crítica da economia política. Não se pode esquecer, também, que a obra-prima inacabada de Marx (2013), *O capital*, é acompanhada do subtítulo crítica da economia política, além da já mencionada *Contribuição para a crítica da economia política*. Trata-se, como se pode notar, tanto no caso de Engels e especialmente no de Marx, não de uma apropriação passiva da economia política e dos seus pressupostos, algo que ocorre, por exemplo,

com os autores chamados de socialistas utópicos. Por isso, encaramos, a crítica da economia política, somada à crítica ao pensamento especulativo e à política, como pressuposto e fundamento necessário da crítica do utopismo. Enquanto os socialistas utópicos, na melhor das intenções, procuraram trabalhar criticamente com as categorias da economia política – não por acaso a escola de Sant-Simon tem sua posição de destaque na história da Administração –, Marx e Engels se colocaram a questão da necessidade de uma crítica dessas categorias, de uma *crítica da economia política*.

Desse modo, Marx e Engels vão se afastando cada vez mais do terreno da moral, da justiça, do direito e da política como algo positivo, capaz de efetivar transformações radicais no interior da sociedade civil-burguesa. Estabelecem-se no terreno das “necessidades humanas de um tipo qualquer”, das mais básicas às mais elaboradas. Como presente em *O capital*, sejam essas necessidades advindas do estômago ou da imaginação, por isso não importa a maneira como essas necessidades são satisfeitas, “se diretamente, como meio de subsistência [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção” (MARX, 2013, p. 157). Tudo que interessa é que nas “sociedades onde reina o modo de produção capitalista” o objeto próprio para a satisfação dessas necessidades é a mercadoria e é por ela que Marx inicia sua obra-prima inacabada, *O capital*. Não é uma sociedade de qualquer tipo a que os autores se detêm, mas unicamente a sociedade onde reina o modo de produção capitalista e por isso a crítica da economia política é tão essencial. Engels acaba sintetizando bem esse percurso quando diz que:

[...] devemos a Marx essas duas grandes descobertas: a concepção materialista da história e a revelação do mistério da produção capitalista mediante mais-valor. Elas fizeram do socialismo uma ciência que agora deve, em primeiro lugar, continuar a ser elaborada em todos os seus pormenores e em todas as suas conexões (ENGELS, 2015, p. 56).

Já em posse, portanto, da concepção materialista da história, como chama Engels, o maior mérito de Marx está na solução que ele fornece para a questão do “mais-valor”. Marx revelou de onde vem o mais-valor: não se pode dizer que venha simplesmente de um acréscimo nominal no preço, afinal, o vendedor que vende mais caro é o comprador que irá adquirir produtos também mais caros, resultando, assim, em equilíbrio. Também não pode decorrer da mera trapaça, “pois esta até pode enriquecer um à custa de outro, mas não pode aumentar a soma total que ambos possuem e, portanto, a soma dos valores em circulação” (ENGELS, 2015, p. 230). A Descoberta marxiana da origem do mais-valor constitui “a data de nascimento do

socialismo científico e em torno dela este se agrupa” (2015, p. 230). Muito antes de Güther Anders nos chamar de *utópicos invertidos*, Marx e Engels já espalhavam aos quatro ventos (poderíamos dizer a quatro mãos) que “o sonho acabou”, *der traum ist aus*, era o fim do idílio utópico. A partir de então, o socialismo tido como utópico é relegado ao anacronismo tanto das suas formas de ação quanto de seu conteúdo, é o tempo dos comunistas que tomam o partido pela revolução social radical. Ao afastar a trapaça, então, Marx e Engels acreditavam ter deslocado a questão do terreno da moral, da justiça e do direito para o terreno da ciência, “conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história” (ENGELS; MARX, 2007, p. 86), na qual tudo tem sua gênese, seu desenvolvimento próprio e, por fim, perece, seguindo a máxima faustiana tão valorizada por Engels (1982, p. 381), a qual professa que “tudo o que existe merece perecer”.

Com isso não se quer simplesmente inferir que a moral, a justiça e o direito não tenham também, respeitadas as suas especificidades, uma função. Apenas ressaltamos que se restringir a essas esferas seria permanecer no mundo das aparências, que, aqui, não significa necessariamente engano, embuste. Notemos com atenção o que diz Engels:

O despertar da noção de que as instituições sociais existentes são irracionais e injustas [...] é apenas um indício de que, nos métodos de produção e nas formas de troca, ocorreram mudanças totalmente silentes, com as quais a ordem social moldada para as condições econômicas anteriores não combina mais (ENGELS, 2015, p. 304).

O sentimento de injustiça, os apelos morais e mesmo as violações de direito devem ser encaradas tão somente como a *ponta do iceberg*, ou seja, um indício sem o qual, talvez, não se tivesse acesso à profundidade e extensão do problema, mas que, visto isoladamente, de modo autônomo, descolado da história, portanto, também não revela mais do que simples perspectivas, “olhares” que nem sempre focam no essencial. Thompson, o marxista inglês, na sua clássica obra sobre a formação da classe operária inglesa, ao tratar das famosas turbas ocorridas durante o século XVIII na Inglaterra, conta que parte desses movimentos:

[...] se baseava em bases populares mais articuladas e era legitimada por tradições mais sofisticadas do que sugere a palavra ‘motim’[...]. Ele vinha legitimado pelos pressupostos de uma economia moral mais antiga, que ensinava ser imoral qualquer método desonesto de aumentar o preço dos alimentos, para se aproveitar das necessidades do povo (THOMPSON, 1987, p. 66).

Conta ainda o historiador inglês que após saquear as mercadorias encarecidas além de “certos limites morais”, o povo as vendia pelo “preço justo”, repassando os ganhos monetários aos comerciantes, “assim, os últimos anos do século [XVIII] presenciaram um esforço desesperado do povo para reimpor a economia moral mais antiga, em detrimento da economia

livre de mercado” (THOMPSON, 1981, p. 71). O exemplo aqui referido, de luta moral, parece conversar perfeitamente na crítica de Engels ao sr. Dühring, cita-se o primeiro:

[...] riqueza enquanto dominação sobre coisas = riqueza da produção, lado bom; riqueza enquanto dominação sobre seres humanos = riqueza da distribuição anterior, fora com ela! [...] isso quer dizer o seguinte: o modo de produção capitalista é bem bom e pode ser mantido, mas o modo de distribuição capitalista não presta e deve ser suprimido (ENGELS, 2015, p. 215).

Diz mais:

o sr. Dühring fez com que déssemos um salto, um verdadeiro salto mortal, do presente mundo perverso dos espoliadores para sua própria comuna econômica do futuro, para o puro ar celestial da igualdade e da justiça [...] (ENGELS, 2015, p. 226).

Como se pode notar, a crítica moralizante tem claros limites, podendo, não raras vezes, recair na utopia, “um verdadeiro salto mortal” do presente para o futuro. Assim, a ciência, como a encaravam os autores, é uma necessidade justamente devido ao fato de aparência e essência não coincidirem. Nas palavras de Marx, “toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidissem diretamente” (MARX, 2011, p. 54). O utopismo, tão criticado pelos autores, não é científico uma vez que não vão além do que a aparência lhes mostra, ficando preso ao “culto das aparências” (MARX, 2013, 744), semelhante nesse aspecto aos economistas vulgares. Como já se disse, em passagem reveladora de Engels no *Anti-Dühring*, o momento da descoberta da origem do mais-valor e de que, assim, não se tratava tanto de uma trapaça, uma anomalia, portanto, mas de algo assentando na própria forma da produção das mercadorias, é quando aqueles que negam ou desconhecem a existência de tal fato tornam-se utópicos.

Nesse ponto, cumpre ainda esclarecer, de maneira genérica, a noção de ciência encampada pelos autores em análise. Marx, em *O capital*, tem um percurso bem decidido, da aparência para a essência do fenômeno, logo, ele acreditava ser esse o percurso que a ciência deveria tomar como próprio, embora, ele mesmo reconheça que “não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos” (MARX, 2013, p. 132), ou seja, em outras palavras, não há um método a ser seguido de modo apriorístico. A síntese disso é muito simples: toda ciência digna de tal nome deve ir além do meramente dado, daquilo que aparece, no entanto, o caminho para percorrer essa finalidade não está pré-estabelecido. Daí que em Marx não há um método como, por exemplo, pode ser buscado em Durkheim e outros tantos. Trata-se antes da apreensão do movimento da própria realidade.

Apenas para facilitar o entendimento do leitor, note-se que na crítica que faz à economia vulgar, Marx argumenta que essa “apega-se [...], como em tudo, à aparência [*Schein*] contra a lei do fenômeno [*Erscheinung*]” (MARX, 2013, p.473); em outro momento escreve que os economistas vulgares praticam o “culto das aparências”; noutra ocasião, ao tratar do processo de produção capitalista em escala ampliada, ele diz, aludindo ao dinheiro recebido por um fiandeiro depois do fim de um ciclo, que “pelo cheiro e pela aparência não se pode saber se esse dinheiro é mais-valor” (MARX, 2013, p. 796). Na famosa passagem acerca do valor das mercadorias, lê-se em *O capital*:

Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor [*Wertding*]. Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias (MARX, 2013, p. 173).

Partindo dessa última passagem, o percurso científico não nega em nenhum momento a objetividade do conhecimento, o que Marx nega peremptoriamente é que a ciência deva ficar presa a um tipo específico de objetividade, a “objetividade sensível e crua dos corpos”, como defendem os positivistas. A aparência pode, simplesmente, não dizer nada, como pode ser um indício de um problema mais profundo; há, ainda, uma terceira possibilidade, ela pode ser falsa. Nos três casos, o sujeito tem papel fundamental no processo de conhecimento, que não é separado da própria realidade efetiva, que deve ser tomada no seu próprio fluxo e no seu aspecto transitório, histórico.

De algum modo, procurou-se nesse tópico, ainda que em forma de lineamentos, demonstrar os fundamentos existentes no pensamento de Marx e Engels, tanto na crítica da economia política como em uma certa concepção de ciência, capazes de fornecer as balizas precisas da conhecida crítica que os autores fazem ao utopismo. Os possíveis fios soltos na tessitura deste trabalho, além de falha do autor, devem ser encarados pelo leitor como uma oportunidade de começar por si mesmo o seu próprio bordado.

## 5. Crítica marx-engelsiana do chamado socialismo utópico

Anos mais tarde, já tendo se apropriado, **em parte**, da sua crítica da economia política, cujo primeiro contato se deu com o “genial esboço” de Engels, e depois de ter criticado de forma decidida a filosofia hegeliana e descoberto o seu verdadeiro objeto, a anatomia da sociedade

civil-burguesa, de onde Marx e Engels retiram a chamada (pelo segundo autor) concepção materialista da história, no *Manifesto Comunista* (1848), os autores alemães dissecam os grupos que naquele período são os críticos da propriedade privada e do desenvolvimento capitalista. Dentre esses grupos, merece destaque para os fins deste trabalho e do presente tópico a crítica aos socialistas utópicos, cujas principais expressões foram Saint-Simon, Fourier e Owen.

Os socialistas utópicos, antes de ter o proletariado como classe revolucionária, voltavam seu projeto de sociedade futura para uma multidão sofrente, “a classe operária só existe para eles sob esse aspecto, o de classe mais sofredora” (2005, p. 66), há evidentemente um fundo religioso, no qual se preconizava “um ascetismo geral e um grosseiro igualitarismo” (2005, p. 66). Sobre esse ponto, basta citar como exemplo a principal obra de Saint-Simon, *Nouveau Christianisme* (1825). Nessa obra, o autor esboça sua saída para a massa sofredora via religião, diz o autor francês:

[...] Je ferai facilement comprendre à tous les hommes ayant de la bonne foi et de bonnes intentions que si toutes ces institutions étaient dirigées vers le but de l'amélioration du bien-être moral et physique de la classe la plus pauvre, elles feraient prospérer toutes les classes de la société, toutes les nations, avec la plus grande rapidité possible (SAINT-SIMON, 1825, p. 9).

Além do politicismo que transpõe aos homens de boa-fé, dirigentes das instituições, a salvaguarda dos pobres, nota-se que sequer a luta de classes moderna, presente no antagonismo entre burgueses e proletários, foi assimilada pelo pensador em destaque, que em estudos mais recentes, tem sido tomado como “teórico do poder empresarial”, na dicção de João Bernardo (2004) ou, como chama Maurício Tratemberg (1974), precursor da ideologia da “Harmonia administrativa”. Marx e Engels já observavam que os seguidores dos socialistas utópicos, dirigiam-se rumo ao reacionarismo, destacam os autores do Manifesto:

[...] para dar realidade a todos esses castelos no ar veem-se obrigados a apelar para os bons sentimentos e os cofres dos filantropos burgueses. Pouco a pouco caem na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores [...] e só se distinguem deles por um pedantismo mais sistemático, uma fé supersticiosa e fanática nos efeitos miraculosos de sua ciência social (ENGELS; MARX, 2005, p. 68).

A crítica marx-engelsiana centra-se nessa tentativa de construção desses “castelos no ar”, resultante de vigorosos saltos mortais sobre as condições materiais, a sociedade que-vêm não nasce da cabeça e das boas intenções de homens de boa-fé, mas se gesta na sociedade presente, que deve perecer para que uma nova sociedade, um novo modo de produção com outras relações de produção, possa nascer, é exatamente o que dizem os autores no *Prefácio de 1859*:

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade (MARX, 2008, p. 48).

No caso dos socialistas utópicos, não se pode dizer simplesmente que erraram na análise, a questão é mais nuançada, pois seus pensamentos e experimentos sociais, baseados no exemplo e na ação em pequena escala, respondiam até certo ponto ao grau de desenvolvimento dos antagonismos de classes até então existentes. Adeptos do pacifismo, de modo que rejeitam qualquer ação revolucionária, os três socialistas supracitados seguem o pouco desenvolvimento dos antagonismos de classe e da indústria, portanto, o ponto da crítica parece estar localizado no anacronismo de suas ideias, que por algum tempo poderiam reivindicar certa legitimidade histórica, afinal, “ao estamento imaturo da produção capitalista, à condições imatura de classe correspondiam teorias imaturas” (2015, p. 291). Como reconhecem Marx e Engels, os socialistas utópicos guardam elementos críticos da sociedade burguesa, foram revolucionários **a seu tempo**. Na dicção própria dos autores:

[...] as obras socialistas e comunistas encerram também elementos críticos. Atacam todas as bases da sociedade existente. Por isso fornecem em seu tempo materiais de grande valor para esclarecer os operários. Suas proposições positivas sobre a sociedade futura, tais como a supressão do contraste entre a cidade e o campo, a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social e a transformação do Estado numa simples administração da produção – todas essas propostas apenas exprimem o desaparecimento do antagonismo entre as classes, antagonismo que mal começa e que esses autores somente conhecem em suas formas imprecisas. Assim, essas proposições têm ainda um sentido puramente utópico (ENGELS; MARX, 2005, p. 67).

No caso dos socialistas utópicos, “tratava-se de inventar um novo sistema mais perfeito de ordem social e outorgá-lo à sociedade a partir de fora, mediante a propaganda e, quando possível, pelo exemplo de experimentos-padrão” (ENGELS, 2015, p. 291). Os utópico, como se pode notar, não partiam das condições objetivas, do grau de desenvolvimento atual, presente, mas da “razão pensante”, e, ainda que seus projetos resultem em elementos importantes, em propostas críticas, o motor da ação é muito mais a vontade de fundar algo novo do que propriamente a existência das condições para tal. O desenvolvimento do objeto que se procura transformar, a lógica do objeto, recordando o que se disse no início desse trabalho, é inteiramente subordinada ao objeto da lógica, a um plano apriorístico, que, se não realizado, tanto pior para os fatos.

O utopismo não é exclusividade de algumas vertentes do socialismo e do comunismo, Marx já tinha claro isso, tanto que em um artigo escrito para o *New York Tribune*, na década de

50, no qual discute o idílio burguês de acabar com o pauperismo mantendo intactas as bases da sociedade capitalista, lê-se o seguinte: “não há maiores utópicos na face da Terra do que esses burgueses otimistas” (1980, p. 359). Isso só aponta para a preocupação, sempre presente nos autores aqui estudados, em distinguir suas formações intelectuais e seus projetos revolucionários tanto do caminho fantástico da utopia edificante de forte teor religioso quanto da vulgata burguesa, apologética do existente, utópica também, pois nega as bases reais do desenvolvimento capitalista, tomado como natural e insuperável. Todas essas tonalidades do utopismo, cuja crítica marx-engelsiana abrange, satisfazem-se com a aparência dos fenômenos.

## 6. Considerações finais

Cumprido destacar na esteira do pensamento marx-engelsiano que “a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver” e, ainda, que “o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir” (MARX, 2008, p. 48). Assim, as questões enfrentadas pelos autores, grandes expressões do tempo em que viveram, foram sempre fruto, não da fantasia ou do idílio, mas da análise que tem como pressuposto básico que os homens e as mulheres precisam estar vivos para que haja história, toda ela, com exceção da história natural, é história desses homens e mulheres, que, distante das soporíferas ilha de Robinson, não existem isolados. Nesse sentido, o modo pelo qual os seres humanos produzem a sua própria existência ganha preeminência na análise, e as esferas da moral, da justiça, da política, do direito, da consciência, da arte, etc., tão valorizadas pelos utópicos, perdem seus poderes demiúrgicos, quase premonitórios, revelam-se limitados, principalmente, quando encarados autonomamente.

Eis que enfrentando os textos da dita juventude, que aqui preferimos chamar de *textos de formação*, dos anos de 1843-46, encontramos os fundamentos necessários para a futura crítica do socialismo utópico, iniciada nas páginas do *Manifesto Comunista* (1848) e continuada posteriormente, já que fora levada às últimas consequências, nas obras *Anti-Dühring* e *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, ambas de autoria engelsiana. Concluímos, por fim, que, entendida a base formativa do pensamento dos autores, a crítica do utopismo por eles ensaiada é bem mais ampla, podendo ser, assim, dirigida a todo e qualquer pensamento dito utópico.

## 7. Referências

ANDERS, Günther. Teses para uma Era Atômica. In.: *SOPRO – Panfleto politico-cultural*, n. 97, abril, 2013.

ANDERSON, Perry. *O fim da história – de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BERNARDO, João. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Ernest. *On Karl Marx*. Tradução de John Maxwell. 2ed. Bologna: Società editrice il Mulino, 1973.

BOBBIO, Noberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DELMAS-MARTY, Mirelle. *Três desafios para um direito mundial*. Tradução de Fauzi Hassan Choukr. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

EAGLETON, Terry. *Marx estava certo*. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da Economia Política. IN.:\_\_\_\_\_. *Frederich Engels: Política*. Tradução e organização de Zé Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981.

\_\_\_\_\_. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. Tradução de José Barata-Moura. In.: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Obras escolhidas* (Volume III). Lisboa: Editorail “Avante”, 1982.

\_\_\_\_\_; MARX, Karl. *A ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_; MARX, Karl. *A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

\_\_\_\_\_. The End of History? *The National Interest*, Summer, 1989, p. 3-18.

GARGARELLA, Roberto. *The legal foundations of inequality*. USA: Cambridge, 2010.

GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Editora ática, 1999.

LOWY, Michel. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl. “Pauperism and free trade. – The approaching commercial crisis”. ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. In: *Collected Works*, v. 11. Nova York: Lawrence & Wishart, 1980, pp. 357 – 63.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política (Prefácio de 1859)*. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. Crítica à filosofia do direito de Hegel – introdução. In.: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010b.

\_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. Tradução de Karl Marx Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010c.

\_\_\_\_\_. El comunismo y la “Gaceta General de Augsburgo”. In: *Escritos de juventud*. Tradução de Wenceslao Roces. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

\_\_\_\_\_. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010c.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política (Livro I)**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mário Duyer. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo : Boitempo, 2011.

PIKETTY, Thomas. *Le capital au XXIe siècle*. Paris : Éditions du Seuil, 2013.

\_\_\_\_\_. *O Capital no século XXI*. Tradução de Mônica Baumgarten de Bolle. São Paulo: Intrínseca, 2014.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Mantins Fontes, 2008.

SAINT-SIMON, Claude-Henri de. *Nouveau Christianisme, dialogues entre un conservateur et un novateur*. Paris: Bossange Père, 1825.

SARTORI, Vitor Bartoletti. De Hegel a Marx: da inflexão ontológica à antítese direta. In: *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 130, pp. 691-713, 2014.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade (vol. I)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1974.

---

Revisão técnica: Murilo Leite Pereira Neto

Data de envio: 16/09/2018

Data de aprovação: 20/11/2018

Como citar:

PEREIRA NETO, Murilo Leite. Esboço para uma crítica marx-engelsiana da Utopia. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 192-219, dez 2018.